



Vila do Conde

Câmara Municipal de Vila do Conde

Documento Solicitado na Alínea c) Ponto 5 do Artigo 10º do Programa de Concurso

**Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a
“Prestação de Serviços de Recolha de RSU’s, Lavagem de
Equipamento e Limpeza Urbana no Município de Vila do
Conde”**

20 de Fevereiro de 2018

**DOCUMENTO SOLICITADO NA ALÍNEA C) DO PONTO 5
DO ARTIGO 10º DO PROGRAMA DE CONCURSO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RSU'S, LAVAGEM DE EQUIPAMENTO E LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

RELATÓRIOS E CONTAS

Em resposta ao solicitado na alínea c) do ponto 5 do artigo 10º do Programa de Concurso, seguidamente apresentam-se os seguintes documentos:

- Relatórios de contas dos últimos três exercícios (2014, 2015 e 2016).

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2018.

NUNO JORGE
SECO DA
COSTA

Assinado de forma
digital por NUNO
JORGE SECO DA COSTA
Dados: 2018.02.19
16:56:50 Z

O Representante Legal

[Assinatura eletrónica nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, 17 de Agosto]

Nuno Jorge Sêco da Costa



Relatório de Contas de 2014

RELATÓRIO
& CONTAS
2014



GRUPO MOTA-ENGIL - URBASER





Relatório e Contas 2014

SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

Rua Mar do Norte, Lote 1,03,2,1B, 1º, 1990-148 Lisboa

www.suma.pt

Matricula na C.R.C. de Lisboa / NIPC: 503 210 560

Capital Social: 12.500.000,00 Euros



Índice

Relatório de Gestão 5

Perfil 6

Missão, Valores e Visão 6

Política de gestão 6

Organograma 8

Percurso 9

Principais indicadores 14

Atividade 2014 15

Enquadramento conjuntural do exercício 15

Enquadramento macroeconómico 15

Enquadramento do setor dos resíduos 16

Análise da atividade 18

Educação e sensibilização ambiental 22

Recursos humanos 27

Equipamentos e aprovisionamentos 33

Qualidade, ambiente e segurança 35

Sistemas de informação 39

Imagem e comunicação institucional 40

Análise económico-financeira 43

Proposta de aplicação de resultados 46

Perspetivas 46

Nota final 47

Relatório de Prestação de Contas 48

Demonstrações Financeiras 49

Anexo às Demonstrações Financeiras 54

Pareceres e Certificações 92

Ata da Assembleia Geral 96



Senhores Acionistas,

Cumprindo com as disposições legais e estatutárias a que se encontra sujeito, vem o Conselho de Administração da **SUMA – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.** (“SUMA” ou “Empresa”) submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas relativas ao exercício de 2014.



Relatório de Gestão



Perfil

Com duas décadas de experiência consolidada ao serviço do ambiente e das populações, sustentadas nos alicerces sólidos dos acionistas de referência - Grupo Mota-Engil e Urbaser, a SUMA é detentora de um perfil ímpar, que assenta numa postura pro-ativa na procura de soluções eficientes, assumindo-se como principal referência no mercado em que se insere, assegurando a excelência na gestão do ciclo completo de vida dos resíduos.

Criada para operar no mercado do ambiente em Portugal, atingiu em apenas dois anos um dos principais objetivos - liderar o mercado de serviços prestados por operadores privados nas áreas da recolha de resíduos e limpeza urbana, posição que não mais deixou de assumir e cujas atividades são, desde sempre, o *core business* da Empresa.

A visão de liderança e a aposta na constante inovação estão alinhados com ambiciosos objetivos e empregues na otimização contínua dos serviços prestados, reconhecida pelos seus clientes e atestada pela certificação do seu sistema integrado de gestão.

Integrando mais de três dezenas de empresas com ampla e distintiva atuação em território nacional e internacional, no domínio da gestão integrada de resíduos, a SUMA prossegue a sua estratégia de crescimento sustentado, estendendo a sua atuação muito para além da remoção e encaminhamento de resíduos, e disponibilizando serviços complementares, tais como o tratamento, a análise laboratorial e controlo de qualidade, e a educação ambiental.

A SUMA tem em curso um ambicioso projeto de internacionalização, que pretende ampliar a operação e o desenvolvimento da Empresa numa perspetiva globalizante, acumulando atualmente intervenções em quatro continentes.

Missão, Valores e Visão

Missão Gerir resíduos na construção de um ambiente melhor.

Valores

- Liderança de mercado
- Confiança dos clientes
- Desempenho sustentável
- Comprometimento das pessoas

Visão Consolidação sustentada da liderança em Portugal e crescimento sustentável para mercados internacionais.

Política de gestão

Com base na missão, nos valores, na visão e nos dez princípios do *United Nation Global Compact*, a Administração da SUMA estabelece a política de gestão, comprometendo-se a gerir a organização, numa perspetiva de melhoria contínua, de acordo com os seguintes compromissos:

COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO

Cumprimento dos requisitos legais, normativos e contratuais aplicáveis, e dos outros requisitos que a Organização subscreva.

COMPROMISSO DE CRIAÇÃO DE VALOR

Criação de valor para os acionistas, clientes, trabalhadores, fornecedores e demais partes interessadas.

COMPROMISSO DE LIDERANÇA

Consolidação da liderança no mercado nacional, promoção da expansão internacional do negócio e melhoria da percepção do benefício por parte dos clientes e demais partes interessadas.

COMPROMISSO COM O CLIENTE

Diversificação e inovação na atividade para manutenção da vanguarda em soluções de gestão de resíduos inovadoras, integradas e eficientes, que satisfaçam os clientes.

COMPROMISSO COM AS SUAS PESSOAS E O SEU MEIO SOCIAL

Valorização profissional e pessoal dos trabalhadores, adequação das suas competências às funções que desempenham e apoio local aos trabalhadores e sua envolvente social.

COMPROMISSO COM A SAÚDE E SEGURANÇA

Prevenção dos danos para a saúde, controlo e proteção para eliminação ou redução dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e terceiros.

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Prevenção e controlo da poluição e utilização racional/ eficiente da energia e da água entre outros aspetos do ambiente.

COMPROMISSO DE MELHORIA CONTÍNUA

Melhoria contínua, através da revisão periódica de objetivos, metas e processos, e da monitorização, medição, análise e inovação permanentes ao nível do desempenho.

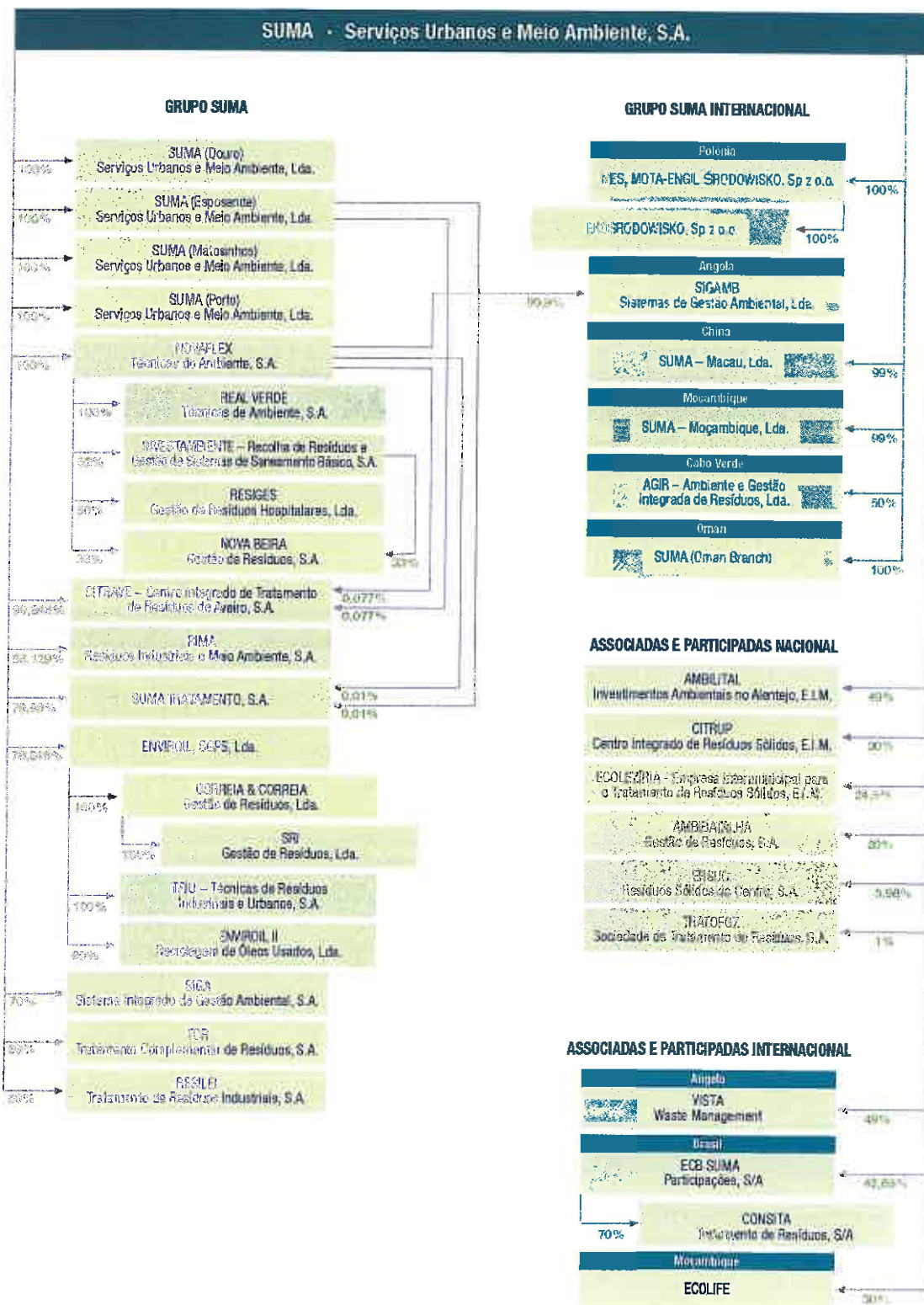
COMPROMISSO DE COMUNICAÇÃO

Comunicação adequada às partes interessadas, promovendo o seu envolvimento na cultura da qualidade, ambiente, segurança, inovação e responsabilidade social.



Organograma

A SUMA resulta da associação estratégica de mais de três dezenas de empresas, com a articulação de sinergias que favorecem a gestão logística de todo o equipamento, a capacidade de resposta, a solidez, a qualidade do serviço e a competitividade.





Percursos

1994

Constituição da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

1995

Celebração do primeiro contrato de prestação de serviços com o município da Batalha, com a adjudicação dos serviços de recolha indiferenciada, recolha de objetos de grandes dimensões e limpeza urbana.

1996

Início do primeiro contrato de recolha seletiva no município de Aveiro.

1998

A SUMA marca presença na EXPO'98, a última exposição mundial do século XX, aplicando um modelo exemplar de limpeza em espaço urbano.

1999

Expansão da empresa a Norte, com o início da prestação de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana no Vale do Sousa – Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira.

2000

Reforço de posição no Centro do País, com um contrato de longa duração com a Câmara Municipal de Alcobaça.

Gestão da recolha seletiva e limpeza da sede da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia – PORTUGAL 2000.

2001

Novo polo de desenvolvimento da SUMA, com os contratos com as Câmaras Municipais de Vila Nova de Gaia e de Santa Maria da Feira e surge a primeira prestação de serviços no Algarve, nomeadamente em Faro.

A SUMA ultrapassa 1 milhão de habitantes servidos.

Lançamento de um projeto pioneiro no domínio da Educação e Sensibilização Ambiental, a LIXOTECA® Itinerante.

O Município de Aveiro é distinguido com o 1º lugar do prémio Cidades Limpas, cujo âmbito é extensível ao trabalho desenvolvido pela SUMA.

Incorporação da SERURb, criando sinergias entre as duas maiores empresas nacionais do setor dos resíduos, ganhando dimensão e complementando valências no âmbito do Grupo SUMA.

2002

Lançamento da Unidade Móvel de Formação da SUMA.

2003

Aquisição das empresas UTIL, STL e RESILEI, reforçando competências e expandindo o âmbito geográfico de atuação do Grupo SUMA, consolidando a liderança do setor em Portugal, atingindo os 2 milhões de habitantes servidos por recolha de resíduos e limpeza urbana, a que acrescem 700.000 habitantes na vertente de tratamento.

Acreditação do Laboratório de análises pela NP EN ISO / IEC 17025.

O Município de Ílhavo recebe uma distinção ímpar na sua história: a 1ª posição do prémio Cidades Limpas, reconhecimento de mérito que abrange a atividade da STL como responsável pela limpeza urbana e recolha de resíduos no concelho.

2004

Aquisição da SERURb e das suas participadas pela SUMA, até então participadas pelo Grupo Mota-Engil.



Grupo SUMA atinge uma implantação de 60,3% no universo de população servida por operadores privados de recolha de resíduos e limpeza urbana, indicador do esforço de sinergia entre as suas várias empresas que o compõem (fonte: AEPSA, *newsletter* – n.º 13).

Atribuição do 1º lugar do Prémio Nacional de Inovação Ambiental pelo equipamento SUMA-VLE (viatura de lavagem de contentores de ecopontos e subterrâneos).

2005

Lançamento da 1ª Unidade Móvel Solidária REUTILÂNDIA®, que conjuga os princípios ambientais da reutilização e sustentabilidade e da solidariedade.

Acreditação do Centro Integrado de Tratamento de Resíduos Últimos do Porto (CITRUP) pelos sistemas de gestão de qualidade NP EN ISO 9001:2000, gestão ambiental NP EN ISO 14001:2004, e gestão de segurança e saúde no trabalho NP 4397:2001 / OHSAS 18001:1999.

Atribuição de 23 Bandeiras Azuis em praias de intervenção do Grupo SUMA.

Certificação da estação de tratamento de resíduos sólidos urbanos (ETRSU) segundo o referencial NP EN ISO 9001:2000.

2006

Aquisição de uma posição minoritária na ERSUC, concessionária de um sistema multimunicipal dos concelhos do litoral centro do país.

Constituição da AMBIGERE, participando a SUMA com 50% do capital. Esta empresa participa na TTRM, um agrupamento complementar de empresas que geriu um contrato de transferência e triagem de resíduos na região autónoma da madeira.

Certificação da Sede da SUMA e do centro de serviços de Aveiro/ Oliveira do Bairro, no âmbito da NP EN ISO 9001:2000, tornando-se a única empresa privada na sua área de atuação a deter este reconhecimento.

Acreditação da SUMA pelo Instituto para a Qualidade na Formação nos domínios do planeamento, conceção, organização e desenvolvimento/ execução de intervenções formativas, e da conceção de programas, instrumentos e suportes.

2007

Conclusão do processo de fusão por incorporação das empresas SERURb, UTIL e STL na SUMA.

Transferência da sede da SUMA para o Parque das Nações (área de realização da EXPO'98).

Aquisição da NOVAFLEX, a qual detém participações maioritárias nas empresas REAL VERDE, NOVA BEIRA, INVESTAMBIENTE E RESIGÉS.

Adesão da SUMA à rede portuguesa *Global Compact*, iniciativa internacional lançada pelas Nações Unidas para a promoção de uma economia global mais sustentável e inclusiva.

Alargamento da certificação da CITRUP à vertente da responsabilidade social – Norma SA 8000.

Atribuição à CITRUP do prémio EcoPME, galardão que distingue a política de ecoeficiência e sustentabilidade das empresas.

Extensão da acreditação do Laboratório a 27 novos parâmetros – NP EN ISO / IEC 17025.

2008

A SUMA inicia o projeto de internacionalização com a celebração de contratos nas áreas de recolha de RSU, limpeza urbana e educação ambiental, na província de Luanda, em Angola.

Criação da AGIR, empresa participada pela SUMA e vocacionada para a gestão global de resíduos, em Cabo Verde.

Constituição da AMBIBATALHA, empresa que pretende desenvolver o sistema de tratamento de resíduos para o município da Batalha, participando a SUMA com 20% no seu capital, em parceria com a Câmara Municipal da Batalha e outros agentes privados.

Lançamento do CIDADÓMETRO®, uma unidade móvel de sensibilização vocacionada para os núcleos familiares.

Atribuição à sede da SUMA e centro de serviços de Aveiro/ Oliveira do Bairro da tripla certificação em qualidade, ambiente e segurança – NP EN ISO 14001:2004 e NP 4397:2001/ OHSAS 18001:1999.

O município de Sintra obtém o galardão “Cidades Limpas 2008”, concelho com uma década de intervenção da SUMA.

Aquisição da TRIU, alargando o âmbito de intervenção da SUMA no mercado de resíduos industriais.

Constituição da SIGA, empresa vocacionada para a gestão global de resíduos para o mercado Açoriano, em parceria estratégica com o Grupo Marques.

Constituição da SUMA Porto, cujo objeto de intervenção é a gestão do contrato de concessão para a prestação de serviços de recolha de RSU e limpeza pública do município do Porto.

2009

A SUMA comemora 15 anos de atividade, um projeto de sucesso que ganhou raízes sólidas e assumiu uma posição de referência na sua área de atuação.

Aquisição das primeiras frotas de recolha de carga lateral para os municípios de Aveiro e Sintra.

Implantação do GiSUMA – sistema integrado de consulta e edição de informação geográfica (georeferenciação nacional da atividade de contentorização e circuitos).

Início de atividade do aterro de resíduos industriais não perigosos (RNP) de Lustosa, concelho de Lousada, gerido pela RIMA.

Inauguração do centro de educação ambiental em Luanda, promovido pela VISTA Waste, e lançamento da LIXOMACHIMBA® em Angola.

Extensão dos serviços prestados em Angola, pela VISTA Waste, à província de Benguela.

Aquisição da ENVIROIL, que integra as empresas Correia & Correia e SRI, estendendo a sua atuação desde a área dos óleos usados e da sua valorização à gestão global de resíduos industriais.

Aquisição da TRANSPORLIXOS por parte da TRIU, a operar no mercado dos resíduos industriais.

Constituição da CITRAVE, assente num projeto para a construção e exploração de um aterro de resíduos não perigosos em Aveiro.

Aquisição da EKOŚRODOWISKO, que presta serviços de recolha e limpeza urbana, limpeza de neve, limpeza de interiores, e manutenção de espaços verdes, na Polónia.



Reconhecimento da SUMA como “Empresa de Gestão Exemplar” – suplemento publicado no Diário de Notícias, em novembro de 2009, sobre “As 1000 Maiores Empresas de 2008”.

2010

Aquisição de 50% da empresa GEO VISION, vocacionada para a gestão global de resíduos no Brasil, expandindo os seus horizontes na América do Sul.

Lançamento do ECOSCÓPIO®, novo formato de unidade móvel de sensibilização, vocacionada para jovens.

Lançamento da ECOMACHIMBA em Angola – unidade móvel de sensibilização vocacionada para jovens e população adulta.

Expansão da implantação geográfica aos concelhos de Valongo, Palmela e Évora e regresso ao concelho de Oliveira de Azeméis, com contratos com duração superior a um ano, reforçando a liderança nacional.

Inauguração de instalações em Alcobaça, reunindo as melhores condições infraestruturais para elevar o padrão de qualidade à imagem e posição da SUMA no mercado.

2011

Celebração do primeiro contrato para prestação de serviços na Cidade da Praia – Cabo Verde.

Reconhecimento da VISTA Waste como “Melhor Participação Internacional” na 1ª Feira Internacional de Ambiente, em Angola.

Conclusão da construção das novas instalações do centro de serviços de Vila Nova de Gaia, consumando um projeto que visa disponibilizar as melhores infraestruturas para o desenvolvimento da atividade nesta área geográfica.

2012

Início de operações de recolha de RSU pela AGIR na Cidade da Praia – Cabo Verde.

Licenciamento e conclusão da segunda célula do aterro de RNP da RIMA.

Alargamento da prestação de serviços da VISTA Waste em Luanda, desenvolvendo serviços de limpeza e recolha indiferenciada de RSU na renovada Baía de Luanda, ex-líbris da cidade.

A SUMA cancela o investimento realizado no Brasil – GEO VISION, por incompatibilidade com os parceiros locais nas políticas de gestão e divergência estrutural da orientação para o negócio.

2013

Início de operações de recolha de RSU e limpeza Urbana no Sumbe, capital da província do Kwanza Sul, em Angola.

Reconhecimento da SUMA na área da gestão de risco com a atribuição do galardão “Especial Confiança” da iniciativa “Prémios Açoreana Risk Management Diário Económico”.

Adjudicação dos serviços de recolha de RSU na cidade de Maputo, a desenvolver através da Ecolife, criada para o mercado moçambicano.



2014

A SUMA celebra 20 anos de atividade e reafirma-se como líder continuado do setor da Gestão de Resíduos em Portugal e expande a sua atuação a novas geografias.

A SUMA vence o concurso de compra da Empresa Geral de Fomento ("EGF"), sub-*holding* do Grupo Águas de Portugal ("AdP"), a qual gere as empresas concessionárias de 11 sistemas multimunicipais para o tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos em território nacional. Aguarda-se a conclusão do processo em 2015.

Investimentos comerciais no mercado do médio oriente resultam na adjudicação do encerramento de seis lixeiras na província de Al Dakhiliyah, no norte de Omã.

Regresso da SUMA ao Brasil, através de uma parceria com a Empresa Construtora Brasil (Grupo Mota-Engil) na aquisição da sociedade CONSITA.

Inauguração da primeira unidade de regeneração de óleos usados em Portugal, através da sua participada ENVIROIL II.

Apresentação da nova frota do Centro de Serviços de Vila Nova de Gaia (CS VNG), que corresponde a mais de 40 veículos adstritos às mais variadas funções de recolha e de limpeza urbana.

Lançamento do *síte* do Laboratório SUMA e da marca SUMALAB.

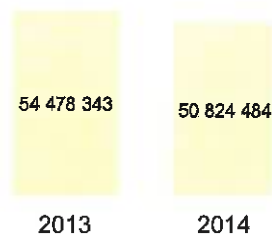
Criação de uma área customizada de sensibilização para o exercício da cidadania ativa e do ambiente na plataforma MEO Kids.





Principais indicadores

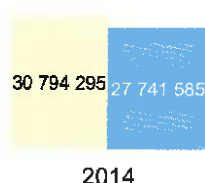
Volume de negócios



EBITDA



EBIT



Resultado líquido



	2012	2013	2014	Variação 13/14
Volume de negócios	54.884.244	54.478.343	50.824.484	(6,71%)
EBITDA	22.601.943	22.232.256	30.794.295	38,51%
Margem EBITDA	41,18%	40,81%	60,59%	19,78 pp
EBIT	19.179.458	18.899.395	27.741.585	46,79%
Rentabilidade operacional das vendas	34,95%	34,69%	54,58%	19,89 pp
Resultado antes de impostos	15.461.758	16.865.730	25.824.880	53,12%
Margem RAI	28,17%	30,96%	50,81%	19,85 pp
Resultado líquido	11.286.858	10.818.505	20.606.173	90,47%
Rentabilidade líquida das vendas	20,56%	19,86%	40,54%	20,68 pp
ROE	16,34%	15,14%	24,08%	8,94 pp
Endividamento	49,27%	40,53%	42,58%	2,05 pp
Autonomia financeira	45,47%	52,39%	52,07%	(0,32 pp)
Liquidez geral	120,56%	141,91%	176,70%	80,74 pp

	2012	2013	2014	Variação 13/14
Número de municípios servidos – Recolha RSU e limpeza urbana	43	41	41	-
Número de habitantes servidos – Recolha RSU e limpeza urbana	2.198.237	2.222.795	2.152.414	(3,17%)
Número médio de colaboradores	1.638	1.547	1.492	(3,56%)
Número total de viaturas pesadas	634	640	691	7,97%
Número total de viaturas ligeiras	374	374	392	4,81%
Toneladas – Recolha RSU indiferenciada	557.941	556.015	558.072	0,37%
Toneladas – Recolha RSU seletiva	12.195	10.365	17.925	72,94%
Toneladas – Recolha de resíduos industriais	1.551	82	50	(39,02%)



Atividade 2014

A incerteza da economia, à escala global, foi a nota dominante durante o ano de 2014, verificando-se diversos focos de tensão, não só a nível económico mas também por questões políticas e sociais, o que condicionou fortemente a recuperação económica. Apesar da conjuntura internacional pouco favorável, a economia portuguesa, em 2014, conseguiu inverter a tendência de contração dos últimos 3 anos e apresentar um crescimento positivo, no ano em que se destaca a saída do programa de ajustamento económico-financeiro.

No setor dos resíduos, assistiu-se em 2014 à concretização das reformas políticas anunciadas e à reorganização do setor, assente numa nova estratégia para os resíduos urbanos, que fixa metas ambiciosas para cumprimento nos próximos 6 anos e cujo comprometimento individual dos sistemas existentes será essencial para atingir os objetivos determinados. O ano fica ainda marcado pela privatização da EGF, contratualizada entre o grupo AdP e o agrupamento liderado pela SUMA, vencedor do concurso público internacional para a alienação de 95% dessa *holding* estatal.

Enquadramento conjuntural do exercício

Enquadramento macroeconómico

O crescimento da economia mundial em 2014 foi semelhante ao do ano anterior, contrariando as previsões de aumento feitas no seu início. No entanto assistiu-se a uma alteração dos contributos para esse crescimento, passando as economias desenvolvidas a ser o seu maior impulsionador, em detrimento das economias emergentes, que acabaram por gorar as expectativas de retoma e crescimento global.

De acordo com dados disponibilizados pela Comissão Europeia, a economia europeia ainda não atingiu os níveis de crescimento verificados antes da crise mas entra no terceiro ano de recuperação com o Produto Interno Bruto (PIB) dos países da área do euro a crescer 0,8% em 2014 (-0,5% em 2013). Esta evolução foi suportada maioritariamente pelo aumento do consumo privado, impulsionado pela diminuição do preço do petróleo e limitada pelo fraco nível de investimento e pela diminuição das exportações. Nos últimos meses do ano, as incertezas relativas à política monetária a adotar pelos Estados Unidos da América, levaram à depreciação do Euro, assistindo-se a uma maior competitividade nos mercados externo e doméstico, com a diminuição da procura e consequente quebra da inflação, que em 2014 se situará em 0,4%, contribuindo para a estagnação económica na zona euro. Relativamente ao desemprego, verificou-se na área do euro a diminuição para 11,6% com tendência futura de diminuição progressiva (11,2% e 10,6% em 2015 e 2016, respetivamente), ainda que se mantenha acima dos valores verificados antes da crise de 2008. O défice de 2,6%, registado em 2014, deverá descer para os 2,2% em 2015 e 1,9% em 2016, muito devido aos esforços fiscais encetados desde 2010, sendo expectável que os valores da dívida pública acompanhem esta tendência de descida. São identificados como riscos às expectativas de crescimento o conflito geopolítico entre a Rússia e a Ucrânia, a volatilidade dos mercados financeiros, o atraso na implementação de reformas estruturais, a fraca tendência de crescimento, as elevadas taxas de desemprego e o período alargado com baixa inflação. Para fazer face aos desafios de consolidação e desenvolvimento que se colocam às economias da área do euro, foi anunciado, no final de 2014, o Plano de Investimento para a Europa com o objetivo de incentivar o crescimento sustentável através do apoio ao investimento e à criação de emprego, desbloqueando para o efeito 315 mil milhões de euros em crédito às famílias e empresas não financeiras.

Após três anos de contração económica em Portugal, o crescimento médio homólogo do ano 2014 atingiu 0,9% (-1,4% em 2013). Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a desaceleração do consumo privado



contribuiu de forma menos positiva para a procura interna no último trimestre de 2014, levando a que a variação homóloga do PIB se situasse nos 0,7% (1,1% no 3º trimestre), gorando desta forma algumas expetativas mais otimistas de crescimento. De acordo com os dados do Ministério da Economia, o indicador de clima económico apresentou uma tendência de subida ao longo dos três primeiros trimestres e apesar do perfil negativo observado desde setembro, a perspetiva de retoma é positiva. De igual forma o índice de confiança dos consumidores manteve uma tendência consistente de recuperação ao longo do ano, registando o valor mais elevado desde maio de 2002, refletindo assim o contributo positivo das expectativas relativas à evolução da poupança, da situação económica do país e da situação financeira do agregado familiar. O índice de preços no consumidor apresentou uma variação média homóloga de -0,3% em 2014 (2,8% e 0,3% em 2012 e 2013, respetivamente) influenciada em grande medida pela redução dos preços dos produtos alimentares não transformados e energéticos. O comportamento do consumo privado apresentou um crescimento homólogo menos acentuado nos últimos três meses, suspendendo a tendência de crescimento observada desde o início de 2012. No entanto, este crescimento contribuiu para o agravamento do défice da balança comercial em 9,6% no ano 2014, com as importações a aumentarem em termos homólogos 3,2% e as exportações de mercadorias a crescerem apenas 1,9%. O INE, na síntese económica de janeiro de 2015, anuncia que a taxa de desemprego se fixou nos 13,5% no quarto trimestre de 2014, associada a um crescimento do emprego em 0,5%. Em termos anuais, a taxa de desemprego ascendeu aos 13,9%, -2,3 pontos percentuais do que em 2013, com o emprego a crescer 1,6%. Como consequência da evolução dos indicadores mencionados anteriormente, a formação bruta de capital fixo apresentou em 2014 uma variação homóloga de -0,3%, o que, ainda assim, representa uma melhoria de 8,9 pontos percentuais face a 2013, chegando a registar o valor mais elevado desde fevereiro de 2008. A recuperação gradual da economia portuguesa, ainda que distante dos valores projetados para o conjunto da área do euro, será sinónimo de uma evolução favorável, mas está dependente do vigor das exportações de bens e serviços e do desempenho da procura interna, que não conseguiram em 2014 atingir os patamares necessários para confirmar a sustentabilidade do crescimento económico nacional.

Enquadramento do setor dos resíduos

Apesar da situação económica adversa, que tem influenciado negativamente o desenvolvimento das empresas a operar na área dos resíduos, 2014 foi um ano marcante, com a concretização de várias políticas que determinam uma total reorganização do setor, com uma nova estratégia para os resíduos urbanos, com um novo modelo de regulação, com novas metas e com a atribuição ao setor privado de maior responsabilidade no futuro do setor dos resíduos em Portugal.

Na sequência da reprivatização de até 100% do capital social da EGF, o grupo AdP e o agrupamento liderado pela SUMA assinaram, em novembro de 2014, o contrato para a privatização da *holding* estatal, que gere as empresas concessionárias de 11 sistemas multimunicipais para o tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos (RSU), as quais abrangem 60% da população nacional. O processo de privatização encontra-se agora em apreciação pela Autoridade da Concorrência, passo necessário antes da passagem da EGF para a esfera da SUMA.

A aprovação dos novos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) reforça a sua independência e autonomia na regulação do setor dos resíduos, tanto na área económica, em matéria tarifária, como em matéria sancionatória e de qualidade do serviço.

O Plano Estratégico de Resíduos Urbanos (PERSU 2020) foi publicado em setembro de 2014 e vem estabelecer as medidas a implementar, no quadro da gestão de resíduos urbanos, no período de 2014 a 2020, bem como a estratégia



que suporta a sua execução, estabelecendo metas globais e metas específicas para cada sistema de gestão de RU, fazendo cumprir as mais recentes diretivas comunitárias. Os principais objetivos passam pela redução da deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro para 35%, o aumento da reutilização e reciclagem dos resíduos urbanos para 50% e a reciclagem de 70% das embalagens até ao ano de 2020. Estes objetivos, que estão em linha com as metas europeias, têm sido alvo de diversas críticas e preocupam os operadores, pois exigem um esforço considerável a realizar num curto período de tempo, quer ao nível da capacidade de execução das melhores práticas, dada a reduzida gestão integrada de resíduos urbanos, quer ao nível dos avultados investimentos necessários.

No novo ciclo de investimentos apoiados por fundos comunitários, o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), destina 300 milhões de euros ao setor dos resíduos, que deverão ser utilizados para fazer cumprir as metas europeias nos próximos cinco anos.

O tema dos sistemas *Pay As You Throw* (PAYT) volta a ser objeto de estudos e projetos, tendo vários municípios elaborado soluções no sentido da sua possível utilização para melhorar a sua eficiência e contribuir significativamente para o cumprimento das ambiciosas metas do PERSU 2020.

Com o intuito de alterar comportamentos nos operadores e incentivar o cumprimento das metas relativas à diminuição da deposição de resíduos em aterro, foi aprovado o novo valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), que preconiza a duplicação do valor atual, mas que mantém Portugal entre os países da área do euro com a taxa mais baixa, sendo um dos que mais depositam em aterro. As restrições à escolha deste destino final para os resíduos poderão ser relevantes na diminuição da percentagem de resíduos enviados para a deposição direta em aterro.

A Comissão Europeia propôs, em 2014, um pacote de medidas cuja implementação pretende transformar a Europa numa economia circular, ao promover a reutilização e a reciclagem e, consequentemente, uma diminuição da extração de matérias-primas.

O Governo português apresentou ainda em 2014 o Compromisso para o Crescimento Verde, um plano ambicioso e de desenvolvimento a longo prazo, que pretende explorar o potencial de recursos naturais, das infraestruturas e dos meios humanos para trazer competitividade e sustentabilidade nesta área. Este plano estratégico estabelece 13 objetivos quantificados para 2020 e 2030, dos quais destacamos a duplicação do número de empregos até 2030 (95 mil pessoas ao serviço em 2020 e 140 mil pessoas ao serviço em 2030) e o aumento exponencial da incorporação de resíduos na economia (68% em 2020 e 87% em 2030). O Compromisso para o Crescimento Verde enuncia ainda 83 iniciativas, entre as quais existem vários objetivos já previstos ou em curso, procurando estender a abrangência e confluência de ideias, estabelecendo prioridades e mobilizando o País para esta reforma.



Análise da atividade

Em 2014, a SUMA comemorou o seu 20º aniversário, consolidando a posição de liderança nacional no mercado dos resíduos, com 47% de população servida por contratos de serviços de recolha e limpeza urbana. Ao longo destas duas décadas, a Empresa pioneira na área dos resíduos desenvolveu-se e atingiu um patamar de sucesso que a transformou num grupo solidamente sustentado e difundido internacionalmente, com presença em 6 países e 4 continentes.

Com as crescentes dificuldades, sentidas pela SUMA, de crescimento por via dos concursos nacionais, quer pela tendencial agressividade da concorrência, que tem vindo a praticar preços no limiar dos preços de custo, quer pela definição dos valores base dos procedimentos, desajustados face aos meios mínimos exigidos, a Empresa continua a manter a sua visão de consolidação sustentada da liderança em Portugal e aposta cada vez mais no crescimento sustentável para mercados internacionais.

Durante o ano de 2014, voltou a não ser possível responder a todas as oportunidades de negócio lançadas, pelo facto de, em algumas situações, o preço base – valor máximo que a entidade adjudicante pode pagar pelos serviços –, ser inferior aos custos operacionais, com mão-de-obra e equipamento.

Apesar deste cenário adverso, ao nível do desempenho comercial nacional, em 2014 foram adjudicados ao Grupo SUMA prestações de serviços que ultrapassam os 7,6 milhões de euros de carteira. À SUMA cabe 99% desse valor, para o qual contribuíram as adjudicações efetuadas pelo município da Guarda, para aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos, pelo município de Montalegre, para aquisição de serviços de recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos, pelo município de Sintra, para a aquisição de serviços de limpeza pública na União de Freguesias de Agualva e Mira Sintra e na União das Freguesias do Cacém e S. Marcos e também pela aquisição de serviços de limpeza pública na União das Freguesias de Sintra, pela Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M., para a limpeza urbana na baixa de Vilamoura e pelo município de Trancoso, para a prestação de serviços de recolha de RSU.

As prestações de serviços com duração igual ou superior a um ano totalizam 25 % do total das adjudicações efetuadas em 2014. Estas adjudicações são maioritariamente de âmbito autárquico. Foram firmados novos contratos com municípios e empresas das autarquias, com historial de relações comerciais no Grupo SUMA, dos quais destacamos:

- ✓ Câmara Municipal do Seixal - prestação de serviços de recolha de monos domésticos e prestação de serviços de desmatação e limpeza de valas;
- ✓ Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures - prestação serviços de recolha de resíduos, aluguer de viaturas de recolha de resíduos de carga lateral;
- ✓ Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo - prestação de serviços de limpeza urbana - Bom Sucesso, Panasqueira, Recinto do Mercado Semanal e Zona Envolvente;
- ✓ Câmara Municipal de Santiago do Cacém - serviços de lavagem e desinfeção dos contentores de resíduos urbanos, no município de Santiago do Cacém;
- ✓ Câmara Municipal do Porto - aquisição de serviços de limpeza e varredura do espaço público;
- ✓ Câmara Municipal do Barreiro - aquisição de serviços para recolha e transporte de sacões de entulho e ervas, de 1 m³ de capacidade;
- ✓ Câmara Municipal do Seixal - aquisição de serviços de desinfeção de contentores de resíduos sólidos urbanos;
- ✓ Câmara Municipal do Cartaxo - serviços de lavagem a quente, desinfeção, desengorduramento e desodorização de contentores e baldes de RSU no concelho do Cartaxo;



- ✓ Câmara Municipal de Ílhavo - prestação de serviços de limpeza urbana e de gestão do ecocentro no município de Ílhavo;
- ✓ Câmara Municipal de Vila do Conde - prestação de serviços de limpeza de praias, prestação de serviços de recolha de RSU, prestação de serviços de limpeza urbana, prestação de serviços de locação de viaturas de recolha de RSU e lavagem de equipamento no Município de Vila do Conde;
- ✓ Câmara Municipal de Sintra - aquisição de serviços de limpeza pública na União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra e na União das Freguesias do Cacém e S. Marcos;
- ✓ Câmara Municipal de Sintra - aquisição de serviços de limpeza pública na União das Freguesias de Sintra;
- ✓ Câmara Municipal de São Brás de Alportel - prestação de serviços de lavagem mecânica de contentores;
- ✓ Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova - ajuste direto para aquisição de serviço de lavagem de contentores de RSU de 800 litros de capacidade.
- ✓ MUSAMI - aquisição e reparação de maquinaria e equipamento;
- ✓ MUSAMI - proposta para prestação de serviços de planeamento e coordenação da operação do eco parque da Ilha de São Miguel;
- ✓ Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M. - limpeza urbana na baixa de Vilamoura 2014/2017;
- ✓ AMBISOUSA - prestação de serviços de transporte de lixiviados, do aterro sanitário de Penafiel para tratamento em ETAR, pelo período de 1 ano.

Para além destas adjudicações, a SUMA ampliou, durante o ano de 2014, a sua carteira de clientes através da assinatura de contratos em novos concelhos:

- ✓ Câmara Municipal de Montalegre - aquisição de serviços para recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos;
- ✓ Câmara Municipal de Trancoso - concurso público para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Trancoso;
- ✓ Câmara Municipal da Guarda - recolha limpeza transporte de resíduos sólidos em todo o concelho da Guarda;
- ✓ CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, E.M. - deposição de resíduos de desarenamento (código LER 190802) em operador licenciado de gestão de resíduos (300 Ton);
- ✓ Câmara Municipal de Amarante - aquisição de serviços de "varredura mecânica de ruas";
- ✓ Câmara Municipal de Lagoa - lavagem de contentores de RSU, na área do concelho de Lagoa;
- ✓ Câmara Municipal do Alandroal - prestação de serviços de lavagem e desinfecção de contentores;
- ✓ Câmara Municipal de Ansião - limpeza, desinfecção, desengorduramento e desodorização de contentores;
- ✓ Serviços Municipalizados da Câmara Municipal da Nazaré - lavagem e desinfecção de contentores de RSU de superfície e semienterrados;
- ✓ Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto - prestação de serviços de lavagem de contentores de recolha de resíduos sólidos urbanos e fornecimento de serviço de aluguer de viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos;
- ✓ Câmara Municipal de Alenquer - prestação de serviços de limpeza urbana nas vilas de Alenquer e do Carregado;
- ✓ Inova - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M. - prestação de serviços para a limpeza urbana e do areal das praias da Tocha e Palheirão, parques de merendas, zonas industriais, infraestruturas de águas e saneamento e aterros de terras vegetais/ manutenção e tratamento dos espaços verdes e do relvado do parque desportivo, tendo sido subcontratados pela Vibeiras à SUMA os serviços de limpeza urbana e do areal;
- ✓ Câmara Municipal de Sines - aquisição de serviços de varredura mecânica.



Fora do âmbito autárquico, foi adjudicado à SUMA, pelo Ministério da Defesa Nacional – Força Aérea – Base Aérea nº 6, um contrato para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos.

As prestações de serviços de âmbito municipal, de duração inferior a um ano, representam uma carteira de 1,9 milhões euros e referem-se maioritariamente a serviços de carácter sazonal associados à época alta – junho a setembro, fim de ano, festas municipais -, como sejam as lavagens de contentores, a recolha de RSU, a limpeza de praias e varredura mecânica, nomeadamente nos concelhos de Amarante, Lagoa – Algarve, Alandroal, Ansião, Nazaré, Cabeceiras de Basto, Alenquer, Sines e Cantanhede.

No que diz respeito à continuidade das relações contratuais por via da renovação de contratos, importa destacar os seguintes contratos:

- ✓ Câmara Municipal de Almada - prestação de serviços de lavagem e varredura nas freguesias de Almada e Cacilhas;
- ✓ Câmara Municipal de Caminha - prestação de serviços de recolha e transporte de RSU, fornecimento, manutenção e lavagem de contentores e limpeza urbana no concelho de Caminha;
- ✓ Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova - concurso público para aquisição de serviços de limpeza urbana no concelho de Condeixa-a-Nova;
- ✓ Câmara Municipal da Figueira da Foz - prestação de serviços de manutenção e limpeza das praias;
- ✓ Câmara Municipal de Ílhavo - prestação de serviços de recolha de RSU e transporte a destino final e limpeza urbana no município de Ílhavo;
- ✓ Câmara Municipal de Sintra - aquisição de serviços de limpeza pública na união de freguesias de Agualva e Mira Sintra e na união das freguesias do Cacém e S. Marcos;
- ✓ Câmara Municipal de Sintra - aquisição de serviços de limpeza pública na união das freguesias de Sintra;
- ✓ Câmara Municipal de Terras do Bouro - prestação de serviços de recolha e transporte de RSU ao destino final e higienização dos pontos de recolha, no município de Terras do Bouro;
- ✓ Câmara Municipal de Valença - recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos e equiparados produzidos no concelho de Valença; fornecimento e lavagem de contentores e limpeza urbana;
- ✓ Câmara Municipal de Vila do Conde - prestação de serviços de limpeza urbana em Vila do Conde e prestação de serviços de recolha de RSU e lavagem de equipamento no município de Vila do Conde;
- ✓ Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira - prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos do concelho de Vila Nova de Cerveira.

A área comercial da SUMA estima que durante o ano de 2015 serão lançados diversos concursos públicos, entre os quais estarão os promovidos pelos municípios de Marinha Grande, Caminha, Almada, Santo Tirso, Vale de Cambra, Lamego, Póvoa do Varzim, Vila do Bispo, Loulé, Condeixa-a-Nova, Coimbra, Constância, Oliveira Bairro, Vagos, Albergaria-a-Velha, Espinho, Pinhel, Vila do Conde, Matosinhos, Porto, Ponte da Barca e ainda pela Malambiente e Parque Expo. Prevê-se também que, no município da Azambuja, seja lançada a construção e exploração de um aterro de RNP.

Os objetivos da SUMA, na perspetiva comercial de crescimento e consolidação da liderança da quota no mercado nacional de RSU, passam pelo alargamento da prestação de serviços a novos clientes, na procura de ampliar a carteira de contratos, aproveitando todas as oportunidades com viabilidade, num mercado onde se continua a verificar um aumento ligeiro da população servida pelas empresas privadas. Estes ambiciosos objetivos só serão possíveis de alcançar com o



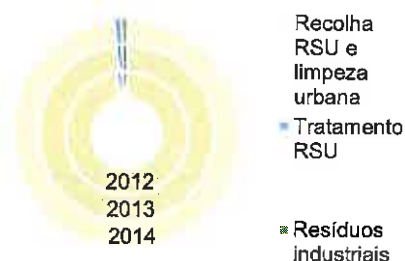
desenvolvimento das melhores práticas e procurando apresentar soluções inovadoras, que permitam elevar a qualidade dos serviços colocados ao dispor dos clientes.

Analisando o desempenho da Empresa com base nas quantidades de resíduos geridos, constatamos que em 2014 a tendência de quebra dos últimos anos foi invertida, registando-se um aumento nas toneladas de RSU recolhidos na ordem dos 1,7%. Esta variação é mais significativa nos resíduos provenientes da recolha seletiva, que aumenta cerca de 73% comparativamente com as quantidades do ano de 2013 e passa a representar 3,1% das quantidades totais recolhidas. Em relação aos resíduos industriais, com a transposição da atividade de recolha de RNP para outras empresas do Grupo SUMA, especializadas nesta área de atuação, as quantidades geridas pela SUMA são quase nulas.

Toneladas de Resíduos	2012	2013	2014
Recolha de RSU - indiferenciada	557.941	556.015	558.072
Recolha de RSU - seletiva	12.195	10.365	17.925
Recolha de resíduos industriais	1.551	82	50
Total	571.686	566.462	576.048

Em 2014, e apesar desta variação positiva das quantidades de resíduos recolhidos, verificou-se uma quebra na atividade, resultante do término de alguns contratos, que originou uma quebra do volume de negócios de 6,7%, em relação ao ano anterior.

Volume de negócios por atividade (milhares de euros)	2012	2013	2014
Recolha RSU e limpeza urbana	53.422	53.365	49.901
Tratamento RSU	778	568	522
Resíduos industriais	684	545	401
Total	54.884	54.478	50.824



Da análise aos valores de proveitos por atividade, confirmamos que a SUMA concentra a sua atividade principal na prestação de serviços de recolha de RSU e limpeza urbana, em detrimento das outras áreas de atuação no setor dos resíduos, que por opção estratégica estão a ser desenvolvidas pelas diversas empresas do Grupo SUMA, especializadas em cada uma das áreas.

Apesar da variação negativa do volume de negócios no exercício de 2014, a Empresa conseguiu manter resultados bastante positivos, com margens superiores às atingidas nos anos anteriores, contrapondo os cenários de adversidade da economia e do próprio mercado, revelando capacidade de atingir dos objetivos traçados.

A SUMA sempre definiu a sua estratégia de crescimento em função de planos ambiciosos e otimistas, estabelecendo objetivos concretizáveis e que proporcionassem a sustentabilidade do Grupo. Sendo a SUMA o principal pilar e promovendo a partir desta a manutenção da liderança do mercado nacional na área da recolha e limpeza urbana, o desempenho do Grupo SUMA está assente numa estratégia de complementaridade entre as mais de três dezenas de empresas detidas, com o objetivo de disponibilizar soluções que respondam às necessidades das áreas de recolha de RSU e limpeza urbana, tratamento de RSU e recolha e tratamento de resíduos industriais integrais, facultando a gestão do ciclo de vida completo dos resíduos. Neste Grupo, o volume de negócios gerado pela SUMA representa cerca de 54,5% do volume de negócios consolidado, colocando a Empresa como principal contribuidor neste indicador.



A conquista do concurso para a privatização da EGF, que se espera concretizada durante 2015, irá contribuir fortemente para o crescimento do Grupo, promovendo o alargamento das competências a outras etapas da cadeia de valor dos resíduos, nomeadamente, o tratamento e a valorização de RSU, até agora sob a alçada de entidades públicas.

Nos últimos anos, a aposta no mercado internacional assumiu um papel preponderante no desenvolvimento do Grupo SUMA, estendendo a sua atuação além-fronteiras e demonstrando competências nas diversas áreas onde atua, destacando-se em 2014 o regresso da SUMA ao Brasil e a entrada no mercado do médio oriente, com a adjudicação de um contrato em Omã.

A SUMA encontra-se hoje representada a nível internacional com atividades desenvolvidas em 6 países de 4 continentes. Para além de Portugal, o Grupo presta serviços em: três províncias angolanas – Luanda, Benguela e Kwanza Sul –, através da VISTA Waste; na Cidade da Praia, em Cabo Verde, através da AGIR; na cidade de Maputo, em Moçambique, através da Ecolife; mais recentemente Belo Horizonte, no Brasil, através da Consita e na província de Al Dakhiliyah, em Omã, através da SUMA Oman Branch.

As novas incursões no estrangeiro, aliadas à aposta no mercado nacional do tratamento de resíduos, obrigaram a um envolvimento dos recursos dos vários serviços da Empresa, que têm sido capazes de dar resposta afirmativa aos projetos em curso e com um desempenho muito positivo para o crescimento sustentado da SUMA.

Educação e sensibilização ambiental

Através de estratégias diversificadas – jogo simbólico, manifestações pacíficas e animações de rua, representação de papéis, exploração multimédia e sensorial, sessões desportivas, certificação de competências e apresentações interativas –, 75.115 portugueses, de 22 municípios clientes, usufruíram de ações diretas e qualitativas de educação ambiental, relativas a 62 ações, efetuadas ao longo de 4.224 horas de formação e distribuição qualitativa de materiais. A estes juntam-se 145.682 sujeitos contactados indiretamente, por distribuição passiva, através da entrega de suportes em Instituições de Interesse Público, pela personalização de sacos para panificados e / ou usando a redistribuição em cadeia – através dos parceiros locais ou de redes familiares.

Para além da educação e sensibilização ambiental com os parceiros clientes e com os municípios – de Alcobaça, Aveiro, Batalha, Caminha, Celorico de Basto, Condeixa-a-Nova, Constância, Felgueiras, Figueira da Foz, Ílhavo, Lousada, Oliveira do Bairro, Ourém, Paços de Ferreira, Palmela, Porto de Mós, Rio Maior, Terras de Bouro, Valença, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Gaia e Sintra –, dinamizada, de modo direto ou indireto, nos estabelecimentos de educação e ensino – aos docentes e discentes do pré-escolar, do primeiro e segundo ciclo do ensino básico e à comunidade escolar do secundário da rede pública ou privada do ministério da educação –, nas superfícies comerciais – aos consumidores, gerentes e lojistas de mercados, feiras, panificadoras, estabelecimentos de restauração, superfícies comerciais de grande ou pequena dimensão e postos de abastecimento –, nas instituições de interesse público e de apoio social – aos responsáveis, colaboradores e utentes de juntas de freguesia, departamentos autárquicos, centros de dia, entre outros –, em eventos festivos – aos visitantes de feiras e certames e aos participantes de celebrações de dias ou semanas temáticas –, e em locais de lazer – aos usufruidores de zonas balneares e jardins –, existiram um conjunto de ações, que pelo seu cariz, ultrapassaram as nossas áreas e alvos habituais de influência.



A presença diária, em projetos lançados ao longo do ano de 2014, na televisão – na plataforma MEO Kids - com o projeto AmbiSUMA Jr. (projeto detalhado na secção sobre educação ambiental do Relatório e Contas 2013) -, na internet – no canal Youtube da SUMA -, e nas redes sociais – na página de Facebook específica de educação ambiental da empresa -, alargou consideravelmente o número de alvos abrangidos e fez com que as barreiras municipais ou da prestação de serviços fossem ultrapassadas. Aos 4 milhões de telespetadores / visitantes anuais, em média, da plataforma MEO Kids, juntam-se milhares de visualizações e já – a página foi lançada no final do ano -, centenas de “likes” na página de educação ambiental nas redes sociais. A estes dados temos também de juntar a projeção mediática de algumas campanhas / projetos que, pelo seu cariz solidário e sustentável, foram altamente publicitadas: por exemplo, as reportagens televisivas da REUTILÂNDIA que, em alguns casos, contabilizam, habitualmente, audiências médias de 1.000.000 telespetadores.

Todos estes meios paralelos de comunicação educacional externa têm reflexo interno: os trabalhadores da SUMA e seus filhos têm sido envolvidos, como alvos ou agentes, de campanhas de sensibilização. Ou seja, foram atores, mãos, vozes e / ou rostos dos 32 vídeos de sensibilização, concebidos e produzidos, para o projeto “AmbiSUMA Jr.”, recetores de suportes no âmbito da rubrica de divulgação / sensibilização interna “Ambiente à Sexta” e alvos de campanhas específicas nos centros de serviço locais. Os restantes trabalhadores do grupo Mota-Engil foram igualmente abrangidos, pela divulgação na TV corporativa, de anúncios temáticos e vídeos educativos sobre ambiente e cidadania.

Pela diversidade de meios e circuitos é difícil de contabilizar o número total de portugueses, só no ano em análise, que foi sensibilizado pela SUMA – por contacto pró-ativo, passivo, circuitos televisivos ou pela web ou por circuitos internos -, para adotar rotinas para a construção de um ambiente melhor, mas, em summa, década e meia de investimento na área da sensibilização para a correta gestão dos resíduos e da manutenção da limpeza urbana soma, em números estimados, 11 milhões de nacionais abrangidos.

Se 2014 se caracteriza pela grande dinâmica de meios e respetivo impacto na abrangência alcançada, há que destacar, identicamente, o papel que parcerias e parceiros tiveram na criação de uma rede de influência para a mudança comportamental desejada. A Portugal Telecom (MEO Kids) e a LIGA são parceiros que se tornaram habituais para, respetivamente, divulgar conteúdos, dinamizar passatempos / festas temáticas e efetuar criações, peças ou engrossar o número de atores nos vídeos “AmbiSUMA Jr.”. Há também os parceiros pontuais, que pela sua disponibilidade e interesse na área ambiental e cívica, deram um maior impacto às ações – por exemplo, os estabelecimentos de ensino profissional, secundário e de 2º ciclo que transformaram alunos e professores em protestantes nas manifestações pacíficas; a comunidade escolar que instalou e dinamizou, verdadeiramente, sistemas de encaminhamento ou valorização de papel e de óleos alimentares usados, nos seus estabelecimentos, obtendo níveis de recolha elevadíssimos; e os postos de abastecimentos e concessionárias de autoestradas e de praias, assim como as superfícies comerciais, que permitiram ações de sensibilização nos seus espaços. Por outro lado, o departamento de educação e sensibilização ambiental da SUMA respondeu positivamente a muitos pedidos de parceria, por parte das autarquias e das juntas de freguesia, disponibilizando Unidades Móveis de Sensibilização, dinamizando sessões de formação, *workshops* temáticos e stands educativos e criando campanhas e suportes específicos para celebrar, em conjunto com o cliente, a Semana Europeia da Mobilidade e da Prevenção de Resíduos, o Dia Europeu sem Carros, a Festa da Criança, o hastear oficial das Bandeiras Azuis nas praias, eventos de festividade local ou enriquecendo sites autárquicos pela oferta de materiais infantojuvenis para constarem no seu espaço virtual infantil.



Estas ações resultam em medidas de eficácia, económicas, de certificação ou qualitativas, representativas da concretização dos objetivos a que a educação ambiental da SUMA se propõe – educar para a cidadania, construir um ambiente melhor –, de que destacamos algumas:

- ✓ Poupança de 5,9 milhões de euros, nos custos associados ao tratamento e confinação técnica dos resíduos (sem a contabilização das taxas de IVA, de gestão de resíduos e de agravamento e obtida num período médio de 8 anos) ao erário público, consequência de uma maior consciencialização das populações locais para as vantagens individuais e comunitárias da utilização dos códigos de consumo sustentável, da redução do desperdício e do reaproveitamento das matérias-primas contidas no que comumente é designado “lixo” (este tipo de poupança ocorre em 95% dos municípios com educação ambiental ativa da SUMA versus 33% nos municípios sem este tipo de serviço ativo).
- ✓ Atribuição de índices de qualidade muitos elevados – “Cliente muito satisfeito” –, nos parâmetros de índice de importância da “eficácia das campanhas”, “capacidade de envolver o público-alvo”, “temáticas das campanhas” e “contributo para a criação e manutenção de rotinas”, no Inquérito de Satisfação ao Cliente referente aos serviços de Educação Ambiental da SUMA (inquérito passado a todos os clientes do universo SUMA, que compreende a avaliação de todos os serviços prestados pela empresa).
- ✓ Obtenção de moda de 4, numa escala de 4 pontos, em 12 dos 13 itens, num questionário de avaliação à satisfação com a Unidade Móvel de Sensibilização – ECOSCÓPIO, questionário passado a jovens e professores, numa amostra de 103 visitantes aveirenses.
- ✓ Aumento de mais de 30% na quantidade de óleos alimentares usados (OAU) recolhidos por marcação prévia, em quantidade por litros, e de 76% nos OAU recolhidos, em geral, após campanha específica de encaminhamento deste tipo de resíduos, junto da comunidade escolar de Condeixa-a-Nova.
- ✓ Desvio de aterro de 15.000 utilidades / num ano, através de rotinas de reutilização e reencaminhamento de bens prestáveis, no âmbito do projeto REUTILÂNDIA, junto da população gaíense.
- ✓ Difusão e publicação de mais de 2 centenas de artigos e notícias sobre as ações de educação ambiental (destacando-se a Unidade Móvel Solidária – REUTILÂNDIA com divulgação televisiva em diferentes operadores).
- ✓ Manutenção, em 2014, da certificação atribuída pela APCER, segundo as normas de qualidade, ambiente e segurança, à área de educação e sensibilização ambiental da SUMA.

Para 2015 prevê-se, face aos índices de sucesso apresentados, entre outras estratégias a:

- ✓ Continuidade na oferta de materiais que juntam o cariz informativo ao utilitário – aventais, cantis, t-shirts, lanternas, bases de refeição individual, sacos de compras reutilizáveis, listas de planeamento de compras, lenços para cabeça, sacos de plástico, brindes caninos, palas automóveis de proteção solar, jarras de flores foram o conjunto de materiais mais escolhido pelos clientes como veículos ecológicos, em 2014 –, e / ou ao lúdico, didático e escolar – cadernos de passatempos e atividades, manuais, jogos de tabuleiro e de mesa, caixa de tatuagens temporárias, régua escolares, bolas de futebol, máscaras, livros e cd interativos foram o segundo tipo de suportes mais distribuído.
- ✓ Conceção de novas campanhas de sensibilização e suportes educativos para inserir no plano estratégico de intervenção disponibilizado aos clientes nacionais, que conta já com mais de 80 campanhas e de 600 suportes de incentivo ao acondicionamento e deposição corretas de resíduos domésticos, à prevenção da produção de resíduos por valorização de recursos e redução na origem, à promoção da limpeza urbana e ao registo de urbanidade (com possível seguimento de campanhas, com recurso a ícones, para transmitir rotinas pró-



- ambientais e cívicas como acontece na campanha “Respeitar os Sinais é sinal de civismo” e “Disposto a Tolerar que os outros sujem o que também é seu?”, as duas campanhas mais executadas no ano em análise).
- ✓ Produção de 8 novos conteúdos vídeo para alimentar vários canais de comunicação externa e interna, em vários locais do país, com diferentes atores e estéticas cinematográficas (principalmente, para aumento de conteúdos e consolidação de parceria no “AmbiSUMA Jr.”, projeto com a PT - MEO KIDS)
 - ✓ Reforço de parcerias estratégicas - com órgãos de comunicação social de grande difusão, espaços de entretenimento com grande número de visitantes, centros comerciais, gestores de resíduos, entre outros -, para divulgação de conteúdos, dinamização conjunta de eventos e / ou lançamento de infraestruturas inovadoras e de resposta à problemática da limpeza urbana.
 - ✓ Intensificação das campanhas e ações internas de sensibilização aos trabalhadores da SUMA, em ações diretas nos centros de serviços locais, envolvendo os trabalhadores de modo transversal, e através da rubrica “Ambiente à Sexta” ou, ainda, através de novas rubricas internas, de cariz similar, criadas.
 - ✓ Disponibilização de novos projetos / estratégias de sensibilização a “custo zero” para os clientes, isto é, sem custos deduzidos do valor disponível em PEI (projetos em fase de finalização no último trimestre do ano de 2014 e que se prevê o seu lançamento no primeiro trimestre de 2015):
 - ✓ Estrutura móvel “Eco Kiosko” – quiosque montável, de utilização gratuita e sem necessidade de recorrer a recursos humanos permanentes, com zona de auditório televisivo, para visionamento de vídeos informativos e de animação, ateliers criativos, videoclipes e zona de exploração com 5 jogos de rotação, correspondência e encaixe, atividades no âmbito do ambiente e da cidadania -, para usufruto de consumidores de grandes espaços comerciais e, em parceria, com uma grande rede de gestão de centros comerciais. A estrutura estará acessível a todos os que a quiserem visitar em centros comerciais perto ou nos concelhos clientes.
 - ✓ Plataforma interativa virtual denominada “SUMAkids” – com vídeos, conteúdos descarregáveis para preencher, construir ou operacionalizar, e histórias animadas -, alojada no *site* da SUMA e com a possibilidade do cliente usufruir, dentro da sua própria página institucional, desta área infantojuvenil, sobre as temáticas da cidadania, em particular do ambiente, sem custos acrescidos, através do acesso a uma zona partilhada na *cloud*. Neste espaço virtual é possível apreender mais sobre acondicionamento e deposição de resíduos domésticos, pequenos lixos, dejetos caninos, valorização de resíduos valorizáveis e prevenção da produção de resíduos, pela redução na origem ou por via da valorização.
 - ✓ Aplicação de decoração de sensibilização, em viaturas de recolha e transporte de resíduos e em contentorização, nos equipamentos para novas prestações de serviços nacionais, com conteúdos, icónicos e simples, que remetem para os custos com a gestão e tratamento de lixo, o impacto individual, social e ambiental da falta de manutenção na limpeza urbana e para a perceção do lixo como recurso, identificando as vantagens individuais respetivas.
 - ✓ Comercialização de ações e produtos a autarquias não clientes habituais de recolha e limpeza urbana da SUMA, pela prestação de serviços pontuais das Unidades Móveis ou pela venda de materiais pedagógicos pró-ambientais.
 - ✓ Cruzamento de estratégias que aliam meios e modos tradicionais a alguns mais vanguardistas para tentar alcançar todos os tipos de produtores de resíduos, independentemente do local, interesses ou idade (alguns exemplos: o avô quando vai a padaria recebe um tradicional saco de pão com mensagens sobre a redução da produção de resíduos; o jovem ao “navegar” na internet acede aos conteúdos educativos na página de educação ambiental nas redes sociais; a criança na escola ouve a história sobre os “heróis da limpeza” e, mais tarde, explora a plataforma interativa “SUMAkids”, no site da SUMA ou da sua autarquia; o adulto recebe um SMS com



informações pertinentes sobre resíduos e prevenção rodoviária e primária; o autarca recebe um link para acesso a um novo filme de sensibilização, que até foi filmado no concelho que preside.)

A educação e sensibilização ambiental da empresa não ficou só por território nacional. Como habitual, foram efetuados em três países lusófonos – Cabo Verde, Moçambique e Angola - programas de Educação e Sensibilização Ambiental sedimentados em várias vertentes de ação, em contactos qualitativos e em estratégias diversificadas.

Em Cabo Verde e Moçambique uma clara opção pela sensibilização móvel, com afixação no equipamento de produção, das rotinas básicas de acondicionamento dos resíduos, das regras de urbanidade e de comportamentos de cidadania ativa. Estratégia que continua a ser uma aposta que, de modo gratuito, permite alertar as populações para os procedimentos de acondicionamento do lixo, através dos próprios veículos que prestam os serviços de recolha. No ano de 2014 foram executados mais combinações gráficas e de conteúdos para aplicar nas viaturas disponibilizadas, em Moçambique, devido ao sucesso que este tipo de “educação sobre rodas” tem.

Os meios de grande divulgação e fazendo recurso a equipamentos ou a estruturas existentes são também uma estratégia para o território angolano, onde desde as viaturas dos técnicos de sensibilização à restante frota de prestação de serviços, prolifera um grafismo colorido e repleto de mensagens icónicas de comportamentos ambientais e de prevenção primária. Também junto a papelarias, perto das vias rodoviárias ou nas vitrinas de algumas superfícies comerciais existem painéis alertando, in loco, para o comportamento correto a ter em determinado espaço – acondicionar o lixo e não o abandonar na via pública ou nas faixas rodoviárias, respeitar o espaço público e cuidar dos equipamentos de todos são algumas das mensagens transmitidas. De destacar, à semelhança da intervenção em Portugal, a importância da distribuição de suportes que aliam o informativo com o funcional, com a distribuição pela população, em espaços do quotidiano – como na rua, em lojas, em postos de abastecimentos, em terminais de táxis, em locais de culto, centros de saúde e hospitais -, de coletores de sinalização, leques, sacos, porta-lixinhos, entre outros, que apelam a mudança comportamental no tratamento dos resíduos e destacam, sempre, a correlação efetiva entre tratamento do lixo e saúde. As Unidades Móveis de Sensibilização - “LIXOMACHIMBA” -, continuam, também, a ser uma aposta clara de intervenção, através da presença junto das populações locais ou junto dos participantes em eventos, feiras e certames, onde são ponto de atração permanente. O plano de intervenção angolano - concretizado em Luanda, Benguela e no Kwanza Sul -, continuou a apostar fortemente, através de contactos pró-ativos qualitativos ou de contactos mais clássicos, no aumento da maturação cívica dos visados numa clara aposta da SUMA e das empresas envolvidas em operacionalizar a sua responsabilidade social em locais onde a problemática do lixo tem um efeito mais premente em milhares de alvos envolvidos.

No futuro, esperamos que as propostas de educação ambiental e as visitas efetuadas por comitivas, como as de Omã, deem também resultados e, para além do continente europeu e africano, a educação ambiental da SUMA se estenda ao continente asiático ou ao americano, acompanhando e otimizando os serviços que já são atualmente prestados pela produção, na recolha ou limpeza de resíduos nestas zonas do globo. Em Portugal, fica a expectativa de desenvolvimentos do processo de aquisição da EGF com um aumento exponencial da carteira de clientes da SUMA e, inerentemente, do impacto das ações de educação e sensibilização ambiental, sobretudo na vertente da valorização dos resíduos e cumprimento das metas prescritas no PERSU 2020.



Recursos humanos

A SUMA encara a gestão de recursos humanos como um dos pilares do desenvolvimento do negócio e aplica uma estratégia de valorização dos trabalhadores, com um investimento constante em formação, segurança, qualidade e melhoria das condições de trabalho, promovendo as relações sociais e a motivação dos seus colaboradores, numa perspetiva de envolvimento e comprometimento com a cultura empresarial da Empresa.

Durante o ano de 2014, a SUMA contou com um número médio de 1.492 trabalhadores, aos quais se juntam 12 trabalhadores cedidos pelas câmaras municipais, tendo decorrido uma adaptação do número de colaboradores à evolução do negócio da Empresa, que se traduziu num decréscimo de 55 trabalhadores em relação ao ano anterior.

Em 2014, a gestão da atividade formativa foi reestruturada de forma a poder responder de forma mais incisiva na contribuição à diminuição da sinistralidade e na proficiência da operação e serviços executados.

Dada a maturidade alcançada pela organização na execução de formação, foi possível desenhar e implementar novas ferramentas e metodologias de trabalho, procurando-se aproximar cada vez mais das necessidades reais dos vários estabelecimentos da Empresa, indo ao encontro das especificidades de cada um, atendendo ao carácter geográfico, serviços prestados e população laboral. Deste modo, e de forma gradual, sem criar uma cisão acentuada com o passado recente, estabeleceram-se novos pressupostos na criação do plano anual de formação.

O plano foi implementado sob duas vertentes, a primeira ministrada pelo departamento de Formação e a segunda pelos Tutores SUMA. A capacidade comprovada da organização na execução da formação permitiu estabelecer diferentes objetivos para cada uma das vertentes, com o intuito de serem trabalhadas em paralelo.

Para o departamento de Formação foram definidos os seguintes objetivos:

- ✓ Integrar 100% dos trabalhadores da produção em formação de segurança e de operação de equipamentos (1.322 trabalhadores);
- ✓ Realizar 186 ações de formação interna em SHST.

E para os Tutores SUMA, foram definidos os seguintes objetivos:

- ✓ Realizar 1.772 ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos;
- ✓ Cumprimento de 5.288 presenças em ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos.

Relativamente ao departamento de Formação, para cumprir as metas propostas, o desenho do plano formativo assentava na realização de 4 grandes campanhas de formação, dirigidas à produção, nos seus principais serviços - recolha e limpeza urbana -, a saber:

- ✓ Segurança na operação de varredura manual;
- ✓ Segurança na operação de recolha;
- ✓ Movimentação manual de cargas;
- ✓ Operação de corte de ervas.





Os resultados destas campanhas foram os seguintes:

Curso	Nº Ações Planeadas	Nº Ações Realizadas	Nº Colaboradores Planeados	Nº Colaboradores Integrados
Segurança na operação de varredura manual	45	44	541	492
Segurança na operação de recolha	50	54	678	564
Movimentação manual de cargas	56	56	753	646
Operação de corte de ervas	14	12	175	128

Foram ainda executados os seguintes cursos, com os respetivos resultados:

Curso	Nº Ações Planeadas	Nº Ações Realizadas	Nº Colaboradores Planeados	Nº Colaboradores Integrados
Combate a Incêndios	17	5	208	70
Comunicação e trabalho em equipa	4	4	67	63
Primeiros socorros	18	5	248	70
Segurança geral nas oficinas	4	4	67	58

De salientar os cursos "Combate a incêndios" e "Primeiros socorros", por impossibilidade de manutenção das condições necessárias à realização dos mesmos, foram interrompidos e adiados para serem reintegrados no plano de formação de 2015.

Adicionalmente, e fora do plano de formação interno, foram ainda realizados os seguintes cursos:

Curso	Nº Ações realizadas	Nº Formandos presentes
Abordagem às especificações técnicas	1	2
Base de Dados de Produção	1	6
COF - Controlo e otimização de frotas	7	79
Como elaborar um relatório de acidente de trabalho	8	90
Desempenho geral - Motorista / Viatura de produção	3	31
Enquadramento Sinistralidade - Produção	2	25
Enquadramento Técnico - Produção	55	354
Enquadramento Técnico - Pedagógico - Tutores	14	108
ESA - Objetivos	1	16
FIC - Ficha informação contrato	1	1
Informática	2	22
Perigos, riscos e ambiente	1	10
Plano de emergência interno - Formas de atuação	2	28
Qualidade, ambiente e segurança	3	14
Rotulagem e embalagem	1	15
Seminário motivação	1	16
Seminário RH	3	47
Simulacro	1	13
Workshop declaração amigável acidente automóvel + seguros sociais SUMA	3	20
Workshop Prezi	4	12



A evidenciar dos cursos realizados dentro do plano de formação, que a metodologia de produção de conteúdos foi redesenhada, procurando aproximar-se da realidade dos serviços executados. Desta forma, todos os conteúdos foram trabalhados em conjunto com a área de produção, testados métodos alternativos de trabalho, em contexto simulado, face aos praticados, e implementados em contexto formativo, visando a eficácia, eficiência e segurança nas operações dos serviços realizados, destacando-se em particular o curso “Segurança na operação de varredura manual”, onde foram considerados os vários equipamentos usados, a ergonomia, altura dos colaboradores, força física, género, postura, entre outros aspetos, de forma a desenvolverem-se novas abordagens na varredura manual, tendo os resultados obtidos sido muito acima das expectativas iniciais, com a efetiva mudança comportamental dos trabalhadores abrangidos por esta campanha, tendo estes mudado a sua forma de realizar o serviço, com melhores resultados, tanto na qualidade do serviço prestado, como na celeridade e na segurança do mesmo.



Relativamente aos Tutores SUMA, e face às metas definidas, procurou-se ajustar o plano formativo às disponibilidades dos estabelecimentos, introduzindo-se alterações na realização do mesmo, procurando otimizar as sessões dos Tutores, ao mesmo tempo em que se garantia maior qualidade nas mesmas e a diminuição das tarefas administrativas, inerentes ao processo do ciclo formativo. Para o ano de 2014, e em parceria com o departamento de Sistemas de Informação, criou-se um novo mecanismo automático, permitindo introduzir as grelhas de observação usadas pelos Tutores na realização das suas sessões, na Base de Dados da Produção (BD Produção), ficando associadas ao lançamento das partes diárias de serviço. Desta forma, procurou-se garantir a associação das sessões e temáticas ministradas pelos Tutores ao serviço efetivamente realizado pelos formandos, dado que a formação dada pelos Tutores SUMA é feita em contexto real de trabalho. De igual forma, esta nova ferramenta converge cada vez mais os dados observados nas sessões dos Tutores, com os dados obtidos na realização dos serviços, garante de maior e melhor cruzamento de informação, entre as várias plataformas de dados. Ainda no especto mais técnico, esta solução permitiu desburocratizar ainda mais o processo formativo, permitindo automatização de preenchimento dos registos formativos, ao mesmo tempo em que os dados obtidos passaram a ser lançados diretamente em base de dados. No campo mais operacional, esta nova ferramenta garantiu uma uniformização das sessões de formação dos Tutores, tanto na duração, como nos conteúdos, como no número de participantes, sendo este último aspeto o mais relevante, dada a imposição de cada sessão ter no máximo 3 formandos, a observar, garantindo uma maior qualidade nos conteúdos ministrados em detrimento da quantidade. Ainda no aspeto operacional, e face os objetivos definidos, o plano de formação dos Tutores, visou apenas dois cursos:

- ✓ Segurança;
- ✓ Operação de equipamentos.



Estes cursos foram desdobrados em ações de formação, de acordo com os serviços executados pelos trabalhadores. A concretização deste plano formativo obedecia a dois pressupostos:

- ✓ Integrar 100% dos trabalhadores da produção em formação de "Segurança" (1.322 Trabalhadores);
- ✓ Integrar 100% dos trabalhadores da área da produção em formação de "Operação de equipamentos" (1.322 Trabalhadores).

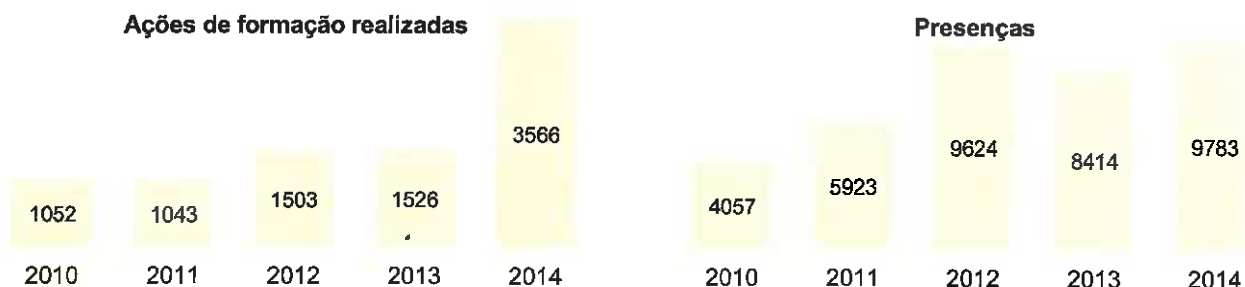
A sua concretização decorreu em duas fases, com o intuito de se encontrar um ponto comparativo de desempenho nos dois momentos formativos de segurança, por forma a encontrar os aspetos críticos que contribuem para a sinistralidade e verificar a evolução das boas práticas dos trabalhadores presentes nas campanhas. A primeira fase ocorreu entre março e maio, onde todos os trabalhadores deveriam frequentar uma ação de formação em "Segurança" e outra em "Operação de equipamentos", de acordo com o seu serviço. A segunda fase ocorreu entre junho e setembro, com o mesmo princípio, em que todos os trabalhadores deveriam voltar a ter a mesma ação de formação em "Segurança" e a mesma ação de formação em "Operação de equipamentos". Esta nova metodologia permitiu comparar os conteúdos ministrados, entre dois momentos distintos, avaliar a aprendizagem dos mesmos, pela comparação dos resultados obtidos entre as duas fases e detetar eventuais necessidades decorrentes da execução das ações de formação de Tutores.

Curso	Nº Ações Planeadas	Nº Ações Realizadas	Nº Presenças Planeadas	Nº Presenças Integradas
Primeira fase	806	1.253	2.417	2.315
Segunda fase	795	1.604	2.500	2.455

Os resultados obtidos na execução do plano, de acordo com as novas metodologias, demonstram por si só o seu sucesso, dadas as elevadas taxas de concretização. Relativamente ao número de ações planeadas versus as concretizadas, o seu valor aumentou em cerca de 78%. Tal justifica-se pelo facto de se ter cumprido com a imposição do número máximo de 3 trabalhadores por sessão, havendo casos, em que estas eram ministradas individualmente. Já o número de presenças rondou os 97% de concretização, tendo ficado por integrar apenas alguns colaboradores em baixas prolongadas, férias e faltas, que não foram possíveis de serem integrados durante o período de execução, de ambas as fases. Como resultado final, podemos sem dúvida afirmar que 2014 foi o melhor ano em termos de ciclo formativo.



O número de ações de formação aumentou 134%, e o número de presenças aumentou 16% face ao ano anterior, sendo em ambos os casos, os melhores resultados de sempre.



Tais resultados ilustram o sucesso das alterações e novas metodologias implementadas, fruto da estratégia iniciada em 2013, e cuja materialização dos objetivos apresentados foi alcançada fundamentalmente por via da execução dos programas mencionados, através da formação ministrada pelo departamento de Formação e pelos Tutores SUMA. A aposta constante na execução destes planos bem como no seu desenvolvimento e evolução é resultado de um trabalho de continuidade, do envolvimento direto por parte da administração, gestão de topo e da obtenção de resultados concretos.

Resumimos, de seguida, a avaliação do cumprimento das metas e resultados planeados. Para o departamento de Formação:

- ✓ Objetivo 1 - Integrar 100% dos trabalhadores da produção em formação de "Segurança" e de "Operação de equipamentos" (1.322 trabalhadores). No ano em análise o conjunto de programas de formação registou 1.378 trabalhadores, cumprindo-se o objetivo a 100%.
- ✓ Objetivo 2 - Realizar 186 ações de formação interna em SHST. No ano em análise o conjunto de programas de formação registou 169 ações de formação em SHST, ministradas internamente pelo departamento de Formação, alcançando-se uma taxa de concretização de 90%.

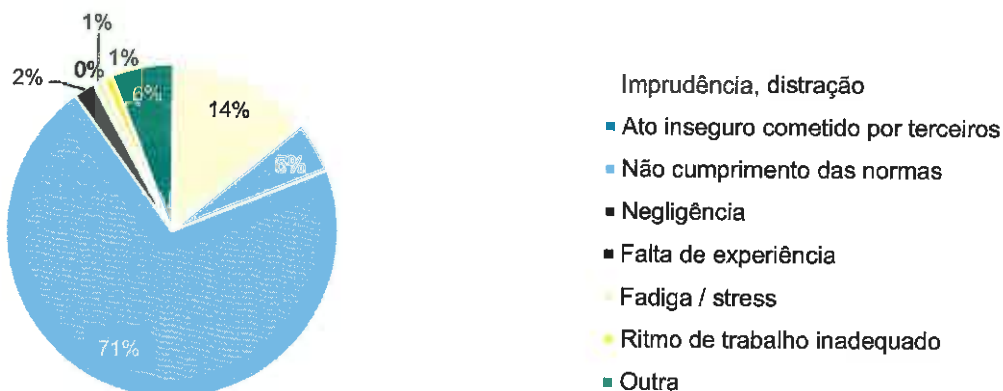
Em relação aos Tutores:

- ✓ Objetivo 1 - Realizar 1.772 ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de "Segurança" e "Operação de equipamentos". Para o ano de 2014, as campanhas de formação dos Tutores registou 2.857 ações de formação nestas duas matérias, tendo ultrapassado o objetivo proposto em 161%.
- ✓ Objetivo 2 – Cumprimento de 5.288 presenças em ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos. Decorrente da realização do plano de formação Tutores, foram registadas 4.770 presenças em ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas referidas, alcançando 97% do objetivo proposto. De salientar que os restantes 3% se referem a trabalhadores com baixas prolongadas, de férias ou com faltas, e que não foi possível integrar nas campanhas em curso.

Da análise efetuada aos dados, dos últimos 3 anos (2011 a 2013) de sinistralidade (laboral e rodoviária) na SUMA, podemos constatar, conforme o gráfico abaixo, que 71% dos sinistros se devem ao facto dos trabalhadores Não cumprirem todas as regras e normas. A segunda maior incidência ocorre por imprudência e distração dos trabalhadores.



Sinistralidade



Da observação e tratamento da sinistralidade e da sua evolução, constata-se que a grande maioria de acidentes se deve ao comportamento do trabalhador. Deste modo, o plano anual de formação foi posto em prática com o intuito de combater a sinistralidade e, ao mesmo tempo, dotar a nossa população de ferramentas comportamentais e técnicas que lhes permitam realizar o serviço com mais eficácia, eficiência e segurança. Os resultados obtidos permitem-nos dizer, com bastante confiança, que o seu desenho e aplicação tem-se revelado eficaz na diminuição de sinistralidade, através da implementação de ações de formação muito direcionadas para o saber-fazer, e de carácter prático e técnico, vocacionadas para a aprendizagem do trabalhador. No entanto, e dadas as características do nosso serviço e da nossa população, medidas adicionais de mudança comportamental foram equacionadas. Não obstante a necessidade permanente de reforçar o plano anual de formação com temáticas orientadas para a "Segurança" e "Operação de equipamentos", a mudança de hábitos comportamentais requer outra metodologia complementar, de repetição, curta e muito simples.

É neste âmbito que surge o projeto "10 Minutos de Segurança".

O seu intuito é "treinar" a mudança comportamental dos trabalhadores, através da implementação de sessões de informação diárias, sendo-lhe dada pela chefia, antes do início do serviço, uma frase contendo conteúdos de segurança adequados ao serviço que irá realizar, enquadradas nos perigos identificados para o mesmo. Antes do início de serviço, todos os trabalhadores afetos ao mesmo são reunidos pela chefia, que de acordo com os vários perigos identificados para o mesmo serviço deverão ministrar uma sessão de informação de cerca de 10 minutos. Neste momento informativo, a chefia deverá usar uma e apenas uma das temáticas, mencionando a mesma e qual o seu objetivo, garantindo que os trabalhadores o assimilaram e se comprometem a cumpri-lo. Todos os dias, a chefia deverá repetir este momento informativo, usando uma nova temática. As temáticas são muito objetivas, diretas e simples, para que a sua divulgação seja de fácil e rápida assimilação e compreensão, garantindo ao mesmo tempo, um enraizamento de comportamentos mais seguros e consequente diminuição de sinistralidade, por responsabilidade dos próprios.

No final do mês, através da BD Produção, será lançado um relatório mensal, deverá ser impresso e dado a assinar aos trabalhadores, que contabilizará todos os momentos informativos realizados, de acordo com os seguintes preceitos: relatório mensal – contabilização de 10 minutos diários, no mês; contabilização de 10 minutos, só por uma parte diária, independentemente de o trabalhador poder ter mais que uma parte diária lançada, por dia; contabilização diária de 10 minutos somente se o trabalhador tiver registado na parte diária, mais de 4 horas de trabalho efetivo.



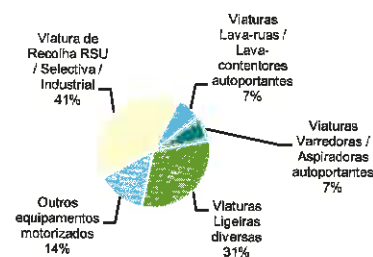
Pretendeu-se desta forma, com o projeto "10 Minutos de Segurança", sensibilizar e enquadrar os trabalhadores relativamente às problemáticas diárias do seu serviço, dificuldades, riscos e perigos decorrentes do mesmo, bem como a deteção de situações anómalas e forma correta de atuação. Deu-se início ao projeto em finais de outubro de 2014, tendo este sido implementado primeiro no centro de serviços de Sintra. A implementação do projeto foi feita pelo departamento de Formação, numa primeira fase, que ministrou as sessões informativas aos trabalhadores. Posteriormente, e sob acompanhamento, passaram a ser as chefias de produção a realizar as sessões informativas. Neste momento, o projeto está a decorrer em Sintra e no centro de serviços de Vila Nova de Gaia, estando prevista a implementação do mesmo, nos restantes centros de serviço, durante o primeiro semestre de 2015.

Os trabalhadores da SUMA continuam a ser encarados como elemento diferenciador na progressão e desenvolvimento da Empresa, prestando serviços de qualidade e demonstrando fortes competências em todas as áreas, sendo enquadrados numa estratégia de retenção de talento na organização, com promoção das aptidões profissionais, elevando o empenho e fomentando a adaptação á mudança, que conduzam ao sucesso pessoal e da organização.

Equipamentos e aprovisionamentos

Em matéria de equipamentos e viaturas de produção, a SUMA mantém uma frota ajustada aos níveis de exigência dos serviços que presta, com objetivos de melhoria contínua da sua eficiência, através da otimização dos meios e realizando o investimento necessário à obtenção dos resultados pretendidos.

Parque de Equipamento Motorizado	2012	2013	2014
Viatura de Recolha RSU / Selectiva / Industrial	460	466	511
Viaturas Lava-ruas / Lava-contentores autoportantes	74	74	86
Viaturas Varredoras / Aspiradoras autoportantes	100	100	94
Viaturas Ligeiras diversas	374	374	392
Outros equipamentos motorizados	169	169	172
Total de Equipamentos Motorizados	1.177	1.183	1.255



No ano de 2014 deu-se particular atenção ao tema dos consumos energéticos e foi elaborado um plano de racionalização energética. Foi entregue junto da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) o relatório referente ao primeiro ano da implementação do plano de racionalização da frota, no qual ressaltaram alguns pontos a destacar.

Comparativamente ao ano de 2013, no período homólogo de 2014, verifica-se que: o consumo global de energia diminuiu cerca de 10,8%; o valor do consumo específico de energia dos veículos ligeiros diminuiu 10,9%; relativamente aos veículos pesados, o valor do consumo específico de energia diminuiu 3,3%.

Estes resultados traduzem ganhos de eficácia efetivos e traduzem o contínuo controlo de medidas que se encontram em curso, nomeadamente:

- ✓ Otimização dos veículos menos eficientes;
- ✓ Formação em Eco Condução;
- ✓ Melhoria do sistema de gestão de frota;
- ✓ Análise e controlo dos pneus.



A Suma prossegue o caminho no sentido de obter uma maior redução nos consumos e consequente racionalização de custos.

A implementação do Controlo e Otimização de Frotas (COF), um sistema desenvolvido pela SUMA que recebe dados provenientes de três fontes – de um GPS instalado nas viaturas, do aplicativo interno de BD Produção e de dados do departamento de Planeamento (PLC) –, tem como principais valências a verificação gráfica e analítica dos itinerários efetuados e respetiva quantificação dos desvios face ao planeado, permitindo também uma monitorização nos equipamentos de diversos eventos como excessos de velocidade, acelerações, desacelerações bruscas e excessos de rotação. Este sistema proporciona, deste modo, um melhor controlo, análise e otimização dos diversos serviços efetuados. Neste sentido, a implementação foi alargada no ano de 2014 ao centro de serviços de Sintra e Loures e iniciado no centro de serviços do Porto. Em antevisão, para o ano de 2015, está previsto o alargamento aos centros de serviços de Matosinhos, Vila do Conde e Leiria. Com este sistema de racionalização de consumos e melhor adequação de itinerários, pretende-se ter soluções de modo a reduzir gastos com combustível e manutenção, rentabilizando assim, os meios disponíveis.

A SUMA, em parceria com a Continental® e com as recauchutadoras com quem trabalha, têm vindo a fazer levantamentos periódicos ao estado dos pneus instalados nas viaturas. Estes levantamentos originam relatórios que auxiliam na manutenção das condições ideais dos pneus, influenciando assim positivamente a segurança dos veículos, a economia de combustível e a rentabilidade dos pneus. Estão em análise metodologias para um controle eficaz da pressão dos pneus, que passam por pontos como: definição, com o apoio da Continental®, da pressão mais adequada a cada viatura; introdução das pressões por viatura no sistema informático ERP-SAP; colocação de etiquetas com as pressões nos veículos; criação de condições para que as pressões dos pneus possam ser verificadas e corrigidas se necessário, sem recurso às oficinas.

No âmbito da gestão de armazéns, foi implementado o novo processo de contagens físicas, verificando-se um aumento na agilidade da componente prática, como também, em toda a questão processual no ERP-SAP. O consequente incremento de contagens físicas num ano permitiu uma maior organização dos próprios armazéns e aumentou a disponibilidade do responsável de armazém no tempo útil necessário para uma gestão mais eficiente do mesmo.

No que se refere à gestão oficial, foi feito um acompanhamento de proximidade e ministrada formação dos utilizadores locais, na utilização do ERP-SAP, nomeadamente na monitorização e execução dos planos de manutenção. Em 2014, foram ministradas diversas ações de formação aos colaboradores das oficinas, perfazendo um total de 1.226 horas de formação, mais 34% comparativamente com 2013. Durante este exercício prosseguiu-se com a renovação do equipamento oficial.

Em resumo, 2014 foi essencialmente um ano, no qual o foco na área de equipamentos se centrou na otimização de gastos e estabilização de processos, para que os próximos anos sejam de desenvolvimento e investimentos de vária ordem, estruturados e sustentados.

Qualidade, ambiente e segurança

A SUMA dedica especial atenção à área de qualidade, ambiente e segurança, alinhando os seus sistemas de gestão integrada com os objetivos de melhoria contínua e de permanente procura de padrões de excelência, cujo reconhecimento está patente nas certificações dos diversos sistemas integrados de gestão implementados.

Durante o ano de 2014, o departamento de qualidade, ambiente e segurança (QAS) desenvolveu as diligências necessárias para assegurar que o sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho (SIG-QAS), implementado na SUMA, se mantém adequado, útil e eficaz, de acordo com a política de gestão, objetivos e metas delineados, e promovendo a melhoria das atividades desenvolvidas e dos serviços prestados.

Em 2014 destacamos as ações desenvolvidas pelo QAS nos capítulos da certificação, campanhas de sensibilização em ambiente e segurança, monitorizações no âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho (SHST), consulta aos trabalhadores, avaliação da satisfação dos clientes, acidentes de trabalho e auditorias internas e tratamento de reclamações.

Certificação

Em maio de 2014, foi realizada a auditoria externa à Sede e ao centro de serviços de Aveiro, da SUMA, sendo que se tratou de uma auditoria integrada de acompanhamento ao sistema de gestão da qualidade (NP EN ISO 9001:2008) e de renovação aos sistemas de gestão ambiental (NP EN ISO 14001:2012) e da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008).

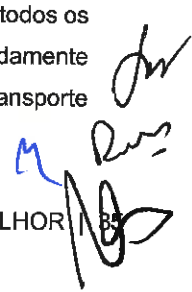
A APCER considerou estarem reunidas as condições necessárias para a SUMA manter/renovar as certificações do sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente e segurança e saúde no trabalho para: conceção, desenvolvimento, planeamento e comercialização de atividades de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos não perigosos, gestão da contentorização, gestão de ecocentros, educação e sensibilização ambiental no edifício Sede e execução e operacionalização das atividades mencionadas no centro de serviços de Aveiro.

Sensibilização em ambiente e segurança

Durante o ano de 2014, o QAS manteve o projeto, iniciado em 2010, das campanhas de sensibilização para as temáticas do ambiente e da segurança, higiene e saúde no trabalho, que visam todos os trabalhadores da organização. Funcionando de forma independente das ações inscritas no plano anual de formação, este projeto conheceu já várias fases de campanhas de sensibilização internas, suportadas por cartazes, folhetos e mensagens eletrónicas que alertavam e sistematizam as regras de boa conduta profissional no que à segurança e higiene concernem e de poupança de recursos em contexto empresarial.

Em 2014, foram promovidas as seguintes iniciativas:

- ✓ O QAS enviou uma mensagem de correio eletrónico a todos os responsáveis da produção, para assinalar o Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho – 28 de abril -, e criou um cartaz, para ser afixado em todos os centros de serviços, sobre as medidas de prevenção e controlo no âmbito da SHST, que estão devidamente documentadas nas especificações técnicas que existem para os serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos e gestão da contentorização;





- ✓ Para assinalar o Dia Mundial do Ambiente – 5 de junho -, o QAS enviou uma comunicação por mail a todos os responsáveis da produção e oficina, para reforçar o papel fundamental de todos os trabalhadores destas 2 áreas no desempenho ambiental da SUMA, com enfoque na questão dos consumos de combustível e água. Foi solicitado aos destinatários da comunicação que divulgassem a mensagem por todos os trabalhadores sob a sua responsabilidade;
- ✓ No início de julho, o QAS elaborou um cartaz informativo para ser afixado em todos os centros de serviços, na zona de lavagem de viaturas/equipamentos. A informação destacava as 3 regras principais a cumprir, não só para reduzir o consumo de água nesta tarefa mas, também, para melhorar a qualidade (diminuir a carga) dos efluentes que daí resultam;
- ✓ Ainda durante o mês de julho, no seguimento de um acidente de trabalho grave ocorrido com um cantoneiro da varredura manual, que foi atropelado, o QAS promoveu debates em alguns dos centros de serviços, com os respetivos diretores, chefes de serviços e chefias da produção, nomeadamente, da área da limpeza urbana, varredura manual, para: analisarem e refletirem sobre os perigos e riscos da varredura manual, nomeadamente, o risco de atropelamento; avaliarem as medidas de prevenção e controlo definidas na SUMA; sugerirem novas medidas de prevenção e controlo ou alteração das existentes.

Monitorizações SHST

No sentido de cumprir os requisitos legais, no que se refere à obrigatoriedade de realizar monitorizações periódicas, no âmbito da segurança e saúde no trabalho, nomeadamente para se avaliar as condições nos vários postos de trabalho, foi implementado em junho de 2012, o “Plano de Monitorizações SHST – SUMA - 2012/2013”, que contemplava medições de iluminação, conforto térmico, ruído ocupacional e vibrações mecânicas, a realizar em todos os centros de serviços da SUMA, até ao final de 2013.

O Plano foi elaborado pelo QAS, tendo em conta as atividades desenvolvidas por cada centro de serviços, sendo que as medições foram realizadas por entidades externas, devidamente habilitadas para o efeito. As medições foram acompanhadas pelo QAS, que teve também um papel fundamental na avaliação e validação dos resultados, para posterior emissão de relatórios e na definição de medidas de prevenção e controlo operacional e organizacional, a serem implementadas pelos centros.

Por motivos alheios à SUMA, nomeadamente, por questões relacionadas com as condições climáticas, não foi possível terminar todas as monitorizações até ao final do ano de 2013, sendo que as mesmas foram concluídas durante o primeiro trimestre de 2014.

Consulta aos trabalhadores

A participação dos trabalhadores é uma componente fundamental do desempenho da organização, como tal, a “IO078 – Comissão Local de SHST e Consulta aos Trabalhadores”, além de definir as regras de constituição e funcionamento das comissões locais de segurança, higiene e saúde no trabalho (CL-SHST), quer também garantir que todos os trabalhadores são envolvidos nos assuntos que possam afetar a SHST, assegurando que estes são consultados sobre os referidos temas.



Em Fevereiro, a IO078 foi revista, no seguimento da publicação da Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, que procedeu à alteração e republicação da Lei n.º 102/2009 (que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho). De acordo com a Lei n.º 3/2014:

- ✓ A consulta aos trabalhadores em matéria de SST passou a ter que ser realizada apenas uma vez por ano, em vez das duas previstas anteriormente;
- ✓ As consultas, respetivas respostas e propostas devem constar em registo, nomeadamente, em suporte informático.

Foi, também revisto o "MD220 – Consulta aos Trabalhadores", para garantir que todos os temas previstos na legislação vigente aplicável são considerados na consulta. A campanha de consulta de 2014, baseada na aplicação do MD220, foi lançada pelo QAS em outubro, tendo abrangido todos os trabalhadores da Empresa, independentemente da função que desempenham ou da instalação a que estão afetos.

Avaliação da satisfação dos clientes

De acordo com o procedimento documentado "PR035 – Gestão de Inquéritos à Satisfação de Clientes", com uma periodicidade mínima anual, é enviado aos clientes, um inquérito de avaliação da sua satisfação. Esta ferramenta de medição e monitorização incide sobre as seguintes áreas de interface entre o cliente e a organização:

- ✓ Avaliação dos serviços prestados – limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos, gestão da contentorização, sensibilização e educação ambiental, tratamento de resíduos, outros serviços;
- ✓ Avaliação das competências técnicas e imagem da organização – capacidade para trabalhar em parceria com o cliente; cumprimento das boas práticas ambientais, das regras de segurança e dos prazos; adaptabilidade dos meios humanos e dos materiais/ equipamentos; tratamento de sugestões e/ ou reclamações; clareza da informação disponibilizada; dinamismo e capacidade de inovação; imagem no mercado; relação custo-eficácia dos serviços;
- ✓ Avaliação global – avaliação global da prestação da Empresa e potencial recomendação dos serviços a outros clientes;
- ✓ Opiniões e sugestões – indicação de melhorias a contemplar nos serviços prestados, indicação de potenciais serviços a prestar.

A campanha de 2014 foi lançada pelo QAS em outubro, com o envio do inquérito aos vários clientes da SUMA, SUMA Matosinhos, SUMA Porto, SUMA Esposende e Real Verde. O tratamento estatístico dos resultados foi feito pelo QAS, sendo que, dos 61 Inquéritos enviados, foram recebidas 54 respostas, o que equivale a uma taxa de adesão de 89%.

Acidentes de trabalho

De acordo com o definido na "IO054 – Atuação em caso de Acidente de Trabalho", todos os acidentes de trabalho (AT), independentemente do local onde ocorrem e das suas consequências, têm de ser registados no "MD026 – Relatório de Acidente de Trabalho". A análise de um AT tem como principal intuito identificar a(s) causa(s) do mesmo, para posteriormente se definirem ações que eliminem essa(s) causa(s).

Para reduzir a sinistralidade da SUMA, é preciso garantir a identificação das "verdadeiras" causas dos AT ocorridos. E tal só será possível se houver um esforço de todos os envolvidos no sentido de melhorar a elaboração dos relatórios de AT, garantindo a adequabilidade e fiabilidade da informação registada nos MD026. As informações que são registadas nos



MD026 são fundamentais para todo o processo de análise de sinistralidade e, conseqüentemente, para se conseguir reduzir quer a frequência, quer a gravidade dos AT. Com esse intuito, o MD026 foi revisto pelo QAS, durante o ano de 2014, elaborando-se a versão 9 do relatório de AT, e o respetivo guião com instruções, quer para o preenchimento do MD026/9, quer para a própria análise das ocorrências. Durante o mês de dezembro, o QAS promoveu a formação de todos os trabalhadores envolvidos no processo de análise e registo de AT, de modo a se fazer a implementação do MD026/9 – entrada em vigor a 1 de janeiro de 2015 –, em todos os centros de serviços da SUMA, SUMA Matosinhos, SUMA Porto, SUMA Esposende, Real Verde, SIGA e RIMA.

Em 2014, foi organizado um grupo de trabalho interdepartamental, com elementos do QAS, do departamento de RH, do departamento de gestão e manutenção de materiais, da gestão de seguros, dos sistemas de informação e do departamento de organização de sistemas e métodos, com o objetivo de desenvolver, internamente, uma base de dados para a gestão da sinistralidade da SUMA. Pretende-se que esta base de dados venha a fazer a gestão integrada das várias ocorrências, nomeadamente: AT; acidentes com equipamentos; outros danos próprios (multirriscos); outros danos contra terceiros (responsabilidade civil). Foram desenvolvidos trabalhos no sentido desta base de dados entrar em funcionamento em 2015, tendo-se priorizado a questão da gestão dos AT.

Auditorias internas

A função do QAS assenta, principalmente, na gestão dos requisitos legais e normativos, para a manutenção, monitorização e controlo do SIG-QAS, mas também para a melhoria contínua da própria organização. Nesse sentido, durante o ano de 2014, o QAS realizou auditorias aos vários centros de serviços da SUMA.

O departamento de qualidade, ambiente e segurança cumpriu em 2014 os principais objetivos delineados e continuará a desenvolver a estratégia da SUMA nesta matéria, na prossecução do bom desempenho da Empresa.

A SUMA pretende manter/ renovar as certificações do sistema integrado de gestão no âmbito da conceção, desenvolvimento, planeamento e comercialização de atividades de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos não perigosos, gestão da contentorização, gestão de ecocentros, educação e sensibilização ambiental no edifício sede e execução e operacionalização das atividades mencionadas no centro de serviços de Aveiro. Em abril de 2015, realizar-se-á a auditoria externa pela APCER – auditoria de renovação ao sistema de gestão da qualidade (NP EN ISO 9001:2008) e auditoria de acompanhamento aos sistemas de gestão ambiental (NP EN ISO 14001:2012) e da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008), implementados na sede e no centro de serviços de Aveiro.

É objetivo da Empresa manter as campanhas internas de sensibilização sobre ambiente e segurança e saúde no trabalho, para todos os trabalhadores da organização, com a introdução de novos temas e/ou novas ferramentas de comunicação, de acordo com as necessidades detetadas.

O departamento QAS pretende realizar, durante 2015, pelo menos uma campanha de consulta, no âmbito de SST, que abranja todos os trabalhadores, de modo a promover melhorias nas condições de trabalho e para cumprir os requisitos legais aplicáveis sobre esta matéria. Antes do lançamento da campanha de 2015, o “MD220 – Consulta aos Trabalhadores” será revisto, no sentido de aumentar a taxa de adesão e procurar uma solução para diminuir o número de respostas que não são possíveis considerar para tratamento estatístico, pelos questionários se encontrarem incompletos ou mal preenchidos.



Relativamente à avaliação da satisfação dos clientes, no último trimestre de 2015 realizar-se-á a campanha de 2015, com o envio do inquérito aos vários clientes da organização e tratamento estatístico das respostas recebidas.

Pretende-se que a base de dados para a gestão integrada da sinistralidade, em desenvolvimento desde o final de 2014, seja implementada na SUMA durante o ano de 2015, pelo menos no que diz respeito à gestão dos acidentes trabalho. A implementação da base de dados irá implicar que seja promovida a formação de todos os trabalhadores envolvidos no processo.

Relativamente aos AT, com o intuito de tentar dissuadir os “falsos AT” e de melhorar a análise dos AT ocorridos, vai ser implementado um teste, nos centros de serviços de Aveiro e Sintra, em que os trabalhadores serão “obrigados” a comunicarem de imediato à sua chefia os AT, de modo a que a chefia se desloque ao local e investigue a ocorrência. Com este teste pretende-se avaliar os impactos na produtividade, da implementação desta regra.

Em 2015, o QAS irá continuar a realizar auditorias aos vários centros de serviços, para monitorizar e controlar os requisitos aplicáveis – legais, normativos, da própria organização -, no âmbito do sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho.

A nova base de dados de reclamações começou a ser testada no centro de serviços de Aveiro, no final de 2013 e, por se terem comprovado as vantagens que fundamentaram o desenvolvimento desta nova ferramenta, houve uma decisão no sentido de a implementar nos restantes centros de serviços, durante o ano de 2014. Essa implementação não foi possível em 2014, tendo em conta que os vários intervenientes estiveram envolvidos em outros trabalhos considerados prioritários. Deste modo, em 2015, será dada continuidade a este projeto. O próximo passo por parte do QAS e PLC será o desenvolvimento de relatórios que vão permitir fazer o tratamento dos dados resultantes do processo de gestão de reclamações, nomeadamente, a monitorização e controlo e respetivos reportes que cada centro de serviços tem de realizar mensalmente. Pretende-se que a implementação desta base de dados em toda a organização se possa iniciar a partir de maio de 2015, sendo que terá que ser promovida a necessária formação dos vários trabalhadores envolvidos no processo de gestão de reclamações, em cada um dos centros de serviços.

Sistemas de informação

A SUMA prossegue com os seus objetivos relativamente aos sistemas de informação, na melhoria contínua dos meios disponíveis para garantir a qualidade e quantidade de informação, promovendo a eficiência em todas as áreas da organização.

Ao nível de infraestrutura do centro de dados, foi implementada uma solução de *storage* totalizando 10TB de discos redundantes, permitindo um incremento necessário para as plataformas de virtualização, servidores, correio eletrónico e *file storage* – incluindo *backup* de informação.

Foi implementada, em 2015, uma nova solução *voice over IP* (VoIP), substituindo a anterior por esta necessitar de *upgrades* e manutenções constantes e estando esses equipamentos fora de garantia e suporte. A implementação da solução OneNet abrangeu todas as localizações SUMA, sendo independente da rede de dados fixa e recorrendo à rede móvel da Vodafone, num total de 300 extensões dispersas por todo o país. Além da renovação tecnológica, foi possível



reduzir a fatura mensal global de comunicações, assegurando o suporte, no terreno, a qualquer problema que surja nos novos equipamentos.

Durante o ano de 2014, o departamento de sistemas de informação e telecomunicações, efetuou um estudo aprofundado de várias plataformas de *security information and event management* (SIEM). Foi realizada uma prova de conceito, em conjunto com a IBM, com a solução líder de mercado QRADAR, durante 2 meses, sendo que os resultados corresponderam às expectativas e ficou provada a relevância de dotar a SUMA de uma ferramenta de diagnóstico e correlação de eventos em tempo real para antecipar e resolver, em tempo útil, questões de segurança e acessos na rede. O projeto ficou suspenso, sendo adiada a sua análise para o segundo semestre de 2015.

No que diz respeito ao contrato de serviço de dados *virtual private networks* (VPN), efetuou-se uma consulta ao mercado para decidir o prestador de serviços para os próximos 3 anos, na área de rede de dados VPN. A decisão foi tomada em dezembro de 2014, com o fornecedor PT – Portugal Telecom a revelar-se a melhor opção, cumprindo todos os requisitos pretendidos e apresentando o menor valor mensal. A VPN SUMA passará a ser totalmente baseada em fibra ótica, num total de 14 localizações distintas, com uma largura de banda mínima de 10Mb em cada local.

Em matéria de desenvolvimento de soluções internas, os sistemas de informação promoveram, juntamente com os departamentos operacionais da Empresa, melhorias nas bases de dados existentes, envolvendo as bases de dados da produção, avaliação de desempenho e formação, bem como dando início a uma base de dados para a gestão da sinistralidade, já mencionada em termos de QAS.

Imagem e comunicação institucional

A atuação do departamento de Imagem e Comunicação Institucional no ano de 2014 foi caracterizada pela renovação de alguns dos principais canais de comunicação da SUMA, bem como pela criação de novas ferramentas de interação com as partes interessadas, assumindo especial destaque, para além destes factos, as comemorações do 20º aniversário da SUMA.

A criação do novo *site* institucional assume um investimento no reforço da marca no mercado nacional e internacional, aproximando o cliente e toda a comunidade ambiental para a missão, compromisso, enquadramento e valores da SUMA. Esta renovação estendeu-se, complementamente, à plataforma utilizada que, através de uma combinação de várias linguagens com *design* específico (*Responsive Web Design*), mais amplo e interativo, permite a compatibilização não só com a maioria dos browsers, mas também com a maioria dos equipamentos que hoje são utilizados (*smartphones*, *tablets*, *laptops* e *Pc/Mac*), garantindo, simultaneamente, uma resposta mais eficaz às solicitações e exigências do mercado e à divulgação dos serviços prestados pelo universo empresarial da SUMA, através da disponibilização de informações relativas a perfil, percurso, serviços, implantação, atualidades e contactos da organização, estruturadas de forma mais intuitiva. Assume ainda destaque o acesso aos recursos multimédia de sensibilização ambiental da SUMA, assim como às suas presenças no *Youtube* e no *Facebook* ("SUMA na Rede").

Esta atualização de imagem foi extensível ao estacionário da marca, que se apresenta com um aspeto mais leve e dinâmico, por forma acompanhar a tendência que tem vindo a ser implementada nesta área.



O “SUMA na Rede” foi criado para agregar a participação da SUMA nas redes sociais, fomentando diferentes formatos de comunicação e de aproximação a clientes, trabalhadores e entidades ou pessoas que partilhem dos mesmos princípios ambientais. A primeira manifestação da SUMA nestas estruturas tecnológicas dá-se através de um canal próprio no *Youtube*, serviço de partilha de vídeos, e é justificado pelo compromisso de responsabilidade social há muito assumido pela empresa de disseminar conteúdos de educação ambiental para a geração de poupanças domésticas e públicas e para o combate ao desperdício, colocando ao serviço do país o largo património detido nesta vertente de atuação. A presença da SUMA no *Youtube* reúne já 37 filmes e mais de 2.500 visualizações.

Tirando partido da dinâmica criada e de forma a potenciar este novo canal de comunicação, o postal de boas festas para clientes e fornecedores foi, para este ano, em formato vídeo. Os valores da família e da amizade, e o encerramento e renovação de um novo ciclo, foram transmitidos num vídeo-postal, tendo os tradicionais votos para 2015 sido protagonizados pela “Família Portuguesa” (campanha de educação ambiental da SUMA), com Arnaldo, Graciete e os seus filhos Pipa e João, a partilhar publicamente as suas Resoluções para o Ano Novo, num vídeo onde não faltaram os conselhos para comemorar esta época, com importantes dicas para facilitar a sustentabilidade económica e ambiental. Para além de conteúdos de educação ambiental, também o vídeo corporativo motivacional de comemoração dos 20 anos do Grupo, que contou com a presença de duas centenas e meia de trabalhadores provenientes de duas dezenas de diferentes estruturas da empresa, está presente neste canal, bem como outros que se seguiram, na mesma linha corporativa. Com a produção destes vídeos pretende-se promover a cultura de união, gerar motivação e servir também o propósito da partilha e da criação de momentos de cumplicidade entre colegas.

Com o lançamento da marca “SUMALAB” fez-se uma forte aposta na autonomização e reconhecimento da marca e prestígio empresarial do Laboratório da SUMA. Univocamente criado para colocar em evidência os serviços do Laboratório SUMA e promover o alargamento da sua implantação, o SUMALAB vem dar resposta a uma vontade de afirmar a vocação e a vertente da SUMA para os serviços de análise e controlo integrados dos parâmetros ambientais nos sistemas de tratamento de resíduos e águas.

O novo catálogo *Números&Dados* foi concebido tendo em conta a necessidade de atualizar os dados de referência do Grupo, abarcando as duas décadas de atuação. Para além de espelhar, através de uma *timeline*, os principais marcos de atuação da SUMA, desde a sua fundação até ao momento presente, procurou-se proporcionar, através da apresentação de indicadores financeiros, uma análise comparativa da evolução do crescimento exponencial da SUMA ao longo dos anos.

A organização da festa de comemoração do 20º aniversário da SUMA foi outro dos principais marcos da atuação do ICI em 2014. No evento que assinalou a ambição e o crescimento da estrutura, quer no mercado nacional, quer no internacional, marcaram presença, no castelo de Leiria, mais de uma centena de trabalhadores representativos da globalidade da organização, assim como representantes dos seus acionistas – Grupos Mota-Engil e Urbaser – e o edil do município anfitrião, Raul Castro. A comemoração inscreveu apontamentos temáticos para assinalar a cultura corporativa da organização, quer enquanto líder do mercado nacional, quer como exportadora de saber e conhecimento específico, e foi pautada por intervenções com ritmos de Portugal e de outras longitudes, a lembrar a expansão da SUMA para Angola, Cabo Verde, Moçambique, Polónia e, mais recentemente, Omã. O vídeo corporativo motivacional foi nesta ocasião apresentado. Para marcar a efeméride, a obra do artista Jacinto Nunes, da Fundação LIGA – entidade parceira na concretização da política de responsabilidade social de apoio à inclusão –, foi partilhada junto de todos os presentes,



representando nestas bodas de porcelana a tradução do percurso de sustentabilidade da empresa, e que consagra a importância da determinação na conquista e salvaguarda dos valores defendidos pela organização. Esta obra foi, igualmente, transposta para o presente comemorativo do 20º aniversário oferecido aos trabalhadores, e que se materializou numa travessa Vista Alegre com a pintura impressa. Essa obra deu igualmente o mote para a oferta aos trabalhadores presentes no habitual evento comemorativo do encerramento do ano, que se constituiu como um dos momentos-chave de reforço do espírito de grupo e de partilha, e se materializou num almoço temático que contou com magia *close up*, música e dança interativa, representação e participação em vídeo corporativo para definição das resoluções partilhadas para o ano de 2015, cujo resultado final foi projetado no encerramento das atividades festivas e se encontra disponível nos canais de comunicação institucional da SUMA (*site* e *Youtube*), tal como o vídeo institucional 20 anos revisitado.

A renovação da frota ao serviço da atividade da SUMA no município de Vila Nova de Gaia foi o motivo para a organização de mais um evento, que contou com a presença do edil do município, membros do Conselho de Administração da SUMA e representantes da Mota-Engil, bem como elementos da comunicação social. Para além da frota, foi também realizada uma visita guiada às novas instalações daquele Centro de Serviços, e a apresentação de um vídeo com as características da frota adquirida e das mais-valias que esta aquisição implica no desempenho do serviço prestado pela SUMA naquele município.

Com génese em práticas correntes associadas à gestão de equipas e da motivação dos trabalhadores, a SUMA lançou o projeto "SUMA Fora d'Horas", que visa criar momentos de partilha e o entrosamento com os valores corporativos, potenciando sinergias entre os participantes. A atividade inaugural arrancou em novembro, na Batalha, com uma prova de *karts*, seguido de um almoço convívio no castelo de Porto de Mós, que reuniu trabalhadores e respetivos cônjuges, tendo-se seguido uma edição especial Sede SUMA, com a dinamização do jogo "Pai Natal secreto". Com periodicidade trimestral, os trabalhadores-chave da SUMA terão, ao longo do próximo ano, oportunidade para se reunir "Fora d'Horas" noutras atividades, garantindo a sedimentação do espírito de pertença e momentos de cumplicidade.

Em 2014, o departamento manteve ainda a sua atividade dinamizadora dos restantes canais de comunicação estabelecidos com as partes interessadas, nomeadamente, através da *newsletter* AmbiSUMA, "Ambiente à Sexta" (ação de comunicação interna, em estreita ligação com a área de Educação Ambiental), comunicações empáticas, catálogos, assessoria de imprensa, anúncios institucionais - rádio e imprensa -, conceção de marcas de novas empresas e reformulação de logotipos de empresas detidas, respetivos estudos de aplicação em equipamentos, consumíveis e estacionários, suportes de vinculação ao cliente externo e interno (postais e presentes de aniversário e de felicitações) e da gestão de eventos (conferências, congressos, visitas de acionistas e visitantes externos, comemorações para cliente externos, inaugurações, entre outros).

A merecer destaque, o desenvolvimento de materiais representativos e de apoio em exposições de cariz nacional e internacional, com o intuito de criar notoriedade da marca em eventos ou mercados objeto de investimento do grupo. No ano em análise, importa assinalar a presença na *Waste Management Conference*, no Sultanato de Omã, com a conceção de catálogos institucionais em língua estrangeira para a SUMA e para uma das empresas pertencentes ao consórcio naquele país (a Tanzifco), apresentações corporativas e expositores.



A nível interno, e com especial relevo, a conceção das diferentes versões de apresentação SUMA, em formato digital dinâmico, e o estudo de reformulação de identidade para as várias instalações dos Centros de Serviços, quer em termos de decoração de exterior, quer ao nível da criação de sinalética e painéis de caracterização da atividade, destinados a gerar maior informação interna e promoção da identidade corporativa para visitantes e clientes. Deu-se igualmente continuidade aos processos de apoio à área de Gestão e Manutenção de Equipamentos na imagem corporativa de equipamentos e de meios, assim como ao projeto de redução de sinistralidade e de consumos, iniciado em 2010 pela área de Qualidade, Ambiente e Segurança. Ainda, enquanto área forte e de gestão continuada, a conceção e emissão de todas os modelos de notas de imprensa (SUMA, Autarquia e de balanço da atividade desenvolvida na área de educação ambiental), bem como dos principais marcos da empresa no ano em análise (prémios atribuídos, investimentos, entre outros).

Análise económico-financeira

Avaliando os resultados obtidos durante o exercício de 2014, estes demonstram a capacidade da SUMA em atingir os objetivos traçados, com a apresentação de bons indicadores económicos e financeiros.

A SUMA atingiu em 2014 um volume de negócios de 50.824.484,29 euros, um valor mais baixo do que no ano anterior. Apesar da redução da faturação, em cerca de 6,7%, esta quebra é reflexo de uma competitividade crescente no mercado dos resíduos, mas continua a demonstrar a capacidade comercial da Empresa, aliada à competência e qualidade na prestação de serviços, reconhecida pelos parceiros de negócio.

A constante procura das melhores práticas e melhor eficiência no desenvolvimento da atividade, são parte integrante da estratégia de contenção de custos colocada em prática, com a reestruturação de serviços e adaptação às necessidades atuais, sempre com o objetivo de os tornar mais rentáveis.

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) atingiu os 30.794.294,59 euros, conseguindo-se uma melhoria de 38,51% neste indicador relativamente a 2013. Este indicador é influenciado positivamente pelo montante de 12.838.519,36 euros proveniente de ganhos das empresas subsidiárias, associadas e participadas, e resulta numa margem EBITDA de 60,59%. No mesmo sentido, o resultado operacional chegou aos 27.741.585,30 euros, aumentando 46,79% em relação ao exercício anterior, situando a rentabilidade operacional das vendas em 54,58%. O resultado antes dos impostos (RAI) regista uma variação percentual positiva, de 53,12%, com um valor de 25.824.879,74 euros. Este valor gerou um aumento de 19,85 pontos percentuais na margem RAI, que se cifra em 50,81%. Analisando estes indicadores sem a influência dos ganhos das empresas subsidiárias, associadas e participadas, concluímos que as rentabilidades são também superiores às do ano de 2013, tanto em valor como em percentagem.

Em 2014, o resultado líquido apurado ascendeu a 20.606.172,67 euros, verificando-se uma variação extremamente positiva, com uma quase duplicação de valor relativamente a 2013, influenciada essencialmente pelo desempenho das empresas subsidiárias, associadas e participadas neste exercício. Este valor representa uma rentabilidade líquida das vendas de 40,54%, 20,68 pontos percentuais acima da verificada no exercício anterior.



O desempenho positivo da SUMA em 2014, permite exceder os principais indicadores económicos e financeiros em relação aos anos anteriores, consequência não só da gestão das empresas participadas mas também de um esforço conjunto na melhoria da eficácia e da competitividade, contribuindo para consolidar a estabilidade financeira da Empresa.

Durante o exercício de 2014, os clientes do setor público continuaram a realizar importantes regularizações de dívidas com prazos longos de maturidade, o que nos possibilitou uma redução dos passivos financeiros ligados à atividade operacional. No âmbito da operação de privatização da EGF, a SUMA teve de recorrer a financiamentos, classificados como passivos financeiros não correntes, para fazer face ao investimento financeiro associado. A Empresa prossegue as suas políticas de gestão de dívidas em função de um maior equilíbrio e solidez financeira.

A autonomia financeira da SUMA diminui ligeiramente em 2014 para um valor de 52,07%, mantendo a boa estrutura apresentada nos últimos anos.

O rácio de endividamento total, que relaciona o passivo financeiro sobre a soma dos capitais próprios com o mesmo passivo financeiro, aumenta 2,05 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, registando um valor de 42,58%, variação que se deve ao financiamento já referido. Apesar deste aumento, observamos o excelente resultado do exercício da Empresa bem como o reforço da estratégia de redução do endividamento bancário ao mínimo indispensável para o desenvolvimento da Empresa.

A liquidez geral, que expressa a capacidade da empresa em satisfazer as suas obrigações a curto prazo, mantém a tendência de recuperação, chegando a um valor de 176,70%, 34,79 pontos percentuais acima do verificado em 2013. A SUMA melhora assim o nível de solvabilidade e assegura a capacidade de cumprimento dos compromissos.

O valor acrescentado bruto (VAB) apurado em 2014 é de 41.117.516,67 euros, seguindo a tendência de aumento dos restantes indicadores em relação a 2013. O valor "*per capita*" situa-se em 27.558,66 euros, um valor bastante positivo e demonstrativo da capacidade da Empresa em alcançar um bom desempenho, mesmo em cenários adversos e de tanta incerteza.

Os Acionistas da SUMA mantêm as suas participações societárias, nomeadamente a Mota-Engil - Ambiente e Serviços, SGPS, detentora de 61,5% e a URBASER, S.A. com 38,5%.

O capital social da Empresa mantém-se em 12,5 milhões de euros. Em 2014, os capitais próprios da SUMA variam pela aplicação dos resultados de 2013 em reservas livres e distribuição aos acionistas, e pela variação do efeito cambial da aplicação do método de equivalência patrimonial, originando um aumento do capital próprio em 19,75%, atingindo os 85.579.649,09 euros.

Salientamos que todos os cálculos se basearam nas demonstrações financeiras elaboradas segundo o normativo em vigor.

Gestão de riscos

A SUMA, e em particular o seu Conselho de Administração, dedicam grande atenção aos riscos subjacentes aos seus negócios e objetivos. A abordagem aos riscos financeiros e operacionais, através da identificação e avaliação dos riscos envolvidos em cada decisão, é assegurada pelas estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade.

À semelhança de todas as outras empresas e negócios, a SUMA está exposta a diversos riscos financeiros, designadamente a) riscos de mercado, b) riscos de crédito e c) riscos de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. A postura da SUMA neste âmbito é conservadora e prudente, procurando evitar uma sobre exposição a este tipo de riscos, na perspetiva de que estes se relacionem com a atividade normal e corrente da empresa e nunca assumindo posições em instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

a) Riscos de mercado

Os principais riscos a que a Empresa está sujeita ao nível do mercado serão o risco de taxa de juro e risco de câmbio. A política de gestão de risco de taxa de juro da SUMA está orientada para uma redução dos encargos financeiros e redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados. A política de gestão de risco de taxa de câmbio tem como objetivo a redução da volatilidade em investimentos e operações em moeda externa, contribuindo para minimizar o reflexo das flutuações cambiais nos resultados.

b) Riscos de crédito

No que diz respeito aos riscos de crédito, as principais fontes são contas a receber de clientes e depósitos bancários e aplicações financeiras. O esforço de efetiva cobrança e recebimento dos créditos sobre terceiros é condicionado pelo facto da grande maioria dos clientes serem Municípios, que reconhecidamente enfrentam grandes dificuldades de tesouraria. A SUMA procura continuamente promover a regularização destas situações, avançando, quando possível, com a celebração de acordos de pagamento que reduzam significativamente as situações de incumprimento. No que concerne às aplicações financeiras, o risco é mitigado pela seleção criteriosa das entidades, conjuntamente com o histórico do relacionamento comercial entre as partes.

c) Riscos de liquidez

A política de gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que existem fundos disponíveis a cada momento, suficientes para fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos. A Empresa promove relações de parceria com entidades financiadoras, negociando linhas de crédito que assegurem o desenvolvimento normal da sua atividade e assegurando o seu apoio financeiro numa ótica de longo prazo.

Notas diversas

Não existem dívidas de mora à segurança social, estado e trabalhadores.

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do disposto na alínea b) do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e tendo em consideração as demonstrações financeiras do exercício, propõe-se que o resultado líquido apurado no exercício de 2014, no montante de 20.606.172,67 euros tenha a seguinte aplicação:

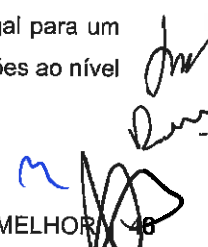
Distribuição aos acionistas:	8.240.000,00 euros
Reservas livres:	12.366.172,67 euros

Perspetivas

Apesar do crescimento verificado no último ano, as expetativas de crescimento económico para 2015 foram revistas em baixa, tanto pela Comissão Europeia, como pelo FMI. A Comissão Europeia prevê que, desde o início da crise financeira, o PIB possa começar a crescer sustentadamente em todos os países da União Europeia, embora esse crescimento seja inferior ao esperado no resto do mundo. As economias de países como os Estados Unidos da América e o Reino Unido conseguiram, ao longo do último ano, apresentar sinais de retoma evidentes através da manutenção da procura interna e consequente redução do endividamento das famílias. De acordo com os dados mais recentes do Banco Mundial, as perspetivas de crescimento económico deverão situar-se nos 4% em 2015, sendo este valor avançado com reservas, devido aos conflitos na Europa de Leste e no Médio Oriente e ao consequente impacto nos preços do petróleo. No conjunto de países em desenvolvimento e das economias emergentes, a expetativa de crescimento médio é ligeiramente superior, rondando os 5%.

O Banco de Portugal, à semelhança dos congéneres internacionais, reviu em baixa as projeções para o triénio 2014/2016 anteriormente divulgadas, ainda que seja expectável uma gradual recuperação da economia portuguesa, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do euro. A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna. No entanto, a desalavancagem dos setores público e privado, os desenvolvimentos demográficos, os limitados níveis de capital produtivo por trabalhador e o baixo dinamismo previsto para os principais parceiros comerciais – com destaque para o conjunto da área do euro – continuarão a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro. Na área do euro, a evolução económica deverá beneficiar das medidas de política monetária anunciadas pelo Banco Central Europeu, onde se incluem reduções nas taxas de juro oficiais e o apoio à disponibilização de crédito às empresas não financeiras e famílias. Assume-se também a manutenção de condições regulares de financiamento da economia portuguesa, mantendo-se a taxa de juro a dez anos, implícita na dívida pública portuguesa, abaixo dos 4% até 2016. No boletim económico de dezembro, estima-se que o crescimento do PIB se fixe em 1,5% e 1,6% para os anos de 2015 e 2016, respetivamente, tendo estes valores sido revistos em baixa face às previsões de junho.

Após um ano de profundas alterações nas principais linhas estratégicas para o setor dos resíduos, as expetativas quanto ao desenvolvimento dos planos apresentados são grandes e existe uma recetividade positiva por parte dos diversos intervenientes, mas também um entendimento generalizado de que é preciso ir mais além para que se cumpram os ambiciosos objetivos traçados. O Compromisso para o Crescimento Verde, que pretende catapultar Portugal para um nível de excelência nesta área, é ainda e apenas um documento orientador que irá requerer imensas alterações ao nível das infraestruturas e meios, mas também da responsabilidade ambiental da nossa sociedade.





A privatização da EGF representa um marco importante no setor dos resíduos em Portugal, projetando em definitivo o incentivo à iniciativa privada que os operadores neste mercado preconizavam. O agrupamento SUMA, na proposta para aquisição da EGF, apresentou um plano estratégico que prevê um investimento de cerca de 320 milhões de euros até 2020, dotando os sistemas da capacidade necessária para cumprir com as metas do PERSU 2020, numa clara demonstração do empenho e capacidade para atingir esses objetivos. Aguardando a decisão da Autoridade da Concorrência, e apesar da incógnita relativamente ao impacto da mudança neste mercado, o comprometimento do setor privado com o desenvolvimento do setor será determinante para o sucesso dos planos estratégicos nacionais.

A SUMA continuará a assumir o estatuto de referência do setor da gestão de resíduos em Portugal, com a determinação, inovação e envolvimento imprescindíveis na procura contínua pela melhoria dos serviços prestados e em busca de oportunidades de crescimento. A expansão da Empresa, na diversificação da oferta e na vertente geográfica, é encarada com o mesmo otimismo e determinação que conduziu a SUMA a um desenvolvimento ímpar no setor dos resíduos em Portugal. O *know-how* adquirido ao longo de duas décadas de experiência desta organização em matéria de gestão de resíduos, é agora essencial para prosseguir com a estratégia de crescimento da Empresa, demonstrando nos novos negócios e novas geografias as capacidades já reconhecidas nas atuais áreas de atuação, contribuindo com demais parceiros **Na Construção de Um Ambiente Melhor.**

Nota final

O Conselho de Administração da SUMA expressa o seu agradecimento a todos os que colaboraram no desenvolvimento da atividade durante o ano 2014, contribuindo para atingir os objetivos propostos.

Aos Acionistas e restantes membros dos Órgãos Sociais, agradecemos pela confiança manifestada e por toda a disponibilidade e apoio demonstrados, que promovem o crescimento da Empresa.

Aos clientes, fornecedores e demais parceiros de negócio, agradecemos a cooperação e manutenção das boas relações comerciais estabelecidas.

Um agradecimento especial aos Trabalhadores, cuja determinação, dedicação e competência que demonstram no desempenho do seu trabalho, são essenciais para o bom desempenho desta Empresa.

Lisboa, 30 de abril de 2015.

O Conselho de Administração,



Relatório de Prestação de Contas



Demonstrações Financeiras

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.

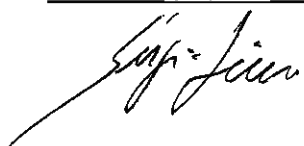
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

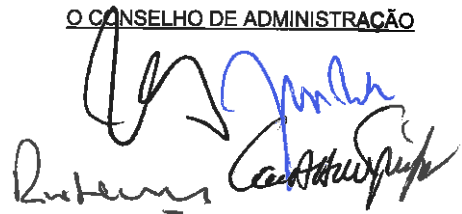
ATIVO	Notas	2014	2013
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	16 365 121,22	14 249 204,56
Propriedades de investimento	7	2 154 536,18	2 154 536,18
Goodwill	8	1 058 327,68	1 371 736,72
Ativos intangíveis	9	81 051,24	200 125,76
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	60 557 378,90	50 539 297,76
Participações financeiras - outros métodos	10	567 863,41	567 997,99
Empresas do Grupo	21	16 990 065,15	-
Ativos por impostos diferidos	11	619 281,11	752 419,37
Total do ativo não corrente		98 393 624,89	69 835 318,34
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	12	1 676 578,80	1 726 547,09
Clientes	13	40 456 643,14	44 275 437,15
Adiantamentos a fornecedores		37 990,56	184 867,44
Estado e outros entes públicos	14	2 205 788,12	2 411 478,73
Empresas do Grupo	21	8 023 697,07	10 829 083,46
Outras contas a receber	13	3 607 070,89	4 653 526,79
Diferimentos		279 382,62	350 895,83
Outros ativos financeiros	4	180 616,00	180 616,00
Caixa e depósitos bancários	4	9 486 549,96	1 948 240,55
Total do ativo corrente		65 954 317,16	66 560 693,04
Total do ativo		164 347 942,05	136 396 011,38
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	15	12 500 000,00	12 500 000,00
Prémios de emissão	16	1 410 000,00	1 410 000,00
Reserva legal	16	2 500 000,00	2 500 000,00
Outras reservas	16	46 769 611,53	43 524 107,03
Resultados transitados		1 444 926,19	1 444 926,19
Ajustamentos em ativos financeiros	16	2 129 248,42	1 046 622,09
Outras variações no capital próprio	16	(1 780 309,72)	(1 780 309,72)
Resultado líquido do exercício		20 606 172,67	10 818 504,50
Total do capital próprio		85 579 649,09	71 463 850,09
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	17	5 889 907,04	5 200 434,01
Financiamentos obtidos	18	35 553 398,43	12 829 571,58
Total do passivo não corrente		41 443 305,47	18 030 005,59
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	20	11 133 843,24	13 042 675,43
Estado e outros entes públicos	14	1 680 623,99	2 978 155,09
Acionistas	21	7 573 000,00	7 901 000,00
Financiamentos obtidos	18	12 338 310,53	17 372 770,83
Outras contas a pagar	19	4 436 355,90	5 461 719,55
Diferimentos	22	162 853,83	145 834,80
Total do passivo corrente		37 324 987,49	46 902 155,70
Total do passivo		78 768 292,96	64 932 161,29
Total do capital próprio e do passivo		164 347 942,05	136 396 011,38

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

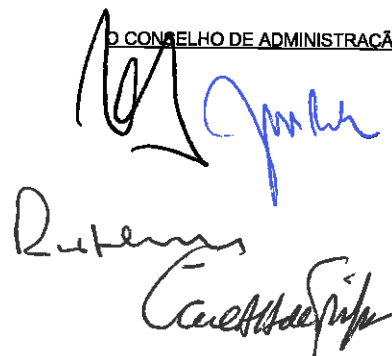
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	23	50 824 484,29	54 478 343,16
Subsídios à exploração		21 321,63	
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias e associadas	10	12 838 519,36	6 285 680,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(9 441 118,69)	(10 848 027,34)
Fornecimentos e serviços externos	24	(9 932 184,92)	(10 733 925,27)
Gastos com o pessoal	25	(22 037 200,75)	(22 428 642,33)
Imparidade de dívidas a receber	13	44 104,42	195 291,87
Provisões	17	(602 211,30)	1 036 185,03
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	6 e 8	(596 771,38)	(313 409,04)
Outros rendimentos e ganhos	26	11 239 140,29	8 409 377,92
Outros gastos e perdas	27	(1 563 788,36)	(3 850 619,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		30 794 294,59	22 232 255,66
Gastos de depreciação e de amortização	28	(3 052 709,29)	(3 332 860,33)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27 741 585,30	18 899 395,33
Juros e rendimentos similares obtidos	29	327 838,44	222 659,93
Juros e gastos similares suportados	30	(2 244 544,00)	(2 256 325,14)
Resultado antes de impostos		25 824 879,74	16 865 730,12
Impostos sobre o rendimento do exercício	11	(5 218 707,07)	(6 047 225,62)
Resultado líquido do exercício		20 606 172,67	10 818 504,50
Resultado por ação	32	82,42	43,27

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas
do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital realizado	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
	12 500 000,00	1 410 000,00	2 500 000,00	40 136 248,88	1 444 926,19	1 567 736,96	(1 780 309,72)	11 286 858,15	69 067 460,46
16				3 385 858,15				(11 286 858,15)	(7 901 000,00)
10						(145 724,72)		10 818 504,50	10 818 504,50
10									(145 724,72)
	12 500 000,00	1 410 000,00	2 500 000,00	43 524 107,03	1 444 926,19	1 048 622,08	(1 780 309,72)	10 818 504,50	71 463 850,09
16				3 245 504,50				(10 818 504,50)	(7 573 000,00)
10						851 796,20		20 606 172,67	20 606 172,67
10									851 796,20
	12 500 000,00	1 410 000,00	2 500 000,00	46 769 611,53	1 444 926,19	2 128 248,42	(1 780 309,72)	20 606 172,67	85 579 849,09

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

[Assinatura]

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

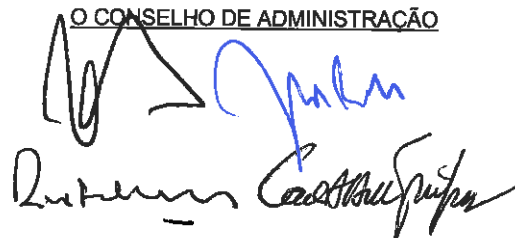
	Notas	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		62 742 745,76	76 019 063,64
Pagamentos a fornecedores		(25 751 084,78)	(27 507 519,59)
Pagamentos ao pessoal		(20 988 772,45)	(21 360 444,45)
Fluxos gerados pelas operações		16 002 888,53	27 151 099,60
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(7 521 658,40)	(6 615 278,33)
Outros recebimentos		3 449 349,21	4 825 389,69
Fluxos das atividades operacionais (1)		11 930 579,34	25 361 210,96
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(184 064,21)	(296 685,01)
Ativos intangíveis		(553,50)	(22 960,61)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(17 184 195,45)	(290 000,00)
Participações financeiras	10	(1 476 375,67)	(21 911,62)
Outros ativos financeiros	4	-	(200 000,00)
		(18 845 188,83)	(831 557,24)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		19 758,44	68 372,22
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	1 364 780,31
Juros e rendimentos similares		548 822,06	1 676,31
Dividendos	10	8 518 468,36	2 259 857,53
		9 087 048,86	3 694 686,37
Fluxos das atividades de investimento (2)		(9 758 139,97)	2 863 129,13
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		26 774 166,53	12 000 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(11 238 591,64)	(25 488 461,14)
Financiamentos obtidos de partes relacionadas		-	(4 367 912,62)
Juros e gastos similares		(2 270 851,85)	(2 296 707,27)
Dividendos	16	(7 901 000,00)	(6 695 000,00)
		(21 410 443,49)	(38 848 081,03)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		5 363 723,04	(26 848 081,03)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		7 536 162,41	1 376 259,05
Efeito das diferenças de câmbio		2 147,00	(24,38)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1 948 240,55	572 005,88
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	9 486 549,96	1 948 240,55

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa
do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Empresa" ou "SUMA") tem sede social em Lisboa, foi constituída em junho de 1994 e tem como atividade principal a prestação de serviços de carácter urbano, tanto público como privado, incluindo, quando for o caso, a execução das obras, estudos ou projetos que para tal fim sejam necessários, quer no regime de concessão administrativa, arrendamento, contrato de exploração ou contrato de gestão, quer em quaisquer outras modalidades (compreendendo a constituição de empresas mistas, de sociedades de todo o tipo, cooperativas ou outras fórmulas admitidas na legislação aplicável), nomeadamente: (i) recolha e transporte de resíduos sólidos e urbanos; (ii) recolha e transporte de resíduos tóxicos e perigosos; (iii) recolha e transporte de resíduos industriais; (iv) recolha e transporte de resíduos hospitalares; (v) centrais de transferência de resíduos sólidos, urbanos e industriais; (vi) limpeza de escritórios, aeroportos, metropolitanos, portos, jardins, instalações industriais, matadouros, mercados e todo o tipo de instalações, sejam públicas ou privadas; (vii) limpeza urbana; (viii) tratamento e eliminação de resíduos sólidos e urbanos, industriais, hospitalares, tóxicos e perigosos; (ix) aterros sanitários; (x) centrais de tratamento, reciclagem, compostagem e incineração, com ou sem recuperação de energia; (xi) manutenção de ETA e ETAR; (xii) mobiliário urbano; (xiii) parques e jardins; e (xiv) transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem.

A Empresa é detida maioritariamente pelo Grupo Mota-Engil, e, conseqüentemente, as operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo (Nota 15). Adicionalmente, a Empresa é a empresa-mãe de um conjunto de empresas, conforme evidenciado na Nota 10.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a atividade tem estado, essencialmente, relacionada com a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpezas de espaço, nomeadamente, prestadas a municípios e a outras entidades públicas.

Em março de 2014, a Empresa procedeu à liquidação da Sol-S Internacional, Tecnologias de Informação, S.A. ("Sol-S").

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa, com o objeto de continuação da expansão da sua atividade quer ao nível internacional quer nacional, constituiu a Suma Macau, Lda. ("Suma Macau"), ECB Suma Participações S/A ("ECB SUMA") e a Suma Tratamento, S.A. ("Suma Tratamento"), empresa constituída para a aquisição da Empresa Geral de Fomento, S.A. ("EGF"). Adicionalmente, decorrente da constituição da ECB SUMA na qual a Empresa passou a participar em 42,85% do seu capital, esta entidade em dezembro de 2014 adquiriu uma participação de 70% no capital da Consita Ltda. (entidade sedada no Brasil) por, aproximadamente, 396.000 Euros.

Em novembro de 2014 a participada Suma Tratamento, na qual a Empresa detém 79,98% do seu capital, na sequência do processo de reprivatização da EGF, realizado através de um concurso público, celebrou um contrato com a ADP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. ("ADP") para a aquisição daquela entidade. Este contrato permitirá a aquisição de 100% do capital da EGF, incluindo suprimentos realizados pela ADP. O preço para a aquisição de 95% do capital da EGF ascende a, aproximadamente, 142.400.000 Euros, o qual será acrescido pelos montantes necessários para a aquisição dos restantes 5% e dos suprimentos concedidos pela ADP que apenas serão fixados na data do fecho da operação, uma vez que para sua realização, depende da concretização de um conjunto de ações, nomeadamente, da decisão pelas Autoridades de Concorrência competentes da não oposição à efetiva transmissão das ações da EGF (condição suspensiva). Acresce referir, que de acordo com os termos dos acordos celebrados entre as partes, caso a Autoridade de Concorrência não delibere num prazo de 9 meses, a ADP terá o direito de resolver o contrato celebrado.

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa constituiu a Ecolife, S.A. ("Ecolife", Nota 10) com vista a expandir a sua atividade a nível internacional.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

A Empresa preparou igualmente demonstrações financeiras consolidadas, as quais são apresentadas em separado e apresentam de uma forma mais apropriada a posição financeira consolidada, o resultado consolidado das operações e os fluxos de caixa do Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, os quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF" ou "SNC".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com as NCRF.

3.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor do investimento financeiro.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou da associada, excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária ou associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se, posteriormente, a subsidiária ou a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

As prestações acessórias e suplementares concedidas pela Empresa a empresas subsidiárias e associadas são registadas pelo respetivo valor nominal e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Estas prestações são adicionadas ao valor dos investimentos em empresas subsidiárias e associadas devido ao seu carácter permanente, não vencendo juros e de acordo com a legislação comercial aplicável, só podem ser restituídas à Empresa desde que o capital próprio dessas empresas não fique inferior à soma do capital e das reservas não distribuíveis após a restituição.

Os dividendos atribuídos pelas empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição ao valor de participação financeira naquela empresa subsidiária.

Os investimentos financeiros em empresas participadas são registados ao custo de aquisição e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Os investimentos financeiros em subsidiárias estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço. A quota-parte dos resultados dessas subsidiárias apropriadas pela Empresa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante da conversão é registada no capital próprio na rubrica "Ajustamentos em ativo financeiros".

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a reserva de conversão cambial acumulada no capital próprio é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda da alienação.

Adicionalmente, sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela SUMA.

Concentrações de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo da concentração é determinado como o agregado, na data da aquisição, de: (a) justo valor dos ativos entregues ou a entregar; (b) justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas; (c) justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos em troca da obtenção de controlo sobre aquelas entidades; e (d) custos diretamente atribuíveis à aquisição. O excesso do custo da concentração relativamente ao justo valor da participação nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo da concentração for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Classe homogénea</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	8 - 20
Equipamento básico	3 - 5
Equipamento de transporte	2 - 10
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 - 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos detidos para arrendamento, valorização do capital investido através da venda e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

3.5 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As locações financeiras são repartidas entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

As locações operacionais são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.6 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são adquiridos e registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas e correspondem essencialmente a programas de computadores. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante um período de três anos.

3.7 Imparidade de ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis, intangíveis e as propriedades de investimento possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

3.8 Inventários

As mercadorias, bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor do custo é superior ao valor líquido de realização são registadas perdas por imparidade pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários é registada na rubrica "Imparidade de inventários".

3.9 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Os impostos correntes sobre o rendimento são calculados com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Adicionalmente, a Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") cujo perímetro inclui todas as empresas em que a SUMA participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do capital social e que cumprem, simultaneamente, com as restantes condições definidas naquele regime.

3.10 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Outras contas a receber;
- Empresas do Grupo;
- Fornecedores;
- Acionistas;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são classificados na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis de prazo inferior ou igual a três meses.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade sempre que se observe indícios de que possam estar em imparidade, encontrando-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram utilizadas, as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, assim para o registo das transações ocorridas nos exercícios findos naquelas datas:

Moeda	Câmbio de fecho		Câmbio médio	
	2014	2013	2014	2013
Dólar americano	1,2141	1,3791	1,3285	1,3308
Kwanza	125,1110	134,5920	129,9883	128,1578
Zloti	4,2732	4,1543	4,1939	4,2123
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	110,2650	110,2650
Metical de Moçambique	38,5300	41,2400	40,6658	39,6675
Real Omanense	0,4675	n.a.	0,5086	n.a.
Real do Brasil	3,2207	n.a.	3,1229	n.a.
Pataca de Macau	9,6995	n.a.	10,613	n.a.

3.12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentesProvisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota, nem provável.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.14 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.15 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido de descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Adicionalmente, os trabalhos a mais e revisões de preços são reconhecidos como rédito quando são acordados e aceites pelos clientes.

Os juros de mora debitados aos clientes são reconhecidos como rédito quando são pagos pelos clientes.

3.16 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Perdas por imparidade de contas a receber;
- Análise de imparidade das participações financeiras, incluindo o *goodwill*;
- Registo de provisões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

3.17 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), sendo que os descobertos bancários foram classificados como atividade de financiamento, decorrente do seu carácter permanente na estrutura de financiamento da Empresa. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, têm a seguinte composição:

	2014	2013
Caixa	63.407,90	69.745,36
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.558.437,96	1.878.495,19
Aplicações de tesouraria	6.864.704,10	-
	<u>9.486.549,96</u>	<u>1.948.240,55</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Outros ativos financeiros no montante de 180.616,00 Euros, corresponde ao justo valor de 200.000 unidades de participação subscritas no fundo de participação da Caixa Económica Montepio Geral, por 200.000,00 Euros.

Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações de tesouraria referem-se a depósitos a prazo, remunerados a taxas normais de mercado e com vencimento até fevereiro de 2015.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ter sido corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
Ativo bruto:							
Saldo inicial	926.585,15	6.137.671,20	6.707.880,65	36.287.857,60	2.716.587,66	5.528.908,07	286.734,34
Aquisições	-	165.847,45	88.388,19	4.759.748,19	107.205,75	127.845,75	150.029,77
Alienações	-	-	(79.050,00)	(674.493,48)	-	-	-
Abates	-	(697,95)	(40.859,33)	-	(861.407,05)	(4.345,98)	-
Saldo final	<u>926.585,15</u>	<u>6.302.820,70</u>	<u>6.676.140,51</u>	<u>40.373.112,31</u>	<u>2.162.386,36</u>	<u>5.653.407,84</u>	<u>436.784,11</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	-	2.475.419,32	6.037.846,69	28.230.341,24	2.421.024,48	5.179.388,40	-
Depreciações do exercício (Nota 28)	-	548.482,55	292.523,67	1.709.931,48	170.533,24	204.327,85	-
Alienações	-	-	(63.240,00)	(614.001,81)	-	-	-
Abates	-	(697,95)	(40.389,72)	-	(658.263,99)	(4.291,81)	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	283.362,34
Saldo final	<u>-</u>	<u>3.023.203,92</u>	<u>6.226.540,64</u>	<u>29.320.270,91</u>	<u>1.933.293,71</u>	<u>5.379.424,24</u>	<u>283.362,34</u>
Ativo líquido	<u>926.585,15</u>	<u>3.279.616,78</u>	<u>449.599,87</u>	<u>11.052.841,40</u>	<u>229.092,65</u>	<u>273.983,60</u>	<u>16.365.121,22</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	2013						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
Ativo bruto:							
Saldo Inicial	1.206.988,13	5.908.017,10	6.884.681,85	38.129.878,58	2.703.545,95	5.926.438,88	331.719,22
Aquisições	-	964,30	313.925,06	98.838,24	42.250,43	112.461,52	234.378,77
Alienações	-	(258,09)	(344.861,64)	(1.848.433,22)	-	(3.881,02)	-
Transferências (Nota 7)	(280.402,98)	228.948,89	-	7.774,00	-	-	(236.719,89)
Abates	-	-	(146.284,62)	-	(29.208,72)	(505.311,29)	(42.643,78)
Saldo final	926.585,15	6.137.671,20	6.707.680,65	36.287.857,60	2.718.587,66	5.529.908,07	286.734,34
Depreciações e perdas por							
Imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	-	1.947.792,68	6.106.234,48	28.527.507,17	2.275.159,59	4.885.271,45	-
Depreciações do exercício (Nota 28)	-	627.882,93	314.865,34	1.645.005,58	174.628,51	540.335,41	-
Alienações	-	(258,30)	(342.243,75)	(1.942.171,51)	-	(2.151,08)	-
Abates	-	-	(41.209,38)	-	(28.763,64)	(244.067,38)	-
Saldo final	-	2.475.419,32	6.037.646,69	26.230.341,24	2.421.024,46	5.179.388,40	-
Ativo líquido	926.585,15	3.662.251,88	670.033,96	8.057.516,36	296.563,20	350.519,67	286.734,34

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as principais aquisições ocorridas de ativos fixos tangíveis, estão relacionadas com a aquisição de equipamentos de transporte e contentores, necessários para a atividade operacional da Empresa.

Os equipamentos de transporte, compreendem todo o tipo de viaturas e equipamentos utilizados nos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente, viaturas varredoras e aspiradoras, autocarros, ecoscópio, lava contentores, viaturas com grua e compactador, recolhedoras compactadoras, entre outros. Este tipo de equipamento é, essencialmente, adquirido através de contratos de locação financeira, conforme evidenciado na Nota 18.

As alienações correspondem, essencialmente, à venda de diversos tipos de viaturas usadas que se encontravam maioritariamente depreciadas.

Em 31 de dezembro de 2013, as transferências correspondem à passagem de terrenos para a rubrica de Propriedades de investimentos (Nota 7), que não se encontram afetos à atividade corrente da Empresa.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as propriedades de investimento incluem os terrenos localizados em Cascais, Maceira, Escandarão, Várzea e Lousada. Estes terrenos não estão afetos à produção ou fornecimento de bens e serviços, encontram-se registados ao custo histórico, nos montantes de 1.647.000,00 Euros, 176.778,52 Euros, 14.863,96 Euros, 35.490,72 Euros e 280.402,98 Euros, respetivamente.

O movimento ocorrido na rubrica "Propriedades de investimento", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi o seguinte:

	2014	2013
Saldo inicial	2.154.536,18	1.874.133,20
Transferência (Nota 6)	-	280.402,98
	2.154.536,18	2.154.536,18

Em 31 dezembro de 2014, a Empresa solicitou a uma entidade independente uma avaliação dos imóveis registados em propriedades de investimento, segundo a qual o valor de mercado é superior ao seu valor contabilístico, ascendendo a, aproximadamente, 2.315.000 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

8. GOODWILL

O detalhe do *goodwill* respeita à diferença de compra registada em exercícios anteriores, na aquisição de empresas participadas, entretanto incorporadas por fusão. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe do *goodwill* é o seguinte:

	2014	2013
STL - Sociedade de Transportes e Limpezas, Lda. ("STL")	935.762,22	1.249.171,26
Ecolatlântica de Portugal, Lda.	122.565,46	122.565,46
	<u>1.058.327,68</u>	<u>1.371.736,72</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no *goodwill*, foi como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	1.371.736,72	1.685.145,76
Perdas por imparidade	(313.409,04)	(313.409,04)
Saldo final	<u>1.058.327,68</u>	<u>1.371.736,72</u>

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa procedeu à avaliação do valor recuperável do *goodwill*, tendo identificado perdas por imparidade em ambos os exercícios na STL, no montante de 313.409,04 Euros.

Para efeito do teste de imparidade, o *goodwill* foi imputado às unidades geradoras de caixa em função dos contratos associados e carteiras de clientes existentes, sendo que aquelas entidades jurídicas já não existem, uma vez que foram fundidas na Empresa em exercícios anteriores. O seu valor recuperável foi determinado com base no seu valor de uso, calculado com base em projeções de fluxos de caixa até ao término dos respetivos contratos, tendo sido utilizada em 31 de dezembro de 2014 e 2013, uma taxa de desconto de 8,62% em ambos os exercícios.

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014	2013
	Programas de computador	Programas de computador
Ativo bruto:		
Saldo inicial	879.454,64	865.529,46
Aquisições	14.184,93	13.925,18
Abates	(17.350,52)	-
Saldo final	<u>876.289,05</u>	<u>879.454,64</u>
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	679.328,88	549.186,32
Amortizações do exercício (Nota 28)	132.910,70	130.142,56
Abates	(17.001,77)	-
Saldo final	<u>795.237,81</u>	<u>679.328,88</u>
Ativo líquido	<u>81.051,24</u>	<u>200.125,76</u>

Os ativos intangíveis correspondem, essencialmente, ao *software* contabilístico que a Empresa utiliza atualmente, o SAP.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa detém as seguintes participações financeiras:

2014										
	Sede	% deida	Anho	Capital próprio	Recalls	Resultado líquido	Valor da participação	Prestações acessórias e suplementares	Goodwill	Total da participação no ativo
Empresas subsidiárias:										
RIMA - Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("Rima")	Lousada	95,13%	5 375 423,59	1 488 031,40	1 182 801,08	(108 120,48)	1 409 281,32	-	-	1 409 281,32
SUMA (Mozambique) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Mozambique") (a)	Matosinhos	100,00%	2 885 107,88	1 482 819,75	8 214 809,81	1 123 101,89	1 432 819,75	30 000,00	-	1 482 819,75
NOVAFLEX - Têxteis do Meio Ambiente, S.A. ("Novaflex") (a) e (b)	Lioba	100,00%	4 850 353,55	4 078 482,42	1 345 827,23	173 927,23	2 876 482,42	1 200 000,00	-	4 076 482,42
SUMA (Douro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Douro") (a)	Murça	100,00%	1 126 301,47	(816 226,85)	786 553,50	555 878,45	-	1 374 804,40	-	1 374 804,40
SUMA (Espourenda) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Espourenda") (a)	Esposenda	100,00%	421 913,37	286 680,65	808 027,86	78 273,88	88 800,88	200 000,00	-	288 880,88
SIGA - Sistema Integrado de Gestão Ambiental, S.A. ("Siga")	Porto Delgado	70,00%	176 018,75	78 437,70	528 890,84	(22 909,62)	55 608,28	-	-	55 608,28
SUMA (PORTO) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Porto")	Porto	100,00%	1 469 062,68	472 710,64	4 540 061,74	180 773,27	472 710,64	-	-	472 710,64
CITRAVE - Centro Integrado de Tratamento Resíduos, S.A. ("Citrave")	Lioba	99,89%	1 908 882,28	293 621,13	-	(82 077,82)	283 184,85	-	271 934,54	555 118,58
Environ	Soril	78,35%	15 740 170,87	16 876 427,76	-	1 243 989,48	12 282 451,18	-	13 418 745,93	25 701 227,08
MES Meta - Engil Srodozelska sp. z o.o. ("Srodozelska") (c)	Credovio	100,00%	3 441 686,81	(3 355 361,48)	2 792,50	(480 407,66)	-	-	-	3 355 361,48
SUMA Mozambique, Lda. ("Suma Mozambique") (a)	Prata	90,00%	894,39	894,39	-	-	656,75	-	-	856,76
Suma Tratamento	Lioba	70,98%	22 217 109,41	(152 775,76)	-	(202 773,76)	-	-	-	122 188,49
Suma Macau (h)	Macau	86,00%	121 208,78	(494 794,86)	-	(461 839,45)	-	-	-	458 946,81
TCR - Tratamento Complementar de Resíduos, S.A. ("TCR")	Porto	58,00%	46 520,55	46 370,65	-	(1 464,50)	26 768,62	-	-	26 768,62
AGRI - Ambiente e Gestão, Lda. ("Agri") (g)	Cabo Verde	50,00%	341 620,44	103 811,83	178 716,71	12 468,09	51 805,87	-	-	51 805,87
Resilê - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. ("Resilê") (f)	Lisboa	50,00%	6 482 361,00	2 832 320,00	938 772,90	324 220,00	1 318 110,00	-	296 163,68	1 945 233,68
			68 169 162,58	21 787 132,51	16 545 062,77	2 284 627,32	20 294 767,25	2 804 804,40	13 918 804,56	37 018 186,00
Empresas associadas:										
Vista Waste Management, Lda. ("Vista Waste") (e) e (d)	Luanda	49,00%	80 182 153,36	29 742 433,30	45 889 213,10	21 542 877,21	14 573 792,21	1 340 027,89	-	15 913 820,20
ECR SUMA	Belo Horizonte	42,85%	931 474,82	931 474,82	-	-	398 080,80	-	-	398 080,80
AKBILITA - Investimentos Ambientais no Alentejo, E.M. ("Ambilite")	Santiago do Cacem	49,00%	18 367 510,80	13 562 260,26	3 367 177,81	583 581,87	6 645 507,87	-	-	6 645 507,87
CITRIUP - Centro Integrado de Tratamento de Resíduos, Lda. ("Citrip")	Mela	30,00%	1 830 428,56	825 553,29	1 678 786,38	602 410,18	187 086,02	-	-	187 086,02
ECOLEZRIA - Empresa Intermunicipal, E.M. ("Ecolezria")	Alameda	24,50%	6 838 033,53	1 309 068,65	3 081 146,90	504 678,80	320 642,50	-	-	320 642,50
ANERBATALHA - Gestão de Resíduos, S.A. ("Anerbatalha")	Baselna	20,00%	262 978,87	238 781,38	-	(484,01)	47 352,26	-	-	47 352,26
Enofle	Mozambique	30,00%	2 287 221,81	81 357,78	1 821 104,41	12 787,51	27 407,23	-	-	27 407,23
			110 389 782,57	48 497 636,57	65 981 438,58	23 345 839,46	22 188 155,01	1 340 027,89	-	23 538 182,50
			178 848 975,28	68 284 942,39	72 630 489,27	25 540 696,78	42 482 942,25	4 144 632,29	15 918 804,36	80 587 376,80
										4 785 612,70

Em 2014, a Vista Waste foi classificada como empresa associada, uma vez que decorrente de alterações ocorridas na estrutura acionista desta entidade, a Empresa deixou de possuir o controlo da gestão das suas políticas financeiras e operacionais. Adicionalmente, a Agri e a Resilê foram classificadas como empresas subsidiárias, uma vez que durante os exercícios findos naquelas datas a Empresa controlou a gestão das políticas financeiras e operacionais daquelas participadas, decorrente do número de administradores nomeados pela Empresa ser superior.

- (a) O capital próprio destas empresas incluem prestações acessórias ou suplementares concedidas pela Empresa.
- (b) O valor da participação da Novaflex inclui *goodwill*, no montante de 296.021,94 Euros, que foi ajustado na sua totalidade em exercícios anteriores.
- (c) Esta empresa está sediada na Polónia, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o *goodwill* desta participação, no montante de 55.828,43 Euros foi ajustado na sua totalidade em exercícios anteriores.
- (d) Esta empresa está sediada em Angola, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e ajustadas para NCRF.
- (e) Esta empresa está sediada em Moçambique, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF.
- (f) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram registadas perdas por imparidade, no montante de 210.117,73 Euros e 26.678,65 Euros, relativamente ao *goodwill*.
- (g) Esta empresa está sediada em Cabo Verde, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF.
- (h) Esta empresa está sediada em Macau, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa procedeu à avaliação do valor recuperável das suas participações financeiras que incluem *goodwill*, considerando as projeções dos fluxos de caixa de acordo com as projeções financeiras de cada unidade geradora de caixa para um período de cinco anos, utilizando uma taxa de desconto de 8,62% e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 2%. Para a participada Resilei, foi utilizada a mesma taxa de desconto, mas sem taxa de crescimento na perpetuidade e considerando projeções dos fluxos de caixa até 2029, uma vez que o aterro tem uma vida útil finita. Assim, a Empresa identificou e registou perdas por imparidade nos investimentos sobre a participação no capital da Resilei, no montante de 210.117,73 Euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no *goodwill*, foi como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	13.863.459,69	13.890.138,34
Aumentos	271.934,54	-
Diminuições	(5.472,15)	-
Perdas por imparidade	(210.117,73)	(26.678,65)
Saldo final	13.919.804,35	13.863.459,69

Em 31 de dezembro de 2014, na sequência da operação de aquisição e consequente, aumento da participação financeira da Citrave foi registado um *goodwill* no montante de 271.934,54 Euros. Adicionalmente, e conforme referido na nota introdutória a Sol-S foi dissolvida e liquidada o que gerou a anulação do respetivo *goodwill* no montante de 5.472,15 Euros.

2013										
	Sede	% devida	Ação	Capital próprio	Reserva	Reserva	Valor da participação	Prestações acessórias e suplementares	Goodwill	Total da participação no ativo
Empresas subsidiárias:										
Rima	Lisboa	99,15%	6.992.713,84	1.922.770,84	1.570.477,79	168.304,21	1.752.210,61	-	1.752.210,61	-
Suma Matosinhos (a)	Matosinhos	100,00%	4.193.039,20	1.296.062,99	6.187.288,44	937.909,45	1.258.052,06	30.000,00	-	1.288.052,06
Novaflex (a)	Lisboa	100,00%	7.011.128,41	3.875.189,89	1.723.288,75	1.18.202,36	2.875.186,68	1.200.000,00	-	3.875.186,68
Suma Douro (a)	Murça	100,00%	2.573.650,82	(232.804,40)	272.819,55	(56.295,55)	-	1.139.500,00	-	1.139.500,00
Suma Espoza (a)	Espozende	100,00%	487.825,92	300.630,58	846.339,40	82.123,58	100.530,68	200.000,00	-	300.530,58
Siga	Ponte Delgada	70,00%	335.959,17	152.347,62	885.837,56	35.385,66	185.843,33	-	-	108.843,33
Suma Porto	Porto	100,00%	1.420.204,63	583.982,58	4.406.795,39	301.125,13	583.982,58	-	-	583.982,58
Citrave	Lisboa	73,00%	1.129.134,02	(224.301,05)	-	(79.440,87)	-	-	-	189.739,77
Emilral	Senté	78,39%	15.702.573,30	16.612.450,15	-	1.896.853,67	12.232.364,99	-	13.416.745,83	25.651.100,82
Sociosistema (b)	Cacém	100,00%	3.558.541,82	(3.084.732,08)	-	(544.460,02)	-	-	-	3.084.732,08
Suma Moçambique (c)	Moçimbo	89,00%	884,39	884,39	-	-	855,79	-	-	855,79
Sol-S (d)	Funchal	100,00%	4.558,45	1.474,89	-	(5.442,90)	-	25.000,00	5.472,15	30.472,15
TOR	Porto	89,00%	50.500,25	46.855,05	-	(1.825,00)	27.844,48	-	-	27.844,48
Vista Waste (a) e (c)	Luanda	49,00%	44.257.224,92	11.941.318,74	44.283.428,05	6.721.335,85	5.704.245,20	1.340.027,89	-	7.044.273,08
Resilei (e)	Lisboa	50,00%	7.895.355,24	2.906.210,26	763.894,30	436.689,56	1.263.156,18	-	439.241,61	1.892.396,79
			94.518.500,48	34.789.553,51	90.922.445,64	9.777.523,76	25.693.951,05	3.894.827,89	13.863.459,69	43.491.936,82
Empresas associadas:										
Amabilal	Santiago do Cacém	49,00%	16.487.389,82	12.785.388,13	3.503.620,91	728.522,89	8.235.909,20	-	-	6.236.909,20
Clup	Mato	30,00%	2.063.389,35	1.394.411,22	2.292.559,87	332.897,31	418.223,27	-	-	418.223,27
Escoladita	Almeirim	24,50%	6.578.045,32	1.134.831,40	3.142.937,02	405.442,91	278.035,89	-	-	278.035,89
Agir (f)	Cabo Verde	50,00%	30.429,79	56.480,37	174.516,21	6.489,65	44.730,18	-	-	44.730,18
Amabilal	Batalha	20,00%	262.895,26	237.255,38	-	(825,76)	47.451,08	-	-	47.451,08
Escolite	Moçambique	30,00%	73.038,73	73.038,72	-	-	21.811,62	-	-	21.811,62
			27.787.167,28	15.657.365,22	8.119.858,11	1.473.487,66	7.047.358,14	-	-	7.047.358,14
			122.213.667,76	46.846.916,74	99.036.285,06	11.251.021,64	39.741.310,19	3.894.827,89	13.863.459,69	60.639.297,79
										4.844.101,36

Em 31 de dezembro de 2013, a Vista Waste e a Resilei foram classificadas como empresas subsidiárias, uma vez que durante os exercícios findos naquelas datas a Empresa controlou a gestão das políticas financeiras e operacionais daquelas participadas.

- (a) O capital próprio destas empresas incluem prestações acessórias ou suplementares concedidas pela Empresa. Adicionalmente, o valor da participação da Novaflex inclui *goodwill*, no montante de 296.021,94 Euros, que foi ajustado na sua totalidade em exercícios anteriores.
- (b) Esta empresa está sediada na Polónia, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF. Em 31 de dezembro de 2013, o *goodwill* desta participação, no montante de 55.828,43 Euros encontra-se ajustado na sua totalidade, cujo registo ocorreu em exercícios anteriores.
- (c) Esta empresa está sediada em Angola, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e ajustadas para NCRF.
- (d) Esta empresa está sediada em Moçambique, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

(e) Em 31 de dezembro de 2013, foram registadas perdas por imparidade, no montante de 26.678,65 Euros, relativamente ao *goodwill*.

(f) Esta empresa está sediada em Cabo Verde, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa procedeu à avaliação do valor recuperável das suas participações financeiras que incluem *goodwill*, considerando as projeções dos fluxos de caixa de acordo com as projeções financeiras de cada unidade geradora de caixa para um período de cinco anos, utilizando uma taxa de desconto de 8,62% e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 2%. Para a participada Resilei, foi utilizada a mesma taxa de desconto, mas sem taxa de crescimento na perpetuidade e considerando projeções dos fluxos de caixa até 2029, uma vez que o aterro tem uma vida útil finita. Assim, a Empresa identificou e registou perdas por imparidade nos investimentos sobre a participação no capital da Resilei, no montante de 26.678,65 Euros, respetivamente.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 3.2), tendo, para este efeito, sido utilizadas demonstrações financeiras das empresas, à mesma data de relato da Empresa. Para as empresas sediadas no estrangeiro, as suas demonstrações financeiras foram convertidas para Euros, utilizando as taxas de câmbio existentes à data de balanço. Os resultados destas empresas foram convertidos para Euros utilizado a taxa de câmbio média verificada nos exercícios. A diferença resultante da conversão é registada no capital próprio em "Ajustamentos em ativos financeiros".

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa detém os seguintes investimentos em outras empresas:

2014							
	Sede	% detida	Ativo	Capital próprio	Receita	Resultado líquido	Valor da participação
Outras participações:							
Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A. ("Tratofoz")	Figueira da Foz	1,00%	1.047.823,89	598.244,00	-	(13.457,97)	5.982,44
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. ("ERSUC")	Coimbra	5,98%	123.559.852,00	18.281.975,00	22.637.923,00	805.006,00	554.380,97
Lisgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. ("Lisgarante")	Lisboa	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
Garval - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. ("Garval")	Santarém	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
			<u>124.607.875,99</u>	<u>18.880.219,00</u>	<u>22.637.923,00</u>	<u>591.548,03</u>	<u>567.863,41</u>
2013							
	Sede	% detida	Ativo	Capital próprio	Receita	Resultado líquido	Valor da participação
Outras participações:							
Tratofoz	Figueira da Foz	1,00%	1.042.700,89	611.701,82	-	(6.330,89)	6.117,02
ERSUC	Coimbra	5,98%	123.308.585,00	17.981.005,00	21.640.446,00	1.201.309,00	554.380,97
Lisgarante	Lisboa	0,01%	75.916.522,95	50.863.983,77	11.920.963,20	5.682,07	3.750,00
Garval	Santarém	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
			<u>200.267.808,84</u>	<u>69.456.690,59</u>	<u>33.561.409,20</u>	<u>1.200.890,08</u>	<u>567.997,99</u>

(a) Informação financeira não disponível.

Estas participações estão registadas ao custo de aquisição (Nota 3.2).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido nas rubricas "Participações financeiras" foi o seguinte:

	2014				
	Participações em empresas subsidiárias e associadas				
	Valor da participação	Prestações acessórias e suplementares	Goodwill	Total	Outras participações
Saldo inicial	32.741.310,19	3.934.527,89	13.863.459,69	50.539.297,76	567.997,99
Aumentos	969.336,73	235.104,40	271.934,54	1.476.375,67	-
Diminuições	-	-	-	-	(134,58)
Dividendos atribuídos	(5.518.951,67)	-	-	(5.518.951,67)	-
Método de equivalência patrimonial	14.301.247,01	(25.000,00)	(215.589,88)	14.060.657,13	-
Saldo final	42.492.942,26	4.144.632,29	13.919.804,35	60.557.378,90	567.863,41

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

O aumento ocorrido nas rubricas "Valor da participação", "Prestações acessórias e suplementares" e "Goodwill" é conforme segue:

2014					
Empresas	Data	Percentagem de participação	Valor de subscrição/aumento de capital	Prestações acessórias e suplementares realizadas	Total
ECB SUMA	22/12/2014	42,85%	396 086,89		396 086,89
Suma Tratamento	03/10/2014	79,98%	39 990,00		39 990,00
Suma Macau	11/12/2013	99,00%	9 003,44		9 003,44
Citrave	01/11/2014	99,85%	796 190,94		796 190,94
Suma Douro	27/07/2014	100,00%	-	235 104,40	235 104,40
			<u>1 241 271,27</u>	<u>235 104,40</u>	<u>1 476 375,67</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa constituiu a ECB SUMA, sediada em Belo Horizonte, Brasil e a Suma Tratamento.

De referir que, o acto constitutivo da sociedade Suma Macau ocorreu em dezembro de 2013. Contudo, o capital social desta participada apenas foi realizado no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram recebidos dividendos no montante de 8.518.468,36 Euros, encontrando-se registado o diferencial para os montantes aprovados a distribuir, em contas a receber das respetivas participadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Os movimentos referentes à aplicação do método da equivalência patrimonial são como segue:

2014				
	Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	Ajustamentos em ativos financeiros	Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 17)	Participações financeiras
Rima	(161.612,52)	(311,63)	-	(161.924,15)
Suma Matosinhos	1.123.101,69	(10.434,55)	-	1.112.667,14
Novaflex	175.927,23	25.368,53	-	201.295,76
Suma Douro	555.878,45	-	(555.878,45)	-
Suma Esposende	78.273,88	-	-	78.273,88
Siga	(16.036,94)	-	-	(16.036,94)
Suma Porto	190.773,27	-	-	190.773,27
Citrave (I)	(42.807,81)	-	(163.739,77)	(206.547,58)
Enviroil	974.360,20	15.942,26	-	990.302,46
Srodowisko	(460.407,86)	189.788,46	270.619,40	-
Suma Tratamento	(162.178,45)	-	122.188,45	(39.990,00)
Suma Macau, Lda	(457.012,17)	(41.838,19)	489.846,91	(9.003,45)
TCR	(875,86)	-	-	(875,86)
Vista Waste	10.556.009,83	675.970,19	-	11.231.980,02
Resilei	162.109,98	-	-	162.109,98
Ambilital	285.955,17	206.341,02	-	492.296,19
Citrus	180.385,55	-	-	180.385,55
Ecolezria	123.645,77	(6.053,28)	-	117.592,49
Agir	6.228,04	847,75	-	7.075,79
Ambibatalha	(98,80)	-	-	(98,80)
Ecolife	3.836,25	1.659,46	-	5.495,71
Dissolução Sol-S	(61.345,67)	25.346,31	(23.525,11)	(59.524,47)
Total participações financeiras	13.054.109,24	1.082.626,33	139.511,43	14.276.247,01
Resilei	(210.117,73)	-	-	(210.117,73)
Dissolução Sol-S	(5.472,15)	-	-	(5.472,15)
Total de perdas por imparidade	(215.589,88)	-	-	(215.589,88)
	12.838.519,36	1.082.626,33	139.511,43	14.060.657,13

(i) Em 31 de dezembro de 2014 este montante está dividido da seguinte forma:

Apropriação do resultado líquido do exercício	(91.936,02)
Efeito da diluição do aumento de capital	49.128,21
	(42.807,81)

A rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" corresponde, essencialmente, ao registo do efeito cambial da aplicação do método da equivalência patrimonial de participadas em moeda estrangeira e ao registo de subsídios do Governo recebidos pelas participadas.

Em 31 de dezembro de 2013 a Empresa detém os seguintes investimentos em outras empresas:

2013							
	Sede	% detida	Ativo	Capital próprio	Receita	Resultado líquido	Valor da participação
Outras participações:							
Tratofaz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A. ("Tratofaz")	Figueira da Foz	1,00%	1.042.700,89	811.701,82	-	(6.330,99)	6.117,02
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. ("ERSUC")	Colmbrá	5,98%	123.308.585,00	17.981.005,00	21.840.446,00	1.201.309,00	554.380,97
Liagarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. ("Liagarante")	Lisboa	0,01%	75.916.522,95	50.863.983,77	11.920.963,20	5.682,07	3.750,00
Garvel - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. ("Garvel")	Santarém	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
			200.267.808,84	69.458.690,59	33.561.409,20	1.200.660,08	567.997,99

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido nas rubricas "Participações financeiras" foi o seguinte:

	2013				
	Participações em empresas subsidiárias e associadas				
	Valor da participação	Prestações acessórias e suplementares	Goodwill	Total	Outras participações
Saldo inicial	30.740.878,39	3.934.527,89	13.890.138,34	48.565.544,62	568.061,29
Aumentos	21.911,62	-	-	21.911,62	-
Diminuições	-	-	-	-	(63,30)
Dividendos atribuídos	(4.539.600,50)	-	-	(4.539.600,50)	-
Método de equivalência patrimonial	6.518.120,68	-	(26.678,65)	6.491.442,04	-
Saldo final	32.741.310,19	3.934.527,89	13.863.459,69	50.539.297,76	567.997,99

O aumento ocorrido na rubrica "Valor da participação", em ambos os exercícios, é conforme segue:

2013			
Empresas	Data	Percentagem de participação	Valor de subscrição
Ecolife	dez-13	30%	21.911,62

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa procedeu à constituição da Ecolife, empresa sediada em Maputo, Moçambique.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram recebidos dividendos no montante de 2.259.857,53 Euros, encontrando-se registado o diferencial para os montantes aprovados a distribuir, em contas a receber das respetivas participadas.

Os movimentos referentes à aplicação do método da equivalência patrimonial são como segue:

	2013			
	Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	Ajustamentos em ativos financeiros	Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 17)	Participações financeiras
Rima	190.531,73	111,21	-	190.642,94
Suma Matosinhos	937.909,45	(14.465,24)	-	923.444,21
Novaflex	118.202,36	-	-	118.202,36
Suma Douro	(59.396,55)	-	59.396,55	-
Suma Esposende	92.123,58	-	-	92.123,58
Siga	24.776,89	-	-	24.776,89
Suma Porto	301.125,13	-	-	301.125,13
Citrave	(57.991,92)	-	57.991,92	-
Enviroil	1.329.571,03	(13.605,79)	-	1.315.965,24
Srodowisko	(644.490,02)	40.338,58	604.151,44	-
Sol-S	(5.336,10)	-	5.336,10	-
Vista Waste	3.293.454,46	(174.547,57)	-	3.118.906,89
Resilei	233.329,79	-	-	233.329,79
Ambilital	355.996,22	(375.285,97)	-	(19.289,75)
Citrop	99.869,19	-	-	99.869,19
Ecolezária	99.578,51	16.339,91	-	115.918,42
Agir	4.229,27	-	-	4.229,27
Ambibatalha	(164,74)	-	-	(164,74)
TCR	(958,73)	-	-	(958,73)
Total participações financeiras	6.312.359,55	(521.114,87)	726.876,01	6.518.120,69
Resilei	(26.678,65)	-	-	(26.678,65)
Total de perdas por imparidade	(26.678,65)	-	-	(26.678,65)
	6.285.680,90	(521.114,87)	726.876,01	6.491.442,04

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

A rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" corresponde, essencialmente, ao registo do efeito cambial da aplicação do método da equivalência patrimonial de participadas em moeda estrangeira e ao registo de subsídios do Governo recebidos pelas participadas.

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo estimou o imposto sobre o rendimento do exercício relativo às empresas em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75%, considerando os requisitos previstos no artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS").

A Empresa encontra-se sujeita a IRC à taxa de 23% para a matéria coletável, acrescida de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 24,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Com a Lei nº. 82-B/2014 de 31 de dezembro de 2014, que veio aprovar o orçamento de Estado para 2015, a taxa nominal de IRC desceu para 21% para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2015.

No exercício de 2014 a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável foi condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 60% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Adicionalmente, para o exercício de 2015, a dedução dos referidos gastos é condicionada em cada ano, progressivamente até 2017, ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 50% (30% em 2017) do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, com um limite ao montante da dedução em cada exercício, o qual não pode exceder 70% do respectivo lucro tributável, aplicável também aos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa não tinha prejuízos fiscais reportáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

a) Impostos diferidos:

Os ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, têm a seguinte composição:

	Ativos por impostos diferidos	
	2014	2013
Provisões para outros riscos e encargos	138.138,51	97.688,56
Atualização financeira das contas a receber	331.332,65	500.970,65
Diferimento de margens geradas internamente	41.527,73	36.985,19
Ativos fixos tangíveis	33.430,13	36.052,11
Perdas por imparidade de inventários	74.852,09	80.722,86
	<u>619.281,11</u>	<u>752.419,37</u>

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi como o seguinte:

Ativos por impostos diferidos	Provisões para despedimentos	Atualização financeira das contas a receber	Diferimento de margens geradas internamente	Ativos fixos tangíveis	Inventários	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2013	264.810,83	609.879,38	42.161,31	38.674,08	86.593,60	1.041.919,20
Imposto sobre o rendimento						
Constituição / (reversão)	(148.982,54)	(67.561,00)	694,63	-	-	(215.848,91)
Alteração de taxa	(17.939,73)	(41.347,73)	(5.870,75)	(2.621,97)	(5.870,74)	(73.650,92)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>97.688,56</u>	<u>500.970,65</u>	<u>36.985,19</u>	<u>36.052,11</u>	<u>80.722,86</u>	<u>752.419,37</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2014	97.688,56	500.970,65	36.985,19	36.052,11	80.722,86	752.419,37
Imposto sobre o rendimento						
Constituição / (reversão)	47.554,57	(133.203,77)	7.090,56	-	-	(78.558,64)
Alteração de taxa	(7.104,62)	(36.434,23)	(2.548,02)	(2.621,98)	(5.870,77)	(54.579,62)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>138.138,51</u>	<u>331.332,65</u>	<u>41.527,73</u>	<u>33.430,13</u>	<u>74.852,09</u>	<u>619.281,11</u>

b) Reconciliação da taxa de imposto:

	2014	2013
Resultado antes de impostos	25.824.879,74	16.865.730,12
Taxa nominal de imposto	29,50%	31,50%
	<u>7.618.339,52</u>	<u>5.312.704,99</u>
Efeito da aplicação da derrama estadual	(205.000,00)	(195.000,00)
Imposto esperado	<u>7.413.339,52</u>	<u>5.117.704,99</u>
Diferenças permanentes (i)	(2.657.365,98)	(152.785,22)
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	(304,25)	(40.886,13)
Excesso de estimativa imposto	(223.082,27)	(21.855,52)
Pagamentos especiais por conta não recuperáveis	14.135,77	-
Retenções na fonte não recuperáveis	24.262,25	-
Efeito da alteração da taxa de imposto sobre os impostos diferidos	54.579,61	73.650,92
Tributação autónoma (ii)	<u>593.142,41</u>	<u>1.071.396,58</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>5.218.707,07</u>	<u>6.047.225,62</u>
Imposto corrente (Nota 14)	5.270.253,06	5.779.581,31
Excesso de estimativa imposto	(223.082,27)	(21.855,52)
Pagamento especiais por conta não recuperáveis	14.135,77	-
Retenções na fonte não recuperáveis	24.262,25	-
Imposto diferido gerado no exercício	<u>133.138,26</u>	<u>289.499,83</u>
	<u>5.218.707,07</u>	<u>6.047.225,62</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

(i) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias e associadas	(12.838.519,36)	(6.285.680,90)
Criação líquida de emprego	(370.993,77)	(309.485,87)
Mais-valias contabilísticas	(67.670,28)	(99.860,84)
Correcções relativas a exercícios anteriores	176.324,64	11.985,73
Multas e outras penalidades	8.854,36	14.194,48
Provisões não aceites como custo fiscal	287.029,18	-
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestir	31.164,58	71.999,73
Créditos incobráveis não aceites como gastos	-	182.316,14
Imparidade do <i>Goodwill</i>	313.409,04	313.409,04
Depreciações não aceites como gasto	(1.444,15)	412.526,54
Despesas não documentadas	999.174,23	1.981.195,44
Dividendos de participadas não residentes colocados à disposição	2.362.432,91	2.939.761,51
Outros líquidos	92.218,36	282.606,56
	(9.008.020,26)	(485.032,44)
Taxa nominal de imposto	29,50%	31,50%
Diferenças permanentes	(2.657.365,98)	(152.785,22)

(ii) Este montante é constituído pela parcela de IRC tributada autonomamente.

12. INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os inventários têm a seguinte composição:

	2014		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
Mercadorias	376.126,18	(61.548,06)	314.578,12
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.593.990,21	(231.989,53)	1.362.000,68
	<u>1.970.116,39</u>	<u>(293.537,59)</u>	<u>1.676.578,80</u>
	2013		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
Mercadorias	485.145,22	(61.548,06)	423.597,16
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.534.939,46	(231.989,53)	1.302.949,93
	<u>2.020.084,68</u>	<u>(293.537,59)</u>	<u>1.726.547,09</u>

Perdas por imparidade:

Não houve qualquer movimento nas perdas por imparidade de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tem a seguinte composição:

	2014			2013		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	485.145,22	1.534.939,46	2.020.084,68	674.819,58	1.587.440,89	2.262.260,57
Compras	1.187.541,93	8.202.947,10	9.390.489,03	1.818.051,03	8.793.576,26	10.611.627,29
Regularizações	(1.889,82)	2.551,19	661,37	(1.525,53)	(4.250,31)	(5.775,84)
Saldo final	(376.126,18)	(1.593.990,21)	(1.970.116,39)	(485.145,22)	(1.534.939,46)	(2.020.084,68)
	<u>1.294.671,15</u>	<u>8.146.447,54</u>	<u>9.441.118,69</u>	<u>2.006.199,86</u>	<u>8.841.827,48</u>	<u>10.848.027,34</u>

13. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” têm a seguinte composição:

	2014				
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Atualização financeira das contas a receber de clientes	Rendimentos a reconhecer	Valor líquido
Clientes, conta corrente:					
Gerais	32.905.394,74	(216.526,74)	(1.299.343,72)	(6.456.976,40)	24.932.547,88
Partes relacionadas (Nota 21)	15.524.095,26	-	-	-	15.524.095,26
	<u>48.429.490,00</u>	<u>(216.526,74)</u>	<u>(1.299.343,72)</u>	<u>(6.456.976,40)</u>	<u>40.456.643,14</u>
Outras contas a receber:					
Outros devedores:					
Gerais	6.471.871,09	-	-	(6.301.607,32)	170.263,77
Partes relacionadas (Nota 21)	3.039.736,47	-	-	-	3.039.736,47
Devedores por acréscimos de rendimentos:					
Partes relacionadas (Nota 21)	272.326,87	-	-	-	272.326,87
Outros	124.743,78	-	-	-	124.743,78
	<u>9.908.678,21</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.301.607,32)</u>	<u>3.607.070,89</u>
	<u>58.338.168,21</u>	<u>(216.526,74)</u>	<u>(1.299.343,72)</u>	<u>(12.758.583,72)</u>	<u>44.063.714,03</u>
	2013				
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Atualização financeira das contas a receber de clientes	Rendimentos a reconhecer	Valor líquido
Clientes, conta corrente:					
Gerais	37.762.281,35	(260.631,16)	(1.821.711,48)	(2.250.905,90)	33.429.032,81
Partes relacionadas (Nota 21)	10.846.404,34	-	-	-	10.846.404,34
	<u>48.608.685,69</u>	<u>(260.631,16)</u>	<u>(1.821.711,48)</u>	<u>(2.250.905,90)</u>	<u>44.275.437,15</u>
Outras contas a receber:					
Outros devedores:					
Gerais	17.118.830,85	-	-	(16.835.270,27)	283.560,58
Partes relacionadas (Nota 21)	4.312.267,11	-	-	-	4.312.267,11
Devedores por acréscimos de rendimentos	57.699,10	-	-	-	57.699,10
	<u>21.488.797,06</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.835.270,27)</u>	<u>4.653.526,79</u>
	<u>70.097.482,75</u>	<u>(260.631,16)</u>	<u>(1.821.711,48)</u>	<u>(19.086.176,17)</u>	<u>48.928.963,94</u>

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as perdas por imparidade em dívidas a receber, apresentavam o seguinte movimento:

	2014	2013
Saldo inicial	260.631,16	455.923,03
Reversões de perdas por imparidade em contas a receber	(44.104,42)	(195.291,87)
Saldo final	<u>216.526,74</u>	<u>260.631,16</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de atualização financeira das contas a receber de clientes:

	2014	2013
Saldo inicial	1.821.711,48	1.938.984,36
Reversão (Nota 26)	(522.367,76)	(117.272,88)
Saldo final	<u>1.299.343,72</u>	<u>1.821.711,48</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de rendimentos a reconhecer das contas a receber de clientes e de outras contas a receber:

	2014	2013
Saldo inicial	19.086.176,17	23.568.597,37
Aumentos / (anulações)	(217.525,46)	194.738,93
Reconhecimento em resultados (Nota 26)	(6.110.066,99)	(4.677.160,13)
Saldo final	<u>12.758.583,72</u>	<u>19.086.176,17</u>

O aumento/(anulação) dos rendimentos a reconhecer corresponde a juros de mora debitados/creditados a clientes pelos atrasos ocorridos na liquidação dos montantes anteriormente faturados por serviços prestados. O reconhecimento em resultados daqueles montantes ocorre no momento em que são pagos pelos clientes (Nota 3.15).

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" têm a seguinte composição:

	2014		2013	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
IRC:				
Pagamentos por conta	-	(5.190.838,43)	-	(3.744.038,43)
Estimativa de imposto (Nota 11)	-	5.270.253,06	-	5.779.581,31
Estimativa de imposto no âmbito do RETGS (a)	-	1.112.911,96	-	525.189,82
Retenções na fonte	-	(5.291,77)	-	(65.348,58)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	108.731,14	-	108.773,05
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.205.788,12	-	2.411.478,73	-
Contribuições para a Segurança Social	-	384.343,03	-	373.922,92
Outros impostos	-	515,00	-	75,00
	<u>2.205.788,12</u>	<u>1.680.623,99</u>	<u>2.411.478,73</u>	<u>2.978.155,09</u>

(a) Este montante corresponde aos pagamentos por conta e retenções na fonte, deduzidas das estimativas de imposto das restantes empresas do RETGS da Suma.

15. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital era composto por duzentas e cinquenta mil ações com o valor nominal de cinquenta Euros cada, totalmente realizado. O capital subscrito é detido por:

Empresas	%	Montante
Mota-Engil Ambiente e Serviços, S.G.P.S., S.A. ("MEAS")	61,5%	7.687.500
Urbaser (entidade sediada em Espanha e inserida no Grupo ACS)	38,5%	4.812.500
		<u>12.500.000</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

16. OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

A informação relevante das rubricas do capital próprio, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é como segue:

Prémios de emissão de ações: O valor registado nesta rubrica, resulta do ágio obtido no aumento de capital ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2004. Segundo a legislação em vigor, a utilização do valor incluído nesta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal, ou seja, não pode ser distribuído aos acionistas, podendo ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Estas reservas constituem-se como reservas livres, disponíveis para distribuição.

Ajustamentos em ativos financeiros: Esta rubrica corresponde, essencialmente, ao efeito dos ajustamentos de conversão cambial decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial das participadas detidas em moeda estrangeira, e ao registo de subsídios do governo pelas participadas.

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica resultada dos ajustamentos de conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para o SNC, correspondendo, essencialmente, ao efeito do reconhecimento das contas a receber de clientes ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva, denominado por "atualização financeira das contas a receber" (Nota 13).

Aplicação de resultados de 2013: Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de abril de 2014, foi decidida a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Reservas livres	3.245.504,50
Distribuição aos acionistas (Nota 21)	7.573.000,00
	<u>10.818.504,50</u>

Adicionalmente, a aplicação do resultado líquido do exercício inclui a distribuição de 240.000 Euros aos colaboradores da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi liquidado a totalidade dos dividendos referentes ao exercício de 2012 no montante de 7.901.000,00 Euros.

Aplicação de resultados de 2012: Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 10 de julho de 2013, foi decidida a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Reservas livres	3.385.858,15
Distribuição aos acionistas (Nota 21)	7.901.000,00
	<u>11.286.858,15</u>

Em 31 de dezembro de 2013, os dividendos a distribuir no montante de 7.901.000 Euros, referentes ao exercício de 2012, encontram-se registados na rubrica "Acionistas" e foram liquidados 6.695.000 Euros relativamente aos dividendos referentes ao exercício de 2011. Adicionalmente, foi deliberado distribuir 240.000 Euros aos quadros da Empresa, que foram especializados em 31 de dezembro de 2013.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

17. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi como segue:

	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Equivalência patrimonial	
Processos judiciais em curso	201.101,51	363.473,08	-	-	-	564.574,59
Provisões para outros riscos e encargos	355.231,14	340.137,64	(101.399,42)	(52.249,70)	-	541.719,66
Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 10)	4.644.101,36	-	-	-	139.511,43	4.783.612,79
	<u>5.200.434,01</u>	<u>703.610,72</u>	<u>(101.399,42)</u>	<u>(52.249,70)</u>	<u>139.511,43</u>	<u>5.889.907,04</u>

	2013					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Equivalência patrimonial	
Processos judiciais em curso	771.409,67	54.717,68	(627.538,59)	2.512,75	-	201.101,51
Provisões para outros riscos e encargos	896.985,88	35.364,94	(498.729,06)	(78.390,62)	-	355.231,14
Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 10)	3.917.225,35	-	-	-	726.876,01	4.644.101,36
	<u>5.585.620,90</u>	<u>90.082,62</u>	<u>(1.126.267,65)</u>	<u>(75.877,87)</u>	<u>726.876,01</u>	<u>5.200.434,01</u>

As provisões registadas na rubrica "Processos judiciais em curso" destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra a Empresa, essencialmente, de natureza laboral e fiscal, constituídas com base na opinião dos advogados e na experiência histórica desses tipos de litígios.

Os montantes registados na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" correspondem a provisões registadas para fazer face a rescisões de contratos de trabalho, decorrente da obrigação legal em indemnizar, no final dos contratos de prestações de serviços celebrados com os diversos Municípios, os colaboradores que se encontram a exercer funções no âmbito desses contratos, por força da extinção do seu posto de trabalho. As reversões registadas prendem-se com a renovação e extensão de contratos de prestação de serviços.

A rubrica "Provisões para perdas em participações financeiras" decorre da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração, relativamente à existência de responsabilidades construtivas assumidas pela Empresa decorrentes da participação detida no capital de empresas subsidiárias (Nota 10).

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, têm a seguinte composição:

	2014		2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos	31.821.041,53	10.351.554,58	11.402.411,73	15.234.609,49
Locações financeiras	3.732.356,90	1.986.755,95	1.427.159,85	2.138.161,34
	<u>35.553.398,43</u>	<u>12.338.310,53</u>	<u>12.829.571,58</u>	<u>17.372.770,83</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

18.1 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, têm a seguinte composição:

	2014			2013			Data de vencimento	Tipo de amortização
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado			
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente		
Empréstimos obrigacionista:								
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("MG")	10.000.000,00	10.000.000,00	-	10.000.000,00	10.000.000,00	-	24-10-18	Única
Empréstimos bancários:								
Banco Português de Investimento, S.A. ("BPI")	234.375,00	46.875,00	187.500,00	421.875,00	234.375,00	187.500,00	23-02-16	Trimestral
Banco Popular Português, S.A.	729.677,86	-	729.677,86	1.645.289,85	729.552,61	915.737,24	19-09-15	Trimestral
Barclays Bank - Sucursal em Portugal	-	-	-	2.500.001,00	-	2.500.001,00	01-07-14	Trimestral
Caja de Ahorros de Salamanca Y Sorla	438.539,44	-	438.539,44	1.443.384,47	438.484,12	1.004.900,35	28-05-15	Mensal
Sindicato de Bancos (Agente BPI)	70.000.000,00	21.774.166,53	-	-	-	-	15-11-24	Semestral
	71.402.592,10	21.821.041,53	1.355.717,10	6.010.550,32	1.402.411,73	4.608.138,59		
Contas-correntes caucionadas:								
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES")	2.500.000,00	-	-	2.500.000,00	-	1.420.000,00	01-01-15	
Banco BIC Português, S.A.	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00	-	1.040.000,00	25-05-15	
Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN")	3.500.000,00	-	-	3.500.000,00	-	-	25-05-15	
Santander Total de Negócios Portugal, S.A. ("Santander Total")	1.750.000,00	-	570.000,00	1.750.000,00	-	1.050.000,00	01-03-15	
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD")	950.000,00	-	-	950.000,00	-	-	17-07-15	
MG	3.500.000,00	-	-	3.500.000,00	-	2.300.000,00	30-04-15	
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. ("BBVA")	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00	-	-	05-12-15	
Banco Internacional do Funchal ("BANIF")	1.000.000,00	-	-	-	-	-	28-07-15	
CAXA AGRICOLA	1.000.000,00	-	475.000,00	-	-	-	04-02-15	
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD")	20.000.000,00	-	-	-	-	-	06-11-15	
Banco Português de Investimento, S.A. ("BPI")	16.948.000,00	-	-	-	-	-	06-11-15	
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD")	16.948.000,00	-	-	-	-	-	10-12-15	
	72.096.000,00	-	1.045.000,00	16.200.000,00	-	5.810.000,00		
Descobertos Bancários:								
BPI	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00	-	863.489,03	30-03-15	
BNP Paribas	3.000.000,00	-	1.450.837,48	3.000.000,00	-	2.453.001,87	31-01-15	
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP")	4.000.000,00	-	-	4.000.000,00	-	-	30-10-15	
	10.000.000,00	-	1.450.837,48	10.000.000,00	-	3.316.470,90		
Papel comercial:								
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD")	5.000.000,00	-	5.000.000,00	-	-	-	27-01-15	Semestral
Empréstimos de partes relacionadas (Nota 21):								
Realcel	1.500.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00		Anual
	1.500.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00		
	81.402.592,10	31.821.041,53	10.351.554,58	16.010.550,32	11.402.411,73	15.234.609,49		

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os empréstimos bancários vencem juros no intervalo de taxas entre 3,5% a 7,0% e 2,0% a 7,1%, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa contraiu um financiamento junto de um Sindicato liderado pelo BPI, contratado no âmbito da aquisição da EGF, e no total de 70.000.000,00 Euros, tendo sido desembolsado até 31 dezembro 2014 o valor de 22.459.917 Euros como crédito inicial, ficando pendente o desembolso do crédito subsequente. O empréstimo tem como objetivo apoiar a Suma Tratamento (empresa subsidiária) na aquisição da EGF e terá amortização semestral após a concretização da aquisição da EGF por parte da Suma Tratamento, com início do reembolso em Maio de 2016. A Empresa subscreveu garantias bancárias a favor da ADP, no montante total de 41.894.026,75 Euros (Nota 31). Adicionalmente, assumiu compromissos financeiros (*Covenants*) associados, nomeadamente, a dívida financeira líquida/EBITDA e rácio de cobertura do serviço da dívida.

De acordo com os contratos de financiamento celebrados, os empréstimos obrigacionista e bancários têm o seguinte plano de reembolso:

	2014	2013
2014	-	4.608.138,59
2015	1.355.717,11	1.355.536,73
2016	2.542.396,37	46.875,00
2017	2.495.521,37	-
2018 (a)	12.495.566,29	10.000.000,00
2019 e seguintes	14.287.557,49	-
	33.176.758,63	16.010.550,32

- (a) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, este montante inclui 10.000.000,00 Euros, referentes a empréstimo por obrigações não convertíveis subscrito pelo MG com vencimento em outubro de 2018 e vence juros à taxa anual de 5,64%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Para o empréstimo obrigacionista subscrito pelo MG a Empresa assumiu *Covenants* associados, nomeadamente, o *negative pledge* e *cross default*.

Para o empréstimo com o BPI a Empresa subscreveu uma livrança em branco e apresenta garantias autónomas das Sociedades de Garantias Mútuas (Garval e Lisgarante).

Para os empréstimos com MG, Banco Popular, Barclays e Caja de Ahorros de Salamanca Y Soria, a Empresa subscreveu uma livrança em branco.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as contas-correntes caucionadas vencem juros no intervalo de taxas entre 3,5% e 5,5% a 4,8% a 6,5%, respetivamente e são passíveis de ser renovadas por períodos sucessivos de três, seis meses e doze meses até denúncia por uma das partes. Adicionalmente, como garantia do integral cumprimento destes financiamentos, a Empresa subscreveu livranças em branco.

O descoberto bancário concedido pelo BPI, é um financiamento agrupado, com data de vencimento em março de 2015, possível de ser renovado automaticamente por períodos sucessivos de seis e doze meses, não tendo sido utilizado em 31 de dezembro de 2014, e tendo sido utilizado em 2013, no montante adicional de, aproximadamente, 1.104.759 Euros, por outras empresas do Grupo Suma. Adicionalmente, as empresas do Grupo Suma assumem, de forma solidária, a responsabilidade pelo cumprimento deste financiamento. Ao abrigo deste contrato de financiamento, as empresas obrigaram-se a manter a atual estrutura acionista.

Os restantes descobertos bancários são passíveis de serem renovados por períodos sucessivos de seis e doze meses, tendo sido dados como garante do seu integral cumprimento a subscrição de livranças em branco.

Para o papel comercial com a CDG, a Empresa assumiu *Covenants* associados aos *negative pledge*.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa tinha *plafonds* de crédito aprovados e não utilizados nos montantes de, aproximadamente, 79.600.162,52 Euros e 17.073.529,10 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os empréstimos concedidos por partes relacionadas vencem juros no intervalo de taxas entre 2,0% e 2,5%, em ambos os exercícios, estando classificados como passivo corrente.

18.2 LOCAÇÕES

Locações financeiras:

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2014			2013		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Edifícios e outras construções	156.199,00	95.204,81	60.994,19	168.049,00	96.982,36	71.066,64
Equipamento básico	439.171,44	286.262,93	152.908,51	778.221,44	468.020,26	310.201,18
Equipamento de transporte	19.006.764,77	8.083.618,80	10.923.145,97	14.296.415,95	6.486.817,02	7.809.598,93
Outros ativos tangíveis	22.300,00	19.285,43	3.014,57	1.450.560,00	1.391.629,37	58.930,63
	<u>19.624.435,21</u>	<u>8.484.371,97</u>	<u>11.140.063,24</u>	<u>16.693.246,39</u>	<u>8.443.449,01</u>	<u>8.249.797,38</u>

A Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados com a aquisição, essencialmente, de viaturas de transporte, diversos equipamentos de lavagem e guas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades da Empresa por rendas vincendas de locação financeira, incluindo capital e juros, ascendem a 6.181.062,63 Euros e 3.669.628,48 Euros, respetivamente, e vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

	2014			2013		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	1.986.755,95	207.736,23	2.194.492,18	2.138.161,34	69.581,06	2.207.742,39
Entre 1 ano e 5 anos	3.732.356,90	254.213,55	3.986.570,45	1.427.159,85	34.726,23	1.461.886,08
	<u>5.719.112,85</u>	<u>461.949,78</u>	<u>6.181.062,63</u>	<u>3.565.321,19</u>	<u>104.307,29</u>	<u>3.669.628,48</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Locações operacionais:

A Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com aquisição, essencialmente, de viaturas ligeiras.

Os contratos de locação operacional em vigor não possuem rendas contingentes. As rendas de contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	2014	2013
Até 1 ano	288.089,91	305.579,27
Entre 1 e 5 anos	350.572,28	412.734,22
	<u>638.662,19</u>	<u>718.313,49</u>

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outras contas a pagar" tem a seguinte composição:

	2014	2013
Fornecedores de investimento	106.736,48	306,30
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	2.336.144,00	2.320.946,15
Fornecimentos e serviços externos	615.288,59	631.021,35
Juros a liquidar	296.259,07	206.774,35
Gratificações de balanço	240.000,00	240.000,00
Partes relacionadas (Nota 21)	71.052,69	562.947,31
Outros	94.828,77	72.593,31
Outras contas a pagar:		
Pessoal	171.775,30	203.634,74
Partes relacionadas (Nota 21)	167.340,20	416.516,64
Prestações suplementares a serem realizadas (Nota 21) (a)	224.830,13	225.237,42
Outros	112.100,67	581.741,98
	<u>4.436.355,90</u>	<u>5.461.719,55</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica corresponde às prestações suplementares a serem realizadas na participada Vista Waste.

20. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Fornecedores" tem a seguinte composição:

	2014	2013
Fornecedores, conta corrente:		
Gerais	6.524.239,77	8.525.902,14
Partes relacionadas (Nota 21)	4.382.903,49	4.323.817,98
Facturas em recepção e conferência	226.699,98	192.955,31
	<u>11.133.843,24</u>	<u>13.042.675,43</u>

21. PARTES RELACIONADASAcionistas:

Conforme mencionado na Nota 15, a Empresa é detida maioritariamente pela MEAS.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Pessoal-chave da gestão

Atendendo à estrutura de governação da Empresa e ao processo de tomada de decisão, a Empresa apenas considera "pessoal-chave da gestão" o Conselho de Administração. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Conselho de Administração auferiu a remuneração de 253.856,45 Euros e 247.415,64 Euros, respetivamente (Nota 25).

Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2014									
	Compra de Ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Outros gastos (Nota 27)	Juros suportados (Nota 30)	Vendas (Nota 23)	Serviços prestados (Nota 23)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 26)	Juros de suprimentos (Nota 29)	Juros de mora devidos (Nota 26)	Alienação de Ativos fixos tangíveis (Nota 26)
Agir	-	-	-	-	7.776,81	3.816,89	928,30	4.284,01	-	-
Citrave	-	-	-	-	-	7.828,89	-	74.722,55	-	-
Citrupe	-	-	-	-	-	17.086,76	-	-	-	-
Correia e Correia	-	53.598,49	-	-	848,11	30.122,67	86.342,00	-	-	-
Ecolastria	-	1.170,96	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecofile	-	-	-	-	1.296,86	-	1.354,24	-	-	-
Enviroil	-	-	-	-	-	937,41	758,00	-	-	-
Indaque Matosinhos	-	10.290,01	3,17	-	-	-	-	-	-	-
Manila	140.000,00	10.036,86	-	-	-	-	-	-	-	-
MESP	-	300.649,26	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	-	90.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
MOTA-ENGL II	-	390.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Środowisko Spółka z o.o.	-	-	-	-	-	-	41.654,32	107.414,32	-	-
Mota-Engil, Engenharia e	16.000,00	50.376,38	-	-	-	5.115,00	-	-	-	-
Mota-Engil, SGPS	-	459.502,99	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Moçambique	-	-	-	-	1.589,44	-	1.483,50	-	-	-
Mota-Engil, México	-	-	-	-	-	-	57.961,08	-	-	-
Novabeira	246,46	-	-	-	-	14.800,62	-	-	-	-
Novatex	-	221.563,86	455,80	-	-	656.457,32	4.402,75	-	-	-
Promatiro	-	-	-	-	-	160.951,91	-	-	-	110.000,00
Real Verde	-	-	-	-	-	109.834,01	465,88	-	-	-
Resillel	-	14,74	-	58.788,83	-	2.180,00	-	-	-	-
Rima	-	54.748,18	-	-	12.611,00	295.747,80	1.260,51	-	-	-
Siga	-	-	-	-	-	42.686,98	390,00	-	-	-
SOL-S INTERNACIONAL	-	-	38.345,67	-	-	-	-	-	-	-
SRI	-	-	-	-	-	-	79,00	-	-	-
SUMA (Douro)	-	-	-	-	-	138.761,47	272,78	-	-	-
SUMA (Espouende)	-	-	-	-	-	438.778,89	2.111,36	-	-	-
SUMA (Matosinhos)	-	6.753,70	-	-	-	2.917.952,85	26.080,32	-	-	-
SUMA (Porto)	-	-	-	-	-	2.681.404,45	20.347,89	-	-	-
Suma Tratamento	-	-	-	-	-	-	-	102.063,10	-	-
Transilux	3.295,00	110.863,91	-	-	-	-	-	-	-	-
Trilu	-	40.403,50	-	-	-	218.319,55	97.990,00	-	-	-
Urbaser	-	277.052,69	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbaser (Sucursal)	-	300.000,00	-	-	-	-	56,81	-	-	-
Vibeiras	-	5.700,00	-	-	-	44.558,10	-	-	-	-
Vista Waste	-	-	-	-	1.596.839,05	-	2.922.165,69	-	248.837,63	-
Vortal	-	1.278,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	159.541,46	2.384.081,49	36.804,84	58.788,83	1.610.761,27	7.786.704,57	3.266.084,46	288.483,98	248.837,63	110.000,00

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Partes relacionadas	2013									
	Compra de Ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Outros gastos (Nota 27)	Juros suportados (Nota 30)	Vendas (Nota 23)	Serviços prestados (Nota 23)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 26)	Juros de suprimentos (Nota 26)	Juros de mora clientes (Nota 26)	Alienações Ativos fixos tangíveis (Nota 28)
Agir	-	-	-	-	47.678,35	-	10.543,25	3.942,05	-	8.000,00
Aqualive!	-	1.773,56	-	-	-	-	-	-	-	-
Ascendi	-	-	-	-	-	47.450,00	-	-	-	-
Cikave	-	-	-	-	-	4.544,21	-	73.405,51	-	-
Citup	-	-	-	-	-	10.848,81	-	-	-	-
Correla e Correla	-	38.037,25	-	-	218,95	25.045,17	88.386,00	-	-	-
Ecoledria	-	-	-	-	-	72.814,32	-	-	-	-
Enviroil	-	-	-	-	-	-	763,00	17.207,69	-	-
Indeque Matosinhos	-	14.278,18	-	-	-	-	-	-	-	-
Indeque Vila do Conde	-	76,62	-	-	-	-	-	-	-	-
Lokemark	-	87,21	-	-	-	-	-	-	-	-
Manvia	-	7.308,38	-	-	-	-	-	-	-	-
MESP	-	136.835,12	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	-	80.000,00	-	58.249,02	-	-	-	-	-	-
MOTA-ENGIL II	-	390.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Srodowisko Spółka z o.o.	-	-	-	-	-	-	62.481,48	104.824,22	-	-
Mota-Engil, Engenharia e	-	88.248,85	-	-	-	1.855,34	-	-	-	-
Mota-Engil, SGPS	-	499.505,01	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Moçambique	-	-	-	-	46.790,17	-	1.866,23	-	-	-
Mota-Engil, Angola	-	284,26	-	-	46.790,17	-	1.866,23	-	-	-
Novabeira	-	-	-	-	-	42.887,21	-	-	-	-
Novaflex	88.842,26	242.128,91	455,80	-	-	870.965,63	968,00	-	-	-
Prometro	-	-	-	-	-	158.964,88	-	-	-	-
Real Verde	-	-	-	-	-	142.255,07	272,00	-	-	-
Rasilei	-	38,06	-	35.581,41	-	1.580,00	-	-	-	-
Rima	-	177.243,10	-	-	-	286.343,07	1.256,52	-	-	-
Siga	-	-	-	-	-	58.979,72	378,00	1.365,58	-	-
SOL-S INTERNACIONAL	-	-	-	-	-	-	-	824,88	-	-
Sonauto	-	-	-	-	-	-	57.362,95	-	-	-
SRI	-	-	-	-	-	-	81,00	-	-	-
SUMA (Douro)	-	5.346,32	-	-	-	209.440,85	154,00	-	-	-
SUMA (Espinhos)	-	-	-	-	-	475.513,84	2.172,38	-	-	-
SUMA (Matosinhos)	-	120.895,45	-	-	-	2.754.811,41	25.841,87	-	-	-
SUMA (Porto)	-	-	-	-	-	2.105.388,56	20.030,88	-	-	-
Transilux	-	219.202,43	-	-	-	-	-	-	-	-
Trifu	-	67.300,58	-	-	350,00	250.673,09	91.803,71	-	-	41.079,76
Urbaser	-	281.708,31	-	-	-	-	1.432,80	-	-	-
Urbaser (Sucursal)	-	300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Vista Verde	-	1.850,00	-	-	2.823.033,12	1.151,75	2.742.670,33	-	112.835,38	14.388,01
Vorisi	-	1.640,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	88.842,26	2.843.676,68	455,80	91.810,43	2.964.859,78	7.321.634,03	3.108.488,43	201.869,93	112.835,38	63.477,77

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2014						
	Cientes, conta corrente (Nota 13)	Empresas do Grupo	Outras contas a receber (Nota 13)	Acréscimos de rendimentos (Nota 13)	Fornecedores, conta corrente (Nota 20)	Acionistas (Nota 16)	Outras contas a pagar (Nota 19)
Agir	111.838,72	100.000,00	2.751,29	-	-	-	-
Am bitla	5.066,25	-	-	-	-	-	-
Am bigero	-	-	2.533,73	-	-	-	-
CITRAVE	170.184,67	1.071.222,58	277.124,12	-	-	-	-
CITRUP	14.727,54	189.601,24	-	-	-	-	4,31
Correio & Correio	177.965,58	-	558.108,82	-	71.619,56	-	-
ECB - Suma Participações	-	4.659,85	-	-	-	-	-
ECOLEZIRIA	12.874,09	54.683,88	-	-	-	-	-
Ecolife	2.851,10	139.470,71	-	-	-	-	-
Envóit	15.579,78	-	914,72	-	-	-	-
Indeque Matosinhos	-	-	-	-	1.391,76	-	-
INVESTAMBIENTE	-	-	81,07	-	-	-	-
Largo do Paço	-	-	-	-	1.263,00	-	-
Manita	-	-	-	-	6.407,10	-	-
Marfior	-	-	-	-	140.000,00	-	-
MESP	-	-	-	-	35.654,65	-	-
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	-	-	-	-	133.531,37	4.657.395,00	58.187,16
Mota-Engil - Cabo Verde	-	-	-	-	161,38	-	711,82
Mota-Engil - México	57.961,08	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil - SGPS	-	-	-	-	1.696.598,04	-	-
Mota-Engil - Moçambique	51.759,34	-	-	-	-	-	-
MOTA-ENGIL II	-	-	-	-	301.490,84	-	-
Mota-Engil Srodowisko Spółka z o.o.	341.043,79	3.501.411,93	162.419,33	-	-	-	-
Mota-Engil Sucursal Angola	784.904,06	-	-	-	440,19	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção	40.773,81	-	93.658,25	-	793.408,19	-	-
NOVA BEIRA	196,56	-	-	-	-	-	-
NOVAFLEX	157.265,79	-	21.989,91	1.758,74	20.118,86	-	-
Prometo	258.120,30	-	-	-	-	-	-
REAL VERDE	27.915,17	-	6.999,59	-	-	-	-
RESIGES	-	-	5,84	-	-	-	-
RESILEI	664,20	-	-	-	26.236,14	1.500.000,00	32.552,89
RIMA	56.857,41	-	-	4.755,85	1.331,82	-	38.500,00
SIGA	8.198,31	-	-	-	-	-	119,70
Sonaura	57.362,95	-	-	-	-	-	-
SRI	79,00	-	33.703,11	-	-	-	-
Suma Brasil	-	-	-	-	-	-	407,28
SUMA (Douro)	1.697,47	-	53.751,73	78.581,41	-	-	-
SUMA (Espesinde)	69.416,68	-	21.308,84	2.684,17	-	-	-
Suma Macau	-	-	613.992,65	-	-	-	-
SUMA (Matosinhos)	550.733,06	-	329.156,17	53.863,85	8.159,96	-	-
SUMA (Porto)	839.813,36	-	61.973,11	28.619,95	-	-	-
Suma Tratamento	5.147.333,11	16.990.085,15	-	102.063,10	-	-	-
Transilux	-	-	-	-	19.844,93	-	-
Triu	365.009,69	-	25.129,97	-	42.998,92	-	-
Urbaser	-	-	-	-	1.012.067,90	2.915.605,00	107.899,82
Urbaser (Sucursal)	1.489,81	-	1.313,28	-	61.500,00	-	-
Vibeiras	48.090,79	-	-	-	9.040,50	-	-
Vista Waste	6.347.740,00	2.982.647,18	772.880,13	-	1.557,31	-	224.530,13
Vortal	-	-	-	-	80,27	-	-
	15.524.095,26	25.013.762,22	3.039.736,47	272.326,87	4.382.903,49	7.573.000,00	392.170,33

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os saldos devedores da rubrica "Empresas do Grupo" compreendem 3.206.932,30 Euros das empresas Citrup, Ecoléziria e Vista Waste relativos a lucros disponíveis, ainda não distribuídos em 31 de dezembro de 2014. Os restantes saldos são, essencialmente, relativos a empréstimos concedidos pela Empresa, que vencem juros no intervalo de taxas entre 2% e 7,2%. O saldo a receber da Suma Tratamento refere-se ao empréstimo concedido a esta entidade para posterior aquisição da EGF e tem prazo de reembolso de cinco anos, estando classificado como ativo não corrente, tendo os restantes empréstimos prazo de reembolso inferior a um ano.

O saldo a pagar registado na rubrica "Acionistas" corresponde aos dividendos atribuídos pela Empresa aos seus acionistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, foram pagos os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro 2012, no montante de, 7.901.000,00 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes expressos em Euros)

Partes relacionadas	2013						
	Clientes, conta corrente (Nota 13)	Empresas do Grupo	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores, conta corrente (Nota 20)	Acionistas (Nota 16)	Empréstimos obtidos (Nota 18.1)	Outras contas a pagar (Nota 19)
Agir	94.833,71	100.000,00	2.932,67				
Ambilital	5.066,25						
Ascendil	10.059,40						
Citrave	46.398,50	1.021.222,58	277.124,12				
Citrop	6.959,94						
Correia e Correia	136.746,49		37.335,80	61.310,25			
CPTP							
Ecoelezria	23.668,25						
Ecolife							
Enviroil	13.668,77						21.911,82
Erauc	1.381,00						
Ferrovias e Construções							
GeoVision							
Gestiponte							
Indaqua Matosinhos				2.079,66			
Indaqua Vila do Conde							
Investambiente			81,07				
Largo do Pago				1.263,00			
Lokemark				614,80			
Manvia				2.894,63			
Martifer							
MESP				43.108,14			
Mota-Engil - Ambiente e Serviços				36.675,00	4.859.115,00		58.197,16
Mota-Engil - Cabo Verde				181,38			
MOTA-ENGIL II				310.715,84			
Mota-Engil Środowisko Spółka z o.o.	264.870,20	3.501.411,93	162.419,33				
Mota-Engil Sucursal Angola	784.904,46			440,19			
Mota-Engil, Engenharia e Construção	34.482,16		93.656,25	753.398,26			
Mota-Engil, Pavimentações							
Mota-Engil, SGPS				1.131.408,12			
Novabelra	4.324,47		2.064,76				
Novaflex	818.161,49			950.583,99			90.915,86
Prometro	92.580,60						
Real Verde	33.252,65						2.647,53
Rentaco							
Resigés			8,64				
Resiliei	442,80			87.573,28		1.500.000,00	
Rima	209.530,35		35.607,22	103.429,79			
Serurb Brasil Participações							
Siga	31.559,73						
SOL-S INTERNACIONAL							
Sonauto	57.362,95						
SRI	81,00						
SUMA (Douro)	139.478,10		2.102.333,68	329.213,27			134.537,36
SUMA (Espesinde)	90.134,17		29.883,79				
SUMA (Matosinhos)	1.238.582,63	852.944,30	357.973,88	124.515,58			
SUMA (Porto)	497.955,69		108.633,44				
Suma Brasil Participações							
TCR			519,85				407,29
Takargo	8.468,34						
Transitex				81.007,55			
Triu	446.426,99		40.123,87	66.498,36			107.899,82
Urbaser				172.067,90	3.041.885,00		
Urbaser (Sucursal)				61.500,00		562.947,31	
Vibeiras	541,20			2.029,50			
Vista Waste	5.752.502,05	5.353.504,65	1.081.468,64	557,31			225.237,42
Vortal			754,20				
	<u>10.846.404,34</u>	<u>10.829.083,46</u>	<u>4.312.267,11</u>	<u>4.323.817,98</u>	<u>7.901.000,00</u>	<u>1.500.000,00</u>	<u>641.754,06</u>

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os saldos devedores da rubrica "Empresas do Grupo" compreendem 6.206.448,95 Euros das empresas Suma Matosinhos e Vista Waste relativos a lucros disponíveis, ainda não distribuídos em 31 de dezembro de 2013. Os restantes saldos são, essencialmente, relativos a empréstimos concedidos pela Empresa, que vencem juros no intervalo de taxas entre 2% e 7,2%.

O saldo a pagar registado na rubrica "Acionistas" corresponde aos dividendos distribuídos pela Empresa aos seus acionistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foram pagos os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro 2011, no montante de 6.695.000,00 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

22. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” tem a seguinte composição:

	2014	2013
Margem gerada internamente na venda de:		
Inventários	162.853,83	134.491,57
Seguros - acidentes	-	11.343,23
	<u>162.853,83</u>	<u>145.834,80</u>

Nos últimos exercícios, a Empresa alienou ativos fixos tangíveis e inventários às empresas subsidiárias Triu e Vista Waste, tendo sido geradas margens internamente que se encontram diferidas até as mesmas se materializarem, quer pela depreciação dos ativos fixos tangíveis, quer pela venda e/ou consumo dos inventários.

23. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, têm a seguinte composição:

	2014	2013
Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	27.972.188,90	27.823.727,41
Limpeza e varredura urbana	12.680.559,55	13.591.138,89
Manutenção de contentores	4.411.483,19	4.280.010,14
Outros	5.760.252,65	8.783.466,72
	<u>50.824.484,29</u>	<u>54.478.343,16</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram prestados serviços e efetuadas vendas a partes relacionadas nos montantes de 9.400.465,84 Euros e 10.286.493,79 Euros, respetivamente (Nota 21).

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tem a seguinte composição:

	2014	2013
Conservação e reparação	2.193.421,57	1.907.206,06
Trabalhos especializados	1.163.546,35	1.094.681,77
Encargos de gestão	1.627.051,68	1.631.709,32
Combustíveis	802.858,30	1.206.482,89
Rendas e alugueres	743.940,64	748.413,52
Aluguer de equipamento	541.002,50	561.458,48
Subcontratos	407.918,25	709.513,50
Deslocações e estadas	383.700,39	476.690,09
Seguros	332.027,43	338.662,05
Comunicação	268.163,83	278.413,13
Vigilância e segurança	232.893,77	338.616,70
Honorários	187.297,62	120.679,44
Transportes de mercadorias	155.733,97	311.430,52
Electricidade	154.328,43	161.050,27
Limpeza, higiene e conforto	67.467,88	123.549,80
Outros	670.832,31	725.367,73
	<u>9.932.184,92</u>	<u>10.733.925,27</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram obtidos serviços prestados por partes relacionadas nos montantes de 2.384.081,49 Euros e 2.643.676,68 Euros, respetivamente (Nota 21).

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tem a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 21)	253.856,45	247.415,64
Remunerações do pessoal	17.622.609,88	17.965.404,88
Encargos sobre remunerações	3.496.831,76	3.597.253,09
Seguros	489.318,56	450.238,55
Indemnizações	56.756,25	66.871,88
Gastos de acção social	45.021,55	51.630,45
Outros	72.806,30	47.827,84
	<u>22.037.200,75</u>	<u>22.426.642,33</u>

O número médio de empregados ao serviço da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi o seguinte:

	2014	2013
Empregados	1.492	1.547
Empregados cedidos pelas câmaras municipais	12	12
	<u>1.504</u>	<u>1.559</u>

26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tem a seguinte composição:

	2014	2013
Rendimentos suplementares (a):		
Cedência pessoal e refacturação de gastos	3.024.588,54	2.631.697,94
Outros	322.377,86	573.858,91
Juros de mora a clientes (Nota 13) (b)	6.110.066,99	4.677.160,13
Actualização cambial	969.331,19	59.828,38
Actualização de saldos de clientes (Nota 13)	522.367,76	117.272,88
Correções relativas a exercícios anteriores	40.377,53	86.882,99
Rendimentos e ganhos em activos fixos tangíveis (c)	67.670,28	116.829,37
Descontos de pronto pagamento obtidos	64.573,65	92.934,51
Outros (a)	117.786,49	52.912,81
	<u>11.239.140,29</u>	<u>8.409.377,92</u>

- (a) Estas rubricas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, incluem 3.266.084,46 Euros e 3.108.468,43 Euros, respetivamente, com partes relacionadas (Nota 21).
- (b) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui 248.837,63 Euros e 112.835,38 Euros, respetivamente, com partes relacionadas (Nota 21).
- (c) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, existem ganhos com partes relacionadas, nos montantes de 110.000,00 Euros e 63.477,77 Euros, respetivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tem a seguinte composição:

	2014	2013
Despesas não documentadas	999.174,23	1.981.195,44
Correcções relativas a exercícios anteriores	176.324,64	11.985,73
Donativos e quotizações	136.824,55	314.544,00
Impostos	122.337,51	117.331,97
Actualização cambial	65.431,31	574.267,19
Dívidas incobráveis	54.513,43	201.782,03
Gastos e perdas em ativos fixos tangíveis	4.015,59	426.356,54
Outros	5.167,10	223.156,34
	<u>1.563.788,36</u>	<u>3.850.619,24</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, existem outros gastos e perdas com partes relacionadas, nos montantes de 36.804,64 Euros e 455,80 Euros, respetivamente (Nota 21).

28. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, tem a seguinte composição:

	2014	2013
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	2.919.798,59	3.202.717,77
Ativos intangíveis (Nota 9)	132.910,70	130.142,56
	<u>3.052.709,29</u>	<u>3.332.860,33</u>

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, têm a seguinte composição:

	2014	2013
Juros obtidos:		
Financiamentos concedidos a subsidiárias (Nota 21)	288.483,98	201.669,93
Depósitos bancários	21.167,03	-
Rendimentos similares obtidos:		
Associadas e entidades conjuntamente controladas	18.187,43	20.990,00
	<u>327.838,44</u>	<u>222.659,93</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa obteve ganhos com juros e rendimentos similares decorrentes dos financiamentos concedidos a partes relacionadas nos montantes de 288.483,98 Euros e 201.669,93 Euros, respetivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

30. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, têm a seguinte composição:

	2014	2013
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	1.391.095,80	1.702.149,20
Locações financeiras	175.269,89	125.762,79
Suprimentos	58.788,83	91.810,43
Outros financiamentos	137.685,29	3.497,70
Gastos similares suportados:		
Imposto do Selo	325.391,78	273.362,80
Outros	156.312,41	59.742,22
	<u>2.244.544,00</u>	<u>2.256.325,14</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa suportou juros decorrentes de financiamentos com partes relacionadas nos montantes de 58.788,83 Euros e 91.810,43 Euros, respetivamente (Nota 21).

31. GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a entidades terceiras (nomeadamente a Câmaras Municipais e Associação de Municípios), por imposições contratuais da Empresa e das suas subsidiárias, como se segue:

	2014	2013
<u>BPI:</u>		
ADP	8.250.323,75	-
Câmaras e Associações Municipais	966.940,78	980.954,53
Tribunal do Trabalho de Santo Tirso	14.013,75	-
Finivalor, S.A.	-	51.000,00
Tribunal de Trabalho de Leiria - 1º Juízo	8.222,33	8.222,33
	<u>9.239.500,61</u>	<u>1.040.176,86</u>
<u>BCP:</u>		
Câmaras e Associações Municipais	4.906.439,04	4.926.288,80
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa	60.800,00	-
Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	2.616,37	-
Serviços de Finanças de Lisboa nº14	211.155,99	211.155,99
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.	-	72.297,00
EDP - Serviço Universal, S.A.	-	4.278,44
	<u>5.181.011,40</u>	<u>5.214.020,23</u>
<u>CGD:</u>		
ADP	5.893.088,00	-
Câmaras e Associações Municipais	478.773,94	239.873,94
	<u>6.371.861,94</u>	<u>239.873,94</u>
<u>Caja Duero:</u>		
Câmaras e Associações Municipais	843.181,83	1.322.078,66
APA - Agência Portuguesa do Ambiente (RIMA)	136.369,60	136.369,60
IPTM - Instituto Português e dos Transportes Marítimos, I.P.	14.994,22	14.994,22
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	-	1.715,20
Águas do Oeste, S.A.	-	1.296,00
	<u>994.545,65</u>	<u>1.476.453,68</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	2014	2013
<u>Caja Madrid:</u>		
Câmaras e Associações Municipais	-	230.528,89
<u>Banco BIC, S.A.:</u>		
Banco BIC	2.673.520,00	-
ADP	8.250.324,00	-
Câmaras e Associações Municipais	100.215,00	100.215,00
	<u>11.024.059,00</u>	<u>100.215,00</u>
<u>Novo Banco:</u>		
Câmaras e Associações Municipais	425.325,52	461.780,52
Direcção de Finanças de Lisboa	-	1.346.779,55
	<u>425.325,52</u>	<u>1.808.560,07</u>
<u>Mafpre:</u>		
Câmaras e Associações Municipais	216.729,28	216.729,28
<u>Santander Totta:</u>		
Repsol, S.A.	500.000,00	500.000,00
<u>Caixa Económica Montepio Geral, S.A.:</u>		
Município da Batalha	121.331,31	-
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	95.508,78	-
ADP	8.250.324,00	-
Finibanco Angola	6.314.626,00	-
	<u>14.781.790,09</u>	<u>-</u>
<u>Caixa de Crédito Agrícola Mútuo</u>		
ADP	8.250.324,00	-
<u>CaixaBI</u>		
ADP	2.999.643,00	-
Total Garantias bancárias	<u>59.984.790,49</u>	<u>10.826.557,94</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa tinha solicitado a emissão de garantias bancárias a favor da ADP no montante de, aproximadamente, 41.894.000,00 Euros, por conta de responsabilidades assumidas decorrente do contrato de compra e venda de 100% da EGF, a ser concretizado pela subsidiária Suma Tratamento (Nota 18.1).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa tinha emitido cartas de conforto a empresas subsidiárias, nos montantes de 9.155.559,00 Euros e 11.508.858,00 Euros, respetivamente, relacionadas com financiamentos bancários obtidos por estas entidades.

A Empresa prestou aval à Triu, no montante de 275.000,00 Euros, relativamente aos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, na CGD e no Santander. Adicionalmente, foi prestado conjuntamente com a Enviroll, avals à Enviroll II, nos montantes de 930.050,00 Euros relativamente a um financiamento obtido por esta participada e 1.700.000,00 Euros relativamente a Contrato Mútuo com Hipoteca e Fiança.

A Empresa prestou garantias bancárias, nos montantes de 2.673.520,00 Euros e 6.314.626,00 Euros, aos bancos BIC e Finibanco, respetivamente, relativamente aos contratos de financiamento obtidos pela Vista Waste.

Por fim, a Empresa prestou aval à Rima, no montante de 700.000,00 Euros, relativamente ao crédito hipotecário.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

32. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi determinado como segue:

	2014	2013
Resultado líquido do exercício	20.606.172,67	10.818.504,50
Número de ações (Nota 15)	250.000,00	250.000,00
Resultado por ação	82,42	43,27

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o reembolso líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

33. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Durante o período compreendido entre janeiro e abril de 2015, as linhas de crédito têm vindo a ser renovadas, sendo a sua utilização similar à verificada em 31 de dezembro de 2014.

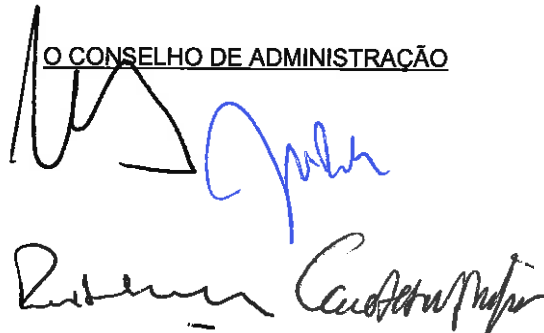
Relativamente à Suma Oman Branch (sucursal constituída em 2014 pela Suma), em fevereiro de 2015 foram realizados adiantamentos no montante de, aproximadamente, 500.000 Euros, para dar início à actividade operacional da empresa.

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data do balanço e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Pareceres e Certificações

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

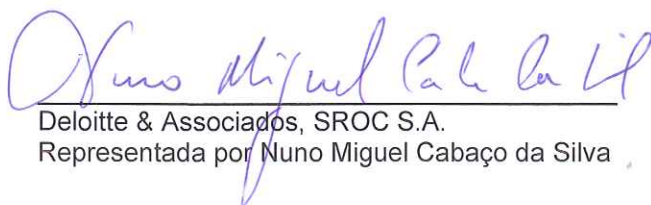
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2014, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respectivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão do exercício de 2014 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que inclui uma reserva por limitação de âmbito e uma ênfase, que se dão aqui por integralmente reproduzidas.

Face ao exposto, somos de opinião que excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 e tendo em consideração o descrito no parágrafo 6, ambos da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de Abril de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de 164.347.942 Euros e um capital próprio de 85.579.649 Euros, incluindo um resultado líquido de 20.606.173 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Em 31 de Dezembro de 2014, a Empresa detém uma participação financeira representativa de 50% do capital da Resilei – Tratamento de Resíduos Industriais, S.A., registada pelo método da equivalência patrimonial, no montante de, aproximadamente, 1.545.000 Euros. Naquela data, o balanço desta empresa participada, inclui uma provisão para selagem e monitorização de um aterro sanitário de resíduos não perigosos, no montante de, aproximadamente, 5.567.000 Euros (5.350.000 Euros em 31 de Dezembro de 2013). Até à presente data, a informação disponível não é suficiente para nos permitir concluir quanto à razoabilidade do saldo desta provisão para fazer face às obrigações presentes daquela empresa participada. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o efeito desta situação nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2014.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

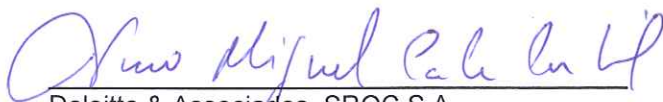
Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora as participações financeiras tenham sido registadas pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos de consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, gastos e rendimentos totais, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a apresentar em separado.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de Abril de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva



Ata da Assembleia Geral



ACTAS

Folha 8

ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS N.º 49

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e quinze, pelas dezasseis horas, reuniu na sede social, sita na Rua do Mar do Norte, Lote 1.03.2.1B, 1º, Freguesia do Parque das Nações, Concelho de Lisboa, a Assembleia Geral da sociedade anónima denominada **SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.**, com o capital social, integralmente realizado, de doze milhões e quinhentos mil euros (€12.500.000,00), representado por duzentas e cinquenta mil acções (250.000) do valor nominal unitário de cinquenta euros (€50,00), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva quinhentos e três milhões duzentos e dez mil quinhentos e sessenta (503.210.560), com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciar, discutir e votar o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e o anexo às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único.-----

PONTO DOIS: Discutir e deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, nos termos do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais. -----

PONTO TRÊS: Apreciar, discutir e votar o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa e o anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos ao exercício de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas Consolidada e o Relatório e Parecer do Fiscal Único.-----

PONTO QUATRO: Proceder, nos termos do disposto nos artigos 376º, n.º 1, alínea c) e 455º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade. -----

PONTO CINCO: Discutir e deliberar, nos termos do disposto no n.º2 do artigo 22º do contrato social, sobre a fixação em cinco do número de membros que irão compor o Conselho de Administração da Sociedade.-----

PONTO SEIS: Discutir e deliberar sobre a eleição para um novo mandato, correspondente ao triénio 2015-2017, dos membros do Conselho de Administração, da Mesa da Assembleia Geral, da Comissão de Fixação de Vencimentos e, bem



ACTAS

Folha 9

assim, sobre a eleição do Fiscal Único e respectivo suplente.-----

PONTO SETE: Discutir e deliberar, nos termos do disposto no n.º2 do artigo 22º do contrato social, sobre a designação, de entre os membros do Conselho de Administração eleitos quanto ao anterior Ponto da presente Ordem de Trabalhos, do Presidente e Vice-Presidente de tal Conselho de Administração.-----

PONTO OITO: Discutir e deliberar sobre a eleição para um novo mandato, correspondente ao triénio 2015-2017, dos membros do Conselho Superior da Sociedade.-----

PONTO NOVE: Discutir e deliberar, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 29º do contrato social, sobre a designação, de entre os membros do Conselho Superior eleitos quanto ao anterior Ponto da presente Ordem de Trabalhos, do Presidente de tal Conselho Superior.-----

PONTO DEZ: Discutir e deliberar, nos termos do disposto no n.º7 do artigo 22º do contrato social e, bem assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 396º do Código das Sociedades Comerciais, sobre a dispensa, pelos membros do Conselho de Administração eleitos quanto ao Ponto Seis da presente Ordem de Trabalhos, da prestação de caução.-----

Assumiu a Presidência dos trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sra. Dra. Ivone Santos Martins, secretariada pela Secretária da Mesa, Sra. Dra. Patrícia Santos. -----

Antes da abertura dos trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tendo verificado, pela lista de presenças, que estavam representadas todas as Accionistas, ou seja, a totalidade do capital social, e que os documentos comprovativos dos poderes conferidos aos seus representantes, para os efeitos da reunião, satisfaziam o disposto no nº 3 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, e considerando que a reunião não fora precedida de quaisquer formalidades prévias de convocação, indagou expressamente dos mesmos se as suas representadas pretendiam e era sua vontade que a Assembleia Geral se constituísse e deliberasse sobre a Ordem de Trabalhos acima transcrita, independentemente do cumprimento dessas formalidades, nos termos do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, o que foi também expressamente confirmado por todos. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou então estar a Assembleia constituída e em condições de funcionar e deliberar validamente, ordenando de seguida que a referida lista de presenças fosse anexada à presente Acta. -----

Iniciados os trabalhos, pela Secretária da Mesa, Sra. Dra. Patrícia Santos, foi lida



ACTAS

Folha 10

integralmente a Ordem de Trabalhos. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu que haviam sido submetidos à Assembleia e nela se encontravam patentes, o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e o anexo às Demonstrações Financeiras, quer Individuais quer Consolidados, relativos ao exercício de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como as Certificações Legais de Contas e o Relatórios e Pareceres do Fiscal Único.-----

Entrados, de imediato, no **PRIMEIRO PONTO** da Ordem de Trabalhos, pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral foram postos sucessivamente à discussão e à votação, conjuntamente, na generalidade e na especialidade, o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e o anexo às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único, tendo os mesmos sido aprovados, integral e unanimemente, pelas Accionistas.-----

Entrados, de seguida, no **SEGUNDO PONTO** da Ordem de Trabalhos, foi lida pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Sra. Dra. Patrícia Santos, a proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração, com o seguinte teor: -----

"Nos termos do disposto na alínea b) do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e tendo em consideração as demonstrações financeiras do exercício, propõe-se que o resultado líquido apurado no exercício de 2014, no montante de 20.606.172,67 euros tenha a seguinte aplicação: -----

Distribuição aos accionistas: 8.240.000,00 euros -----

Reservas Livres: 12.366.172,67 euros -----

Lisboa, 30 de Abril de 2015 -----

O Conselho de Administração," -----

Após a leitura da proposta precedente, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos representantes das accionistas se pretendiam apresentar qualquer outra proposta referente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, não tendo as accionistas pretendido apresentar qualquer proposta.-----

Assim, foi, após análise e discussão deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.--



ACTAS

Folha 11

Entrados no **TERCEIRO PONTO** da Ordem de Trabalhos, pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral foram postos sucessivamente à discussão e à votação, conjuntamente na generalidade e na especialidade, o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa e o anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos ao exercício de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas Consolidada e o Relatório e Parecer do Fiscal Único, tendo os mesmos sido aprovados, integral e unanimemente, pelas Accionistas. -----

Passou-se, de seguida, ao **QUARTO PONTO** da Ordem de Trabalhos, tendo pedido a palavra o representante da accionista MOTA - ENGIL, AMBIENTE E SERVIÇOS, SGPS, S.A., o qual, no uso da mesma e em nome da sua representada, propôs atribuir um voto de confiança e louvor à Administração e Fiscalização da sociedade e a cada um dos seus membros, individualmente considerados, proposta esta que foi aprovada por unanimidade. -----

Entrou-se, assim, no **QUINTO PONTO** da Ordem de Trabalhos, tendo, após análise e discussão, sido deliberado, por unanimidade, fixar, com referência ao disposto no n.º2 do artigo 22º do contrato social, em cinco o número de membros que irão compor o Conselho de Administração da Sociedade.-----

Passou-se, de seguida, ao **SEXTO PONTO** da Ordem de Trabalhos, tendo, após análise e discussão, sido deliberado, por unanimidade, eleger para um novo mandato correspondente ao triénio 2015-2017, os membros do Conselho de Administração, da Mesa da Assembleia Geral, da Comissão de Fixação de Vencimentos e, bem assim, eleger o Fiscal Único e respectivo suplente, a saber:----

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-----

Eng.º Jorge Agostinho Fernandes Rodrigues, casado, titular do NIF 157524817 e com residência na Rua da Vilarinha, n.º 355, Moradia 32, 4100-514 Porto.-----

Dr. Pablo Barreiro Blanco, casado, titular do NIF 201849631 e com domicílio profissional na Rua Mar do Norte, Lote1.03.2.1B, 1º, 1998-017 Lisboa.-----

Eng.º Carlos Alberto Vaz Pinto Garcês, casado, titular do NIF 151326088 e com residência na Rua Fontes Pereira de Melo, n.º80, 4405-560 Valadares.-----

Eng.º Rui Manuel Soares Lopes, casado, titular do NIF 194346080 e com residência na Rua Gomes Teixeira, n.º232, 4460-109 Senhora da Hora.-----

Eng.º José Manuel Mota Neves da Costa, casado, titular do NIF 168355108 e com residência na Estrada do Bom Viver, n.º 520, 4815-755 Tagilde.-----

ACTAS

Folha 12

FISCAL ÚNICO -----

Deloitte & Associados, SROC, S.A., inscrita na OROC n.º 43, titular do NIPC 501776311 e com sede social no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º1, 6º, 1050-094 Lisboa, representada pelo Sr. Dr. Nuno Miguel Cabaço da Silva, casado, ROC n.º 1462, titular do NIF 200787403 e com domicílio profissional na morada atrás indicada.-----

Suplente: Dr. António José Araújo de Beja Neves, casado, ROC n.º 782, titular do NIF 128291354 e com domicílio profissional no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º1, 6º, 1050-094 Lisboa.-----

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL-----

Presidente: Dra. Ivone Santos Martins, divorciada e com domicílio profissional na Rua Mário Dionísio, n.º 2, 2799-557 Linda-a-Velha.-----

Secretária: Dra. Patrícia Maria Fernandes dos Santos, solteira, maior e com domicílio profissional na Rua do Rego Lameiro, n.º38, 4300-454 Porto.-----

COMISSÃO DE VENCIMENTOS -----

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, casado e com domicílio profissional na Rua do Rego Lameiro, n.º 38, 4300-454 Porto.-----

Dr. José Daniel Fernandez, casado e com domicílio profissional na Avda. de Tenerife, 4 - 6, Edf. Flores, 1ª Planta, San Sebastián de los Reyes (Madrid).-----

Entrados no **SÉTIMO PONTO** da Ordem de Trabalhos, foi, após análise e discussão deliberado, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22º do contrato social designar de entre os membros do Conselho de Administração eleitos quanto ao anterior Ponto da presente Ordem de Trabalhos, como Presidente do referido Conselho de Administração, o Sr. Eng.º Jorge Agostinho Fernandes Rodrigues e como Vice - Presidente do mesmo Conselho, o Sr. Dr. Pablo Barreiro Blanco.-----

Passou-se, de seguida, ao **OITAVO PONTO** da Ordem de Trabalhos, tendo, após análise e discussão, sido deliberado, por unanimidade, eleger, para o mandato correspondente ao triénio 2015-2017 os membros para o Conselho Superior, a saber:-----

Eng.º Eduardo João Frade Sobral Pimentel, casado e com domicílio profissional na Rua Mário Dionísio, n.º 2, 2799-557 Linda-a-Velha e o Dr. José Daniel Fernandez, casado e com domicílio profissional na Avda. de Tenerife, 4 - 6, Edf. Flores, 1ª Planta, San Sebastián de los Reyes (Madrid).-----

Em face do vindo de deliberar, e nos termos do disposto no n.º2 do artigo 29º do contrato social - que menciona que são por inerência membros do Conselho



ACTAS

Folha 13

Superior o Presidente e o Vice—Presidente do Conselho de Administração - o Conselho Superior, no triénio 2015-2017, terá a seguinte composição:-----

CONSELHO SUPERIOR:-----

Eng.º Eduardo João Frade Sobral Pimentel.-----

Dr. José Daniel Fernandez.-----

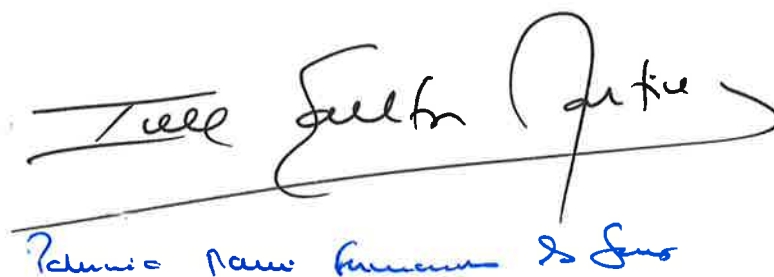
Eng.º Jorge Agostinho Fernandes Rodrigues.-----

Dr. Pablo Barreiro Blanco.-----

Entrou-se, de seguida no **NONO PONTO** da Ordem de Trabalhos, tendo, após análise e discussão sido deliberado, por unanimidade, e nos termos do disposto no n.º4 do artigo 29º do contrato social, designar de entre os membros do Conselho Superior eleitos quanto ao anterior Ponto da presente Ordem de Trabalhos, como Presidente de tal Conselho Superior, o Sr. Eng.º Eduardo João Frade Sobral Pimentel.-----

Passou-se, por fim ao **DÉCIMO E ÚLTIMO PONTO** da Ordem de Trabalhos, tendo, após análise e discussão, sido, deliberado, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 22º do contrato social e, bem assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 396º do Código das Sociedades Comerciais, que os membros do Conselho de Administração, eleitos quanto ao Ponto Seis da presente Ordem de Trabalhos sejam dispensados da prestação de caução.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada, pelas dezassete horas, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral. -----



Presidente da Assembleia Geral

Relatório de Contas de 2015



Relatório e Contas 2015

SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.
Rua Mar do Norte, Lote 1,03,2,1B, 1º, 1990-148 Lisboa
www.suma.pt
Matrícula na C.R.C. de Lisboa / NIPC: 503 210 560
Capital Social: 12.500.000,00 Euros

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015 5

PERFIL 6

Missão, Valores e Visão 6

Política de gestão 7

Organograma 8

Percurso 9

PRINCIPAIS INDICADORES 14

ATIVIDADE 2015 15

Enquadramento conjuntural do exercício 15

Enquadramento macroeconómico 15

Enquadramento do setor dos resíduos 16

Análise da atividade 17

Planeamento e Controlo 23

Educação e sensibilização ambiental 24

Recursos humanos 29

Equipamentos e aprovisionamentos 41

Qualidade, ambiente e segurança 43

Sistemas de informação 48

Imagem e comunicação institucional 49

Análise Económico-Financeira 51

Proposta de Aplicação de Resultados 54

PERSPETIVAS 54

NOTA FINAL 56

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 57

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 58

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 63

PARECERES E CERTIFICAÇÕES 103

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL 107

Senhores Acionistas,

Cumprindo com as disposições legais e estatutárias a que se encontra sujeito, vem o Conselho de Administração da **SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.** (“SUMA” ou “Empresa”) submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas relativas ao exercício de 2015.

Relatório de Gestão 2015

Perfil

Criada em 1994 para operar no mercado do ambiente em Portugal, a SUMA é detentora de um perfil ímpar, que assenta numa visão de liderança e aposta na inovação, alinhadas com ambiciosos objetivos e empregues numa postura pró-ativa de otimização contínua dos serviços prestados, assumindo-se como principal referência no mercado em que se insere, reconhecida pelos seus clientes e sustentada nos alicerces sólidos dos acionistas de referência – Grupo Mota-Engil e Urbaser.

A SUMA congrega atualmente cinquenta empresas dedicadas a assegurar a excelência na gestão do ciclo completo de vida dos resíduos, e tem, no reconhecimento de que continua a ser alvo, a par com o comprometimento com medidas de sustentabilidade, fatores que impulsionam o crescimento, reforçando as atuações além-fronteiras e sedimentando a liderança que, desde 1996, detém no setor da gestão de resíduos em Portugal.

A sua atuação estende-se muito para além da remoção e encaminhamento de resíduos, disponibilizando serviços complementares e conexos, tais como o tratamento, a análise laboratorial e controlo de qualidade, e a educação ambiental. A estratégia de diversificação e crescimento, em território nacional, culminou com a aquisição da EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A. ("EGF"), cuja integração irá contribuir fortemente para o crescimento do Grupo, promovendo o alargamento das competências a outras etapas da cadeia de valor dos resíduos, nomeadamente, o tratamento e a valorização de resíduos sólidos urbanos ("RSU"), até agora sob a alçada de entidades públicas.

A estratégia de evolução da SUMA passa também por um ambicioso projeto de internacionalização, que pretende ampliar a operação e o desenvolvimento da Empresa numa perspetiva globalizante, acumulando atualmente intervenções em Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Omã.

Missão, Valores e Visão

Missão Gerir resíduos na construção de um ambiente melhor.

Valores Liderança de mercado.

Confiança dos clientes.

Desempenho sustentável.

Comprometimento das pessoas.

Visão Consolidação sustentada da liderança em Portugal e crescimento sustentável para mercados internacionais.



Política de gestão

Com base na missão, nos valores, na visão e nos dez princípios do *United Nation Global Compact*, a Administração da SUMA estabelece a política de gestão, comprometendo-se a gerir a organização, numa perspetiva de melhoria contínua, de acordo com os seguintes compromissos:

COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO

Cumprimento dos requisitos legais, normativos e contratuais aplicáveis, e dos outros requisitos que a Organização subscrava.

COMPROMISSO DE CRIAÇÃO DE VALOR

Criação de valor para os acionistas, clientes, trabalhadores, fornecedores e demais partes interessadas.

COMPROMISSO DE LIDERANÇA

Consolidação da liderança no mercado nacional, promoção da expansão internacional do negócio e melhoria da perceção do benefício por parte dos clientes e demais partes interessadas.

COMPROMISSO COM O CLIENTE

Diversificação e inovação na atividade para manutenção da vanguarda em soluções de gestão de resíduos inovadoras, integradas e eficientes, que satisfaçam os clientes.

COMPROMISSO COM AS SUAS PESSOAS E O SEU MEIO SOCIAL

Valorização profissional e pessoal dos trabalhadores, adequação das suas competências às funções que desempenham e apoio local aos trabalhadores e sua envolvente social.

COMPROMISSO COM A SAÚDE E SEGURANÇA

Prevenção dos danos para a saúde, controlo e proteção para eliminação ou redução dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e terceiros.

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Prevenção e controlo da poluição e utilização racional/ eficiente da energia e da água entre outros aspetos do ambiente.

COMPROMISSO DE MELHORIA CONTÍNUA

Melhoria contínua, através da revisão periódica de objetivos, metas e processos, e da monitorização, medição, análise e inovação permanentes ao nível do desempenho.

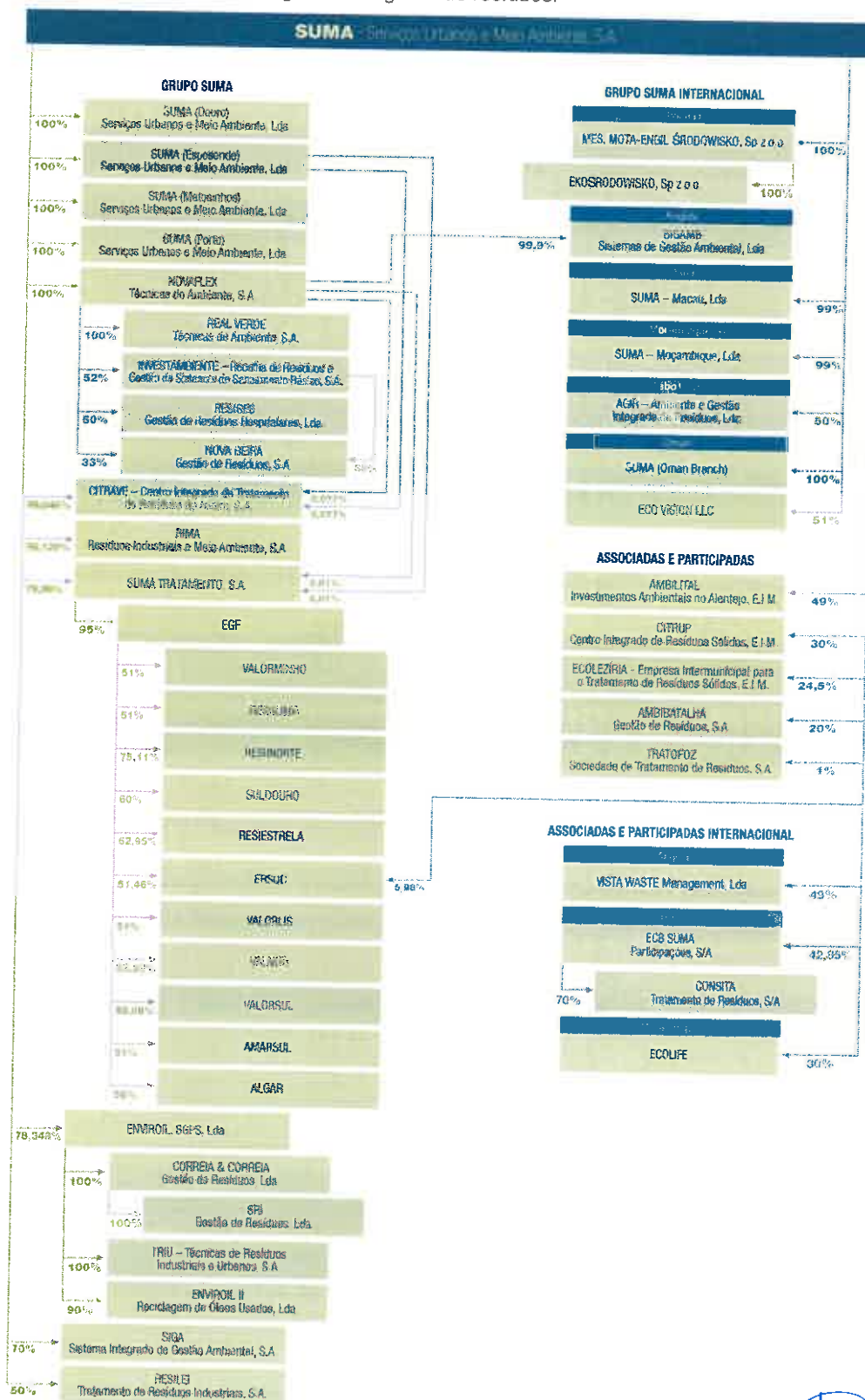
COMPROMISSO DE COMUNICAÇÃO

Comunicação adequada às partes interessadas, promovendo o seu envolvimento na cultura da qualidade, ambiente, segurança, inovação e responsabilidade social.



Organograma

A SUMA resulta da associação estratégica de cinco dezenas de empresas, com ampla e distintiva atuação em território nacional e internacional, no domínio da gestão integrada de resíduos.



Percurso

1994

Constituição da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

1995

Celebração do primeiro contrato de prestação de serviços com o município da Batalha, com a adjudicação dos serviços de recolha indiferenciada, recolha de objetos de grandes dimensões e limpeza urbana.

1996

Início do primeiro contrato de recolha seletiva no município de Aveiro.

1998

A SUMA marca presença na EXPO'98, a última exposição mundial do século XX, aplicando um modelo exemplar de limpeza em espaço urbano.

1999

Expansão da empresa a Norte, com o início da prestação de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana no Vale do Sousa – Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira.

2000

Reforço de posição no Centro do País, com um contrato de longa duração com a Câmara Municipal de Alcobaca.

Gestão da recolha seletiva e limpeza da sede da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia – PORTUGAL 2000.

2001

Novo polo de desenvolvimento da SUMA, com os contratos com as Câmaras Municipais de Vila Nova de Gaia e de Santa Maria da Feira e surge a primeira prestação de serviços no Algarve, nomeadamente em Faro.

A SUMA ultrapassa 1 milhão de habitantes servidos.

Lançamento de um projeto pioneiro no domínio da Educação e Sensibilização Ambiental, a LIXOTECA® Itinerante.

O Município de Aveiro é distinguido com o 1º lugar do prémio Cidades Limpas, cujo âmbito é extensível ao trabalho desenvolvido pela SUMA.

Incorporação da SERURb, criando sinergias entre as duas maiores empresas nacionais do setor dos resíduos, ganhando dimensão e complementando valências no âmbito do Grupo SUMA.

2002

Lançamento da Unidade Móvel de Formação da SUMA.

2003

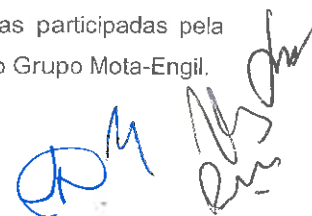
Aquisição das empresas UTIL, STL e RESILEI, reforçando competências e expandindo o âmbito geográfico de atuação do Grupo SUMA, consolidando a liderança do setor em Portugal, atingindo os 2 milhões de habitantes servidos por recolha de resíduos e limpeza urbana, a que acrescem 700.000 habitantes na vertente de tratamento.

Acreditação do Laboratório de análises pela NP EN ISO / IEC 17025.

O Município de Ílhavo recebe uma distinção ímpar na sua história: a 1ª posição do prémio Cidades Limpas, reconhecimento de mérito que abrange a atividade da STL como responsável pela limpeza urbana e recolha de resíduos no concelho.

2004

Aquisição da SERURb e das suas participadas pela SUMA, até então participadas pelo Grupo Mota-Engil.



Grupo SUMA atinge uma implantação de 60,3% no universo de população servida por operadores privados de recolha de resíduos e limpeza urbana, indicador do esforço de sinergia entre as suas várias empresas que o compõem (fonte: AEPsA, *newsletter* – n.º 13).

Atribuição do 1º lugar do Prémio Nacional de Inovação Ambiental pelo equipamento SUMA-VLE (viatura de lavagem de contentores de ecopontos e subterrâneos).

2005

Lançamento da 1ª Unidade Móvel Solidária – REUTILÂNDIA®, que conjuga os princípios ambientais da reutilização e sustentabilidade e da solidariedade.

Acreditação do Centro Integrado de Tratamento de Resíduos Últimos do Porto (CITRUP) pelos sistemas de gestão de qualidade NP EN ISO 9001:2000, gestão ambiental NP EN ISO 14001:2004, e gestão de segurança e saúde no trabalho NP 4397:2001 / OHSAS 18001:1999.

Atribuição de 23 Bandeiras Azuis em praias de intervenção do Grupo SUMA.

Certificação da estação de tratamento de resíduos sólidos urbanos (ETRSU) segundo o referencial NP EN ISO 9001:2000.

2006

Aquisição de uma posição minoritária na ERSUC, concessionária de um sistema multimunicipal dos concelhos do litoral centro do país.

Constituição da AMBIGERE, participando a SUMA com 50% do capital. Esta empresa participa na TTRM, um agrupamento complementar de empresas que geriu um contrato de transferência e triagem de resíduos na Região Autónoma da Madeira.

Certificação da Sede da SUMA e do centro de serviços de Aveiro/ Oliveira do Bairro, no âmbito da NP EN ISO 9001:2000, tornando-se a única empresa privada na sua área de atuação a deter este reconhecimento.

Acreditação da SUMA pelo Instituto para a Qualidade na Formação nos domínios do planeamento, conceção, organização e desenvolvimento/ execução de intervenções formativas, e da conceção de programas, instrumentos e suportes.

2007

Conclusão do processo de fusão por incorporação das empresas SERURb, UTIL e STL na SUMA.

Transferência da sede da SUMA para o Parque das Nações (área de realização da EXPO'98).

Aquisição da NOVAFLEX, a qual detém participações maioritárias nas empresas REAL VERDE, NOVA BEIRA, INVESTAMBIENTE E RESIGÉS.

Adesão da SUMA à rede portuguesa *Global Compact*, iniciativa internacional lançada pelas Nações Unidas para a promoção de uma economia global mais sustentável e inclusiva.

Alargamento da certificação da CITRUP à vertente da responsabilidade social – Norma SA 8000.

Atribuição à CITRUP do prémio EcoPME, galardão que distingue a política de ecoeficiência e sustentabilidade das empresas.

Extensão da acreditação do Laboratório a 27 novos parâmetros – NP EN ISO / IEC 17025.



2008

A SUMA inicia o projeto de internacionalização com a celebração de contratos nas áreas de recolha de RSU, limpeza urbana e educação ambiental, na província de Luanda, em Angola.

Criação da AGIR, empresa participada pela SUMA e vocacionada para a gestão global de resíduos, em Cabo Verde.

Constituição da AMBIBATALHA, empresa que pretende desenvolver o sistema de tratamento de resíduos para o município da Batalha, participando a SUMA com 20% no seu capital, em parceria com a Câmara Municipal da Batalha e outros agentes privados.

Lançamento do CIDADÓMETRO®, uma unidade móvel de sensibilização vocacionada para os núcleos familiares.

Atribuição à sede da SUMA e centro de serviços de Aveiro/ Oliveira do Bairro da tripla certificação em qualidade, ambiente e segurança – NP EN ISO 14001:2004 e NP 4397:2001/ OHSAS 18001:1999.

O município de Sintra obtém o galardão “Cidades Limpas 2008”, concelho com uma década de intervenção da SUMA.

Aquisição da TRIU, alargando o âmbito de intervenção da SUMA no mercado de resíduos industriais.

Constituição da SIGA, empresa vocacionada para a gestão global de resíduos para o mercado Açoriano, em parceria estratégica com o Grupo Marques.

Constituição da SUMA Porto, cujo objeto de intervenção é a gestão do contrato de concessão para a prestação de serviços de recolha de RSU e limpeza pública do município do Porto.

2009

A SUMA comemora 15 anos de atividade, um projeto de sucesso que ganhou raízes sólidas e assumiu uma posição de referência na sua área de atuação.

Aquisição das primeiras frotas de recolha de carga lateral para os municípios de Aveiro e Sintra.

Implantação do GiSUMA – sistema integrado de consulta e edição de informação geográfica (georeferenciação nacional da atividade de contentorização e circuitos).

Início de atividade do aterro de resíduos industriais não perigosos (RNP) de Lustosa, concelho de Lousada, gerido pela RIMA.

Inauguração do centro de educação ambiental em Luanda, promovido pela VISTA Waste, e lançamento da LIXOMACHIMBA® em Angola.

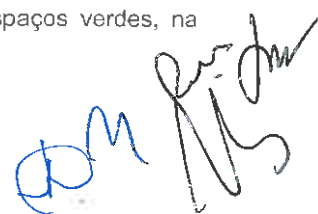
Extensão dos serviços prestados em Angola, pela VISTA Waste, à província de Benguela.

Aquisição da ENVIROIL, que integra as empresas Correia & Correia e SRI, estendendo a sua atuação desde a área dos óleos usados e da sua valorização à gestão global de resíduos industriais.

Aquisição da TRANSPORLIXOS por parte da TRIU, a operar no mercado dos resíduos industriais.

Constituição da CITRAVE, assente num projeto para a construção e exploração de um aterro de resíduos não perigosos em Aveiro.

Aquisição da EKOŚRODOWISKO, que presta serviços de recolha e limpeza urbana, limpeza de neve, limpeza de interiores, e manutenção de espaços verdes, na Polónia.



Reconhecimento da SUMA como “Empresa de Gestão Exemplar” – suplemento publicado no Diário de Notícias, em novembro de 2009, sobre “As 1000 Maiores Empresas de 2008”.

2010

Aquisição de 50% da empresa GEO VISION, vocacionada para a gestão global de resíduos no Brasil, expandindo os seus horizontes na América do Sul.

Lançamento do ECOSCÓPIO®, novo formato de unidade móvel de sensibilização, vocacionada para jovens.

Lançamento da ECOMACHIMBA em Angola – unidade móvel de sensibilização vocacionada para jovens e população adulta.

Expansão da implantação geográfica aos concelhos de Valongo, Palmela e Évora e regresso ao concelho de Oliveira de Azeméis, com contratos com duração superior a um ano, reforçando a liderança nacional.

Inauguração de instalações em Alcobaça, reunindo as melhores condições infraestruturais para elevar o padrão de qualidade à imagem e posição da SUMA no mercado.

2011

Celebração do primeiro contrato para prestação de serviços na Cidade da Praia – Cabo Verde.

Reconhecimento da VISTA Waste como “Melhor Participação Internacional” na 1ª Feira Internacional de Ambiente, em Angola.

Conclusão da construção das novas instalações do centro de serviços de Vila Nova de Gaia, consumando um projeto que visa disponibilizar as melhores infraestruturas para o desenvolvimento da atividade nesta área geográfica.

2012

Início de operações de recolha de RSU pela AGIR na Cidade da Praia – Cabo Verde.

Licenciamento e conclusão da segunda célula do aterro de RNP da RIMA.

Alargamento da prestação de serviços da VISTA Waste em Luanda, desenvolvendo serviços de limpeza e recolha indiferenciada de RSU na renovada Baía de Luanda, ex-libris da cidade.

A SUMA cancela o investimento realizado no Brasil – GEO VISION, por incompatibilidade com os parceiros locais nas políticas de gestão e divergência estrutural da orientação para o negócio.

2013

Início de operações de recolha de RSU e limpeza Urbana no Sumbe, capital da província do Kwanza Sul, em Angola.

Reconhecimento da SUMA na área da gestão de risco com a atribuição do galardão “Especial Confiança” da iniciativa “Prémios Açoreana Risk Management Diário Económico”.

Adjudicação dos serviços de recolha de RSU na cidade de Maputo, a desenvolver através da Ecolife, criada para o mercado moçambicano.

2014

A SUMA celebra 20 anos de atividade e reafirma-se como líder continuado do setor da Gestão de Resíduos em Portugal e expande a sua atuação a novas geografias.

A SUMA vence o concurso de compra da Empresa Geral de Fomento (“EGF”), sub-holding do Grupo Águas de Portugal (“AdP”), a qual gere as empresas concessionárias de 11 sistemas multimunicipais para o

tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos em território nacional. Aguarda-se a conclusão do processo em 2015.

Investimentos comerciais no mercado do médio oriente resultam na adjudicação do encerramento de seis lixeiras na província de Al Dakhiliyah, no norte de Omã.

Regresso da SUMA ao Brasil, através de uma parceria com a Empresa Construtora Brasil (Grupo Mota-Engil) na aquisição da sociedade CONSITA.

Inauguração da primeira unidade de regeneração de óleos usados em Portugal, através da sua participada ENVIROIL II.

Apresentação da nova frota do Centro de Serviços de Vila Nova de Gaia (CS VNG), que corresponde a mais de 40 veículos adstritos às mais variadas funções de recolha e de limpeza urbana.

Lançamento do *site* do Laboratório SUMA e da marca SUMALAB.

Criação de uma área customizada de sensibilização para o exercício da cidadania ativa e do ambiente na plataforma MEO Kids.

2015

Conclusão da aquisição das ações da EGF, com a sua efetiva transmissão, que estende a atuação da SUMA no mercado de tratamento de resíduos urbanos, servindo 60% da população em Portugal.

Adjudicação ao consórcio formado pela SUMA e pela Tanzifco de um contrato para recolha de resíduos, operação e manutenção de cinco estações de transferência e exploração de dois aterros sanitários em Al Sharqiya Sul, Omã, por um período de sete anos.

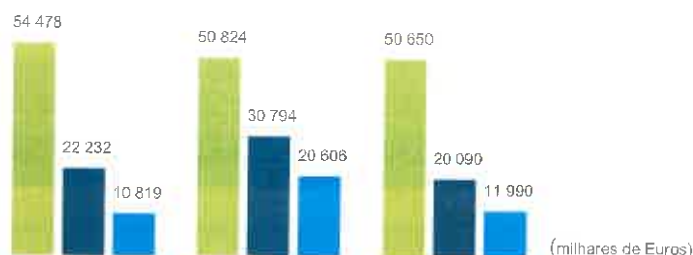
Extensão da atividade da CONSITA ao estado de Rio Grande do Sul, ultrapassando, assim, a fasquia do milhão de habitantes servidos no Brasil.

Lançamento do ECO KIOSKO - estrutura inovadora concebida para disseminar boas práticas de cidadania em contexto comercial e cultural.

Instalação da plataforma interativa SUMAKids - espaço *online* de disponibilização de conteúdos de educação ambiental.



Principais indicadores



	2013	2014	2015	Variação 14/15
Volume de negócios (■)	54.478.343	50.824.484	50.650.669	(0,34%)
EBITDA (■)	22.232.256	30.794.295	20.090.096	(34,76%)
Margem EBITDA	40,81%	60,59%	39,68%	(20,92 pp)
EBIT	18.899.395	27.741.585	16.911.309	(39,04%)
Rentabilidade operacional das vendas	34,69%	54,58%	33,39%	(21,19 pp)
Resultado antes de impostos	16.865.730	25.824.880	16.696.249	(43,12%)
Margem RAI	30,96%	50,81%	29,00%	(21,81 pp)
Resultado líquido (■)	10.818.505	20.606.173	11.990.261	(41,81%)
Rentabilidade líquida das vendas	19,86%	40,54%	23,67%	(16,87 pp)
ROE	15,14%	24,08%	13,46%	(10,62 pp)
Endividamento	40,53%	42,58%	54,21%	11,63 pp
Autonomia financeira	52,39%	52,07%	42,52%	(9,55 pp)
Liquidez geral	141,91%	176,70%	147,32%	(29,38 pp)

	2013	2014	2015	Variação 14/15
Municípios servidos	41	41	42	2,44%
-- Recolha RSU e limpeza urbana				
Habitantes servidos	2.222.795	2.152.414	2.019.889	(6,17%)
-- Recolha RSU e limpeza urbana				
Média de colaboradores	1.547	1.492	1.449	(2,88%)
Viaturas pesadas	640	691	647	(6,37%)
Viaturas ligeiras	374	392	402	2,55%
Toneladas – Recolha RSU indiferenciada	556.015	558.072	587.824	5,33%
Toneladas – Recolha RSU seletiva	10.365	17.925	16.185	(9,71%)
Toneladas – Recolha de resíduos industriais	82	50	345	590,00%

Handwritten signature: D. M. Sousa

Atividade 2015

Ao longo de 2015 assistimos a um ciclo de retração da economia mundial face às expectativas iniciais, num ano marcado por incertezas e instabilidade. A economia do mundo, o comércio global e algumas das principais bolsas financeiras, com especial destaque para as asiáticas, sofreram quebras assinaláveis, tendo este complexo ano de 2015 sido marcado também pelos conflitos geopolíticos e pela crise dos refugiados, cujo impacto na área do euro ainda não é possível quantificar. Para a economia portuguesa, o ano de 2015 foi um ano de inversão de tendências e prosseguimento das políticas de correção dos desequilíbrios estruturais, que permitiram dar continuidade ao crescimento económico iniciado em 2014 com a saída do programa de ajustamento económico-financeiro.

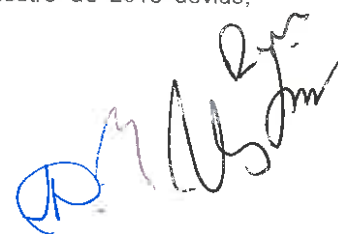
O setor dos resíduos atravessa um período de grandes transformações, com um crescente foco na diminuição dos resíduos encaminhados para aterro e sua gestão como recursos e matérias-primas valorizáveis. A reorganização do setor, preconizada pelo anterior Governo, viu concretizadas durante 2015 muitas das decisões anunciadas, visando o cumprimento dos objetivos delineados para o setor dos resíduos em Portugal.

Enquadramento conjuntural do exercício

Enquadramento macroeconómico

O crescimento da economia mundial em 2015 ficou abaixo das expectativas, condicionado por um contributo modesto das economias desenvolvidas e pela desaceleração das economias emergentes. Nestas últimas, representativas de 70% do crescimento global, destaque para China, Rússia, Brasil, alguns países do médio oriente e África subariana afetados por fatores dos quais se destacam os conflitos geopolíticos, a redução dos preços da energia, a implementação de políticas monetárias mais restritivas por parte da reserva federal norte-americana contrárias às tendências seguidas pelos bancos centrais das economias avançadas, a desvalorização da moeda e, mais especificamente, a desaceleração da economia chinesa com transferência do enfoque do investimento e produção para o consumo e serviços.

A economia europeia, por outro lado, entra no quarto ano de recuperação e, à semelhança do ano anterior, mantém a tendência de crescimento. De acordo com dados disponibilizados pela Comissão Europeia, a evolução na área do euro mantém-se suportada pelo aumento gradual do consumo privado, sustentado pela diminuição do preço do petróleo e pela redução dos custos de financiamento que, a par da desvalorização do euro, contribuíram positivamente para um aumento das exportações e para a manutenção de baixas taxas de inflação. Apesar do crescimento verificado, o défice excessivo e a incerteza económica e política condicionaram as últimas previsões devendo o crescimento do Produto Interno Bruto ("PIB") para 2016 fixar-se em 1,7% (1,6% em 2015), valores revistos em baixa face às previsões de novembro que apontavam para um crescimento de 1,8%. De igual forma, foram revistos em baixa os valores de inflação, sendo esperados 0,5% em 2016 (0,0% em 2015), uma redução de 0,5% face às previsões de novembro. A tendência decrescente é acompanhada pela taxa de desemprego, sendo esperados 10,5% em 2016 (11,0% em 2015). Por outro lado, o indicador de sentimento económico registou uma subida no último trimestre de 2015 devido, sobretudo, à melhoria da confiança no sector da construção.



Após três anos de contração económica, Portugal entra no segundo ano de recuperação com o crescimento médio homólogo do ano 2015 a atingir 1,5% (0,9% em 2014). Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística ("INE"), o PIB registou uma variação homóloga de 1,2% no 4º trimestre (1,4% no trimestre anterior), estando esta diminuição dependente, sobretudo, do contributo menos expressivo da procura interna resultante da desaceleração do investimento. De acordo com os dados do Ministério da Economia, o indicador de clima económico apresentou, no 4º trimestre, uma deterioração quando comparado com o trimestre precedente mantendo, ainda assim, uma tendência de subida face aos valores registados em 2014. De igual forma, o índice de confiança dos consumidores manteve uma tendência consistente de recuperação no 1º semestre registando uma redução generalizada dos indicadores de confiança no 4º trimestre. O Índice de Preços no Consumidor ("IPC") apresentou uma variação homóloga de 0,5% em 2015 (-0,3% em 2014) influenciada pelo aumento de 1 p.p. nos bens e 0,5 p.p. nos serviços. Segundo dados do INE, o indicador quantitativo do consumo privado apresentou um crescimento homólogo menos acentuado em dezembro interrompendo a trajetória crescente observada nos dois meses anteriores, resultando do contributo positivo menos expressivo de ambas as componentes, consumo duradouro e consumo corrente, com o primeiro a ser influenciado pela redução na venda de automóveis ligeiros de passageiros e o segundo pelo contributo menos intenso da componente não alimentar. Verificou-se um desagravamento do défice da balança comercial com as exportações a aumentarem 3,6%, 1,9 p.p. acima do verificado no ano anterior, e as importações a desacelerarem, passando de um crescimento de 3,4% em 2014 para 1,9% em 2015 tendo, em ambos os casos, uma maior expressão as trocas comerciais com os países da área do euro. O INE, na síntese económica de janeiro de 2016, anuncia que a taxa média anual de desemprego se fixou em 12,4% em 2015, diminuindo 1,5 p.p. em relação a 2014 (13,9%), com o emprego a registar um aumento de 1,1% em 2015, após o crescimento de 1,6% verificado em 2014. As taxas de juro de curto prazo prosseguiram o seu movimento descendente para a área do euro, renovando níveis historicamente baixos, situando-se a Euribor a 3 meses nos -0,13% no final de 2015, tendência que se mantém no início de 2016 tendo atingido valores de -0,23% em março. A economia portuguesa mantém, desta forma, uma tendência de recuperação com valores semelhantes aos projetados para o conjunto da área do euro. A prossecução dos objetivos estará dependente da manutenção do crescimento nos diversos indicadores, nomeadamente, o contributo das exportações e da procura interna nas componentes de consumo público e privado.

Enquadramento do setor dos resíduos

O Ambiente foi um tema em destaque durante o ano 2015, onde se destaca a Cimeira do Clima em Paris ("COP21") que resultou na aprovação de um acordo histórico com o objetivo de diminuição do aquecimento global. No setor dos resíduos, realce para um novo pacote de medidas apresentado pela Comissão Europeia relativas à economia circular, que fixa novas metas para o setor até 2030.

Em julho 2015, a Autoridade da Concorrência ("AdC"), deu o seu aval quanto ao negócio de alienação de até 100% do capital estatal da EGF, negócio esse que tinha ficado contratualizado em novembro 2014 e que a AdC conclui que não põe em causa a concorrência no setor.

Tendo em vista atingir as metas inscritas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos ("PERSU 2020"), foram analisados e aprovados pela Agência Portuguesa do Ambiente ("APA") os Planos de Ação ("PAPERSU") das 23 entidades gestoras em alta de resíduos urbanos, que no seu conjunto representam um investimento superior a 600 milhões de euros. O Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos ("PO SEUR") destina cerca de 306 milhões de euros para o setor dos resíduos, mas só são elegíveis para apoio comunitários

projetos que estejam contemplados nos PAPERSU, sendo que o financiamento comunitário reverterá integralmente para a tarifa e não serão financiadas intervenções de modernização de infra estruturas, a não ser que as intervenções sirvam para aumentar a capacidade instalada. Para além dos fundos comunitários, a APA acredita que a taxa de gestão de resíduos ("TGR") constitui um aliado de grande peso, de modo a atingir as metas definidas. A prevenção da produção de resíduos deve afigurar-se como a primordial preocupação das entidades gestoras, sendo o objetivo nacional reduzir em 10% as quantidades de resíduos produzidos até 2020. A compostagem doméstica é encarada pela maioria dos operadores como uma iniciativa a desenvolver, bem como reforçar os projetos de sensibilização de forma a evitar a produção dos mais diversos tipos de resíduos. Existem algumas iniciativas piloto de implementação de sistemas *Pay As You Throw* ("PAYT"), sendo uma das alternativas possíveis para que os objetivos ambiciosos do PERSU 2020 possam ser atingidos.

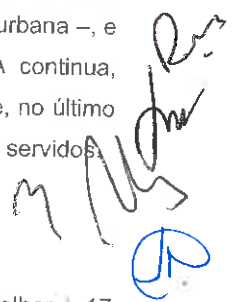
Analisando dados disponibilizados pela Sociedade Ponto Verde, a população nacional enviou para reciclagem no decorrer deste ano 729 mil toneladas de resíduos, valor muito próximo do ano anterior. Tendo em consideração os fluxos urbanos e não urbanos, verificaram-se aumentos significativos no que diz respeito às quantidades de materiais em 2015 face a 2014: no plástico, que aumenta 19,8%, no metal, que apresenta mais 9,5% e no vidro, com um aumento de 3,9%. Em contrapartida, os materiais que apresentam diminuições em relação ao ano de 2014 são a madeira, com uma variação de -18,5% e o papel e cartão, com -11,9%.

Em dezembro 2015, a Comissão Europeia apresentou um novo pacote de medidas que engloba o setor dos resíduos, tendo um plano de ação que visa abranger todas as fases da cadeia de valor, desde a produção ao consumo, passando pela gestão de resíduos até à reintegração de recursos no mercado e nos processos produtivos, tendo como objetivo a minimização da produção de resíduos e maximização da reutilização e reciclagem, reduzindo assim a deposição em aterro e estimulando o crescimento económico, competitividade e criação de emprego. Com estas medidas a Comissão Europeia prevê que existam poupanças líquidas para as empresas de 600 mil milhões de euros, a criação de 580 mil postos de trabalho e que as emissões anuais de gases com efeito de estufa sofram uma redução a rondar as 450 milhões de toneladas. As quatro grandes metas propostas pela Comissão Europeia, que os estados membros devem atingir nos próximos 15 anos são: 75% de reciclagem de resíduos e embalagens; 65% de reciclagem de resíduos urbanos; redução da deposição em aterro para um máximo de 10%; redução para metade dos resíduos alimentares. Estas medidas apresentam um decréscimo ligeiro no que concerne às taxas de reciclagem, face ao pacote de medidas apresentado em julho 2014, mas continuam a ser consideradas bastante ambiciosas.

Análise da atividade

A SUMA é hoje um Grupo solidamente sustentado e difundido internacionalmente, com presença em 6 países e 4 continentes.

Em 2015, a atividade da SUMA foi marcada sobretudo pela reafirmação, preservando a posição de liderança nacional no mercado dos resíduos – 42,7% de população servida por contratos de serviços de recolha e limpeza urbana –, e continuidade relativamente a investimentos principados em ciclos anteriores. Em Portugal, a SUMA continua, maioritariamente, a prestar serviços para clientes autárquicos, marcando presença em 42 municípios que, no último ano, integraram a sua carteira de contratos nacionais, e que contabilizam mais de 2 milhões de habitantes servidos.



O sucesso da visão estratégica do Grupo para o mercado doméstico revelou, em finais de 2014, a SUMA como protagonista num dos mais relevantes fatores ocorridos no setor dos resíduos na década. A obtenção do lugar cimeiro no concurso de compra da EGF teve, em 2015, a expetável continuidade, após pronúncia positiva da Autoridade da Concorrência, com a efetiva aquisição de 95% das ações representativas do capital e respetivo pagamento, em 28 de julho. Com a privatização da EGF, a SUMA ganhou um maior músculo e abrangência na valorização de resíduos, acrescendo à manutenção da liderança nacional nas vertentes da recolha e limpeza urbana, a posição cimeira no tratamento de resíduos. As 11 empresas, todas detidas maioritariamente, concessionárias dos sistemas multimunicipais ("SMM") participadas pela EGF, atuam numa área de 48.089 km², 52% do total nacional. A população servida é representativa de 60% dos habitantes do país, ou seja, cerca de 6,3 milhões de pessoas, em 174 municípios. Em 2015, os SMM EGF trataram e valorizaram 3,2 milhões de toneladas de resíduos, representando cerca de 65% do total nacional.

Avaliando o desempenho comercial da SUMA, relativamente às oportunidades de negócio lançadas durante o ano de 2015, voltou a não ser possível responder a todas, pelo facto de, em algumas situações, o preço base – valor máximo que a entidade adjudicante pode pagar pelos serviços –, ser inferior aos custos operacionais, com mão-de-obra e equipamento. Em 2015, foram elaboradas 214 propostas no mercado nacional, num valor total de cerca de 140 milhões de euros, estando pendentes de decisão, no final do exercício, 15 propostas no valor de aproximadamente 92 milhões de euros. Existe assim um quantitativo muito significativo de propostas que, tendo sido elaboradas em 2015, só serão adjudicadas no decorrer do ano 2016.

A análise que seguidamente se apresenta tem em conta as propostas cuja adjudicação ocorreu em 2015, incluindo algumas propostas que tendo sido elaboradas e apresentadas em 2014, apenas foram adjudicadas em 2015.

Ao Grupo SUMA foram adjudicados, em 2015, prestações de serviços que ultrapassam os 15,4 milhões de euros de carteira, merecendo especial referência as adjudicações da LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Concurso público internacional para a prestação de serviço de transporte e deposição de cinzas inertizadas da central de valorização energética da LIPOR em aterro –, da MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente, E.I.M., S.A. – Prestação de serviços de exploração do atual Ecoparque da Ilha de São Miguel –, do MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A. - Aquisição de serviços de limpeza interior, exterior e remoção de resíduos sólidos no MARL –, do município de Coimbra – Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana –, do município da Póvoa do Varzim - Recolha multimaterial no concelho da Póvoa do Varzim –, da Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M. – Recolha e lavagem de contentores em Vilamoura e Vila Sol –, e do município de Loulé – Contratação de serviços de limpeza urbana numa área da cidade de Loulé.

As prestações de serviços com duração igual ou superior a um ano totalizam 84 % do total das adjudicações efetuadas em 2015 e representam um valor de carteira de cerca de 3,3 milhões de euros. Estas adjudicações são maioritariamente no âmbito dos serviços prestados a entidades gestoras de sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos. Foram firmados novos contratos com municípios com história de relações comerciais no Grupo SUMA, dos quais destacamos:

- ✓ Câmara Municipal da Póvoa do Varzim - recolha multimaterial no concelho da Póvoa do Varzim;
- ✓ Câmara Municipal de Loulé - contratação de serviços de limpeza urbana numa área da cidade de Loulé;

- ✓ Câmara Municipal de Vila do Bispo - prestação de serviços de limpeza urbana no concelho de Vila do Bispo;
- ✓ Câmara Municipal de Almada - prestação de serviços de lavagem e varredura dos passeios e vias públicas na União Freguesias de Caparica e Trafaria e União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas;
- ✓ Câmara Municipal do Montijo - aquisição de serviços de recolha e transporte de RSU, manutenção e lavagem de contentores na Zona Este do concelho de Montijo – freguesia de Canha, e União de Freguesias de Pegões;
- ✓ Câmara Municipal de Vila do Conde - contratação de viatura pesada com grua e *ampliroll*, varredora mecânica, viatura lava ruas e viatura de RSU em regime de aluguer operacional;
- ✓ Câmara Municipal de Palmela - remoção de RSU indiferenciados e monos na freguesia da Quinta do Anjo;
- ✓ Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas - prestação de serviços de recolha de resíduos;
- ✓ Câmara Municipal do Montijo - aquisição de serviços de limpeza de ervas em espaço urbano e aquisição de serviços de limpeza de espaço público e equipamentos;
- ✓ Câmara Municipal do Barreiro - aquisição de serviços de recolha e transporte de sacões de entulho e ervas, de 1m³ de capacidade;
- ✓ Câmara Municipal do Montijo - aquisição de serviços de colocação e recolha de contentores nas freguesias do concelho do Montijo;
- ✓ Câmara Municipal da Nazaré - lavagem e desinfecção de contentores de RSU;
- ✓ Câmara Municipal de Palmela - serviço de lavagem e desinfecção de contentores de RSU de 800 litros;
- ✓ Câmara Municipal da Figueira da Foz - aquisição de serviços para aplicação de produtos fitofarmacêuticos (herbicida sistémico) no concelho da Figueira da Foz;
- ✓ Câmara Municipal de Peniche - aquisição do serviço do serviço de recolha de RSU com compactação em viatura de 10/15m³ de capacidade;

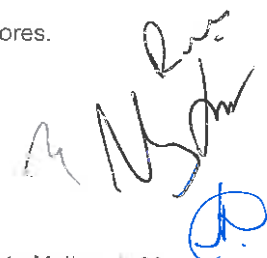
As prestações de serviços de âmbito municipal, de duração inferior a um ano, representam em 2015 uma carteira de aproximadamente 1,3 milhões de euros, das quais destacamos:

- ✓ Câmara Municipal do Porto - aluguer de veículos pesados de recolha de resíduos urbanos e limpeza do espaço público; aluguer de varredoras de limpeza do espaço público, partes V e VI;
- ✓ Câmara Municipal de Vila do Conde - prestação de serviços de recolha de RSU e lavagem de equipamento no município de Vila do Conde; prestação de serviços de limpeza das praias de Vila do Conde; locação de viatura pesada com grua para recolha e transporte de RSU; prestação de serviços de limpeza urbana no município de Vila do Conde; aquisição de serviços de aplicação de monda química na cidade de Vila do Conde;
- ✓ Câmara Municipal de Constância - aquisição de serviços de recolha e transporte de RSU no concelho de Constância;
- ✓ Câmara Municipal de Peniche - aquisição do serviço de limpeza de praias e de limpeza urbana costeira do concelho de Peniche; aquisição do serviço de lavagem e desinfecção de contentores de superfície e *molok*;
- ✓ Câmara Municipal do Montijo - aquisição de serviço de corte de canaviais e podas;
- ✓ Câmara Municipal do Seixal - prestação de serviços de limpeza urbana na freguesia de Corroios; aquisição de serviços de desmatagem e limpeza de terrenos municipais em Vale de Milhaços; aquisição de serviços de lavagem e desinfecção de contentores de 800l e 1000l; aquisição de serviço de recolha de resíduos urbanos

- (32 jornadas) no período do natal e ano novo, serviços de recolha de monos domésticos (40 Jornadas); serviços de recolha de monos domésticos; prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos;
- ✓ Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova - aquisição de serviços de limpeza urbana e recolha de óleos alimentares usados no município de Condeixa-a-Nova;
 - ✓ Câmara Municipal de Lisboa - serviços de limpeza aos túneis do Marquês de Pombal e da Avenida João XXI;
 - ✓ Câmara Municipal de Alcácer do Sal - lavagem e desinfecção dos equipamentos de recolha de RSU e contentorização, no concelho de Alcácer do Sal;
 - ✓ Câmara Municipal de Ílhavo - limpeza da vala do Esteiro Oudinot;
 - ✓ Câmara Municipal de Almada - aquisição de serviços de lavagem dos contentores enterrados e semienterrados do concelho de Almada;
 - ✓ Câmara Municipal do Barreiro - aquisição de serviços de extirpação de ervas e lavagem de passeios, na União de Freguesias Barreiro e Lavradio;
 - ✓ Câmara Municipal de Aveiro - prestação de serviços de limpeza do areal da praia de São Jacinto, na época balnear de 2015;
 - ✓ Promotorres, E.M. - prestação de serviços de limpeza no Carnaval 2015;

A SUMA aumentou a sua carteira de clientes, através da assinatura de contratos em novos concelhos, representando uma carteira de cerca de 1,7 milhões de euros:

- ✓ Câmara Municipal de Coimbra - prestação de serviços de recolha e transporte de RSU e limpeza urbana;
- ✓ Câmara Municipal de Valpaços - serviços de recolha de RSU;
- ✓ Câmara Municipal de Montalegre - aquisição de serviços de recolha de RSU e lavagem de contentores no município de Montalegre;
- ✓ Câmara Municipal de Gavião - aquisição de serviços para recolha e transporte de RSU e de resíduos volumosos fora de uso;
- ✓ Câmara Municipal de Montemor-o-Velho - recolha e transporte de resíduos urbanos do município de Montemor-o-Velho; prestação de serviços de lavagem e desinfecção de contentores;
- ✓ Junta de Freguesia de Ermesinde - aquisição de serviços para limpeza urbana nos arruamentos da freguesia de Ermesinde;
- ✓ Câmara Municipal de Espinho - aquisição de serviços de regularização de areais e limpeza de praias de Espinho;
- ✓ Câmara Municipal de Aljezur - prestação de serviços de recolha de RSU e lavagem de contentores;
- ✓ Câmara Municipal de Sines - contratação de serviços para lavagem e desinfecção dos equipamentos de deposição de RSU do concelho de Sines;
- ✓ Câmara Municipal de Amarante - aquisição de serviços de "varredura mecânica de ruas";
- ✓ Câmara Municipal de Vagos - aquisição de serviço de higienização de contentores do lixo no concelho de Vagos;
- ✓ Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos - aquisição de serviços de limpeza e desinfecção de Contentores de RSU;
- ✓ Câmara Municipal do Alandroal - prestação de serviços de lavagem e desinfecção de contentores.

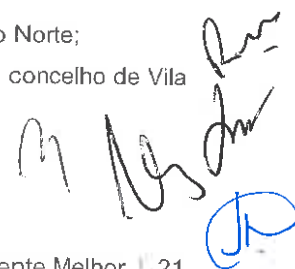


Para além destas adjudicações, firmadas com os municípios, foram adjudicados à SUMA os seguintes contratos, os quais são maioritariamente de duração igual ou superior a 1 ano, que totalizam uma carteira superior a 8,7 milhões de euros:

- ✓ LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto - prestação de serviço de transporte e deposição de cinzas inertizadas da central de valorização energética da LIPOR em Aterro;
- ✓ MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente, E.I.M., S.A. - prestação de serviços de exploração do atual Ecoparque da Ilha de São Miguel;
- ✓ MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A. - aquisição de serviços de limpeza interior, exterior e remoção de resíduos sólidos no MARL;
- ✓ Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M. - recolha e lavagem de contentores em Vilamoura e Vila Sol, entre 2015 e 2017;
- ✓ Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas – serviço de lavagem de contentores de 1100l; prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos; lavagem de contentores enterrados e semienterrados;
- ✓ EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M. - aluguer, transporte e descarga de contentores de inertes de 6m³ e de 18/20m³, em aterro;
- ✓ Resíduos do Nordeste, E.I.M. - prestação de serviços de gestão de ecocentros e recolha de ecopontos na Terra Quente Transmontana e no Douro Superior;
- ✓ Everything is New, Lda. - prestação de serviços de limpeza do recinto do NOS Alive;
- ✓ Universidade de Lisboa - aquisição de serviços de recolha de resíduos;
- ✓ Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Tomar - prestação de serviços de limpeza urbana para a Festa dos Tabuleiros;
- ✓ Ministério da Defesa Nacional – Força Aérea – Base Aérea nº 6 - aquisição de serviços de recolha, transporte e tratamento de RSU para o ano de 2016, na Base Aérea nº 6 – Montijo; aquisição de serviço de recolha, transporte e tratamento de resíduos equiparados a RSU – LER 20 03 01 e 20 03 99, na Base Aérea nº 5 – Monte Real;
- ✓ ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. - aluguer de viaturas de recolha - Sotavento;
- ✓ VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. - aluguer de viatura de recolha de contentores e respetivo motorista – viatura *ampliroll* com caixa aberta com capacidade mínima de 20 m³.

No que diz respeito à continuidade das relações contratuais por via da renovação de contratos, importa destacar os seguintes contratos:

- ✓ Câmara Municipal de Alcobaça - prestação de serviços de recolha e transporte de RSU a destino final;
- ✓ Câmara Municipal de Ílhavo - prestação de serviços de recolha de RSU e transporte a destino final, e limpeza urbana no município de Ílhavo;
- ✓ Câmara Municipal de Terras do Bouro - prestação de serviços de recolha e transporte de RSU ao destino final e higienização dos pontos de recolha, no município de Terras do Bouro;
- ✓ RESINORTE - construção e exploração do aterro sanitário intermunicipal do Vale do Douro Norte;
- ✓ Câmara Municipal de Cerveira - prestação de serviços de recolha e transporte de RSU do concelho de Vila Nova de Cerveira;



A SUMA perspetiva que, durante o ano de 2016, sejam lançados diversos concursos públicos, entre os quais estarão os promovidos pelos municípios de Torres Novas, Montemor-o-Velho, Constância, Gavião, Trancoso, Palmela, Marco de Canaveses, Figueira da Foz, Sintra, Valongo, Fundão, Castelo Branco, Paredes, Porto, Loulé, Tabuaço, Moimenta da Beira, Belmonte e Celorico da Beira.

A SUMA mantém os objetivos de consolidar a liderança da quota no mercado nacional de RSU, conquistar novos clientes, manter os atuais contratos e procurar extensões dos mesmos, intensificando os contatos comerciais e procurando apresentar soluções inovadoras, que permitam elevar a qualidade dos serviços colocados ao dispor dos clientes.

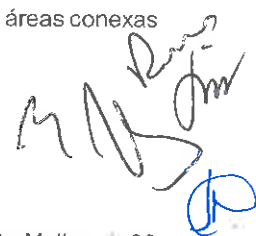
Avaliando a atividade da Empresa pela quantidade de resíduos geridos durante o ano de 2015, verificamos que existiu um aumento dos serviços de recolha de RSU, que geraram um crescimento de quase 5% nas toneladas de resíduos recolhidos. Mantem-se, assim, a tendência do ano anterior, que evidencia o aumento na produção de resíduos por parte das famílias, fruto do início da retoma económica do País.

Toneladas de resíduos	2013	2014	2015	Varição 14/15
Recolha Indiferenciada	556.015	558.072	587.824	5,33%
Recolha Seletiva	10.365	17.925	18.165	(9,71%)
Recolha de resíduos industriais	82	50	345	585,78%
Total	566.462	576.048	606.334	4,91%

Este aumento da quantidade de resíduos recolhidos não se refletiu proporcionalmente no valor de volume de negócios gerado em 2015, que acaba por sofrer influência do término de alguns contratos. Apesar disso, as vendas e prestações de serviços neste exercício mantiveram um valor similar ao registado no ano anterior, demonstrando a capacidade da empresa em responder afirmativamente aos cenários de adversidade da economia e do próprio mercado, revelando capacidade de atingir dos objetivos traçados.

Volume de negócios por atividade (milhares de euros)	2013	2014	2015	Varição 14/15
Recolha RSU e limpeza urbana	53.365	49.902	49.651	(0,50%)
Tratamento RSU	568	522	489	(6,32%)
Resíduos industriais	545	401	510	27,19%
Total	54.478	50.824	50.650	(0,34%)

Os valores de proveitos por atividade confirmam que a SUMA mantém o seu *core business* na prestação de serviços de recolha de RSU e limpeza urbana, em detrimento das outras áreas de atuação no setor dos resíduos, que estão a ser desenvolvidas pelas diversas empresas do Grupo SUMA, especializadas em cada uma das áreas. Esta opção estratégica, que aponta para objetivos ambiciosos e otimistas, tem a SUMA como base de um Grupo que se pretende afirmar, desde o primeiro dia, como principal operador nas suas áreas de atuação, consolidando a posição de liderança do mercado nacional na área da recolha e limpeza urbana, complementando os serviços prestados com áreas conexas e diversificando, quer nas atividades quer nas áreas geográficas de influência.



A conquista do concurso para a privatização da EGF, concretizada no segundo semestre de 2015, é um marco significativo no crescimento do Grupo SUMA e virá alterar profundamente a sua estrutura organizacional bem como os valores económicos e financeiros do Grupo.

A aposta no mercado internacional é, hoje, um dos desígnios da SUMA, que continua o seu percurso de crescimento nas diversas latitudes em que as suas participadas operam, imprimindo a cada uma delas o seu experimentado e bem-sucedido modelo de gestão, adaptado às necessidades e particularidades de cada mercado. O projeto internacional da organização expande-se agora por cinco países e três continentes, onde são servidos mais de 3,3 milhões de habitantes.

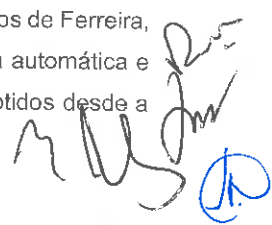
Para reforçar a sua estratégia de internacionalização, a organização tem vindo a tomar algumas medidas, das quais se destacam a versão complementar em língua inglesa de vários suportes institucionais em distribuição, assim como um projeto de formação de Inglês que visa auxiliar os colaboradores que lidam com as várias geografias, num processo de globalização.

Planeamento e Controlo

O trabalho desenvolvido na área de planeamento e controlo da SUMA tem, como missões principais, o apoio à administração na monitorização e estudo de situações relativas ao desempenho operacional, apoio aos centros de serviços no planeamento funcional e económico das várias atividades, recolha de informação para acompanhamento da planificação existente nos vários centros de serviços, gestão da base de dados de indicadores de produção e apoio à área comercial nos estudos necessários à preparação de propostas comerciais.

Esta área tem vindo a desenvolver diversos projetos ao nível dos sistemas de informação, dos quais se destaca a utilização de sistemas de informação geográfica ("GIS"- *Geographic Information System*), *softwares* que permitem computorizar toda a informação recolhida no terreno, processá-la e posteriormente elaborar os planos de trabalho otimizados para utilização na produção, possibilitando também a criação e disponibilização de várias aplicações específicas para registo e controlo de alguns serviços. Nesta componente, o ano de 2015 foi fundamentalmente destinado ao apoio à área comercial, cooperando na elaboração de propostas para diversos concursos em Portugal Continental – Matosinhos, Coimbra, Ovar, Espinho, Póvoa de Varzim, Vale de Cambra, Covilhã, Maia, Ermesinde, Montemor-o-Velho, Torres Novas e Lagoa – e também na área internacional, onde existiu uma colaboração ativa nas várias propostas apresentadas, em Omã e Angola. Muitos destes projetos envolveram a realização de trabalhos de campo, que são fundamentais e muitas vezes imprescindíveis para efetuar a identificação da rede viária e sua posterior validação, e que contaram com a participação de colaboradores das áreas de planeamento e da produção.

Para além das atividades relacionadas com o GIS, a Empresa desenvolveu, ao nível do planeamento e controlo, algumas aplicações para apoio direto aos processos da área de produção, das quais salientamos a aplicação para o registo de reclamações recebidas – atualmente em utilização nos centros operacionais de Aveiro, Oliveira do Bairro e Ílhavo, assim como em Omã –, uma aplicação para registo das lavagens efetuadas à contentorização e uma outra aplicação para registo de recolha de ecopontos – em utilização nos centros operacionais de Sintra, Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras –, que determina diariamente as valências e os ecopontos a recolher, de forma automática e que prevemos a extensão da sua utilização a outros centros de serviço, dados os bons resultados obtidos desde a sua implementação.



O projeto GiSUMA, um *site* onde é registado e disponibilizado o planeamento dos centros de serviços e no qual devem ser assinaladas as alterações introduzidas no terreno para que os planos de trabalho realizados se mantenham atualizados, tem vindo a ser alargado a todos os centros de produção, com o objetivo de abranger toda a Empresa.

A SUMA instituiu, nos centros de serviços de produção, a Ficha de Informação de Contrato ("FIC"), que em 2015 permitiu a monitorização de praticamente todos os contratos, permitindo ter dados comparáveis entre centros, através dos resultados obtidos mensalmente quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para cada conjunto de informação monitorizada – dados globais da instalação, dados de gestão e dados operacionais.

Quanto à base de dados da produção ("BD Produção"), que congrega numa única plataforma todos os dados das atividades operacionais da Empresa, a área de planeamento e controlo prosseguiu as ações de formação e esclarecimento aos diversos utilizadores, que nos permitem ter dados cada vez mais fiáveis e fidedignos. No final do ano de 2015, e com o arranque dos serviços em Omã, foi disponibilizada uma versão da BD Produção em inglês, que está em plena utilização. Durante o próximo ano prevemos estender a implementação da BD Produção às atividades em Moçambique e, caso as condições técnicas o permitam, aos restantes centros de serviços de Angola.

Educação e sensibilização ambiental

Assumindo uma política de investimento na formação cívica das populações, sobretudo nas suas camadas mais jovens, a SUMA detém, no mercado do ambiente, um património ímpar ao nível da educação ambiental, assente em centenas de campanhas de sensibilização vocacionadas para gerar consciências críticas que atuem numa perspetiva de mudança e desenvolvimento.

2015 foi o ano, no âmbito da educação e sensibilização ambiental, da expansão de projetos de democratização de conteúdos – divulgação em rede, plataformas interativas e quiosques multimédia –, da criação de programas de recuperação de resíduos para transformações em objetos do quotidiano – criação de marca e programa específico –, da proliferação de ações de rua – manifestações pacíficas, animações *outdoor* e jogos tradicionais cognitivos e de motricidade –, da nova aposta na decoração com temáticas pró-ambientais dos suportes móveis – nos veículos de apoio aos Técnicos de Sensibilização, nos carrinhos de varredura e nos contentores de recolha –, consolidados, paralelamente, por ações de contacto qualitativo em contextos habituais e pela demonstração de competências a possíveis clientes e futuros parceiros.

A expansão do projeto de democratização de conteúdos caracterizou-se, assim, pela criação da plataforma interativa virtual SUMAKids®, pela disponibilização do projeto ECOKIOSKO® e ECOKIOSKO® Jr., pela manutenção do projeto AmbiSUMA Jr.®, e pela alimentação com várias centenas de conteúdos dos canais de vídeo e rede sociais – Canal YouTube SUMA e Facebook de Educação e Sensibilização Ambiental da SUMA. A plataforma virtual denominada "SUMAKids®", inaugurada no segundo trimestre do ano, constituiu-se como mais uma ferramenta de aproximação da SUMA aos seus parceiros de excelência – Autarquias com histórico de intervenção ESA –, possibilitando aos seus clientes diretos, indiretos e à população em geral, a exploração das vantagens individuais, financeiras e operacionais, da adoção de comportamentos pró-urbanidade, através da exploração desta área infantojuvenil *online*. Partilha que se traduziu no alojamento na *frontpage* do *site* institucional da SUMA e, também, nos sites autárquicos das entidades parceiras, através de uma zona partilhada na *cloud*, de um conjunto de 12 filmes, 5 canções com respetivos videoclipes, 10 conteúdos descarregáveis para preencher, construir ou operacionalizar, 3 histórias animadas e dezenas

de animações sobre acondicionamento e deposição de resíduos, redução da produção de resíduos e sua valorização e conteúdos transversais como prevenção de risco, saúde básica, alimentar e segurança. Esta plataforma, no final do ano de 2015, estava ativa em 8 *sítes* autárquicos - Aveiro, Celorico de Basto, Esposende, Figueira da Foz, Ílhavo, Vila do Bispo, Vila Nova de Gaia e Trancoso –, sem custos acrescidos, uma opção de responsabilidade social da empresa, e no site institucional da SUMA, havendo perspectivas de inserção nas páginas de outros clientes no ano de 2016 e da criação de mais conteúdos específicos.

Ainda no primeiro trimestre do ano, a inauguração de outro projeto, o ECOKIOSKO®, em duas modalidades, versão de grande dimensão e versão compacta, denominada, apropriadamente, ECOKIOSKO® Jr.. Estas estruturas, que devem o seu nome aos primeiros quiosques da capital portuguesa (Kiosko), serviram de suporte a ações ambientais em espaços indoor, abordando entre outros o consumo sustentável, a limpeza urbana, a valorização e reutilização de materiais, o acondicionamento de resíduos, a participação cívica e a promoção primária e rodoviária, em estruturas de utilização livre e sem necessidade de supervisão técnica. O ECOKIOSKO®, na sua versão de grande dimensão, assume o formato de um quiosque montável, com zona de coreto em auditório, para visualização televisiva de vídeos informativos e de animação, ateliers criativos, videoclipes, e zonas de exploração sensorial com 5 jogos de rotação, correspondência e encaixe. Este projeto marcou presença, em regime de rotatividade, em espaços comerciais de grande circulação, numa parceria com a PRAGMA Management, gestora dos espaços comerciais Dolce Vita e Vivaci e com o Fórum Aveiro, disponibilizando aos munícipes de Aveiro, Coimbra, Maia, Porto, Oeiras e Ovar um espaço gratuito para apreensão e treino de rotinas pró-ambientais. Face ao sucesso alcançado por esta unidade de grandes dimensões foi criado, então, a sua versão mais portátil para responder positivamente a outras parcerias estratégicas. Assim, 10 ECOKIOSKO® Jr. foram concebidos, sob o formato de biombos trípticos, tendo abrangido outros tipos de públicos-alvo, a saber: visitantes de centros de interpretação ambiental, de núcleos de educação, de ecoparques, de casas da juventude e de espaços pais e filhos; utentes de bibliotecas, de mercados municipais e de espaços de atendimento autárquico; alunos de instituições educativas; participantes em eventos comemorativos (como atribuição do galardão às Eco-Escolas); consumidores em espaços comerciais; e trabalhadores dos centros de serviço SUMA. Estes quiosques educativos alojaram-se pelo continente e ilhas, pelos municípios da Batalha, Esposende, Ílhavo, Odívelas, Lisboa, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia, Vila Real, Santa Maria da Feira, Torres Vedras e pelos Municípios da Ilha de S. Miguel – Açores, em roteiros que continuarão em 2016 nestas e em novas paragens.

O projeto AmbiSUMA Jr.®, lançado durante o ano de 2014, na plataforma MEO KIDS (parceria detalhada na secção sobre educação ambiental do Relatório e Contas 2013 e 2014), continuou no ar para os internautas ou espetadores assinantes da MEO, aumentando ainda mais a abrangência extra-clientes, para a já referida democratização de conteúdos e num pleno assumir da responsabilidade social da empresa. Também, no *YouTube* SUMA e no *Facebook* de Educação e Sensibilização Ambiental da SUMA esta difusão democrática de conteúdos se concretizou em mais de uma dezena de minifilmes de sensibilização, concebidos e lançados no *YouTube* – “Resíduos dá-lhe a volta”, “Triagem não é um quebra-cabeças”, “Monstro do Lixo Vs Papelão”, “3 princípios”, “Respeite os Sinais”, “Regras de Urbanidade”, “Peixe Embalagem”, “Conselhos da Graciete I, II, III”, “Esquecidos e Achados”, “Mal Frequentada” e “Desfile do Ambiente”. Quanto à divulgação, através das redes sociais, já são muitos os “likes” somados à página de *Facebook* (quase 3.000), que celebrou um ano de existência nos últimos meses de 2015, e já partilhou mais de 1.000 apontamentos sobre comportamento pró-ambientais, de combate ao desperdício e de geração de poupanças públicas e privadas, em formatos variados e agrupados em mais de 30 rubricas, de que destacamos algumas: “Reutilização do Dia”, “A Arte alerta”, “Arte com lixo”, “Desmistificar crenças”, “Desperdício alimentar”, “Ecocinema”, “Faça você

mesmo”, “Informar mais”, “Mezinhas Caseiras”, “Páginas Verdes”, “Receitas de Poupança”, “Reciclagem está na Moda”, “SUMA passa a Ideia”, entre muitas outras.

Foi no primeiro dia do último mês do ano que um novo projeto de recuperação de resíduos resultantes das rejeições dos setores têxteis e de calçado, que recorrem ao aterro de resíduos industriais não perigosos de Lustosa (gerido pela participada da SUMA, a empresa RIMA), tomou um novo impulso: a assinatura de um protocolo de cooperação, com empresa municipal do concelho de Vila Nova de Gaia, para fabrico de produtos utilitários, como bolsas, estojos, *nécessaires*, cadernos de apontamentos, capas protetoras de livros e pufes. Foram imperativos de sustentabilidade, combate ao desperdício e responsabilidade social, da RIMA e da SUMA, que levaram à criação da marca “RIMA RTE®, artesanato reciclado” para criação, disponibilização e comercialização destes objetos efetuados a partir de “lixo”. Bobines de fechos, pedaços de couro, restos de tecidos e fios, rejeitados por empresas e enviados, como resíduo industrial, para aterro são, por este projeto, transformados em objetos que substituirão suportes de projetos corporativos, assim como volantes ecológicos dos planos de educação ambiental. Para além do protocolo já firmado com esta empresa municipal de um dos municípios clientes da SUMA, preveem-se em 2016 novos protocolos com entidades municipais ou outras de cariz estritamente social e, também, microempresas, dando nova dimensão ao paradigma das vantagens individuais e económicas pela adoção de comportamentos pró-ambientais.

“Desfilarmos pelo Ambiente” foi o mote para mais de 2.500 participantes, de juniores a seniores, marcharem pacificamente por uma rua movimentada de Vila Nova de Gaia, exigindo aos demais munícipes que “Não suje, nem deixe sujar: Este é o nosso lar!”. Ao som de palavras de ordem, e acompanhados com diferentes viaturas de sensibilização, carrinhos de varredura decorados, cantoneiros devidamente fardados, e com faixas, placas e cartazes de ação e protesto na mão, estes manifestantes foram encabeçados por os mais altos representantes do executivo local, num exercício de choque de massas para uma postura mais pró-ativa no que concerne a co-gestão dos resíduos e manutenção da limpeza urbana, num formato que prevê a sua reprodução, já no primeiro semestre do próximo ano, em Alcobaça, Figueira da Foz, Vila Nova de Cerveira e Santa Maria da Feira. Este tipo de ações de rua e de “movimentação de massas” ocorreu, também, noutros contextos mais de lazer – praias, espaços de diversão noturna e dias festivos (“Dias verdes”) – ou em superfícies comerciais – mercados municipais, postos de abastecimento –, com a presença imprescindível, para o sucesso destas ações, dos “Extraviados”, mascotes de grandes dimensões de resíduos comumente mal descartados (Ponta de cigarro – “Beata esmigalhada”, Garrafa de plástico de água – “Garrafa abandonada”, Lata de alumínio – “Lata Enferrujada”, Copos de plástico de cerveja e refrigerante – “Cervejix” e “Lola Cola”). Nas praias, de Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira, os “Extraviados”, em conjunto com os Técnicos de Sensibilização da SUMA “varreram” as zonas balneares à procura dos donos dos resíduos esquecidos, obtendo a adesão dos veraneantes para a adoção de rotinas corretas de deposição de lixinhos como pontas de cigarro, papéis e embalagens variadas, e de comportamentos de hetero-fiscalização aos demais, assim como, muitos “selfies”. Reação também obtida nas noites de Aveiro onde, durante as noites mais concorridas para a diversão noturna, estes “lixos ambulantes” abordaram qualitativamente os foliões relembrando que “Copo cheio é na mão, copo vazio é no copão.” (denominação dada aos contentores de valorização criados propositadamente para o efeito), ação que obteve o interesse e atenção dos munícipes e comerciantes locais, e onde marcaram presença os representantes das entidades municipais locais, num formato de intervenção que se prevê reproduzir em moldes similares, em 2016, em Santa Maria da Feira. Já no final do ano, no Mercado Abastecedor de Lisboa, estas mesmas personagens engrossaram as fileiras da manifestação pacífica levada a cabo junto dos comerciantes e utentes do mercado chamando à atenção que “Um feirante asseado é uma estrela no mercado!” e “Que não há bela sem senão, nem

limpeza sem participação” visando a envolvimento dos utilizadores destes espaços para a manutenção da limpeza dos mesmos, num formato que facilitou e evidenciou a intervenção. Nos postos de abastecimento às mascotes já existentes, juntou-se a “Mal desejada, Multa”, criando um efeito de surpresa nas ações qualitativas para a adoção de rotinas corretas de manutenção da limpeza urbana nas vias rodoviárias, lembrando não só as questões de saúde e segurança associadas, tal como as económicas (“Não levar com uma multa em cima!”). Se estes resíduos de grandes dimensões fizeram as delícias de pequenos e graúdos, não menos se pode dizer dos jogos, também de grande formato – agrupados na marca “EKOPÁTEO®” –, dinamizados nas campanhas balneares e “Dias Verdes”. Jogo da Macaca, Jogo do Saco, Jogo do Galo e Jogo da Glória, revisitados com temáticas e regras pró-ambientais, caracterizam a estratégia e suportes pedagógicos da campanha “EKOPÁTEO®”, para desenvolvimento de ações em ações exteriores ou em espaços de grande dimensão (como pavilhões desportivos), abordando, de modo transversal, todos os procedimentos corretos de encaminhamento, acondicionamento e deposição dos resíduos urbanos, assim como os hábitos de prevenção primária e rodoviária e de participação pública ativa.

A nova aposta na decoração de suportes móveis traduziu-se numa nova decoração da frota de apoio aos técnicos de educação e sensibilização ambiental da SUMA, com incidência na poupança obtida através da reciclagem, reutilização e consumo sustentável, assim como na aplicação das regras de manutenção da limpeza urbana, recorrendo a uma linguagem iconográfica e universal. No topo destas viaturas uma mascote criada para o efeito – o Verdusco –, relembra o binómio “respeitar/ fazer respeitar”, através dos mote “Cumpro e faço cumprir. Não viro as costas ao descuido, o desleixo custa muito dinheiro.”, outra estratégia diversificada de “chamar a atenção” para o ambiente. Também nos carrinhos de varredura manual, e aproveitando que estes equipamentos estão em funcionamento durante o dia, foram integrados painéis com incidência nas rotinas corretas de encaminhamento de pequenos lixos na via pública, remoção de dejetos caninos, utilização de equipamentos de deposição exterior de resíduos e outros de manutenção da limpeza do espaço público, numa clara associação entre equipamento e rotinas. O mesmo objetivo de reforço da sensibilização junto de munícipes, normalmente mais inacessíveis, presidiu ao estudo de inclusão de informação de sensibilização nos equipamentos de recolha indiferenciada, com conteúdos impressos no próprio contentor, sobre hábitos de redução na origem, regras básicas de acondicionamento e deposição e gastos públicos na recolha e limpeza urbana, assim como informações específicas de procedimentos incorretos (como os de colocação de brasas nos contentores). É expectável que estes projetos de divulgação nos equipamentos operacionais ganhem mais aderentes no decorrer do próximo ano.

As ações de contacto qualitativo em contextos habituais ocorreram em Alcobaça, Aveiro, Azambuja, Batalha, Caminha, Celorico de Basto, Condeixa-a-Nova, Constância, Espinho, Esposende, Felgueiras, Figueira da Foz, Ílhavo, Lousada, Oliveira do Bairro, Ourém, Paços de Ferreira, Palmela, Porto de Mós, Rio Maior, Sines, Sintra, Terras de Bouro, Trancoso, Valença, Vila Nova de Cerveira e Vila Nova de Gaia. Através de estratégias diversificadas – conto animado, representação de papéis, dramatização, exploração multimédia e sensorial, jogo simbólico, sessões desportivas, certificação de competências e apresentações interativas –, efetuaram-se mais 57.000 contactos qualitativos, cerca de 60 campanhas, em 27 municípios clientes, ao longo de mais de 4.000 horas de formação diferenciada e distribuição qualitativa de materiais. A estes juntam-se mais de 127.000 sujeitos contactados indiretamente, por distribuição passiva, através de *mailing*, da entrega de suportes em Instituições de Interesse Público, pela personalização de sacos para panificados e / ou usando a redistribuição em cadeia, através dos parceiros locais ou de redes familiares. Cerca de 50.000 dos 57.000 contactos foram ações junto da comunidade escolar nos estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar, do primeiro e segundo ciclo do ensino básico e do secundário da rede pública ou privada do ministério da educação. As ações foram também dinamizadas, de modo direto ou indireto, nas superfícies comerciais

→ aos consumidores, gerentes e lojistas de mercados, feiras, panificadoras, estabelecimentos de restauração, superfícies comerciais de grande ou pequena dimensão e postos de abastecimento –, nas instituições/equipamentos de interesse público e de apoio social – aos responsáveis, colaboradores e utentes de juntas de freguesia, departamentos autárquicos, centros de dia, hortas urbanas, entre outros –, em eventos festivos – aos visitantes de feiras e certames e aos participantes de celebrações de dias ou semanas temáticas –, e em locais de lazer – aos usufruidores de zonas balneares e jardins. De destacar a predominância de campanhas com incidência no acondicionamento e deposição de resíduos urbanos e com uma imagem gráfica recorrendo a ícones – “Respeitar os Sinais” e “Disposto a Tolerar” –, ou com recurso a unidades móveis de sensibilização – “LIXOTECA®” e “ECOSCÓPIO®” –, nos 30 tipos de campanhas selecionadas. O sucesso e importâncias destas campanhas levou ao desenvolvimento de uma delas – “Disposto a Tolerar” –, junto aos trabalhadores dos centros de serviço local e da sede, com a entrega qualitativa de bases de secretária. Os trabalhadores da SUMA têm, mesmo, sido alvo regular de ações de sensibilização, no âmbito destas ações específicas ou da rubrica interna “Ambiente à Sexta”, que no ano de referência dinamizou mais de uma dezena de lançamentos de informação e distribuição de materiais informativos, funcionais ou lúdicos, de cariz pró-ambiental. Esta sensibilização interna, com reflexos externos, assumiu no ano transato um novo formato, a personalização das assinaturas eletrónicas dos trabalhadores do Grupo SUMA (com posto de trabalho com computador). Estas assinaturas particularizadas com selos temáticos assumiram uma periodicidade de conteúdos mensal, para explicitar com conteúdos e imagens provocativas, de modo estático ou reencaminhando para vídeos educativos, rotinas de urbanidade. Estima-se a continuidade, em 2016, destas ações internas de sensibilização com estes ou outros formatos distintos.

Todas estas atividades resultaram em medidas de eficácia representativas da concretização dos objetivos a que a educação ambiental da SUMA se propõe – educar para a cidadania, construir um ambiente melhor –, de que destacamos algumas: obtenção de moda de 4, numa escala de 4 pontos, num questionário de avaliação à satisfação com a campanha “Disposto a Tolerar”, inquérito passado a docentes, numa amostra de 172 professores aveirenses (sendo de destacar a pontuação de 3,99 no parâmetro mobilização comportamental); um aumento de mais de 29% na quantidade total de óleos alimentares usados (“OAU”) recolhidos por marcação prévia, e de 41% no total de OAU recolhidos, após campanha específica de encaminhamento deste tipo de resíduos, junto da comunidade escolar e público em geral de Condeixa-a-Nova; desvio de aterro de 15.000 utilidades num ano, através de rotinas de reutilização e reencaminhamento de bens prestáveis, no âmbito do projeto REUTILÂNDIA, junto da população gaiense (desde do início do projeto mais de 110.000 objetos prestáveis foram encaminhados para novos donos); difusão e publicação de mais de 2 centenas de artigos e notícias sobre as ações de educação ambiental; atribuição de índices de qualidade muito elevados – “Cliente muito satisfeito” –, nos parâmetros de índice de importância da “eficácia das campanhas”, “capacidade de envolver o público-alvo”, “temáticas das campanhas” e “contributo para a criação e manutenção de rotinas”, no Inquérito de Satisfação ao Cliente referente aos serviços de educação ambiental da SUMA, um inquérito passado a todos os clientes do universo SUMA, que compreende a avaliação de todos os trabalhos prestados pela empresa.

A demonstração de competências a possíveis clientes, nomeadamente estrangeiros, e futuros parceiros, ocorreu recorrentemente durante o ano, sendo de destacar o acompanhamento e processo formativo sobre os paradigmas de intervenção, estratégias de comunicação e métodos de sensibilização, assim como o *return on investment*, a uma comitiva da Be'ah – empresa governamental de Omã –, que durante mais de 15 dias, acompanhou ainda as estratégias e moldes de atuação da SUMA, junto de 8 municípios clientes, perfazendo uma dezena de campanhas de

sensibilização visitadas, com vista à implementação de um plano nacional de educação ambiental em todo o território de Omã, um projeto que terá, por certo, desenvolvimentos em 2016. De destacar também, as reuniões de aproximação estratégica aos 11 sistemas multimunicipais de gestão de resíduos da Empresa Geral de Fomento, para a definição de planos e medidas futuras conjuntas e para apresentação de atividades e competências, quer dos sistemas quer da SUMA, sendo de prever, que no próximo ano, algumas ações formativas e institucionais incluam quadros das várias empresas num processo de sinergia contínuo.

Ao nível internacional, para além do início do plano de ação estratégico para Omã, no Médio Oriente, de referir a continuidade dos planos educativos no continente Africano, em Cabo Verde, Moçambique e Angola, e do início no continente Americano, nomeadamente no Brasil. O recurso a equipamentos ou a estruturas de recolha para divulgação de procedimentos foram uma estratégia privilegiada em território africano, por associarem de modo direto equipamentos a serviços. Nas paredes das viaturas de recolha, as rotinas de acondicionamento e deposição traduziram-se em equações gráficas simples com conteúdos diretos e imperativos, com o objetivo de otimizar os serviços e propagar comportamentos pró-ambientais com impacto na qualidade de vida das populações. Em Angola, de destacar o enfoque das ações de sensibilização da campanha "Tá na Hora" nos locais onde se colocaram novos equipamentos de deposição. A chegada de novos "contentores de lixo" foi o móbil para os técnicos de sensibilização abordarem as populações locais para "Está na hora de acabar com o lixo, Angola limpa juntos conseguimos!" lembrando que "Cuidar do lixo é também cuidar da saúde". Esta campanha, à semelhança de anos anteriores, foi também desenvolvida em locais de culto, paragens de táxi ou nos mercados. A demonstração de competências específicas a mais de 5 comitativas do Governo Provincial e Administrações Municipais e a participação em feiras especializadas, explanando os modos e métodos de intervenção, foram outras das ações desenvolvidas pela equipa local. No Brasil, o desenvolvimento da campanha de lançamento de serviços "Encontro Mercado" divulgando os horários de deposição dos resíduos domésticos e as rotinas base de acondicionamento dos mesmos, assumiu a forma de ímanes, monofolhas e pendurantes para o correio convidando as populações a "no dia certo, por o saco amarrado no local correto.", "faça a sua parte que nós fazemos a nossa" destrinchando as responsabilidades de produtor e gestor de resíduos.

O ano de 2016 será um ano de continuidade nas vertentes estratégicas de atuação definidas, através dos projetos de democratização de conteúdos, programas de recuperação de resíduos em objetos, ações de rua, decoração de equipamentos, ações de contacto qualitativo em contextos habituais, demonstração de competências e fomento de parcerias, com novidades nalguns dos moldes de envolvimento das populações para a gestão partilhada do tratamento dos resíduos.

Recursos humanos

A gestão de recursos humanos assume um papel de relevância no desenvolvimento da SUMA, que aposta no envolvimento e comprometimento dos trabalhadores com a cultura empresarial e investe nesta área numa estratégia de valorização dos trabalhadores, formação, segurança, qualidade e melhoria das condições de trabalho, promovendo as relações sociais e a motivação dos seus colaboradores, que contribuem diretamente para o sucesso da Empresa.

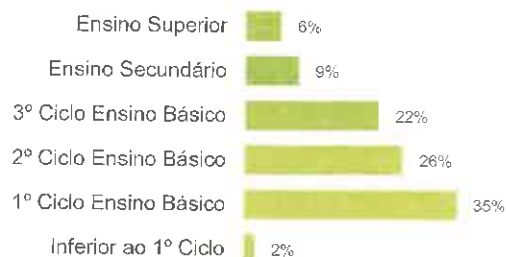
Durante o ano de 2015, a SUMA contou com um número médio de 1.449 trabalhadores, aos quais se juntam 7 trabalhadores cedidos pelas câmaras municipais, tendo decorrido uma adaptação do número de colaboradores à evolução do negócio da Empresa, que se traduziu num decréscimo de 48 colaboradores em relação ao ano anterior.

Para fazer o enquadramento dos serviços de gestão de recursos humanos ("GRH") da SUMA, é importante clarificar que estes centralizam a gestão de várias empresas do Grupo SUMA, pelo que o relato seguinte agrega as atividades desenvolvidas relativamente a esse conjunto de empresas, nomeadamente: SUMA, SUMA Douro, SUMA Matosinhos, SUMA Esposende, SUMA Porto, NOVAFLEX, REAL VERDE, NOVA BEIRA, RIMA, SIGA, TRIU, Correia & Correia, SRI e ENVIROIL SGPS, sendo que no final do ano 2015 já se iniciou a preparação da inclusão de mais uma empresa, a ENVIROIL II.

No ano de 2015, este conjunto de empresas teve uma média de 1.898 trabalhadores, dos quais 86% são do género masculino, e situando-se a sua maioria na faixa etária dos 45 aos 64 anos. A maior parte dos trabalhadores têm habilitações literárias ao nível do 1º ciclo do ensino básico (35%) e são maioritariamente de nacionalidade portuguesa (96%).

Salienta-se que 83% dos trabalhadores pertencem à área operacional, sendo que os restantes 17% pertencem à estrutura e oficinas.

Habilitações Literárias



Este conjunto de empresas do Grupo SUMA apresentou, em 2015, um absentismo de 5% e, na sua maioria, as ausências devem-se a baixas por doença. No campo da rotatividade, esta chegou aos 13%, também devido ao facto de em 2015 se ter verificado o encerramento de alguns contratos de prestação de serviços com vários Municípios, que conduziram à necessidade de efetuar dois despedimentos coletivos. Os mesmos, apesar dos constrangimentos que causaram, decorreram de uma forma amena, não causando mal-estar no ambiente social da empresa. Em termos de gestão disciplinar, verificou-se que foi necessário realizar 26 processos disciplinares, dos quais 5 terminam em despedimento com justa causa.

No seguimento de uma política preocupada com o bem-estar e saúde dos trabalhadores, este ano voltou a ser aplicada a vacina contra a gripe, a todos os trabalhadores que a pretenderam. Também se efetuou um rastreio de saúde, que avaliou indicadores tais como o colesterol, a glicose, o peso, o índice de massa corporal e a pressão arterial, o qual registou uma adesão significativa por parte dos trabalhadores.

No ano de 2015, os serviços de gestão de recursos humanos da SUMA realizaram dezoito processos de recrutamento, entre os quais recrutamentos para contratos pontuais, como ocorreu com os serviços que prestámos nos eventos musicais, por exemplo "NOS Alive" e "Super Bock - Super Rock".

No que respeita à área de formação, e fruto da alteração da lei que regula as entidades formadoras, após avaliação e aprovação do processo submetido à Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho ("DGERT"), a SUMA recebeu, no início do último trimestre de 2015, o deferimento do pedido de passagem de acreditação a certificação, concluindo-se o cumprimento dos requisitos do referencial de qualidade. A demonstração de uma estrutura formativa constituída por trabalhadores com um perfil de competências adequado às funções que desempenham e por condições materiais, físicas, ambientais e logísticas necessárias e ajustadas à concretização do projeto de formação interna foram determinantes para a atribuição deste reconhecimento.

Em 2015, planeou-se incidir a atividade formativa nas áreas de formação de âmbito mais comportamental. Para esta decisão contribuiu o facto de estarem em curso alguns projetos orientados para a formação em higiene e segurança no trabalho, como sejam o projeto “10 Minutos de Segurança” e o projeto “Tutores”, criando assim algum espaço para que o GRH se pudesse dedicar a outras áreas formativas. No que respeita ao projeto “10 Minutos de Segurança”, até ao final de abril de 2015, o mesmo estava implementado em todos os centros de serviço, permitindo sensibilizar e enquadrar os trabalhadores relativamente às problemáticas diárias da atividade que desempenham, bem como das dificuldades, riscos e perigos decorrentes da mesma. A implementação do projeto foi levada a cabo pelas chefias de produção, em alguns centros recorrendo ao apoio do departamento de formação e em outros por sua própria iniciativa. A implementação deste projeto em todos os centros de serviço permitiu trabalhar essencialmente temáticas de segurança, de forma objetiva, direta e simples junto dos trabalhadores, procurando a assimilação de comportamentos mais seguros e consequente diminuição de sinistralidade, por responsabilidade dos próprios trabalhadores. A par da mudança comportamental pretendida, este projeto constituiu-se um reforço, em termos de horas de formação, ao plano desenvolvido para cada trabalhador. No que concerne ao plano de formação a desenvolver pelos Tutores, à semelhança de anos anteriores, foram definidos no início do ano os objetivos a trabalhar por cada um dos centros de serviço. Contudo, ao contrário do que é habitual, os objetivos não foram definidos de forma padronizada para todos os centros. Foi realizado um cruzamento dos dados relativos aos acidentes de trabalho, sinistralidade automóvel e sinistralidade de responsabilidade civil, resultados das grelhas de comportamento realizadas em 2014 e do levantamento de necessidades formativas de 2015. Daqui, resultou a identificação dos cursos que cada um dos centros teria mais necessidade, em termos de formação executada pelos Tutores, ficando a cargo dos centros a identificação das ações de formação que cada trabalhador deveria fazer. Assim, para este projeto resultaram os seguintes objetivos:

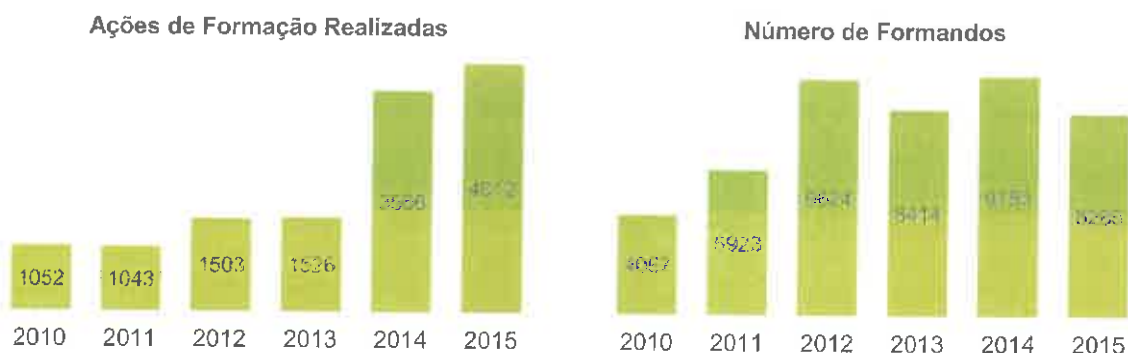
- ✓ Realização de 1.666 ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos;
- ✓ Cumprimento de 4.885 presenças em ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos;
- ✓ Cumprimento de 14.955 de volume de horas em ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos.

Conforme referido, paralelamente à realização destes dois projetos, o departamento de formação desenvolveu o plano de formação, este ano mais focado nas temáticas comportamentais. Neste sentido, foram definidos os seguintes objetivos:

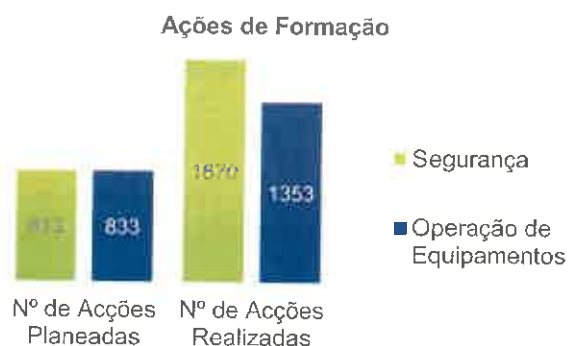
- ✓ Realizar 168 ações de formação interna;
- ✓ Integrar 1.975 formandos em ações de formação.

Adicionalmente, iniciámos o projeto de formação para as chefias intermédias, encarregados e chefes de equipa da produção, visando dotar estes colaboradores de ferramentas técnicas, comportamentais e de gestão, para melhorar o seu desempenho. O projeto iniciou-se no segundo semestre de 2015 e prevê-se uma duração total de dois anos, com integração de cerca de 70 trabalhadores, distribuídos em 6 grupos de formação. Por fim, decorrente da estratégia de internacionalização da organização e de forma a dotar os colaboradores que lidam com as várias geografias, num processo de globalização, iniciou-se o projeto de formação na língua inglesa, projeto que se prevê ter continuação no próximo ano formativo.

Avaliando sumariamente o cumprimento dos objetivos e metas planeados, verificamos que na globalidade, foi realizado um maior número de ações de formação, embora tenha existido uma redução no total de formandos, em relação ao ano anterior.



Relativamente ao objetivo de realização de 1.666 ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos, em 2015, os Tutores realizaram 3.023 ações de formação em segurança e operação de equipamentos, ultrapassado em cerca de 150% o objetivo proposto. À semelhança dos anos anteriores, este projeto contou com duas fases formativas, a primeira ocorreu do mês de março ao mês de maio e a segunda entre os meses de julho a setembro.



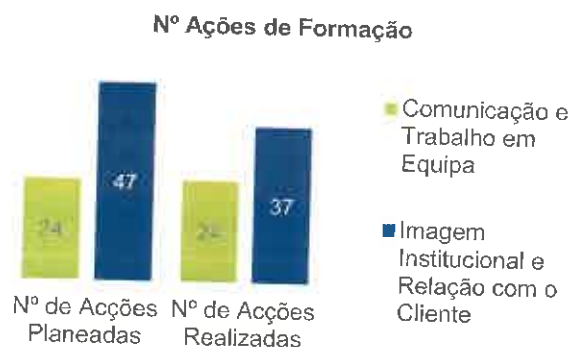
Avaliando o cumprimento de 4.885 presenças em ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos, foram registadas 4.988 presenças em ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos. Apesar do objetivo global ter sido alcançado, no que respeita às duas áreas de formação apenas na segurança se atingiu o objetivo proposto, ultrapassando em cerca de 250 o número de presenças.




No que diz respeito ao cumprimento de 14.955 de volume de horas em ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos, registou-se um total de 25.779 de volume de horas de formação, tendo assim sido cumprido o objetivo proposto. Conforme é visível pelo gráfico, em ambas as áreas se ultrapassou largamente o volume de horas planeado.



Descrevendo as ações do departamento de formação, cujas metas eram a realização de 168 ações de formação interna e a integração de 1.975 formandos em ações de formação, este centrou-se na formação de cariz comportamental, com campanhas planeadas de comunicação e trabalho em equipa, imagem institucional e relação com o cliente, dirigidas à produção, essencialmente nas funções de cantoneiro e motorista.



Para além das campanhas supra referidas foram também desenvolvidas pelo departamento as ações de formação apresentadas na seguinte tabela:

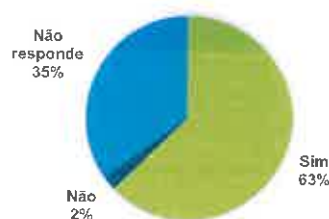
Curso	Ações Planeadas	Ações Realizadas	Formandos Planeados	Formandos Integrados
Iniciação à utilização de ferramentas informáticas	3	3	24	24
Movimentação manual de cargas	32	3	396	29
Operação de corte de erva	2	2	19	19
Planeamento e controlo	-	1	-	13
Processo de contabilização de caixas em SAP	4	4	35	35
Recursos humanos Normas e procedimentos internos	-	3	-	34
Resíduos e boas práticas ambientais	2	2	14	14
Segurança na operação de varredura manual	1	1	9	9
Grupo SUMA Enquadramento institucional, estratégia e internacionalização	1	4	12	60
HST - Aterros	-	1	-	13
Imagem institucional e comunicação	-	3	-	38
Total	45	27	509	288

Adicionalmente ao plano de formação foram ainda realizadas as seguintes ações de formação:

Curso	Ações Realizadas	Formandos Integrados
Acolhimento de novos trabalhadores	1	9
Acordo de formação	8	16
Avaliação de simulacro	1	9
Enquadramento Técnico - Produção	38	271
Enquadramento Técnico - Pedagógico - Tutores	6	89
ESA - Disposto a tolerar	22	332
Exposição a resíduos contendo amianto	1	8
Funcionamento de ETAL	1	2
Informação de gestão	1	5
Informática	1	2
Manual ATEX	1	7
Operação de equipamentos	1	4
Operação de equipamentos - Corte de ervas	1	6
Operação de equipamentos - <i>Multibenne</i>	2	18
Operação de equipamentos - Recolha de monos e monstros em viatura com plataforma elevatória	1	5
Operação de equipamentos - Recolha em viatura compactadora de carga traseira	6	37
Operação de equipamentos - Varredura manual	1	9
Operação de equipamentos - Varredura mecânica	2	2
Orçamento SUMA - Plataforma IBM Cognos Express	4	33
Programa de acolhimento e reciclagem	304	797
Plano de emergência interno - Formas de atuação	5	45
Plano de segurança interno	1	10
Plano de segurança interno - Segurança contra incêndios em edifícios	3	48
Reunião inicial - Tutores	6	84
Reunião intermédia - Tutores	6	99
Reunião de encerramento - Tutores	6	86
Segurança na varredura manual	2	18
Sensibilização em suporte básico de vida	4	50
Simulacro	1	6
Sistema de pesagens	1	6
Total	339	1.249

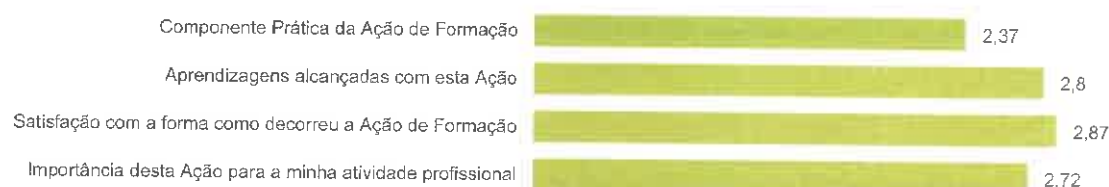
Avaliando o impacto da atividade formativa na organização, apresentam-se os dados apurados no tratamento dos resultados da aplicação dos questionários de avaliação da formação (participantes) e dos questionários de avaliação da eficácia (chefias) para a modalidade de formação interna.

Com base nos dados recolhidos no questionário de avaliação à formação, verificou-se que a maioria dos formandos – 63% – teve conhecimento do tema e objetivos da ação antes da sua realização, registando-se uma percentagem de apenas 2% que refere não ter tido conhecimento. Os restantes 35% não se manifestaram relativamente ao conhecimento específico dos temas a abordar.



Os resultados de avaliação à formação revelam um conjunto de dados positivos no que diz respeito à avaliação do impacto da formação no desempenho das funções. Numa escala de 1 a 3, os participantes avaliam em 2,87 o item "Satisfação com a forma como decorreu a ação de formação" e em 2,72 o item "Importância desta ação para a minha atividade profissional". Ainda de realçar, como se observa no gráfico seguinte, o item "Aprendizagens alcançadas com esta ação", que numa escala de 1 a 3, é avaliado em 2,8.

Satisfação Pessoal / Profissional



O grupo de itens que avalia a ação de formação reflete níveis elevados de satisfação, o que permite inferir um bom desempenho dos formadores.

Organização da Ação de Formação



Os dados recolhidos pelo mesmo instrumento indicam que a avaliação à equipa técnica é bastante positiva. Os formandos manifestam que as ações são bem organizadas – item avaliado em 2,83, numa escala de 1 a 3 –, que a informação técnica disponibilizada é adequada – 2,8, numa escala de 1 a 3 –, que os objetivos das ações foram alcançados – 2,77 numa escala de 1 a 3 – e que a sua duração foi satisfatória – 2,73 numa escala de 1 a 3. Apesar de alguns formandos mencionarem que a duração das ações é “curta” e de o facto ser referenciado como um aspeto negativo, este indicador reforça a motivação dos participantes para próximas ações de formação. Conclui-se, através dos dados recolhidos pelos questionários de avaliação à formação, que os formadores são positivamente avaliados. Os formandos manifestam que estes possuem boa postura pedagógica, conhecimentos técnicos adequados, disposição e disponibilidade nas ações de formação realizadas.

Os dados recolhidos, indicam que os formandos estão satisfeitos com a organização das ações de formação e que a informação disponibilizada foi considerada adequada pelos participantes. Quanto à logística da ação, constata-se que a documentação fornecida é útil, assim como o local e condições onde decorreu a formação são apropriados.

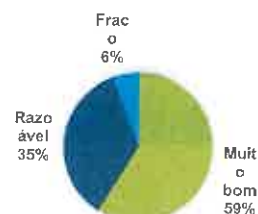
Logística da Ação de Formação



Assinatura

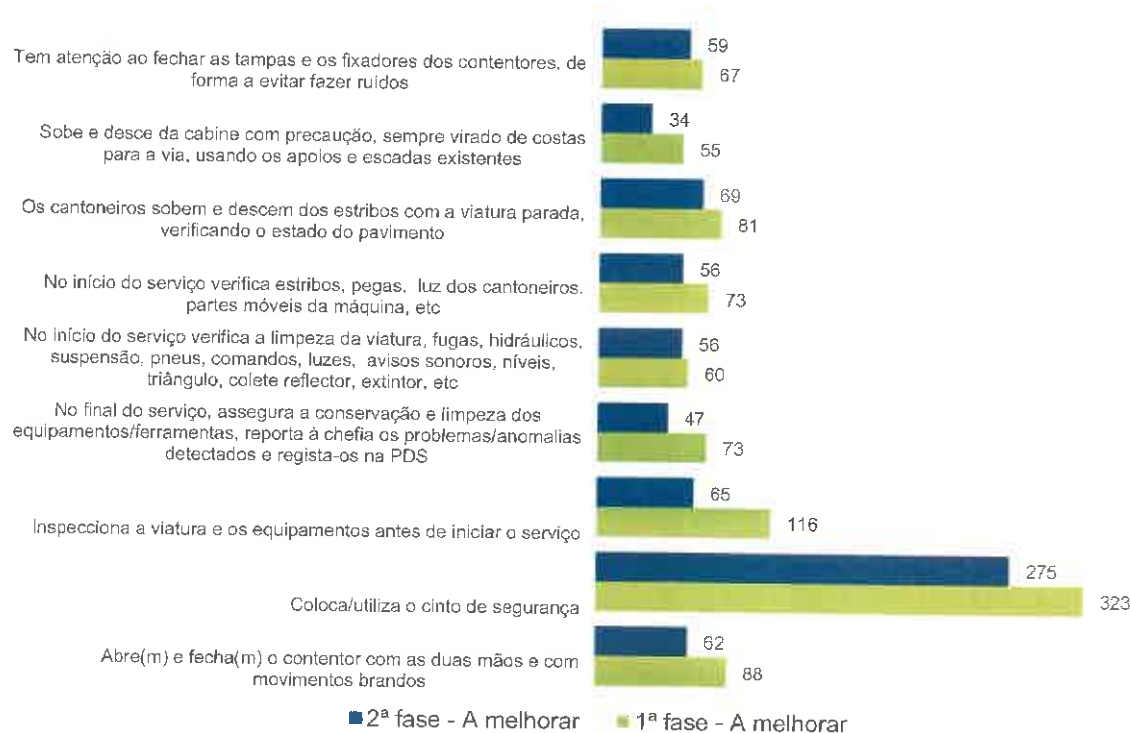
A conceção dos recursos técnico-pedagógicos gerou bons níveis de satisfação por parte dos formandos – numa escala de 1 a 3, a média de resposta ronda os 2,73 relativamente à documentação e material entregues. O material preparado, conjugado com o uso de metodologias pedagógicas alinhadas com o perfil sócio profissional dos formandos, é uma estratégia que tem demonstrado resultados positivos.

Com base nos dados recolhidos relativamente à avaliação das ações de formação por parte das chefias, verifica-se o impacto que as ações de formação em análise tiveram no desempenho profissional dos trabalhadores que nelas participaram. Como se pode observar no gráfico, 59% das chefias avaliaram o impacto das ações de formação como muito bom e 35% afirmaram que as ações de formação tiveram um impacto razoável. Estes resultados evidenciam a utilidade da formação executada e o impacto positivo no desempenho profissional dos participantes.



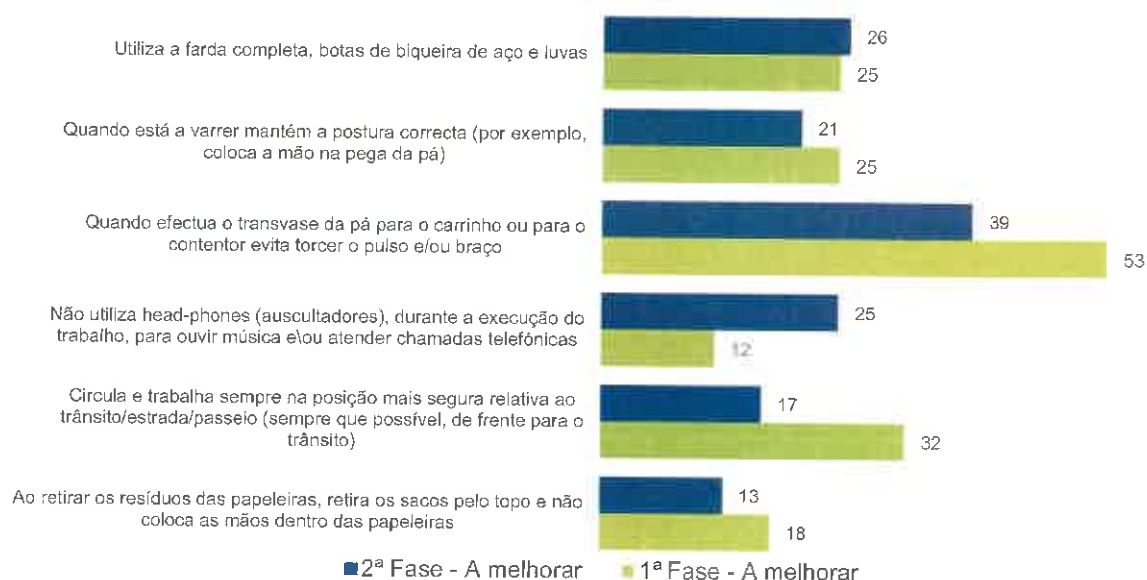
Após maturação de alguns processos implementados nos anos anteriores, nomeadamente a alocação das referidas grelhas de observação dos Tutores à base de dados de produção, foi possível obter informação mais detalhada sobre a atividade da Empresa, no que concerne à atuação do departamento de formação. Desta forma, e através da análise resultante da implementação e aplicação das grelhas de observação, verificaram-se quais os comportamentos que apresentam índices mais baixos de cumprimento e, consequentemente, necessitados de maior intervenção. Comparam-se as duas fases de formação dos Tutores e identificam-se os comportamentos com maior incidência no item "A Melhorar", verificando-se a sua evolução – positiva ou negativa –, entre a primeira fase e a segunda. Abaixo estão apresentados os indicadores para as duas atividades core da organização, com os comportamentos que os Tutores identificaram com maior necessidade de intervenção.

Atividade de recolha de resíduos:



Regra geral, os comportamentos identificados como "A Melhorar" evoluem positivamente da primeira fase de formação para a segunda, fruto da intervenção dos Tutores, na correção dos mesmos. Conforme se pode observar no gráfico acima, existe uma grande incidência no comportamento relativo à utilização do cinto de segurança, tanto por parte dos motoristas, como por parte dos cantoneiros. Outro dos comportamentos com grande incidência prende-se com a verificação das viaturas antes do arranque do serviço, mais uma vez, tanto por parte dos motoristas como dos cantoneiros. Verifica-se ainda que as subidas e descidas de estribos e cabines são outro aspeto a melhorar, bem como a atenção ao fecho e movimentação da contentorização, que apesar da evolução positiva verificada de uma fase para a outra, ainda representa necessidade de intervenção mais dedicada, face à sua existência.

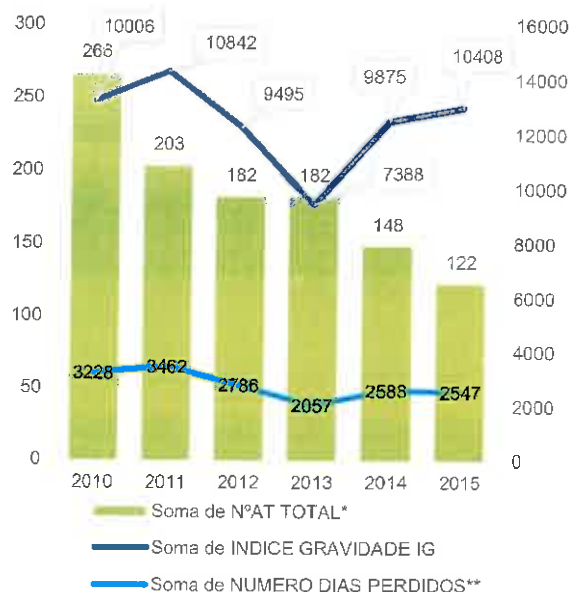
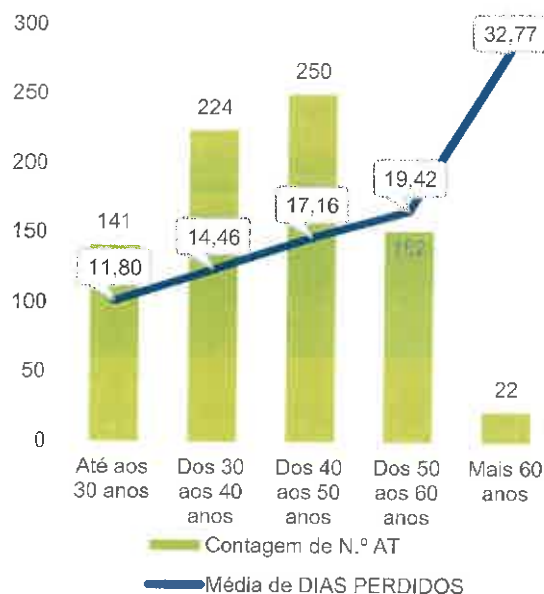
Atividade de limpeza urbana:



Também aqui, se verifica, regra geral, uma evolução positiva, dos comportamentos identificados no item "A Melhorar", da primeira fase para a segunda. Observando-se este gráfico, o comportamento mais destacado, com necessidade de intervenção mais acentuada, é o transvase da pá para o carrinho, evitando-se a torção do pulso, o que origina lesões, bem como minimiza a eficácia e eficiência deste movimento. A destacar a utilização de auriculares durante a realização do serviço, como outro aspeto a melhorar, e neste caso, com particular relevância, dado ter sido um dos dois comportamentos que de fato pioraram de uma fase para a outra, mesmo após a intervenção dos Tutores. O outro comportamento que também piorou, da primeira para a segunda fase foi a utilização completa do fardamento, embora neste caso esta evolução negativa seja menos acentuada, ainda assim, não deixa de ser preocupante. Numa análise mais pormenorizada a este comportamento, verificou-se que tal se prendia com a utilização específica de luvas.

No decorrer da análise efetuada aos dados da sinistralidade laboral, e cruzando esta informação com o plano de formação e a avaliação da implementação do mesmo, podemos inferir algumas observações que vão possibilitar a definição da forma de atuação do departamento de formação no decorrer do ano 2016. Desta forma, verificaram-se algumas variáveis da sinistralidade, na perspetiva de compreender onde a formação poderá e deverá intervir, bem como a definição de prioridades na alocação dos seus recursos e esforços, direcionando-os de acordo com a restante informação obtida do trabalho dos Tutores. A análise realizada resulta do somatório de dados obtidos desde 2010 até final de 2015, relativamente ao desempenho de toda a organização.

Conforme é possível observar no gráfico à direita, o número de acidentes de trabalho tem reduzido significativamente até ao presente, no entanto, os índices de frequência e, em particular, os índices de gravidade, têm sofrido um agravamento, desde o ano de 2013.



Observando o gráfico à esquerda, que demonstra a sinistralidade no ano de 2015 por escalão etário, a população compreendida entre os 40 e os 50 anos de idade é a que apresenta maior número de acidentes, indicando que será esta a população-alvo prioritária das próximas ações de formação.

Analisando a sinistralidade por dia da semana, no último ano, verifica-se uma maior tendência de acidentes à quarta-feira, e este dia em particular será alvo de maior atenção nas observações e plano dos Tutores.

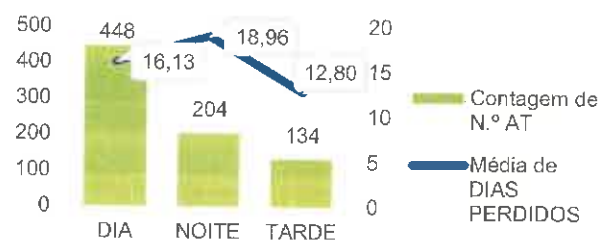


Assinaturas manuais

Quando se analisam os dados em relação à antiguidade dos trabalhadores, constata-se que quanto maior a antiguidade dos mesmos, maior a propensão para o acidente, demonstrando claramente que os trabalhadores há mais tempo na empresa terão que ser alvo prioritário da formação.



Relativamente à sinistralidade por horário, dividimos o dia em 3 partes iguais, sendo o horário de dia das 6 horas às 14 horas, o horário de tarde, das 14 horas às 22 horas e o da noite, entre as 22 horas e as 6 horas. Observando os resultados, que incluem dados desde 2010, constata-se que o horário de dia é sujeito a maior sinistralidade, no entanto, é o horário de noite que apresenta os índices mais graves. Desta forma, os serviços a realizar nestes períodos serão alvo de maior intervenção por parte dos Tutores.



Após uma análise transversal aos resultados das observações dos Tutores, através do tratamento das grelhas de observação e da evolução da sinistralidade desde 2010 até final de 2015, constata-se algumas indicações que, no seu todo, apontam o caminho a seguir no que concerne ao direccionar dos esforços formativos e dos planos de formação, quer interno, quer dos Tutores.

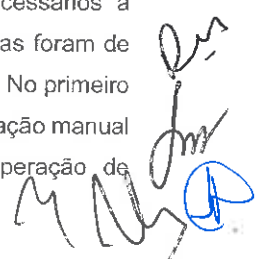
O ano de 2015 pautou-se, também, pelo início da internacionalização dos serviços de formação da SUMA, fruto do extenso *know-how*, adquirido e aprofundado ao longo de largos anos de trabalho desenvolvido. Foram selecionados três países em que o Grupo SUMA opera – Angola, Cabo Verde e Omã.

A intenção de estender os serviços formativos à atividade em Angola assentou na gestão estratégica sectorial, na medida em que a organização é líder do setor e tem o imperativo de servir de modelo na forma de estar mais concordante com as boas práticas. Além disso, as particularidades que este país possui, quer em termos culturais, geográficos, climáticos entre outros, leva a que os processos de realização dos serviços, bem como os equipamentos, sejam ajustados a estas realidades e, consequentemente, diferentes dos de Portugal. Paralelamente, o exercício da nossa atividade está sujeita a riscos e perigos, que aumentam significativamente em função do desconhecimento ou incumprimento das boas práticas de segurança e normas e procedimentos de trabalho definidos pela organização. Conjugando todos estes fatores e analisando a sinistralidade laboral e rodoviária da empresa a laborar em Angola, bem como o seu crescimento acelerado desde o início, quer em termos de serviços prestados, quer em termos de recursos humanos, torna relevante e pertinente a implementação da formação, de forma sistemática e consolidada, adequando o seu conhecimento e projetos formativos à realidade angolana, procurando acima de tudo, não só intervir no saber-saber e saber-fazer, mas também na prevenção da sinistralidade, investindo de igual forma na dignificação do envolvimento dos colaboradores na atividade formativa e do seu desempenho e currículo enquanto profissionais dedicados à organização. O levantamento preliminar efetuado junto da VISTA Waste Management, Lda. ("VISTA Waste") indicou que o principal foco de atenção formativa deverá ser dirigida aos trabalhadores da produção, nomeadamente motoristas, operadores de máquinas e cantoneiros. As principais

dificuldades sentidas por esta população passam pela operação de equipamentos (saber-fazer) e pela prevenção da sinistralidade (conhecimento e cumprimento das normas de segurança). A implementação da formação em Angola atendia a um cronograma de trabalhos composto por 4 fases, ajustável em função do desenvolvimento e implementação do próprio projeto. A primeira fase pressupôs uma deslocação a Angola, onde se desenvolveram as seguintes tarefas: levantamento de informação e das necessidades formativas; identificação dos trabalhadores-chave para a alocação ao projeto; implementação dos programas “10 Minutos de Segurança” e “Tutores”; implementação de registos de formação; preparação e ministração de formação formal. Após a execução da primeira fase, o projeto foi reavaliado em função da conjuntura económica angolana e optou-se por manter em atividade a formação ministrada pelos Tutores, suspendendo-se as restantes fases do projeto até que se verifique uma conjuntura económica mais favorável.

Em virtude da abertura do aterro da Ilha de Santiago, na Cidade da Praia, onde a SUMA executa serviços através da sua participada AGIR, e do pedido do cliente em obter formação adequada aos vários recursos humanos que aí iriam prestar serviços, foi desenhada uma ação de formação de apresentação geral dos serviços do departamento de formação, e ministrada aos vários técnicos do Município da Praia. Esta ação de formação, além da apresentação dos serviços de formação, abordou também várias temáticas relacionadas com a realização dos serviços de recolha de resíduos, limpeza urbana e gestão de aterros, em duas vertentes, técnica e segurança. Assim, e além do caráter mais comercial desta ação de formação, também foram ministrados conteúdos de natureza mais dedicada e específica, concretamente normas e regras de segurança, nos vários serviços que a SUMA realiza, perigos e riscos da atividade, bem como medidas preventivas e corretivas.

O contrato ganho pela SUMA no Sultanato de Omã, concretamente na província de Al Sharqiyah, contemplava, entre os serviços principais da Empresa, a implementação e execução de um plano de formação afeto à totalidade da duração do contrato, abrangendo todos os trabalhadores e serviços contratados. Desta forma, foi elaborado um plano de formação, refletindo todos os serviços e trabalhadores estimados para os vários serviços, cujo cerne incidia nas duas principais vertentes de temas abordados pela formação, em Portugal – componente técnica e componente segurança. Dadas as características geográficas, climatéricas, culturais e religiosas, levaram a que fosse feita uma análise prévia de todos os conteúdos formativos para que estes se ajustassem e adequassem à realidade de Omã. Assim, foi realizado um levantamento inicial destas características, junto dos vários atores locais, quer pertencentes à SUMA, quer pertencentes aos nossos parceiros, primeiro na região de Muscate e depois em Sur. Este levantamento pressupôs, acima de tudo, compreender as diferenças entre as duas realidades, Portuguesa e Omanita, para que se ajustasse o plano de formação à realidade local. Outro dos pressupostos foi conhecer *in loco* os equipamentos e vicissitudes dos serviços que se iriam principiar, para que fosse ministrada formação de acolhimento e inicial a todos os novos trabalhadores, preparando-os para a realização de um serviço com normas, procedimentos e métodos de trabalho estrangeiros e diferentes. Após este trabalho inicial, foi feita a revisão ao plano de formação para Omã, bem como a tradução e adaptação das ações de formação a ministrar. No final do ano de 2015, foi realizada nova deslocação a Omã, diretamente para Sur, local onde os serviços da Empresa iriam iniciar, para se executar formação de acolhimento aos novos trabalhadores, bem como implementar os processos pedagógicos necessários à continuidade consistente do departamento de formação em Omã. Nesta segunda fase, os primeiros dias foram de realização de formação no local de trabalho (“FLT”) e formação prática em contexto de trabalho (“FPCT”). No primeiro caso, foram ministradas seis ações de formação – segurança na operação de recolha de RSU, movimentação manual de cargas (“MMC”), segurança na manutenção e colocação de equipamentos de deposição, operação de



equipamentos, operação de *ampliroll* e *multibenne*. Estas ações visaram a preparação dos trabalhadores para o início dos serviços, e foram ministradas em contexto simulado no estaleiro de Sur, em que a população-alvo foram os cantoneiros e motoristas. No segundo caso, e já na realização do serviço, foram realizadas outras tantas ações de formação – operação de equipamentos de recolha em viatura compactadora de carga traseira, segurança na operação de recolha em viatura compactadora de carga traseira, operação de equipamentos de recolha de monos e monstros em viatura de caixa aberta, segurança na operação de recolha de monos e monstros em viatura de caixa aberta, operação de equipamentos na manutenção e colocação de equipamentos de deposição, segurança na operação de recolha de verdes em viatura de caixa aberta. Estas ações visaram a introdução do contexto de Tutores nos serviços, e do treino dos cantoneiros e motoristas nas principais atividades da Empresa, durante a realização dos serviços, em contexto real de trabalho, à semelhança do que já acontece em Portugal, com os Tutores. Simultaneamente, foi realizado um levantamento das necessidades formativas para as estações de transferência e aterros, bem como um estudo das várias características de trabalho nestes serviços, para se elaborarem os respetivos conteúdos formativos a este tipo de atividade, em Omã. Este período estendeu-se até meio de janeiro de 2016, estando previsto o regresso a Omã, durante o primeiro semestre de 2016, para continuação do projeto formativo e concretização do plano de formação, nos restantes sítios.

Equipamentos e aprovisionamentos

Em Janeiro de 2015, foi tomada a decisão de fazer uma alteração ao modelo de débito de rendas de equipamentos, por parte da área de exploração de equipamentos, aos demais centros de custos. Depois de alguns ajustamentos em anos anteriores, nomeadamente a eliminação da componente de manutenção do valor das rendas, em 2015 o foco foi colocado na afinação dos diferentes escalões de rendas. O objetivo foi a introdução de diferentes escalões de rendas de equipamentos em função da idade destes, de forma a reduzir os custos nos centros de serviços com equipamentos mais antigos.

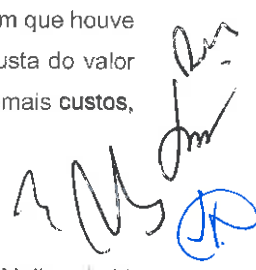
Até ao início de 2015, existiam três patamares para rendas de equipamentos:

- ✓ Até 7 anos de idade;
- ✓ De 8 a 11 anos de idade;
- ✓ Mais de 12 anos de idade.

No cenário adotado a partir de janeiro de 2015, foram criados mais dois escalões, passando de três para cinco tipologias de rendas de equipamentos:

- ✓ Até 5 anos de idade;
- ✓ De 6 a 8 anos de idade;
- ✓ De 9 a 11 anos de idade;
- ✓ De 12 a 14 anos de idade;
- ✓ Mais de 15 anos de idade.

Esta alteração teve um impacto inconsequente nas contas da exploração de equipamentos, na medida em que houve o cuidado de não incrementar os custos da produção. O que se pretendeu foi uma distribuição mais justa do valor global das rendas, penalizando menos os centros de custo com equipamentos mais antigos, pois os demais custos, nomeadamente custos com manutenção são já de si mais penalizantes para estes centros.



Parque de Equipamento Motorizado	2013	2014	2015
Viatura de Recolha RSU / Seletiva / Industrial	466	511	467
Viaturas Lava-ruas / Lava-contentores autoportantes	74	86	87
Viaturas Varredoras / Aspiradoras autoportantes	100	94	93
Viaturas Ligeiras diversas	374	392	402
Outros equipamentos motorizados	169	172	176
Total de Equipamentos Motorizados	1.183	1.255	1.225

No âmbito do tema dos consumos energéticos, 2015 foi um ano de consolidação, na medida em que se concluiu o plano de racionalização energética da frota, o qual foi entregue à Direção Geral de Energia e Geologia ("DGEG"). Da análise dos dados do ano de 2015, comparativamente com o período homólogo, resulta que:

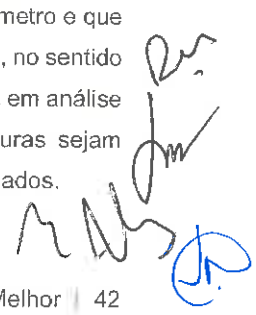
- ✓ O valor do consumo específico de energia dos veículos ligeiros diminuiu 1,3%, atingindo o valor de 73,25 gep/km. Este valor foi inferior em 12,9% ao valor objetivo previsto pelo Plano de Racionalização para o ano 2015 (84,06 gep/km);
- ✓ O valor do consumo específico de energia veículos pesados diminuiu 1,7%, atingindo o valor de 542,60 gep/km. O valor encontrado para os veículos pesados foi inferior em 1,9% ao valor objetivo previsto pelo Plano de Racionalização para o ano 2015.

A SUMA continua, com sucesso, o caminho no sentido de obter uma maior redução nos consumos e consequente racionalização de custos. Durante o ano de 2016, será feita uma nova auditoria energética à frota e constituído um novo plano de racionalização com a duração de 4 anos, tal como estipulado pela lei em vigor.

Com referência ao sistema de Controlo e Otimização de Frotas ("COF"), desenvolvido pela SUMA, este consegue medir e monitorizar o desempenho das operações de recolha de resíduos, limpeza urbana e gestão da contentorização, utilizando um sistema conectado às viaturas que, através de GPS, transmite os dados para a aplicação e permite a localização, em tempo real, da viatura, número de quilómetros percorridos, número de caixas recolhidas, tempo ao ralenti, travagens bruscas, entre outros. Salienta-se que este sistema, que alia a gestão de frotas à otimização da produção, já se encontra implementado em 259 viaturas, das quais 61% pertencem à categoria pesados, 37% à categoria ligeiros e 2% à categoria especiais.

A SUMA possui uma parceria com a empresa Continental, a qual contempla a realização de visitas técnicas bem como formações aos colaboradores. Ao nível da formação em Eco Condução, entre os anos 2009 e 2015, foram realizadas cerca de 1.524 ações de formação, onde estiveram presentes 8.195 formandos. Nestas ações de formação foram discutidos diversos temas, tais como: Código da estrada; Condução defensiva; HST - operação de recolha de RSU; Pneus; Segurança na operação de recolha; entre outros.

No que diz respeito à análise e controlo dos pneus, têm sido conduzidos testes no sentido de analisarem outros tipos de pisos e borrachas com o intuito de se definir quais os que apresentam a melhor relação custo por quilómetro e que apresentam os melhores níveis de segurança. A Continental e a SUMA têm estado a desenvolver esforços, no sentido de se implementarem sistemas de controlo de pressão dos veículos com recurso a novas tecnologias. Está em análise a colocação de um sistema experimental, em parte da frota, que permita que as pressões das viaturas sejam analisadas junto aos postos de abastecimento, sem intervenção do operador, e com registo em base de dados.



Ao nível da gestão de armazéns, tem-se procurado melhorar/reduzir o nível de *stocks* existentes. Verificou-se que existem materiais para os quais existem períodos de cobertura excessivos e, em colaboração com a área de suporte do ERP-SAP, está a trabalhar-se no sentido de criar uma rotina que permita aos utilizadores, durante a criação de uma nota de encomenda, serem alertados da existência de *stock* que não tem previsão de utilização noutros centros, o que evitará compras desnecessárias. É um processo que esteve em curso durante o ano de 2015 e que terá conclusão no início de 2016. Ainda no sentido da redução de existências, com base nos artigos para os quais tem sido feita provisão contabilística (materiais para os quais não se registam movimentos há mais de 2 anos), definiu-se um plano para o decorrer de 2016 que prevê a visita a todos os armazéns da SUMA, para se proceder a uma segregação física dos materiais. Após esta segregação, será feita uma análise dos materiais de forma a definir qual o melhor destino.

No que se refere à gestão oficial, foi dado seguimento ao acompanhamento de proximidade e reforçada a formação dos utilizadores locais, na utilização do ERP-SAP, nomeadamente na monitorização e execução dos planos de manutenção.

A renovação do equipamento oficial prosseguiu durante o ano de 2015, tal como já tinha acontecido em 2014.

Em resumo, para a área de gestão de equipamentos e aprovisionamentos, em 2015, o foco manteve-se, essencialmente, na otimização de custos e estabilização de processos, procurando apoiar, de forma cada vez mais eficaz, assertiva e justa, as operações da SUMA.

Qualidade, ambiente e segurança

O sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho ("SIG-QAS") assume um papel relevante na permanente procura de padrões de excelência, cujo reconhecimento está patente nas certificações dos diversos sistemas integrados de gestão implementados. O departamento de qualidade, ambiente e segurança ("QAS") desempenha um papel crucial nesta área, monitorizando o desempenho do SIG-QAS para assegurar que se mantém apropriado, adequado e eficaz, e para verificar o cumprimento da política de gestão, e dos objetivos e metas, para apoio na tomada de decisão sobre objetivos e ações relativos à melhoria do SIG-QAS e dos seus processos e atividades, dos serviços prestados pela organização e da adequação dos recursos.

Em matéria de ambiente, qualidade e segurança, higiene e saúde no trabalho, a SUMA mantém uma análise de toda a legislação, identificando os requisitos legais aplicáveis e assegurando o seu cumprimento. São elaborados todos os relatórios e comunicações às autoridades competentes, cumprindo com o regulamentado. Durante o ano de 2015, para além destas incumbências, o QAS desenvolveu ações nos capítulos da certificação, campanhas de sensibilização em ambiente e segurança, consulta aos trabalhadores no âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho ("SHST"), avaliação da satisfação dos clientes, auditorias internas, atualização da documentação interna e elaboração de documentação para clientes e potenciais clientes.

Certificação

Em abril de 2015, foi realizada a auditoria externa à Sede e ao centro de serviços de Aveiro, da SUMA, sendo que se tratou de uma auditoria integrada de renovação ao sistema de gestão da qualidade – NP EN ISO 9001:2008 – e de

acompanhamento aos sistemas de gestão ambiental – NP EN ISO 14001:2012 – e da segurança e saúde no trabalho – OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008.

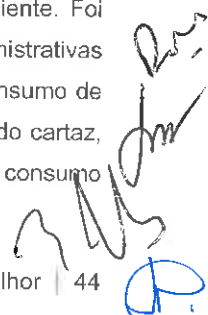
A Associação Portuguesa de Certificação (“APCER”) considerou estarem reunidas as condições necessárias para a SUMA manter/renovar as certificações do sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho para: conceção, desenvolvimento, planeamento e comercialização de atividades de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos não perigosos, gestão da contentorização, gestão de ecocentros, educação e sensibilização ambiental no edifício Sede e execução e operacionalização das atividades mencionadas no centro de serviços de Aveiro.

Sensibilização em ambiente e segurança

Durante o ano de 2015, o QAS deu seguimento ao projeto iniciado em 2010, relativo às campanhas de sensibilização para as temáticas do ambiente e da segurança, higiene e saúde no trabalho, que visam todos os trabalhadores da organização. Este projeto tem sido desenvolvido de forma independente das ações inscritas no plano anual de formação e conta já com várias fases de campanhas de sensibilização internas, suportadas por cartazes, folhetos e mensagens eletrónicas que alertavam e sistematizam as regras de boa conduta profissional no que à segurança e higiene concernem e de poupança de recursos em contexto empresarial.

Em 2015, foram promovidas as seguintes iniciativas:

- ✓ Em abril foram lançados dois novos cartazes sobre SHST – Redução da sinistralidade, aproveitando para assinalar o Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho:
 - “Nos estribos em segurança”, destinado aos trabalhadores da recolha e lavagem de contentores, realizadas em viatura de recolha compactadora e viatura lava contentores de carga traseira. A escolha deste tema prendeu-se com os acidentes graves ocorridos em 2014. O cartaz pretendia relembrar as principais regras de segurança a cumprir durante a realização dos referidos serviços;
 - “Varredura manual”, destinado aos trabalhadores da varredura manual. A escolha deste tema prendeu-se com o reforço e clarificação das medidas de prevenção e controlo associadas à varredura manual, com vista à redução do risco de atropelamento, tendo em conta a revisão das regras que tinha sido implementada no mês anterior;
- ✓ No mês de Maio, tendo em conta as alterações introduzidas na legislação aplicável a produtos químicos (“PQ”), nomeadamente, sobre classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, foram revistos dois documentos internos (“IO072 – Armazenamento e manipulação de produtos químicos” e “Tabela de incompatibilidades de produtos químicos”) e elaborado um cartaz para todos os trabalhadores cujas funções impliquem o armazenamento, preparação e/ou aplicação de PQ, de modo a reforçar a informação acerca dos novos pictogramas e respetivos significados e respetivas medidas de prevenção e controlo a cumprir – em Outubro de 2013 tinha sido lançado um outro cartaz sobre o tema.
- ✓ Em Junho foram lançados dois novos cartazes sobre Ambiente – “Desempenho sustentável” e “Redução do consumo de recursos (água e energia)” –, aproveitando para assinalar o Dia Mundial do Ambiente. Foi divulgado um cartaz destinado aos trabalhadores cujo posto de trabalho se localize nas zonas administrativas dos centros de serviços e na Sede, com exemplos de procedimentos que permitem reduzir o consumo de água, de eletricidade e, também, de combustível, já que alguns têm viatura de serviço. O segundo cartaz, destinado aos trabalhadores da produção e oficina, incluía procedimentos que permitem reduzir o consumo



de combustível nos vários serviços prestados e o consumo de água, quer nos serviços, quer na lavagem de viaturas.

- ✓ Tendo em conta que os cartazes lançados em abril, sobre SHST – Redução da sinistralidade, se destinavam aos trabalhadores da produção, em julho foram lançados mais dois cartazes, de modo a abranger os restantes trabalhadores da organização:
 - “Regras de segurança na oficina”, destinado aos trabalhadores das oficinas. A escolha deste tema prendeu-se com os acidentes ocorridos em 2014 e no primeiro semestre de 2015. O cartaz pretendia relembrar as principais regras de segurança a cumprir nos vários postos de trabalho existentes nas oficinas;
 - “Trabalho com computador” – destinado a todos os trabalhadores cuja função requer que estejam sentados a uma secretária a trabalhar com um computador. O cartaz pretendia alertar para os perigos e riscos destas funções, principais problemas de saúde associados. Destacavam-se as instruções a seguir para prevenir os efeitos negativos na saúde, associados a este tipo de trabalhos – dicas de como manter uma boa postura.
- ✓ Por se terem detetado situações de preenchimento incorreto da parte diária de serviço (“PDS”), no que diz respeito à verificação inicial do equipamento, e porque algumas delas estariam relacionadas com o não entendimento das abreviaturas que constam da tabela de verificação, em setembro foi necessário reforçar a informação dada a todos os utilizadores deste registo, pelo que o QAS elaborou um cartaz informativo sobre este tema, que está diretamente relacionado com a área da SHST – Redução da sinistralidade, para relembrar as regras associadas à verificação dos equipamentos e respetivo registo e destacar a explicação e significado das abreviaturas que constam da tabela de verificação inicial do equipamento da PDS.

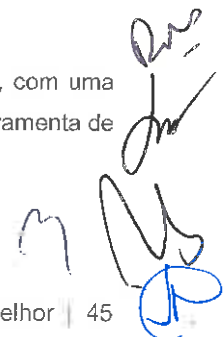
Consulta aos trabalhadores no âmbito da SHST

Dando cumprimento ao definido na legislação vigente e na “IO078 – Comissão local de SHST e consulta aos trabalhadores”, a organização tem de implementar, no mínimo, uma campanha de consulta anual, para garantir que todos os trabalhadores são envolvidos nos assuntos que possam afetar a segurança, higiene e saúde no trabalho. Esta campanha consiste na aplicação de um questionário – “MD220 – Consulta aos trabalhadores” –, que tem de contemplar todos os temas previstos na legislação vigente. A elaboração desse questionário e a sua permanente atualização são da responsabilidade do QAS. Posteriormente, os resultados da consulta são registados em suporte informático, num ficheiro também elaborado pelo QAS e distribuído a todos os centros de serviços e Sede.

Em setembro de 2015, o QAS procedeu à revisão do questionário (no seguimento, foi também revisto o ficheiro informático para registo dos resultados), na expectativa de, com esta nova versão do MD220, a utilizar na campanha de consulta de 2015, aumentar a taxa de adesão – mais respostas recebidas e, dessas, mais respostas válidas – e, principalmente, obter respostas mais fidedignas e maior qualidade nos dados tratados, para que daí se possam desenvolver ações que levem à melhoria efetiva das condições de SHST. A campanha de consulta de 2015 foi lançada no final de Setembro, tendo abrangido todos os trabalhadores da organização, independentemente da função que desempenham ou da instalação a que estão afetos.

Avaliação da satisfação dos clientes

De acordo com o procedimento documentado “PR035 – Gestão de inquéritos à satisfação de clientes”, com uma periodicidade mínima anual, é enviado aos clientes, um inquérito de avaliação da sua satisfação. Esta ferramenta de medição e monitorização incide sobre as seguintes áreas de interface entre o cliente e a organização:



- ✓ Avaliação dos serviços prestados – limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos, gestão da contentorização, sensibilização e educação ambiental, tratamento de resíduos, outros serviços;
- ✓ Avaliação das competências técnicas e imagem da organização – capacidade para trabalhar em parceria com o cliente; cumprimento das boas práticas ambientais, das regras de segurança e dos prazos; adaptabilidade dos meios humanos e dos materiais/equipamentos; tratamento de sugestões e/ou reclamações; clareza da informação disponibilizada; dinamismo e capacidade de inovação; imagem no mercado; relação custo-eficácia dos serviços;
- ✓ Avaliação global – avaliação global da prestação da organização e potencial recomendação dos serviços a outros clientes;
- ✓ Opiniões e sugestões – indicação de melhorias a contemplar nos serviços prestados, indicação de potenciais serviços a prestar.

A campanha de 2015 foi lançada, pelo QAS, em outubro, com o envio do inquérito aos vários clientes das empresas SUMA, SUMA (Matosinhos), SUMA (Porto), SUMA (Esposende) e REAL VERDE. O tratamento estatístico dos resultados e a sua monitorização são da responsabilidade do QAS e desta campanha resultou o envio de 57 inquéritos, tendo sido recebidas 51 respostas, o que equivale a uma taxa de adesão de 89%.

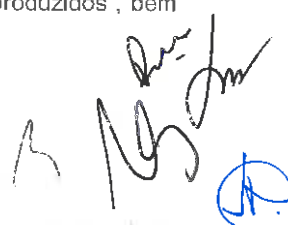
Auditorias internas

No âmbito das funções do departamento QAS, durante o ano de 2015, foram realizadas auditorias aos vários centros de serviços da SUMA, bem como aos serviços prestados pelos mesmos, numa ótica de monitorização e de promoção das melhores práticas e melhoria contínua da própria organização.

Atualização da documentação interna

Ao longo do ano de 2015, de modo a assegurar que a documentação do SIG-QAS se mantém adequada às necessidades da organização, o QAS procedeu à revisão de vários documentos, bem como à elaboração de nova documentação. Dos vários trabalhos desenvolvidos, destacam-se os seguintes:

- ✓ Atualização da documentação de suporte à atividade de aplicação de herbicida, tendo em conta as alterações introduzidas na legislação aplicável:
 - Revisão das especificações técnicas “ET018 - Aplicação de herbicida (monda química)” e “ET042- Herbicidas - compra, armazenamento, transporte e gestão de resíduos”, bem como da ficha de manuseamento do herbicida Montana “FMPQ-07-A/4 – Montana”;
 - Elaboração das especificações técnicas “ET045 - Preparação da calda/diluição do herbicida” e “ET003- calibração de equipamento de pulverização para aplicação de herbicida” e do modelo “MD114 - Registo de calibração de equipamento de pulverização para aplicação de herbicida”;
- ✓ Atualização da documentação de suporte à gestão de resíduos produzidos internamente, no seguimento das alterações verificadas na legislação aplicável a este tema, nomeadamente, na lista europeia de resíduos. Esta atualização serviu também para introduzir alguns procedimentos e regras na organização que, embora cumpridos, não estavam documentados. Assim, foram elaboradas novas versões da instrução operativa “IO076 - Gestão de resíduos” e da especificação técnica “ET005 - Gestão dos resíduos produzidos”, bem como das quase 40 fichas de resíduos (“FRE”).



Elaboração de documentação para clientes e potenciais clientes

Em 2015, o QAS continuou a colaborar com a área comercial da Empresa, na elaboração de propostas comerciais, nomeadamente, na definição de planos de qualidade, ambiente e segurança, higiene e saúde no trabalho ("Plano QAS"), no âmbito das prestações de serviços em concurso. Com a intervenção do QAS, pretende-se garantir que a conceção e desenvolvimento dos serviços são feitos com base nos requisitos definidos, ou seja, os requisitos do serviço são avaliados e transformados em características de serviço, de forma a promover a satisfação do cliente e demais partes interessadas, garantindo a proteção do ambiente e a segurança e saúde dos trabalhadores e de terceiros. A definição dos Planos QAS pode acontecer, também, numa fase posterior, ou seja, depois de a organização ganhar um concurso para uma determinada prestação de serviços. A implementação dos Planos QAS procura assegurar que os serviços prestados são baseados nos requisitos do cliente, respeitam a legislação vigente, são realizados em condições de segurança, higiene e saúde dos trabalhadores e terceiros e que respeitam o ambiente.

Embora muitos dos trabalhos desenvolvidos pelo QAS nesta área se destinem às prestações de serviços no mercado nacional, são também realizados alguns trabalhos para o mercado internacional. Em 2015, na área internacional, destaca-se o trabalho desenvolvido para a Eco Vision, no âmbito da prestação de serviços de *"Waste Operations for South Al Sharqiyah Governorate, Sultanate of Oman"*.

O exercício destas atividades, durante o ano de 2015, foi ao encontro dos objetivos traçados para o departamento de qualidade, ambiente e segurança, cumprindo com a estratégia da SUMA nesta matéria, na prossecução do bom desempenho da Empresa.

Para o ano de 2016, a SUMA tem agendada a auditoria externa da APCER – auditoria de acompanhamento aos sistemas de gestão da qualidade (NP EN ISO 9001:2008), gestão ambiental (NP EN ISO 14001:2012) e gestão da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008), implementados na Sede e no centro de serviços de Aveiro. Decorrente da publicação, em 2015, das normas ISO 9001:2015 – Sistemas de Gestão da Qualidade ("SGQ") e ISO 14001:2015 – Sistemas de Gestão Ambiental ("SGA"), como resultado da revisão da ISO 9001:2008 e da ISO 14001:2004, respetivamente, a SUMA terá de atualizar o seu sistema, para ir ao encontro destes requisitos normativos, cumprindo o período de transição definido, até 2018. Só após rever o SIG-QAS, a SUMA estará em condições de fazer a necessária auditoria de transição, no sentido de manter as suas certificações.

A Empresa pretende avaliar a conveniência de se fazer uma revisão do SIG-QAS atualmente definido, no sentido da sua possível simplificação, da implementação de novas ferramentas de gestão e da integração de novos referenciais normativos da qualidade e ambiente, com o objetivo de dotar a organização de processos cada vez mais eficientes e funcionais e de envolver cada vez mais elementos da Empresa. Além disso, pretende-se avaliar a viabilidade de alargar a extensão da certificação a outros centros de serviços, obtendo, desta forma, a certificação de toda a empresa SUMA, e não apenas dos atuais centros certificados, bem como de outras empresas associadas – SUMA Matosinhos, SUMA Porto, SUMA Esposende, NOVAFLEX), e não apenas dos atuais centros certificados. Em 2016, o QAS continuará a realizar auditorias aos vários centros de serviços, para monitorizar e controlar os requisitos aplicáveis – legais, normativos, dos clientes e da própria organização –, no âmbito do SIG-QAS, bem como assegurar o reporte obrigatório às diversas entidades.



Durante o ano 2016, a SUMA vai manter as campanhas internas de sensibilização sobre ambiente e segurança e saúde no trabalho, para todos os trabalhadores da organização, com a introdução de novos temas e/ou novas ferramentas de comunicação, de acordo com as necessidades detetadas. Vai também promover a realização de, pelo menos, uma campanha de consulta no âmbito da segurança e saúde no trabalho, que abranja todos os trabalhadores, de modo a promover melhorias nas condições de trabalho e para cumprir os requisitos legais aplicáveis sobre esta matéria. No último trimestre do ano, o QAS vai lançar a campanha de avaliação da satisfação de clientes de 2016, com o envio do inquérito aos vários clientes e tratamento estatístico das respostas recebidas.

A SUMA mantém a pretensão de implementar uma base de dados para a gestão integrada da sinistralidade, que se encontra em desenvolvimento desde o final de 2014, mas que ainda não está ativa por impossibilidade de mobilizar os recursos envolvidos, estando previsto retomar este projeto em 2016.

A implementação da base de dados de reclamações, transversalmente, em toda a Empresa, ainda não foi possível, também pelo facto dos principais intervenientes não estarem disponíveis, mas as vantagens comprovadas pelos testes já realizados no centro de serviços de Aveiro, fundamentam a intenção de desenvolver esta nova ferramenta e difundi-la durante o ano de 2016 nos restantes centros de serviços.

Sistemas de informação

A crescente preocupação em assegurar a qualidade e quantidade de informação, necessária ao bom funcionamento de todas as áreas da Empresa, impulsionam a SUMA na procura de garantir os melhores recursos ao nível dos sistemas de informação e telecomunicações.

Considerando a importância e valor estratégico vital para a atividade da Empresa do seu centro de dados, foi iniciado, no segundo semestre de 2015, o estudo de uma solução moderna e eficaz de "*Disaster Recovery/Business Continuity*" ("DR/BC"). Pretende-se com esta solução dotar a SUMA da capacidade para manter os seus sistemas de informação e de telecomunicações em funcionamento no caso de ocorrência de situação de catástrofe que afete, por período prolongado, o seu centro de dados. O estudo e análise de soluções e propostas foi concluído no final de 2015, estando previsto poder apresentar as conclusões, para aprovação, no primeiro semestre de 2016. Englobado no projeto de DR/BC, e devido ao aumento significativo de informação armazenada nos *storages* do centro de dados, está igualmente previsto submeter para aprovação um incremento da sua capacidade.

No âmbito da comunicação por *chat* e vídeo, verificou-se, no segundo semestre de 2015, a evolução da solução "Microsoft Lync" para o novo "Skype para Empresas". Junto com esta evolução passou a ser possível a utilização desta ferramenta também fora da empresa, utilizando a infraestrutura "Microsoft Office 365".

No capítulo da segurança, para procurar fortalecer a segurança da rede interna da SUMA, foram efetuadas algumas provas de conceito neste âmbito. Os resultados demonstraram a eficácia das ferramentas de diagnóstico e correlação de eventos em tempo real, para antecipar e resolver, em tempo útil, questões de segurança e acessos na rede, estando previsto ter uma solução pronta a aplicar no segundo semestre de 2016.

No que diz respeito ao serviço de dados *virtual private networks* (VPN), tal como previsto, concretizou-se em 2015 a implementação de uma rede de fibra ótica, fornecida pela PT/Meo. Esta implementação teve pleno sucesso, tendo

sido cumpridos os pressupostos de significativa redução de custos e de incremento de velocidade e robustez das comunicações de dados, quer dentro da VPN SUMA quer de ligação à internet.

Com início de instalação no final do ano de 2015 e conclusão no início de 2016, foi implementada uma solução para partilha segura de dados com entidades externas. A sua divulgação ainda é limitada, mas será disseminada no decorrer do primeiro trimestre de 2016.

O acesso *WiFi* à internet, para convidados e dispositivos móveis – SUMA_GUEST –, começou a ser difundido por diversos centros de serviço e prevê-se a sua extensão em 2016.

Em matéria de desenvolvimento de soluções internas, os sistemas de informação desenvolveram algumas aplicações, juntamente com os departamentos operacionais da Empresa, melhorias nas bases de dados existentes, envolvendo as bases de dados da produção, avaliação de desempenho, formação e gestão da sinistralidade. Relativamente à BD Produção, tal como já referido, foi desenvolvida uma versão em inglês, para aplicação em Omã e que acrescenta algumas melhorias necessárias à sua aplicabilidade, bem como uma versão para utilização em Angola. Foi ainda criada uma nova aplicação, para apoiar a área de logística – Inventário.

Imagem e comunicação institucional

Em 2015, a atuação do departamento de imagem e comunicação institucional foi caracterizada sobretudo pela continuidade que representou relativamente a processos e iniciativas principiadas em ciclos anteriores. Assim, o setor manteve a sua atividade dinamizadora dos canais de comunicação estabelecidos com as partes interessadas, nomeadamente, através da *newsletter* AmbiSUMA, "Ambiente à Sexta" – ação de comunicação interna, em estreita ligação com a área de educação ambiental –, comunicações empáticas, catálogos, assessoria de imprensa, anúncios institucionais – rádio e imprensa –, conceção de marcas de novas empresas e reformulação de logotipos de empresas detidas, respetivos estudos de aplicação em equipamentos, consumíveis e estacionários, suportes de vinculação ao cliente externo e interno – postais e presentes de aniversário e de felicitações – e da gestão de eventos – conferências, congressos, visitas de acionistas e visitantes externos, comemorações para clientes externos, inaugurações, entre outros.

A atualização de imagem identitária SUMA, com um aspeto mais leve e dinâmico, que, no ano anterior, tinha sido aplicada ao novo *site* institucional e ao estacionário da marca, foi em 2015 extensível à frota, nomeadamente às viaturas com funcionalidades muito específicas, como as que estão vinculadas ao SUMALAB – laboratório SUMA –, aos serviços oficiais e à sensibilização ambiental. Muito estruturada no branco como cor dominante, e contrariando os tons que permitem esconder a sujidade da atividade a que está associada, a nova customização do exterior destas viaturas obedeceu às diferentes funções das viaturas, assumindo um caráter mais comercial ou de divulgação de serviços, uma lógica mais operacional, ou de propagação das regras de urbanidade e da cidadania ativa, neste caso funcionando como suportes das campanhas de educação ambiental veiculadas nos municípios de atuação.

Também as metodologias de comunicação digital, no canal de *YouTube* SUMA e na sua página de *Facebook*, sob a efígie "SUMA na Rede", conheceram um reforço, quer em termos de quantidade, quer no que concerne à criação de formatos especialmente dedicados ao apelo da propagação em rede. Com o desígnio de chegar cada vez a mais e diferentes públicos para gerar benefícios individuais e coletivos de sustentabilidade financeira, operacional e



ambiental, foram criadas as rubricas “Rádio SUMA FM”, “Tome Nota”, “SUMA passa a ideia”, “Reutilização do Dia”, “Hoje Comemora-se”, “Sabedoria Popular”, “Ser ... em X posts”, entre vídeos, banda desenhada, imagens comentadas, relatos fantásticos de pessoas e organizações reais, conversas secretas atrás da porta, selos de comportamento, e tantas outras formas de transmitir saber para comprometer a veiculação do internauta. Uma iniciativa de sucesso neste campo foi durante o período de celebração dos santos populares, em que, para estimular a participação e interação dos trabalhadores, clientes e parceiros, foi lançada a campanha “A cheirar a manjerico”, que clamava por rimas adequadas ao contexto de festividade e urbanidade. Foram 38, no total, as que alimentaram a página da SUMA e, em muitas situações de partilha, as dos seus seguidores e amigos. No ano 2015, foram partilhados duas dezenas de novos vídeos originais no *YouTube* SUMA e feitas cerca de um milhar de publicações na página de *Facebook* da organização, que se apresenta agora a caminho dos 3 mil seguidores.

Ainda no campo da internet, imperativos de funcionalidade, atualidade e aproximação aos clientes e ao novo formato do *site* SUMA, levaram à criação de um novo *sítio web* para a RIMA. Com um *design* mais amplo e interativo, esta ferramenta de comunicação pretende informar, de forma mais imediata e acessível, sobre as várias facetas da atividade, acionistas e localização. O *sítio* foi arquitetado de forma a permitir a submissão de formulários de admissão, criando maior comodidade para os utilizadores e permitindo uma maior agilização dos processos. A página está ainda preparada para permitir o acesso à futura loja *online* para venda de produtos RIMA’RTE – Artesanato Reciclado, o seu mais recente projeto de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, que reutiliza os desperdícios das indústrias têxtil e de calçado na produção de novos objetos utilitários.

Respondendo à necessidade de renovação de imagem e produção de suportes atualizados de divulgação dos serviços e política de gestão da SUMA, foram igualmente criados os catálogos institucionais da série 2015. Assumindo formatos diferenciadores em relação aos anteriores modelos utilizados, com o objetivo de potenciar a dinâmica da consulta e apresentações comerciais dentro e fora de Portugal, estes suportes pretenderam acompanhar a experiência de expansão internacional, a dimensão e perfil de atuação da empresa e suas participadas, bem como as políticas de certificação das várias estruturas, os investimentos em ambiente, segurança e em responsabilidade social empresarial, nomeadamente no que respeita à difusão de cultura cívica com potencial de alavancagem de poupanças públicas nacionais e municipais. Tendo em conta o crescimento e importância do atual projeto além-fronteiras, os vários suportes institucionais em distribuição contemplaram uma versão complementar em língua inglesa. Neste campo, a merecer destaque, o catálogo para os mercados internacionais, em formato bilíngue, e o das participadas RIMA e CONSITA, que marca a presença da SUMA no Brasil e se encontrava em fase final de desenvolvimento no final de 2015, tendo a sua produção sido concluída em janeiro de 2016.

Continuando a aposta de fortalecimento e partilha de laços profissionais em horário pós-laboral, os convívios SUMA Fora D’Horas conheceram, no ano em revista, quatro novas edições. Em registo competitivo e de adrenalina, superado pela vinculação e cumplicidade gerada entre trabalhadores, em março rumou-se à maior arena de *laser tag* na Península Ibérica, estimulando-se a estratégia de defesa e combate ativo. Em abril, raciocínio, destreza, equilíbrio e competências de trabalho em equipa foram as exigências colocadas no evento vivido com trabalhadores e suas famílias, na Quinta da Broeira, no âmbito de um programa de jogos em equipa, combinados entre o alinhamento tradicional e o radical moderado (bola cega, lixo tóxico, corrida chinesa, travessia e correntes), culminando com a animação de um piquenique partilhado, e a descida numa aventura inesquecível de slide. Já em agosto, os sons quentes marcaram presença, num espetáculo de Tito Paris, no espaço B’leza e, especialmente dedicado ao

desenvolvimento da prática desportiva, o último SUMA Fora D'Horas do ano, levou trabalhadores e cônjuges até às margens do Mondego, para a descida do rio em kayak.

À semelhança do que sucedera no anterior ciclo, e tirando partido da dinâmica criada e do potencial de partilha, o postal de boas festas para clientes e fornecedores foi em formato vídeo e os valores associados à marca SUMA (experiência, excelência, inovação, empreendedorismo, confiança, qualidade, competência, liderança) estiveram em destaque, para sublinhar a mensagem do compromisso diário para com as pessoas que serve. Para além deste elemento institucional, foi criado e partilhado no *YouTube* e na página *Facebook* SUMA o vídeo "Neste Natal...", que apela a práticas de reutilização e redução da produção de resíduos, reiterando-se a mensagem de diminuição de desperdício e aposta nos afetos, e que reflete a política de sustentabilidade que norteia a atividade da SUMA. Ainda neste contexto e época festiva, a Sede e algumas estruturas locais da empresa produziram árvores de natal com paletes de madeira, como alternativa às opções mais tradicionais, tendo recorrido à reutilização de adereços provenientes nomeadamente da recolha de RSU, para transformação de "lixo" em decorações.

Enquanto área forte e de gestão continuada, coube igualmente ao departamento de imagem e comunicação institucional a conceção e emissão de todos os modelos de notas de imprensa (SUMA, Autarquia e de balanço da atividade desenvolvida na área de educação ambiental), bem como dos principais marcos da empresa no ano em análise, com destaque para a segunda posição no estudo Marcas de Confiança Ambiente 2015, para o aumento de atividade em Omã e para o reforço da área de tratamento de resíduos, com a aquisição da EGF. Numa lógica corporativa, foi desenvolvida a marca EGF e respetivo manual identitário.

Análise Económico-Financeira

A SUMA volta a atingir os objetivos traçados, com os resultados obtidos em 2015 a revelarem-se bastante positivos, apesar do agravamento de alguns indicadores económicos e financeiros resultantes do impacto da aquisição do grupo EGF.

No exercício de 2015, a SUMA atingiu um volume de negócios de 50.650.069,28 euros, um valor praticamente idêntico ao registado no ano anterior, apresentando uma ligeira redução da faturação, de apenas 0,34%. A Empresa continua a demonstrar elevada capacidade comercial, que, aliada à competência e qualidade reconhecida pelos parceiros de negócio permite manter os mesmos níveis de faturação.

O dinamismo dos mercados em que a SUMA se insere obrigou ao reforço da estratégia de contenção de custos, através da reestruturação e adaptação dos serviços às necessidades atuais, com o objetivo de rentabilizar e melhorar a eficiência no desenvolvimento da atividade.

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos ("EBITDA") atingiu os 20.090.096,35 euros, verificando-se uma redução de 34,76% neste indicador relativamente a 2014. Este indicador é influenciado positivamente pelo montante de 6.992.858,19 euros proveniente de ganhos das empresas subsidiárias, associadas e participadas, e resulta numa margem EBITDA de 39,66%. A variação negativa deste indicador está fortemente influenciada pela quebra no valor de reconhecimento de ganhos com empresas subsidiárias, associadas e participadas, que em 2014 apresentava montantes excecionais provenientes do negócio da VISTA Waste. Ainda em

2014, foram recebidas importâncias elevadas de juros de mora de dívidas de clientes, que no ano de 2015 foram muito inferiores.

O resultado operacional chegou aos 16.911.305,93 euros, reduzindo também em relação ao exercício anterior, situando a rentabilidade operacional das vendas em 33,39%. No mesmo sentido, o resultado antes de impostos ("RAI") regista uma variação negativa, com um valor final de 14.690.249,42 euros. Este valor gerou uma redução de 21,81 pontos percentuais na margem RAI, que se cifra em 29%.

O resultado líquido apurado, em 2015, atingiu os 11.990.290,58 euros, verificando-se uma variação negativa de 41,81% relativamente a 2014, influenciada essencialmente pelo já referido desempenho das empresas subsidiárias, associadas e participadas neste exercício, e pela redução verificada nos juros de mora obtidos. Este valor representa uma rentabilidade líquida das vendas de 23,67%, que consideramos bastante positiva para o período em avaliação.

O desempenho da SUMA, em 2015, foi influenciado pela operação de privatização da EGF e pela inerente necessidade de financiamento, tendo como consequência uma deterioração dos principais indicadores económicos e financeiros, comparativamente com os valores registados em anos anteriores.

A autonomia financeira da SUMA diminui em 2015 para um valor de 42,52%, 9,55 pontos percentuais abaixo do valor registado no ano anterior, tendo contribuído para esta redução um maior peso de capitais alheios, devido ao impacto do financiamento para aquisição do grupo EGF.

O rácio de endividamento total, que relaciona o passivo financeiro sobre a soma dos capitais próprios com o mesmo passivo financeiro, aumenta 11,63 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, registando um valor de 54,21%, variação que se deve ao financiamento já referido.

A liquidez geral, que expressa a capacidade da empresa em satisfazer as suas obrigações a curto prazo, inverteu a tendência de recuperação verificada em 2014, chegando a um valor de 147,32%, 29,38 pontos percentuais abaixo do verificado no ano anterior. Apesar da redução verificada no nível de solvabilidade, a SUMA continua a assegurar a capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos.

O valor acrescentado bruto (VAB) apurado em 2015 é de 35.877.833,55 euros, seguindo a tendência de redução dos restantes indicadores em relação a 2014. O valor "per capita" situa-se em 24.760,41 euros, um valor bastante positivo e demonstrativo da capacidade da Empresa em alcançar um bom desempenho, mesmo em cenários adversos.

Os Acionistas da SUMA mantêm as suas participações societárias, nomeadamente a Mota-Engil - Ambiente e Serviços, SGPS, detentora de 61,5% e a URBASER, S.A. com 38,5%.

O capital social da Empresa mantém-se em 12,5 milhões de euros. Em 2015, os capitais próprios da SUMA variam pela aplicação dos resultados de 2014, em reservas livres e distribuição aos acionistas, pela variação do efeito cambial da aplicação do método de equivalência patrimonial, pelo efeito dos ajustamentos das participadas decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial, e pela reclassificação de resultados transitados para ajustamentos em ativos financeiros decorrente dos resultados não atribuídos pelas suas participadas.

Salientamos que todos os cálculos se basearam nas demonstrações financeiras elaboradas segundo o normativo em vigor.

Gestão de riscos

A SUMA, e em particular o seu Conselho de Administração, dedicam grande atenção aos riscos subjacentes aos seus negócios e objetivos. A abordagem aos riscos financeiros e operacionais, através da identificação e avaliação dos riscos envolvidos em cada decisão, é assegurada pelas estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade.

À semelhança de todas as outras empresas e negócios, a SUMA está exposta a diversos riscos financeiros, designadamente a) riscos de mercado, b) riscos de crédito e c) riscos de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. A postura da SUMA neste âmbito é conservadora e prudente, procurando evitar uma sobre exposição a este tipo de riscos, na perspetiva de que estes se relacionem com a atividade normal e corrente da empresa e nunca assumindo posições em instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

a) Riscos de mercado

Os principais riscos a que a Empresa está sujeita ao nível do mercado serão o risco de taxa de juro e risco de câmbio. A política de gestão de risco de taxa de juro da SUMA está orientada para uma redução dos encargos financeiros e redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados. A política de gestão de risco de taxa de câmbio tem como objetivo a redução da volatilidade em investimentos e operações em moeda externa, contribuindo para minimizar o reflexo das flutuações cambiais nos resultados.

b) Riscos de crédito

No que diz respeito aos riscos de crédito, as principais fontes são contas a receber de clientes e depósitos bancários e aplicações financeiras. O esforço de efetiva cobrança e recebimento dos créditos sobre terceiros é condicionado pelo facto da grande maioria dos clientes serem Municípios, que reconhecidamente enfrentam grandes dificuldades de tesouraria. A SUMA procura continuamente promover a regularização destas situações, avançando, quando possível, com a celebração de acordos de pagamento que reduzam significativamente as situações de incumprimento. No que concerne às aplicações financeiras, o risco é mitigado pela seleção criteriosa das entidades, conjuntamente com o histórico do relacionamento comercial entre as partes.

c) Riscos de liquidez

A política de gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que existem fundos disponíveis a cada momento, suficientes para fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos. A Empresa promove relações de parceria com entidades financiadoras, negociando linhas de crédito que assegurem o desenvolvimento normal da sua atividade e assegurando o seu apoio financeiro numa ótica de longo prazo.

Notas Diversas

Não existem dívidas de mora à Segurança Social, Estado e Trabalhadores.



Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto na alínea b) do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e tendo em consideração as demonstrações financeiras do exercício, propõe-se que o resultado líquido apurado no exercício de 2015, no montante de 11.990.290,58 euros tenha a seguinte aplicação:

Resultados transitados: 11.990.290,58 euros

O resultado líquido do exercício de 2015 já contempla a distribuição de resultados aos colaboradores no montante de 240.000,00 euros.

Perspetivas

Vive-se um período de incerteza e instabilidade à escala global, que tem influenciado a evolução económica e as condições estruturais indispensáveis para a retoma do crescimento. Apesar de alguns estados membros da União Europeia ainda apresentarem níveis elevados de dívida como consequência da crise económica, as reformas estruturais implementadas no âmbito dos programas de ajustamento económico-financeiros tiveram impacto positivo no crescimento, com benefícios visíveis no consumo e no investimento. A Comissão Europeia prevê que, apesar de moderada, se mantenha a tendência de recuperação do crescimento económico verificada em 2015 suportada, principalmente, pelo aumento do consumo privado como consequência do aumento do rendimento disponível, impulsionado pela redução da taxa de desemprego e pela baixa dos preços do petróleo. É expectável a manutenção deste crescimento nos próximos anos, ainda que a um ritmo mais lento devido à subida prevista da taxa de inflação com reflexos diretos no PIB da área do euro, que deverá atingir valores de 1,9% em 2017. No entanto, as perspetivas de crescimento estão condicionadas pelo aumento dos riscos, nomeadamente a desaceleração verificada nos mercados emergentes e, de uma forma indireta, a crise migratória que afeta a Europa, com impacto nos gastos públicos alocados à ajuda e acolhimento de refugiados. Fora da União Europeia, mantém-se a expectativa de crescimento do PIB, sendo esperados 3,6% em 2016 e 3,8% em 2017, valores superiores aos 3,2% verificados em 2015. Este crescimento é, em grande parte, sustentado por países como a China, que deverá manter uma taxa de crescimento acima dos 6%, e os Estados Unidos que apresentam um crescimento ligeiramente acima dos 2,5%.

Apesar da variabilidade dos fatores externos que condicionam os indicadores de conjuntura, as projeções para a economia portuguesa, de acordo com dados disponibilizados pelo Banco de Portugal, apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica ao longo do período 2016-2017. Esta evolução deverá traduzir-se num crescimento médio anual do PIB de 1,7% e 1,8% em 2016 e 2017, respetivamente, o que configura um dinamismo da atividade próximo do projetado pelo Banco Central Europeu para a área do euro. No entanto, estas projeções encontram-se rodeadas de uma incerteza maior do que a habitual, em particular por não serem conhecidos os parâmetros do Orçamento de Estado para 2016. A evolução projetada para a economia portuguesa é caracterizada por um crescimento sustentado da procura interna a par de um crescimento robusto das exportações, reforçando a tendência de transferência de recursos produtivos para os setores da economia mais expostos à concorrência internacional. A prossecução destes objetivos exigem o reforço de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e a investimentos em capital humano, sendo crucial assegurar um aumento significativo da produtividade, bem como uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado de coesão social.

Existe um novo paradigma, desde a gestão dos resíduos à gestão dos recursos, que assenta na economia circular. Esta tem como objetivo a existência de um círculo contínuo, que se baseia na ideia que todos os materiais são reaproveitáveis e que estes podem originar um novo produto, sendo este conceito não só benéfico para o ambiente, como também trará vantagens financeiras para os empresários, poupanças para os consumidores e criação de emprego. A Europa estará focada na sua implementação e as metas traçadas antevêm a necessidade de esforços adicionais por parte de todos os agentes económicos.

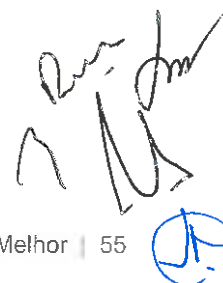
A nível nacional, o grande objetivo será a diminuição dos resíduos depositados em aterro e os planos de ação traçados para os próximos cinco anos direcionam-se para o aumento da recolha seletiva e da reciclagem, sendo uma parte significativa dos investimentos previstos orientados nesse sentido, promovendo a recolha seletiva multimaterial, quer através do alargamento da rede de ecopontos, campanhas de sensibilização, aquisição de novas viaturas e otimização de rotas de recolha. Mantém-se a perspetiva de implementação de sistemas PAYT, considerando os benefícios apontados ao modelo de poluidor-pagador. A recolha porta a porta está também a ser equacionada, mas apenas ao nível do pequeno comércio, serviços públicos e escritórios e no canal HORECA. Todos os investimentos preconizados nos diversos sistemas serão alvo de um escrutínio rigoroso, no sentido da sua contribuição para as metas de 2020/2030.

A SUMA prossegue os seus objetivos de crescimento e desenvolvimento do negócio, assumindo o estatuto de referência do setor da gestão de resíduos em Portugal. A constante procura da eficiência no desempenho, com a determinação e envolvimento de toda a organização na demonstração das suas competências, são parte integrante de uma estratégia que pretende fomentar as relações comerciais, num regime de parceria e comprometimento, promovendo a sustentabilidade e longevidade do negócio.

A SUMA continuará em busca de oportunidades de crescimento, quer na diversificação da oferta quer na expansão geográfica, empregando o *know-how* adquirido ao longo de duas décadas de experiência em matéria de gestão de resíduos, revelando nos novos negócios e novas geografias as capacidades já reconhecidas e que conduziram a SUMA a uma evolução ímpar no setor dos resíduos em Portugal.

A internacionalização da SUMA, com base numa estratégia globalizada, de abordagem direta ao mercado do ambiente e dos resíduos, exige um elevado grau de compromisso e participação para dar resposta aos diferentes desafios de cada geografia, garantindo a qualidade dos serviços prestados às populações.

A integração da EGF, enquanto líder do mercado de tratamento e valorização de resíduos urbanos, é o acrescentar de um enorme potencial para o maior grupo português do setor dos resíduos – Grupo SUMA. A experiência acumulada nesta área de atuação, os processos evoluídos e a tecnologia inovadora, características que lhe são reconhecidas, permitirá alinhar estratégias e investir no crescimento do Grupo, **Na Construção de Um Ambiente Melhor.**



Nota Final

O Conselho de Administração da SUMA expressa o seu agradecimento a todos os que colaboraram no desenvolvimento da atividade durante o ano 2015, contribuindo para atingir os objetivos propostos.

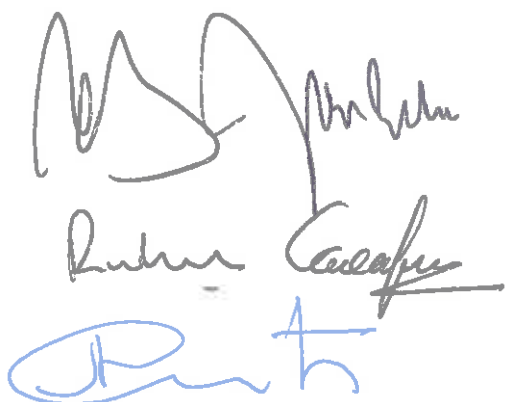
Aos Acionistas e restantes membros dos Órgãos Sociais, agradecemos pela confiança manifestada e por toda a disponibilidade e apoio demonstrados, que promovem o crescimento da Empresa.

Aos clientes, fornecedores e demais parceiros de negócio, agradecemos a cooperação e manutenção das boas relações comerciais estabelecidas.

Um agradecimento especial aos Trabalhadores, cuja determinação, dedicação e competência que demonstram no desempenho do seu trabalho, são essenciais para o sucesso desta Empresa.

Lisboa, 27 de maio de 2016.

O Conselho de Administração,



Relatório de Prestação de Contas

Demonstrações Financeiras

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

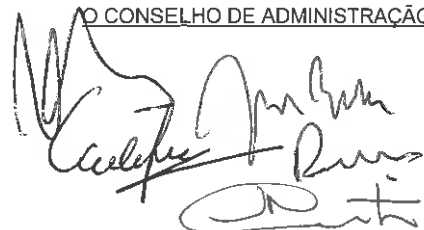
ATIVO	Notas	2015	2014
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	13 799 470,15	16 365 121,22
Propriedades de investimento	7	2 154 536,18	2 154 536,18
Goodwill	8	625 782,62	1 058 327,68
Ativos intangíveis	9	15 237,80	81 051,24
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	64 677 201,08	60 557 378,90
Participações financeiras - outros métodos	10	13 112,85	567 863,41
Empresas do Grupo	21	62 277 679,23	16 990 065,15
Ativos por impostos diferidos	11	545 315,81	619 281,11
Total do ativo não corrente		144 108 335,72	98 393 624,89
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	12	1 360 120,64	1 676 578,80
Clientes	13	40 918 988,69	40 456 643,14
Adiantamentos a fornecedores		22 200,31	37 990,56
Estado e outros entes públicos	14	3 116 138,17	2 205 788,12
Empresas do Grupo	21	11 325 001,77	8 023 697,07
Outras contas a receber	13	4 618 740,57	3 607 070,89
Diferimentos		321 415,90	279 382,62
Outros ativos financeiros	4	119 206,56	180 616,00
Caixa e depósitos bancários	4	3 606 830,34	9 486 549,96
Total do ativo corrente		65 408 642,95	65 954 317,16
Total do ativo		209 516 978,67	164 347 942,05
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	15	12 500 000,00	12 500 000,00
Prémios de emissão	16	1 410 000,00	1 410 000,00
Reserva legal	16	2 500 000,00	2 500 000,00
Outras reservas	16	59 135 784,20	46 769 611,53
Resultados transitados		(16 964 348,89)	1 444 926,19
Ajustamentos em ativos financeiros	16	20 292 410,00	2 129 248,42
Outras variações no capital próprio	16	(1 776 747,20)	(1 780 309,72)
Resultado líquido do exercício		11 990 290,58	20 606 172,67
Total do capital próprio		89 087 388,69	85 579 649,09
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	17	6 060 710,25	5 889 907,04
Financiamentos obtidos	18	69 970 867,77	35 553 398,43
Total do passivo não corrente		76 031 578,02	41 443 305,47
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	20	8 468 094,43	11 133 843,24
Estado e outros entes públicos	14	519 491,52	1 680 623,99
Acionistas	21	8 240 000,00	7 573 000,00
Financiamentos obtidos	18	21 489 570,09	12 338 310,53
Outras contas a pagar	19	5 524 118,30	4 436 355,90
Diferimentos	22	156 737,62	162 853,83
Total do passivo corrente		44 398 011,96	37 324 987,49
Total do passivo		120 429 589,98	78 768 292,96
Total do capital próprio e do passivo		209 516 978,67	164 347 942,05

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

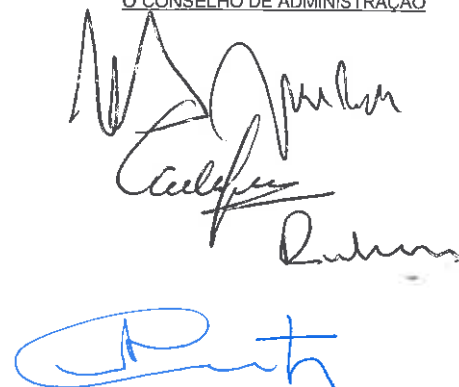
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	23	50 650 069,28	50 824 484,29
Subsídios à exploração		13 657,13	21 321,63
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias e associadas	10	6 992 858,19	12 838 519,36
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(8 175 423,60)	(9 441 118,69)
Fornecimentos e serviços externos	24	(11 401 789,81)	(9 932 184,92)
Gastos com o pessoal	25	(22 021 283,25)	(22 037 200,75)
Imparidade de dívidas a receber	13	16 946,87	44 104,42
Provisões	17	(466 279,41)	(602 211,30)
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis	6 e 8	(309 979,60)	(596 771,38)
Outros rendimentos e ganhos	26	7 095 009,32	11 239 140,29
Outros gastos e perdas	27	(2 303 688,77)	(1 563 788,36)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20 090 096,35	30 794 294,59
Gastos de depreciação e de amortização	28	(3 178 790,42)	(3 052 709,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16 911 305,93	27 741 585,30
Juros e rendimentos similares obtidos	29	1 664 147,52	327 838,44
Juros e gastos similares suportados	30	(3 885 204,03)	(2 244 544,00)
Resultado antes de impostos		14 690 249,42	25 824 879,74
Impostos sobre o rendimento do exercício	11	(2 699 958,84)	(5 218 707,07)
Resultado líquido do exercício		11 990 290,58	20 606 172,67
Resultado por ação	32	47,96	82,42

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas
do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital realizado	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
	12 500 000,00	1 410 000,00	2 500 000,00	43 524 107,03	1 444 926,19	1 046 672,09	(1 780 309,72)	10 818 504,50	71 463 650,09
16									
				3 245 504,50				(10 818 504,50)	(7 573 000,00)
10						851 796,20		20 606 172,67	20 606 172,67
10									851 796,20
						230 830,13			230 830,13
	12 500 000,00	1 410 000,00	2 500 000,00	46 769 611,53	1 444 926,19	2 129 248,42	(1 780 309,72)	20 606 172,67	85 579 840,09
16									
				12 366 172,67				(20 606 172,67)	(8 240 000,00)
10						(2 540 131,04)		11 990 290,58	11 990 290,58
10									(2 540 131,04)
16						2 294 017,54			2 294 017,54
					(18 409 275,08)	18 409 275,08			
	12 500 000,00	1 410 000,00	2 500 000,00	59 135 784,20	(16 964 346,89)	20 292 410,00	3 582,52	11 990 290,58	89 087 388,69
							(1 776 747,20)		

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Luís Miguel

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Miguel
Luís Miguel
Luís Miguel

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

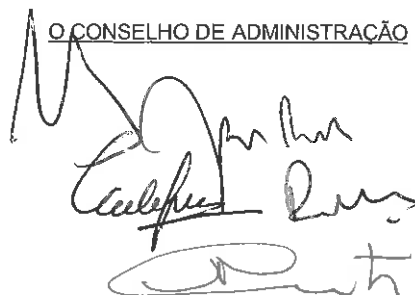
	Notas	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		55 994 548,22	62 742 745,76
Pagamentos a fornecedores		(26 612 609,33)	(25 751 084,78)
Pagamentos ao pessoal		(21 590 277,24)	(20 988 772,45)
Fluxos gerados pelas operações		7 791 661,65	16 002 888,53
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(6 343 862,36)	(7 521 658,40)
Outros recebimentos		1 958 684,22	3 449 349,21
Fluxos das atividades operacionais (1)		3 406 483,51	11 930 579,34
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(405 570,24)	(184 064,21)
Ativos intangíveis		(6 437,28)	(553,50)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(45 283 323,08)	(17 184 195,45)
Participações financeiras	10	(601 975,27)	(1 476 375,67)
Outros pagamentos	4	(2 414 763,49)	-
		(48 712 069,36)	(18 845 188,83)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		173 292,75	19 758,44
Realizações de outros instrumentos de capital próprio	10	1 300 000,00	-
Juros e rendimentos similares		349 972,43	548 822,06
Dividendos	10	2 782 866,95	8 518 468,36
		4 606 132,13	9 087 048,86
Fluxos das atividades de investimento (2)		(44 105 937,23)	(9 758 139,97)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		47 984 735,73	26 774 166,53
		47 984 735,73	26 774 166,53
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4 416 006,83)	(11 238 591,64)
Juros e gastos similares		(3 618 288,24)	(2 270 851,85)
Dividendos	16	(7 573 000,00)	(7 901 000,00)
		(15 607 295,07)	(21 410 443,49)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		32 377 440,66	5 363 723,04
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(8 322 013,06)	7 536 162,41
Efeito das diferenças de câmbio		27 529,95	2 147,00
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	9 486 549,96	1 948 240,55
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	1 192 066,85	9 486 549,96

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa
do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Anexo às Demonstrações Financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (“Empresa” ou “SUMA”) tem sede social em Lisboa, foi constituída em junho de 1994 e tem como atividade principal a prestação de serviços de caráter urbano, tanto público como privado, incluindo, quando for o caso, a execução das obras, estudos ou projetos que para tal fim sejam necessários, quer no regime de concessão administrativa, arrendamento, contrato de exploração ou contrato de gestão, quer em quaisquer outras modalidades (compreendendo a constituição de empresas mistas, de sociedades de todo o tipo, cooperativas ou outras fórmulas admitidas na legislação aplicável), nomeadamente: (i) recolha e transporte de resíduos sólidos e urbanos; (ii) recolha e transporte de resíduos tóxicos e perigosos; (iii) recolha e transporte de resíduos industriais; (iv) recolha e transporte de resíduos hospitalares; (v) centrais de transferência de resíduos sólidos, urbanos e industriais; (vi) limpeza de escritórios, aeroportos, metropolitanos, portos, jardins, instalações industriais, matadouros, mercados e todo o tipo de instalações, sejam públicas ou privadas; (vii) limpeza urbana; (viii) tratamento e eliminação de resíduos sólidos e urbanos, industriais, hospitalares, tóxicos e perigosos; (ix) aterros sanitários; (x) centrais de tratamento, reciclagem, compostagem e incineração, com ou sem recuperação de energia; (xi) manutenção de ETA e ETAR; (xii) mobiliário urbano; (xiii) parques e jardins; e (xiv) transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem.

A Empresa é detida em 61,5% pelo Grupo Mota-Engil, e em 38,5% pela Urbaser (entidade sedeada em Espanha e inserida no Grupo ACS) e, consequentemente, as operações e transações são influenciadas pelas decisões destes dois grupos empresariais (Nota 15). Adicionalmente, a Empresa é a empresa-mãe de um conjunto de empresas, conforme evidenciado na Nota 10.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a atividade tem estado, essencialmente, relacionada com a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpezas de espaço, nomeadamente, prestadas a municípios e a outras entidades públicas.

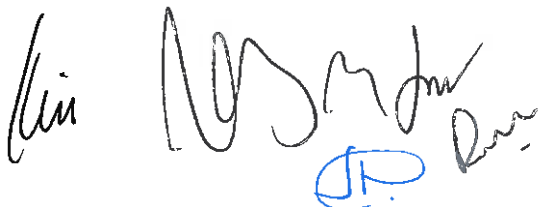
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Empresa constituiu a Triaza – Tratamento de Resíduos Industriais de Azambuja, S.A. (“Triaza”) para gestão e exploração do aterro na Azambuja e, bem assim, procedeu à dissolução e encerramento da TCR – Tratamento Complementar de Resíduos, Lda. (“TCR”) com efeitos em 31 de outubro de 2015.

Por forma a incrementar a atividade a nível internacional, foram efetuados investimentos em dezembro de 2015 em Omã, através da constituição da Ecovision LLC, na qual a Empresa detém 51% e da SUMA (Oman Branch), sucursal integrada nas contas da Empresa.

Em março de 2014, a Empresa procedeu à liquidação da Sol-S Internacional, Tecnologias de Informação, S.A. (“Sol-S”).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa, com o objeto de continuação da expansão da sua atividade quer ao nível internacional quer nacional, constituiu a Suma Macau, Lda. (“Suma Macau”), ECB Suma Participações S/A (“ECB SUMA”) e a Suma Tratamento, S.A. (“Suma Tratamento”), empresa constituída para a aquisição da Empresa Geral de Fomento, S.A. (“EGF”). Adicionalmente, decorrente da constituição da ECB SUMA na qual a Empresa passou a participar em 42,85% do seu capital, esta entidade em dezembro de 2014 adquiriu uma participação de 70% no capital da Consita Ltda. (entidade sedeada no Brasil) por, aproximadamente, 396.000 Euros.

Em novembro de 2014 a participada Suma Tratamento, na qual a Empresa detém 79,98% do seu capital, na sequência do processo de reprivatização da EGF, realizado através de um concurso público, celebrou um contrato com a ADP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (“ADP”) para a aquisição daquela entidade. Este contrato permitiria a aquisição de 100% do capital da EGF, incluindo suprimentos realizados pela ADP. O preço naquela data para a aquisição de 95% do capital da EGF ascendia a, aproximadamente, 142.200.000 Euros, o qual seria acrescido pelos montantes necessários para a aquisição dos restantes 5% e dos suprimentos concedidos pela ADP que apenas seriam fixados na data do fecho da operação, uma vez que para sua realização, depende da concretização de um conjunto de ações, nomeadamente, da decisão pelas Autoridades de Concorrência competentes da não oposição à efetiva transmissão das ações da EGF (condição suspensiva). No decorrer do exercício de 2015, efetivou-se a compra dos 95% da EGF, pelo montante de, aproximadamente, 161.916.000 Euros, incrementado desta forma o ativo e passivo da Empresa, seja através da incorporação indireta da EGF nas participações financeiras da Empresa, seja através do financiamento obtido para a aquisição da mesma.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

A Empresa preparou igualmente demonstrações financeiras consolidadas, as quais são apresentadas em separado e apresentam de uma forma mais apropriada a posição financeira consolidada, o resultado consolidado das operações e os fluxos de caixa do Grupo.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, os quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF" ou "SNC".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com as NCRF.

3.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor do investimento financeiro.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou da associada, excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária ou associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se, posteriormente, a subsidiária ou a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

As prestações acessórias e suplementares concedidas pela Empresa a empresas subsidiárias e associadas são registadas pelo respetivo valor nominal e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Estas prestações são adicionadas ao valor dos investimentos em empresas subsidiárias e associadas devido ao seu carácter permanente, não vencendo juros e de acordo com a legislação comercial aplicável, só podem ser restituídas à Empresa desde que o capital próprio dessas empresas não fique inferior à soma do capital e das reservas não distribuíveis após a restituição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Os dividendos atribuídos pelas empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição ao valor de participação financeira naquela empresa subsidiária.

Os investimentos financeiros em empresas participadas são registados ao custo de aquisição e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os investimentos financeiros em subsidiárias estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço. A quota-parte dos resultados dessas subsidiárias apropriadas pela Empresa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante da conversão é registada no capital próprio na rubrica "Ajustamentos em ativo financeiros".

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a reserva de conversão cambial acumulada no capital próprio é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda da alienação.

Adicionalmente, sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela SUMA.

Concentrações de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo da concentração é determinado como o agregado, na data da aquisição, de: (a) justo valor dos ativos entregues ou a entregar; (b) justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas; (c) justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos em troca da obtenção de controlo sobre aquelas entidades; e (d) custos diretamente atribuíveis à aquisição. O excesso do custo da concentração relativamente ao justo valor da participação nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo da concentração for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados ou imputados os ativos líquidos adquiridos, consoante as circunstâncias económicas que estiveram subjacentes à concentração empresarial.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 20
Equipamento básico	3 - 5
Equipamento de transporte	2 - 10
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 - 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos detidos para arrendamento, valorização do capital investido através da venda e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

3.5 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As locações financeiras são repartidas entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

As locações operacionais são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.6 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são adquiridos e registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas e correspondem essencialmente a programas de computadores. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante um período de três anos.

3.7 Imparidade de ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis, intangíveis e as propriedades de investimento possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.8 Inventários

As mercadorias, bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor do custo é superior ao valor líquido de realização são registadas perdas por imparidade pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários é registada na rubrica "Imparidade de inventários".

3.9 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Os impostos correntes sobre o rendimento são calculados com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Adicionalmente, a Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") cujo perímetro inclui todas as empresas em que a SUMA participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do capital social e que cumprem, simultaneamente, com as restantes condições definidas naquele regime.

3.10 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Ao custo ou custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Outras contas a receber;
- Empresas do Grupo;
- Fornecedores;
- Acionistas;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis de prazo inferior ou igual a três meses.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade sempre que se observem indícios de que possam estar em imparidade, encontrando-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na demonstração dos resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram utilizadas, as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, assim para o registo das transações ocorridas nos exercícios findos naquelas datas:

Moeda	Câmbio de fecho		Câmbio médio	
	2015	2014	2015	2014
Dólar americano	1,0887	1,2141	1,1046	1,3285
Kwanza	147,8315	125,1110	133,1825	129,9883
Zloti	4,2639	4,2732	4,1841	4,1939
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	110,2650	110,2650
Metical de Moçambique	49,2900	38,5300	43,5342	40,6658
Real Omanense	0,4192	0,4675	0,4253	0,5086
Real do Brasil	4,3117	3,2207	3,7426	3,1229
Pataca de Macau	8,6907	9,6995	8,8191	10,6130

3.12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota, nem provável.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

3.13 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.14 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Outras contas a receber, Outras contas a pagar e Diferimentos.

3.15 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido de descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Adicionalmente, os trabalhos a mais e revisões de preços são reconhecidos como rédito quando são acordados e aceites pelos clientes.

Os juros de mora debitados aos clientes são reconhecidos como rédito quando são pagos pelos clientes.

3.16 Juizos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Perdas por imparidade de contas a receber;
- Análise de imparidade das participações financeiras, incluindo o *goodwill*;
- Registo de provisões.

3.17 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), sendo que os descobertos bancários foram classificados como atividade de financiamento, decorrente do seu caráter permanente na estrutura de financiamento da Empresa. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014, têm a seguinte composição:

	2015	2014
Caixa	70.726,98	63.407,90
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.121.339,87	2.558.437,96
Aplicações de tesouraria	-	6.864.704,10
Caixa e seus equivalentes	<u>1.192.066,85</u>	<u>9.486.549,96</u>
Depósitos cativos	2.414.763,49	-
	<u>3.606.830,34</u>	<u>9.486.549,96</u>

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica de depósitos cativos respeita a um depósito no montante de 864.006,00 Euros, que só é expetável que esteja disponível para utilização em junho de 2016, bem como um depósito garantia da Oman Branch no montante de 1.550.757,49 Euros (650.000 reais omanenses). De referir que ambos os itens não qualificam como caixa e seus equivalentes face às restrições definidas para os mesmos. Este valor foi classificado como um pagamento de atividade de investimento.

Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações de tesouraria referem-se a depósitos a prazo, remunerados a taxas normais de mercado e com vencimento até fevereiro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Outros ativos financeiros nos montantes de 119.206,56 Euros e 180.616,00 Euros, respetivamente, correspondem ao justo valor de 200.000 unidades de participação subscritas no fundo de participação da Caixa Económica Montepio Geral, por 200.000,00 Euros. No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 as unidades de participação sofreram uma desvalorização no montante de 61.409,44 Euros (Nota 27).

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ter sido corrigidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2015						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
Ativo bruto:							
Saldo inicial	926.585,15	6.302.820,70	6.676.140,51	40.373.112,31	2.182.386,36	5.653.407,84	436.764,11
Aquisições	-	84.658,55	76.450,61	166.432,40	81.188,43	150.073,27	8.820,00
Alienações	-	-	(18.408,88)	(90.478,11)	-	(3.138,96)	-
Transferências	-	15.010,42	-	117.311,35	-	-	(132.321,77)
Abates	-	(15.632,64)	(293.490,41)	(19.645,20)	(1.865,00)	(61.932,22)	-
Saldo final	926.585,15	6.386.857,03	6.440.691,83	40.546.732,75	2.241.709,79	5.736.409,93	313.262,34
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	-	3.023.203,92	6.226.540,64	29.320.270,91	1.933.293,71	5.379.424,24	283.362,34
Depreciações do exercício (Nota 28)	-	568.978,45	197.595,98	2.050.061,78	152.219,54	137.239,85	-
Alienações	-	-	(18.408,88)	(89.719,30)	-	(163,13)	-
Abates	-	(6.253,04)	(287.013,08)	(18.738,05)	(1.865,00)	(55.252,21)	-
Saldo final	-	3.585.928,33	6.118.714,86	31.261.875,34	2.083.648,25	5.461.248,75	283.362,34
Ativo líquido	926.585,15	2.800.927,70	321.977,17	9.284.857,41	158.061,54	277.161,18	29.900,00

	2014						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
Ativo bruto:							
Saldo inicial	926.585,15	6.137.671,20	6.707.680,65	36.287.857,80	2.716.587,66	5.529.908,07	286.734,34
Aquisições	-	165.847,45	88.369,19	4.755.748,19	107.205,75	127.845,75	150.029,77
Alienações	-	-	(79.050,00)	(674.483,48)	-	-	-
Abates	-	(897,95)	(40.859,33)	-	(661.407,05)	(4.345,98)	-
Saldo final	926.585,15	6.302.820,70	6.676.140,51	40.373.112,31	2.162.386,36	5.653.407,84	436.764,11
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	-	2.475.419,32	6.037.646,68	28.230.341,24	2.421.024,46	5.179.388,40	-
Depreciações do exercício (Nota 28)	-	548.482,55	292.523,67	1.703.931,48	170.533,24	204.327,65	-
Alienações	-	-	(63.240,00)	(614.001,81)	-	-	-
Abates	-	(697,95)	(40.389,72)	-	(658.268,99)	(4.291,81)	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	283.362,34
Saldo final	-	3.023.203,92	6.226.540,64	29.320.270,91	1.933.293,71	5.379.424,24	283.362,34
Ativo líquido	926.585,15	3.279.616,78	449.599,87	11.052.841,40	228.092,65	273.983,60	16.365.121,22

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as principais aquisições ocorridas de ativos fixos tangíveis, estão relacionadas com a aquisição de equipamentos de transporte e contentores, necessários para a atividade operacional da Empresa. Em 31 de dezembro de 2014 as adições em equipamento de transporte correspondem essencialmente à renovação da frota do Município de Vila Nova de Gaia.

Os equipamentos de transporte, compreendem todo o tipo de viaturas e equipamentos utilizados nos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente, viaturas varredoras e aspiradoras, autocarros, ecoscópio, lava contentores, viaturas com grua e compactador, recolhedoras compactadoras, entre outros. Este tipo de equipamento é, essencialmente, adquirido através de contratos de locação financeira, conforme evidenciado na Nota 18.

As alienações correspondem, essencialmente, à venda de diversos tipos de viaturas usadas que se encontravam maioritariamente depreciadas.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as propriedades de investimento incluem os terrenos localizados em Cascais, Maceira, Escandarão, Várzea e Lousada. Estes terrenos não estão afetos à produção ou fornecimento de bens e serviços, encontram-se registados ao custo histórico, nos montantes de 1.647.000,00 Euros, 176.778,52 Euros, 14.863,96 Euros, 35.490,72 Euros e 280.402,98 Euros, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não ocorreram movimentos nesta rubrica.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 dezembro de 2014, a Empresa solicitou a uma entidade independente uma avaliação dos imóveis registados em propriedades de investimento, segundo a qual o valor de mercado é superior ao seu valor contabilístico, ascendendo a, aproximadamente, 2.315.000 Euros. Em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas alterações significativas nos pressupostos que determinaram o valor de mercado dos terrenos em 2014, pelo que não foram identificados indícios quanto à imparidade daqueles ativos.

8. GOODWILL

O detalhe do *goodwill* respeita à diferença de compra registada em exercícios anteriores, na aquisição de empresas participadas, entretanto incorporadas por fusão. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe do *goodwill* é o seguinte:

	2015	2014
STL - Sociedade de Transportes e Limpezas, Lda. ("STL")	625.782,62	935.762,22
Ecolatlântica de Portugal, Lda. (atualmente fundida na Ersuc)	-	122.565,46
	<u>625.782,62</u>	<u>1.058.327,68</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no *goodwill*, foi como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	1.058.327,68	1.371.736,72
Reclassificação (Nota 10)	(122.565,46)	-
Perdas por imparidade	(309.979,60)	(313.409,04)
Saldo final	<u>625.782,62</u>	<u>1.058.327,68</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em virtude da aquisição da EGF por via da Suma Tratamento, a percentagem detida pela Empresa na participação financeira da Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro, S.A. ("Ersuc"), quer diretamente, quer indiretamente, aumentou de 5,98% para 45,09%, passando a Empresa a deter o controlo e a exercer influência significativa sobre aquela participada, pelo que o método de contabilização foi alterado do método do custo de aquisição para o método da equivalência patrimonial. Neste sentido, o *goodwill* associado à compra da Ersuc foi reclassificado para a Nota 10.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa procedeu à avaliação do valor recuperável do *goodwill*, tendo identificado perdas por imparidade na STL em ambos os exercícios, nos montantes de 309.979,60 Euros e 313.409,04 Euros, respetivamente.

Para efeito do teste de imparidade, o *goodwill* foi imputado às unidades geradoras de caixa em função dos contratos associados e carteiras de clientes existentes, sendo que aquelas entidades jurídicas já não existem, uma vez que foram fundidas na Empresa em exercícios anteriores. O seu valor recuperável foi determinado com base no seu valor de uso, calculado com base em projeções de fluxos de caixa até ao término dos respetivos contratos, tendo sido utilizada em 31 de dezembro de 2015 e 2014, uma taxa de desconto de 7,43% e 8,62%, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

- (b) O valor da participação da Novaflex inclui *goodwill*, no montante de 296.021,94 Euros, que foi ajustado na sua totalidade em exercícios anteriores.
- (c) Esta empresa está sediada na Polónia, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o *goodwill* desta participação foi ajustado na sua totalidade em exercícios anteriores.
- (d) Estas empresas estão sediadas fora de Portugal e apresentam uma divisa diferente do Euro, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF.
- (e) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão registadas perdas por imparidade, no montante de 23.255,15 Euros, relativamente ao *goodwill*.
- (f) Conforme mencionado na nota 8, a percentagem detida pela Empresa na participação financeira da Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro, S.A. ("Ersuc"), quer diretamente, quer indiretamente, aumentou de 5,98% para 45,09%, passando a Empresa a deter o controlo e a exercer influência significativa sobre aquela participada, pelo que o método de contabilização foi alterado do método do custo de aquisição para o método da equivalência patrimonial. Esta empresa tem associado um *goodwill* 122.565,46 Euros.
- (g) Informação financeira não disponível.

2014										
Sede	% detida	Ativo	Capital próprio	Reserva	Resultado líquido	Valor da participação	Prestações acessórias e suplementares	Goodwill	Total da participação no ativo	Provisão para perdas em participações financeiras (Nota 17)
Empresas subsidiárias:										
Pima	96,13%	5.375.402,59	1.450.031,40	1.185.901,69	(168.130,46)	1.409.261,32	-	-	1.409.261,32	-
Suma Motosinhos (a)	100,00%	2.855.107,86	1.452.819,75	6.214.800,81	1.123.101,69	1.432.819,75	30.000,00	-	1.462.819,75	-
Novaflex (a) e (b)	100,00%	4.558.353,55	4.076.482,42	1.359.927,33	175.927,23	2.876.482,42	1.200.000,00	-	4.076.482,42	-
Suma Douro (a)	100,00%	1.126.361,47	(916.225,55)	795.553,50	555.578,45	-	1.374.804,40	-	1.374.504,40	816.225,95
Suma Espetáculo (a)	100,00%	421.813,37	280.530,88	930.527,65	78.373,88	85.630,13	200.000,00	-	285.630,00	-
Siga	70,00%	175.018,75	79.437,70	528.950,64	(22.506,82)	55.606,39	-	-	55.606,39	-
Suma Porto	100,00%	1.450.062,58	472.710,64	4.548.061,74	190.773,27	472.710,64	-	-	472.710,64	-
Citene	95,85%	1.900.552,25	203.521,13	-	(52.077,62)	253.184,35	-	271.934,54	566.119,36	-
Envelat	70,35%	15.746.170,57	15.676.427,79	-	1.243.688,48	12.282.481,18	-	13.416.745,03	25.701.227,09	-
Srochawka (c)	100,00%	3.441.686,01	(3.355.351,43)	2.752,50	(480.407,59)	-	-	-	-	3.355.351,46
Suma Moçambique (d)	99,00%	854,39	854,38	-	-	855,75	-	-	855,75	-
Suma Tratamento	79,98%	22.217.106,41	(152.773,76)	-	(202.773,76)	-	-	-	-	122.188,45
Suma Macau (e)	99,00%	121.208,78	(494.754,65)	-	(481.628,45)	-	-	-	-	489.648,91
TCR	99,00%	46.520,55	45.370,55	-	(1.484,50)	26.768,62	-	-	26.768,62	-
Agir (f)	90,00%	941.520,44	103.611,93	178.713,71	12.456,03	51.853,97	-	-	51.853,97	-
Resilei (a)	50,00%	6.462.351,00	2.832.220,00	636.772,00	334.220,00	1.316.110,00	-	226.123,88	1.545.233,88	-
		66.159.182,56	21.767.132,51	16.545.082,77	2.294.697,32	20.264.287,65	2.804.604,40	13.919.804,35	37.019.186,00	4.753.612,75
Empresas associadas:										
Vista Waste (a) e (d)	49,00%	80.152.133,38	20.742.433,30	45.899.213,10	21.542.877,21	14.573.792,31	1.340.027,89	-	15.913.820,20	-
ECR SUMA	42,85%	931.474,52	931.474,52	-	-	366.096,90	-	-	366.096,90	-
Amibail	49,00%	16.357.610,80	13.582.260,95	3.397.177,61	593.581,97	6.645.507,87	-	-	6.645.507,87	-
Citup	30,00%	1.630.425,56	1.352.553,39	1.676.795,38	602.410,16	187.066,02	-	-	187.066,02	-
Ecotech	24,50%	6.820.003,93	1.309.968,58	3.051.145,00	504.676,50	320.942,30	-	-	320.942,30	-
Amibastina	20,00%	252.976,87	235.761,38	-	(494,91)	47.262,88	-	-	47.262,88	-
Ecotech	30,00%	2.297.221,61	91.357,75	1.821.104,41	12.787,61	27.407,55	-	-	27.407,55	-
		110.388.782,67	46.487.809,57	55.981.436,50	23.245.836,49	22.168.155,01	1.340.027,89	-	23.508.182,90	-
		178.548.975,25	68.254.942,38	72.326.489,27	25.540.696,75	42.462.942,26	4.144.632,29	13.919.804,35	60.257.378,90	4.753.612,75

Em 2014, a Vista Waste foi classificada como empresa associada, uma vez que decorrente de alterações ocorridas na estrutura acionista desta entidade, a Empresa deixou de possuir o controlo da gestão das suas políticas financeiras e operacionais. Adicionalmente, a Agir e a Resilei foram classificadas como empresas subsidiárias, uma vez que durante o exercício findo naquela data a Empresa controlou a gestão das políticas financeiras e operacionais daquelas participadas, decorrente do número de administradores nomeados pela Empresa ser superior.

- (a) O capital próprio destas empresas incluem prestações acessórias ou suplementares concedidas pela Empresa.
- (b) O valor da participação da Novaflex inclui *goodwill*, no montante de 296.021,94 Euros, que foi ajustado na sua totalidade em exercícios anteriores.
- (c) Esta empresa está sediada na Polónia, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o *goodwill* desta participação, no montante de 55.828,43 Euros foi ajustado na sua totalidade em exercícios anteriores.
- (d) Estas empresas estão sediadas fora de Portugal e apresentam uma divisa diferente do Euro, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF.
- (e) Em 31 de dezembro de 2014, estão registadas perdas por imparidade acumuladas, no montante de 210.117,73 Euros, relativamente ao *goodwill*.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no *goodwill*, foi como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	13.919.804,35	13.863.459,69
Reclassificação (Nota 8)	122.565,46	
Aumentos		271.934,54
Diminuições	-	(5.472,15)
Perdas por imparidade	(23.255,15)	(210.117,73)
Saldo final	14.019.114,66	13.919.804,35

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa procedeu à avaliação do valor recuperável das suas participações financeiras que incluem *goodwill*, considerando as projeções dos fluxos de caixa de acordo com as projeções financeiras de cada unidade geradora de caixa para um período de cinco anos, utilizando uma taxa de desconto de 7,43% e 8,62%, respetivamente e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 2%. Para a participada Resilei, foi utilizada a mesma taxa de desconto, mas sem taxa de crescimento na perpetuidade e considerando projeções dos fluxos de caixa até 2029, uma vez que o aterro tem uma vida útil finita. Assim, a Empresa identificou e registou perdas por imparidade nos investimentos sobre a participação no capital da Resilei, nos montantes de 23.255,15 Euros e de 210.117,73 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, na sequência da operação de aquisição e consequente, aumento da participação financeira da Citrave foi registado um *goodwill* no montante de 271.934,54 Euros. Adicionalmente, e conforme referido na Nota Introdutória a Sol-S foi dissolvida e liquidada o que gerou a anulação do respetivo *goodwill* no montante de 5.472,15 Euros.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 3.2), tendo, para este efeito, sido utilizadas demonstrações financeiras das empresas, à mesma data de relato da Empresa. Para as empresas sedeadas no estrangeiro, as suas demonstrações financeiras foram convertidas para Euros, utilizando as taxas de câmbio existentes à data de balanço. Os resultados destas empresas foram convertidos para Euros utilizado a taxa de câmbio média verificada nos exercícios. A diferença resultante da conversão é registada no capital próprio em "Ajustamentos em ativos financeiros".

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa detém os seguintes investimentos em outras empresas:

2015							
	Sede	% detida	Ativo	Capital próprio	Receita	Resultado líquido	Valor da participação
Outras participações:							
Tratofoz - Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A. ("Tratofoz")	Figueira da Foz	1,00%	1.047.909,75	561.285,00	-	(36.959,14)	5.612,85
Lisgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. ("Lisgarante")	Lisboa	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
Garval - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. ("Garval")	Santarém	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
			1.047.909,75	561.285,00	-	(36.959,14)	13.112,85
2014							
	Sede	% detida	Ativo	Capital próprio	Receita	Resultado líquido	Valor da participação
Outras participações:							
Tratofoz	Figueira da Foz	1,00%	1.047.823,99	598.244,00	-	(13.457,97)	5.982,44
ERSUC	Coimbra	5,98%	123.559.852,00	18.261.975,00	22.637.923,00	605.006,00	554.390,97
Lisgarante	Lisboa	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
Garval	Santarém	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
			124.607.675,99	18.860.219,00	22.637.923,00	591.548,03	567.863,41

(a) Informação financeira não disponível.

Estas participações estão registadas ao custo de aquisição (Nota 3.2).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido nas rubricas "Participações financeiras" foi o seguinte:

	2015				
	Participações em empresas subsidiárias e associadas				Outras participações
	Valor da participação	Prestações acessórias e suplementares	Goodwill	Total	
Saldo inicial	42.492.942,26	4.144.632,29	13.919.804,35	60.557.378,90	567.863,41
Aumentos	601.975,27	-	-	601.975,27	-
Alteração para método da equivalência patrimonial	554.380,97	-	-	554.380,97	(554.380,97)
Reclassificação (Nota 10)	-	-	122.565,46	122.565,46	-
Diminuições	(26.655,07)	(1.300.000,00)	-	(1.326.655,07)	(369,59)
Dividendos atribuídos	(2.556.757,43)	-	-	(2.556.757,43)	-
Método de equivalência patrimonial	6.747.568,13	-	(23.255,15)	6.724.312,98	-
Saldo final	47.813.454,13	2.844.632,29	14.019.114,66	64.677.201,08	13.112,85

O aumento ocorrido nas rubricas "Valor da participação" é conforme segue:

2015			
Empresas	Data	Percentagem de participação	Valor de subscrição/aumento de capital
Triaza	05/08/2015	100,00%	300.000,00
EcoVision	09/07/2015	51,00%	301.975,27
			<u>601.975,27</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Empresa constituiu a Triaza, sediada em Portugal, e a Ecovision, sediada em Omã.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram recebidos dividendos no montante de 2.782.866,95 Euros, encontrando-se registado o diferencial para os montantes aprovados a distribuir, em contas a receber das respetivas participadas.

A diminuição da rubrica "Prestações acessórias e suplementares" inclui devoluções nos montantes de 750.000,00 Euros, 400.000,00 Euros e 150.000,00 Euros, das empresas, Novaflex, Suma Douro e Suma Esposende, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Os movimentos referentes à aplicação do método da equivalência patrimonial são como segue:

	2015			
	Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	Ajustamentos em ativos financeiros	Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 17)	Participações financeiras
Rima	(26.775,66)	-	-	(26.775,66)
Suma Matosinhos	675.612,53	(4.635,55)	-	670.976,98
Novaflex	991.313,43	(133.883,35)	-	857.430,08
Suma Douro	39.991,23	-	(39.991,23)	-
Suma Esposende	92.656,51	(29,30)	-	92.627,21
Siga	(14.858,09)	-	-	(14.858,09)
Suma Porto	81.237,17	-	-	81.237,17
Citrave (i)	(84.419,48)	-	-	(84.419,48)
Enviroil	1.281.115,10	(14.833,57)	-	1.266.281,53
Srodowisko	(161.437,90)	94.884,41	66.553,49	-
SUMA Moçambique	-	-	-	-
Suma Tratamento	586.124,83	(234.358,01)	(122.188,45)	229.578,37
Suma Macau, Lda	(16.096,17)	(57.098,31)	73.194,48	-
Ecovision	-	-	-	-
TCR	(113,57)	-	-	(113,57)
Vista Waste	2.828.795,12	(2.520.185,94)	-	308.609,18
ECB Suma Participações	167.771,39	(114.829,51)	-	52.941,88
Resilei	162.444,61	-	-	162.444,61
Ambilital	216.038,10	(345.736,75)	-	(129.698,65)
Citrupe	88.036,87	-	-	88.036,87
Ecolezíria	58.690,72	(5.631,13)	-	53.059,59
Agir	6.820,08	-	-	6.820,08
Ambibatalha	(113,78)	-	-	(113,78)
Ecolife	(2.204,34)	(5.725,61)	-	(7.929,95)
Triaza	(9.552,36)	-	-	(9.552,36)
Ersuc (a)	55.037,00	3.095.949,12	-	3.150.986,12
Total participações financeiras	7.016.113,34	(246.113,50)	(22.431,71)	6.747.568,13
Resilei	(23.255,15)	-	-	(23.255,15)
Total de perdas por imparidade	(23.255,15)	-	-	(23.255,15)
	6.992.858,19	(246.113,50)	(22.431,71)	6.724.312,98

(a) O valor registado em ajustamentos em ativos financeiros resulta da alteração do método de valorização da participação financeira na Ersuc (5,98% para 45,09%), em virtude da sua aquisição via a aquisição do grupo EGF e corresponde essencialmente a resultados acumulados registados pela Ersuc à data da sua aquisição (30 de junho de 2015).

A rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" corresponde, essencialmente, ao registo do efeito cambial da aplicação do método da equivalência patrimonial de participadas em moeda estrangeira e ao registo de subsídios do Governo recebidos pelas participadas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido nas rubricas "Participações financeiras" foi o seguinte:

	2014				
	Participações em empresas subsidiárias e associadas				
	Valor da participação	Prestações acessórias e suplementares	Goodwill	Total	Outras participações
Saldo inicial	32.741.310,19	3.934.527,89	13.863.459,69	50.539.297,76	567.997,99
Aumentos	969.336,73	235.104,40	271.934,54	1.476.375,67	-
Diminuições	-	-	-	-	(134,58)
Dividendos atribuídos	(5.518.951,67)	-	-	(5.518.951,67)	-
Método de equivalência patrimonial	14.301.247,01	(25.000,00)	(215.589,88)	14.060.657,13	-
Saldo final	42.492.942,26	4.144.632,29	13.919.804,35	60.557.378,90	567.863,41

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

O aumento ocorrido nas rubricas “Valor da participação”, “Prestações acessórias e suplementares” e “Goodwill” é conforme segue:

2014					
Empresas	Data	Percentagem de participação	Valor de subscrição/aumento de capital	Prestações acessórias e suplementares realizadas	Total
ECB SUMA	22/12/2014	42,85%	396 086,89		396 086,89
Suma Tratamento	03/10/2014	79,98%	39 990,00		39 990,00
Suma Macau	11/12/2013	99,00%	9 003,44		9 003,44
Citrave	01/11/2014	99,85%	796 190,94		796 190,94
Suma Douro	27/07/2014	100,00%		235 104,40	235 104,40
			1 241 271,27	235 104,40	1 476 375,67

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa constituiu a ECB SUMA, sediada em Belo Horizonte, Brasil e a Suma Tratamento.

De referir que, o ato constitutivo da sociedade Suma Macau ocorreu em dezembro de 2013. Contudo, o capital social desta participada apenas foi realizado no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram recebidos dividendos no montante de 8.518.468,36 Euros, encontrando-se registado o diferencial para os montantes aprovados a distribuir, em contas a receber das respetivas participadas.

Os movimentos referentes à aplicação do método da equivalência patrimonial são como segue:

2014				
	Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	Ajustamentos em ativos financeiros	Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 17)	Participações financeiras
Rima	(161.612,52)	(311,63)	-	(161.924,15)
Suma Matosinhos	1.123.101,69	(10.434,55)	-	1.112.667,14
Novaflex	175.927,23	25.368,53	-	201.295,76
Suma Douro	555.878,45	-	(555.878,45)	-
Suma Esposende	78.273,88	-	-	78.273,88
Siga	(16.036,94)	-	-	(16.036,94)
Suma Porto	190.773,27	-	-	190.773,27
Citrave (i)	(42.807,81)	-	(163.739,77)	(206.547,58)
Enviroil	974.360,20	15.942,26	-	990.302,46
Srodowisko	(460.407,86)	189.788,46	270.619,40	-
Suma Tratamento	(162.178,45)	-	122.188,45	(39.990,00)
Suma Macau,Lda	(457.012,17)	(41.838,19)	489.846,91	(9.003,45)
TCR	(875,86)	-	-	(875,86)
Vista Waste	10.556.009,83	675.970,19	-	11.231.980,02
Resilei	162.109,98	-	-	162.109,98
Ambilital	285.955,17	206.341,02	-	492.296,19
Citrupe	180.385,55	-	-	180.385,55
Ecolezria	123.645,77	(6.053,28)	-	117.592,49
Agir	6.228,04	847,75	-	7.075,79
Ambibatalha	(98,80)	-	-	(98,80)
Ecolife	3.836,25	1.659,46	-	5.495,71
Dissolução Sol-S	(61.345,67)	25.346,31	(23.525,11)	(59.524,47)
Total participações financeiras	13.054.109,24	1.082.626,33	139.511,43	14.276.247,01
Resilei	(210.117,73)	-	-	(210.117,73)
Dissolução Sol-S	(5.472,15)	-	-	(5.472,15)
Total de perdas por imparidade	(215.589,88)	-	-	(215.589,88)
	12.838.519,36	1.082.626,33	139.511,43	14.060.657,13

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

(i) Em 31 de dezembro de 2014 este montante está dividido da seguinte forma:

Apropriação do resultado líquido do exercício	(91.936,02)
Efeito da diluição do aumento de capital	49.128,21
	<u>(42.807,81)</u>

A rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" corresponde, essencialmente, ao registo do efeito cambial da aplicação do método da equivalência patrimonial de participadas em moeda estrangeira e ao registo de subsídios do Governo recebidos pelas participadas.

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo estimou o imposto sobre o rendimento do exercício relativo às empresas em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75%, considerando os requisitos previstos no artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS").

A Empresa encontra-se sujeita a IRC à taxa de 21% para a matéria coletável, acrescida de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,5%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

No exercício de 2015 a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável foi condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 50% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Adicionalmente, para o exercício de 2016, a dedução dos referidos gastos é condicionada em cada ano, progressivamente até 2017, ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 40% (30% em 2017) do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, com um limite ao montante da dedução em cada exercício, o qual não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, aplicável também aos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa não tinha prejuízos fiscais reportáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)a) Impostos diferidos:

Os ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, têm a seguinte composição:

	Ativos por impostos diferidos	
	2015	2014
Provisões para outros riscos e encargos	186.903,42	138.138,51
Atualização financeira das contas a receber	214.533,36	331.332,65
Diferimento de margens geradas internamente	35.596,82	41.527,73
Ativos fixos tangíveis	33.430,13	33.430,13
Perdas por imparidade de inventários	74.852,09	74.852,09
	<u>545.315,81</u>	<u>619.281,11</u>

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi como o seguinte:

Ativos por impostos diferidos	Provisões para despedimentos	Atualização financeira das contas a receber	Diferimento de margens geradas internamente	Ativos fixos tangíveis	Inventários	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	97.688,56	500.970,65	36.985,19	36.052,11	80.722,86	752.419,37
Imposto sobre o rendimento						
Constituição / (reversão)	47.554,57	(133.203,77)	7.090,56	-	-	(78.558,64)
Alteração de taxa	(7.104,62)	(36.434,23)	(2.548,02)	(2.621,98)	(5.870,77)	(54.579,62)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>138.138,51</u>	<u>331.332,65</u>	<u>41.527,73</u>	<u>33.430,13</u>	<u>74.852,09</u>	<u>619.281,11</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2015	138.138,51	331.332,65	41.527,73	33.430,13	74.852,09	619.281,11
Imposto sobre o rendimento						
Constituição / (reversão)	48.764,91	(116.799,29)	(5.930,91)	-	-	(73.965,29)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>186.903,42</u>	<u>214.533,36</u>	<u>35.596,82</u>	<u>33.430,13</u>	<u>74.852,09</u>	<u>545.315,81</u>

b) Reconciliação da taxa de imposto:

	2015	2014
Resultado antes de impostos	14.690.249,42	25.824.879,74
Taxa nominal de imposto	<u>25,50%</u>	<u>29,50%</u>
	3.746.013,60	7.618.339,52
Efeito da aplicação da derrama estadual	<u>(45.000,00)</u>	<u>(195.000,00)</u>
Imposto esperado	3.701.013,60	7.423.339,52
Diferenças permanentes (i)	<u>(1.479.455,96)</u>	<u>(2.667.365,98)</u>
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	110,00	(304,25)
Dupla Tributação Internacional	<u>(23.490,48)</u>	<u>-</u>
Excesso de estimativa imposto	<u>(63.444,61)</u>	<u>(223.082,27)</u>
Imposto incorrido pela sucursal	23.490,48	-
Pagamentos especiais por conta não recuperáveis	-	14.135,77
Juros compensatórios	41,91	-
Retenções na fonte não recuperáveis	-	24.262,25
Efeito da alteração da taxa de imposto sobre os impostos diferidos	-	54.579,61
Tributação autónoma (ii)	<u>541.693,90</u>	<u>593.142,41</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>2.699.958,84</u>	<u>5.218.707,07</u>
Imposto corrente (Nota 14)	2.665.947,67	5.270.253,06
Imposto incorrido pela sucursal	23.490,48	-
Excesso de estimativa imposto	<u>(63.444,61)</u>	<u>(223.082,27)</u>
Pagamento especiais por conta não recuperáveis	-	14.135,77
Retenções na fonte não recuperáveis	-	24.262,25
Imposto diferido gerado no exercício	<u>73.965,30</u>	<u>133.138,26</u>
	<u>2.699.958,84</u>	<u>5.218.707,07</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

(i) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias e associadas	(6.992.858,19)	(12.838.519,36)
Criação líquida de emprego	(119.463,51)	(370.993,77)
Mais-valias contabilísticas	(11.795,50)	(67.670,28)
Correções relativas a exercícios anteriores	39.450,99	176.324,64
Multas e outras penalidades	3.767,19	8.854,36
Provisões não aceites como custo fiscal	-	287.029,18
Mais-valias fiscais com /sem intenção de reinvestir	7.939,36	31.164,58
Créditos incobráveis não aceites como gastos	16.600,88	-
Imparidade do <i>Goodwill</i>	309.979,60	313.409,04
Depreciações não aceites como gasto	32.470,34	(1.444,15)
Despesas não documentadas	776.595,53	999.174,23
Dividendos de participadas não residentes	-	2.362.432,91
Outros líquidos	135.525,24	58.320,06
	(5.801.788,08)	(9.041.918,56)
Taxa nominal de imposto	25,50%	29,50%
Diferenças permanentes	(1.479.455,96)	(2.667.365,98)

(ii) Este montante é constituído pela parcela de IRC tributada autonomamente.

12. INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os inventários têm a seguinte composição:

	2015		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
Mercadorias	170.881,33	(61.548,06)	109.333,27
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.482.776,90	(231.989,53)	1.250.787,37
	<u>1.653.658,23</u>	<u>(293.537,59)</u>	<u>1.360.120,64</u>

	2014		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
Mercadorias	376.126,18	(61.548,06)	314.578,12
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.593.990,21	(231.989,53)	1.362.000,68
	<u>1.970.116,39</u>	<u>(293.537,59)</u>	<u>1.676.578,80</u>

Perdas por imparidade:

Não ocorreram movimentos nas perdas por imparidade de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. De acordo com a análise de imparidade efetuada não existem itens obsoletos ou sem rotação, que não estejam devidamente ajustados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tem a seguinte composição:

	2015			2014		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	376.126,18	1.593.990,21	1.970.116,39	485.145,22	1.534.939,46	2.020.084,68
Compras	674.594,97	7.183.498,72	7.858.093,69	1.187.541,93	8.202.947,10	9.390.489,03
Regularizações	(0,88)	872,63	871,75	(1.889,82)	2.551,19	661,37
Saldo final	(170.881,33)	(1.482.776,90)	(1.653.658,23)	(376.126,18)	(1.593.990,21)	(1.970.116,39)
	<u>879.838,94</u>	<u>7.295.584,66</u>	<u>8.175.423,60</u>	<u>1.294.671,15</u>	<u>8.146.447,54</u>	<u>9.441.118,69</u>

13. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” têm a seguinte composição:

	2015				
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Atualização financeira das contas a receber de clientes	Rendimentos a reconhecer	Valor líquido
Clientes, conta corrente:					
Gerais	26.534.839,25	(199.579,87)	(841.307,28)	(5.209.464,31)	20.284.487,79
Partes relacionadas (Nota 21)	20.634.500,90	-	-	-	20.634.500,90
	<u>47.169.340,15</u>	<u>(199.579,87)</u>	<u>(841.307,28)</u>	<u>(5.209.464,31)</u>	<u>40.918.988,69</u>
Outras contas a receber:					
Outros devedores:					
Gerais	6.734.546,56	-	-	(6.287.575,81)	446.970,75
Partes relacionadas (Nota 21)	3.750.186,19	-	-	-	3.750.186,19
Devedores por acréscimos de rendimentos:					
Partes relacionadas (Nota 21)	392.128,34	-	-	-	392.128,34
Outros	29.455,29	-	-	-	29.455,29
	<u>10.906.316,38</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.287.575,81)</u>	<u>4.618.740,57</u>
	<u>58.075.656,53</u>	<u>(199.579,87)</u>	<u>(841.307,28)</u>	<u>(11.497.040,12)</u>	<u>45.537.729,26</u>
	2014				
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Atualização financeira das contas a receber de clientes	Rendimentos a reconhecer	Valor líquido
Clientes, conta corrente:					
Gerais	32.905.394,74	(216.526,74)	(1.299.343,72)	(6.456.976,40)	24.932.547,88
Partes relacionadas (Nota 21)	15.524.095,26	-	-	-	15.524.095,26
	<u>48.429.490,00</u>	<u>(216.526,74)</u>	<u>(1.299.343,72)</u>	<u>(6.456.976,40)</u>	<u>40.456.643,14</u>
Outras contas a receber:					
Outros devedores:					
Gerais	6.471.871,09	-	-	(6.301.607,32)	170.263,77
Partes relacionadas (Nota 21)	3.039.736,47	-	-	-	3.039.736,47
Devedores por acréscimos de rendimentos:					
Partes relacionadas (Nota 21)	272.326,87	-	-	-	272.326,87
Outros	124.743,78	-	-	-	124.743,78
	<u>9.908.678,21</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.301.607,32)</u>	<u>3.607.070,89</u>
	<u>58.338.168,21</u>	<u>(216.526,74)</u>	<u>(1.299.343,72)</u>	<u>(12.758.583,72)</u>	<u>44.063.714,03</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as perdas por imparidade em dívidas a receber, apresentavam o seguinte movimento:

	2015	2014
Saldo inicial	216.526,74	260.631,16
Reversões de perdas por imparidade em contas a receber	(16.946,87)	(44.104,42)
Saldo final	199.579,87	216.526,74

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de atualização financeira das contas a receber de clientes:

	2015	2014
Saldo inicial	1.299.343,72	1.821.711,48
Reversão (Nota 26)	(458.036,44)	(522.367,76)
Saldo final	841.307,28	1.299.343,72

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de rendimentos a reconhecer das contas a receber de clientes e de outras contas a receber:

	2015	2014
Saldo inicial	12.758.583,72	19.086.176,17
Aumentos / (anulações)	1.727.054,49	(217.525,46)
Reconhecimento em resultados (a):		
Juros de mora (Nota 26)	(2.310.330,75)	(6.110.066,99)
Prestação de serviços (Nota 23)	(678.267,34)	*
Saldo final	11.497.040,12	12.758.583,72

(a) Em 31 de dezembro de 2015, este montante corresponde, por um lado ao reconhecimento em resultados dos juros de mora de clientes no montante de 2.310.330,75 Euros (Nota 26) e, por outro, à regularização de saldos decorrente da conclusão de um processo judicial com um cliente, iniciado em exercícios anteriores, para o qual foi celebrado um acordo de regularização de dívida no decurso do exercício, tendo sido reconhecido na rubrica de prestações de serviço o montante de 678.267,34 Euros (Nota 23).

Os aumentos/(anulações) dos rendimentos a reconhecer correspondem a juros de mora debitados/creditados a clientes pelos atrasos ocorridos na liquidação dos montantes anteriormente faturados por serviços prestados. O reconhecimento em resultados daqueles montantes ocorre no momento em que são pagos pelos clientes (Nota 3.15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" têm a seguinte composição:

	2015		2014	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
IRC:				
Pagamentos por conta	5.173.772,00	-	-	(5.190.838,43)
Estimativa de imposto (Nota 11)	(2.665.947,67)	-	-	5.270.253,06
Estimativa de imposto no âmbito do RETGS (a)	(1.097.107,96)	-	-	1.112.911,96
Retenções na fonte	14.167,90	-	-	(5.291,77)
Outros	46.500,15	-	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	108.329,01	-	108.731,14
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.644.753,75	-	2.205.788,12	-
Contribuições para a Segurança Social	-	386.652,37	-	384.343,03
Outros impostos	-	24.510,14	-	515,00
	<u>3.116.138,17</u>	<u>519.491,52</u>	<u>2.205.788,12</u>	<u>1.680.623,99</u>

(a) Este montante corresponde aos pagamentos por conta e retenções na fonte, deduzidas das estimativas de imposto das restantes empresas do RETGS da Suma.

15. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital era composto por duzentas e cinquenta mil ações (Nota 32) com o valor nominal de cinquenta Euros cada, totalmente realizado. O capital subscrito é detido por:

Empresas	%	Montante
Mota-Engil Ambiente e Serviços, S.G.P.S., S.A. ("MEAS")	61,5%	7.687.500
Urbaser (entidade sediada em Espanha e inserida no Grupo ACS)	38,5%	4.812.500
		<u>12.500.000</u>

16. OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

A informação relevante das rubricas do capital próprio, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

Prémios de emissão de ações: O valor registado nesta rubrica, resulta do ágio obtido no aumento de capital ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2004. Segundo a legislação em vigor, a utilização do valor incluído nesta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal, ou seja, não pode ser distribuído aos acionistas, podendo ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Estas reservas constituem-se como reservas livres, disponíveis para distribuição.

Ajustamentos em ativos financeiros: Esta rubrica corresponde, essencialmente, ao efeito dos ajustamentos de conversão cambial decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial das participadas detidas em moeda estrangeira, e ao registo de subsídios do governo pelas participadas. Adicionalmente, inclui ainda a reclassificação dos lucros não distribuídos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Lucros não distribuídos: De acordo com a legislação vigente em Portugal, os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa reconheceu rendimentos e outras variações patrimoniais positivas não realizados, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial e, consequentemente, não distribuíveis no montante de 23.067.880,97 Euros. Em 31 de dezembro de 2014, o montante total acumulado de rendimentos e outras variações patrimoniais positivas desta natureza reconhecidos não distribuíveis, e reclassificados de Resultados transitados ascendia a 18.409.275,08 Euros, registados na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros.

A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reserva legal.

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica resultada dos ajustamentos de conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para o SNC, correspondendo, essencialmente, ao efeito do reconhecimento das contas a receber de clientes ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva, denominado por “atualização financeira das contas a receber” (Nota 13).

Aplicação de resultados de 2014: Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de abril de 2015, foi decidida a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Reservas livres	12.366.172,67
Distribuição aos acionistas (Nota 21)	8.240.000,00
	<u>20.606.172,67</u>

Adicionalmente, a aplicação do resultado líquido do exercício inclui a distribuição de 240.000 Euros aos colaboradores da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi liquidado o montante de 7.573.000 Euros a título de dividendos referentes ao exercício de 2013.

Aplicação de resultados de 2013: Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de abril de 2014, foi decidida a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Reservas livres	3.245.504,50
Distribuição aos acionistas (Nota 21)	7.573.000,00
	<u>10.818.504,50</u>

Adicionalmente, a aplicação do resultado líquido do exercício inclui a distribuição de 240.000 Euros aos colaboradores da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi liquidado a totalidade dos dividendos referentes ao exercício de 2012 no montante de 7.901.000,00 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

17. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi como segue:

	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Equivalência patrimonial	
Processos judiciais em curso	564.574,59	2.000,00	-	-	-	566.574,59
Provisões para outros riscos e encargos	541.719,66	544.947,52	(80.668,11)	(273.044,49)	-	732.954,58
Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 10)	4.783.612,79	-	-	-	(22.431,71)	4.761.181,08
	<u>5.889.907,04</u>	<u>546.947,52</u>	<u>(80.668,11)</u>	<u>(273.044,49)</u>	<u>(22.431,71)</u>	<u>6.060.710,25</u>

	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Equivalência patrimonial	
Processos judiciais em curso	201.101,51	363.473,08	-	-	-	564.574,59
Provisões para outros riscos e encargos	355.231,14	340.137,64	(101.399,42)	(52.249,70)	-	541.719,66
Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 10)	4.644.101,36	-	-	-	139.511,43	4.783.612,79
	<u>5.200.434,01</u>	<u>703.610,72</u>	<u>(101.399,42)</u>	<u>(52.249,70)</u>	<u>139.511,43</u>	<u>5.889.907,04</u>

As provisões registadas na rubrica "Processos judiciais em curso" destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra a Empresa, essencialmente, de natureza laboral e fiscal, constituídas com base na opinião dos advogados e na experiência histórica desses tipos de litígios.

Os montantes registados na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" correspondem a provisões registadas para fazer face a rescisões de contratos de trabalho, decorrente da obrigação legal em indemnizar, no final dos contratos de prestações de serviços celebrados com os diversos Municípios, os colaboradores que se encontram a exercer funções no âmbito desses contratos, por força da extinção do seu posto de trabalho. As reversões registadas prendem-se com a renovação e extensão de contratos de prestação de serviços.

A rubrica "Provisões para perdas em participações financeiras" decorre da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração, relativamente à existência de responsabilidades construtivas assumidas pela Empresa decorrentes da participação detida no capital de empresas subsidiárias (Nota 10).

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, têm a seguinte composição:

	2015		2014	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos	67.645.960,35	19.996.994,57	31.821.041,53	10.351.554,58
Locações financeiras	2.324.907,42	1.492.575,52	3.732.356,90	1.986.755,95
	<u>69.970.867,77</u>	<u>21.489.570,09</u>	<u>35.553.398,43</u>	<u>12.338.310,53</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

18.1 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, têm a seguinte composição:

	2015			2014			Data de vencimento	Tipo de amortização
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado			
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente		
Empréstimos obrigacionista:								
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("MG")	10.000.000,00	10.000.000,00	-	10.000.000,00	10.000.000,00	-	24-10-18	Única
Empréstimos bancários:								
Banco Português de Investimento, S.A. ("BPI")	750.000,00	-	46.875,00	234.375,00	46.875,00	187.500,00	23-02-16	Trimestral
Banco Popular Portugal, S.A.	4.000.000,00	3.451.667,05	548.332,95	729.677,66	-	729.677,66	15-09-19	Trimestral
Caja de Ahorros de Salamanca Y Soria	-	-	-	436.539,44	-	436.539,44	28-05-15	Mensal
Sindicato de Bancos (Agente BPI)	70.000.000,00	54.194.293,30	6.774.286,62	70.000.000,00	21.774.166,53	-	15-11-24	Semestral
	74.750.000,00	57.645.960,35	7.369.494,57	71.402.692,10	21.821.041,53	1.355.717,10		
Contas-correntes caucionadas:								
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES")	-	-	-	2.500.000,00	-	-	01-01-15	
Banco BIC Português, S.A.	5.500.000,00	-	2.700.000,00	2.000.000,00	-	-	25-05-16	
Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN")	-	-	-	3.500.000,00	-	-	25-05-15	
Santander Totta de Negócios Portugal, S.A. ("Santander Totta")	-	-	-	-	-	-	-	
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD")	2.100.000,00	-	1.260.000,00	1.750.000,00	-	570.000,00	01-03-16	
MG	2.500.000,00	-	-	950.000,00	-	-	17-07-16	
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. ("BBVA")	3.500.000,00	-	2.130.000,00	3.500.000,00	-	-	10-03-16	
Banco Internacional do Funchal ("BANIF")	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00	-	-	05-12-18	
CAIXA AGRÍCOLA	3.500.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	26-01-16	
	1.000.000,00	-	37.500,00	1.000.000,00	-	475.000,00	04-02-16	
	20.100.000,00	-	6.127.600,00	72.096.000,00	-	1.045.000,00		
Descobertos Bancários:								
BPI	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00	-	-	01-10-16	
BNP Paribas	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00	-	1.450.837,48	30-03-16	
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP")	4.000.000,00	-	-	4.000.000,00	-	-	30-01-16	
	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	-	1.450.837,48		
Papel comercial:								
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD")	5.000.000,00	-	5.000.000,00	5.000.000,00	-	5.000.000,00	27-07-16	Semestral
Empréstimos de partes relacionadas (Nota 21):								
Resil	1.500.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00		Anual
	1.500.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00		
	84.750.000,00	67.645.960,35	19.996.994,57	81.402.692,10	31.821.041,53	10.351.554,68		

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os empréstimos bancários vencem juros no intervalo de taxas entre 2,77% a 3,77% e 3,5% a 7,0%, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa contraiu um financiamento junto de um Sindicato liderado pelo BPI, contratado no âmbito da aquisição da EGF, e no total de 70.000.000,00 Euros, tendo sido desembolsado até 31 dezembro 2015 o valor de 62.505.239,99 Euros a título de crédito inicial e um parcial do subsequente, estando pendente o desembolso final de 7.494.760,01 Euros em virtude do fecho da operação. O empréstimo teve como objetivo apoiar a Suma Tratamento (empresa subsidiária) na aquisição da EGF e tem amortização semestral com início do reembolso em maio de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa subscreveu garantias bancárias a favor da ADP, nos montantes de 7.494.760,01 Euros e 41.894.026,75 Euros, respetivamente (Nota 31). Adicionalmente, assumiu compromissos financeiros (*Covenants*) associados, nomeadamente, a dívida financeira líquida/EBITDA, rácio de cobertura do serviço da dívida e, bem assim, procedeu-se à emissão de cartas de conforto. A dívida a este Sindicato encontra-se líquida dos encargos financeiros pagos à data de celebração do contrato.

Acresce referir que em virtude da Empresa não ter cumprido em 31 de dezembro de 2015, o *covenant* relativo ao rácio de cobertura do serviço da dívida, em abril de 2016, a Empresa obteve uma carta do BPI referente à renúncia ao direito de os bancos do sindicato declararem antecipadamente vencidos os créditos emergentes do contrato (Nota 33).

De acordo com os contratos de financiamento celebrados, os empréstimos obrigacionista e bancários têm o seguinte plano de reembolso:

	2015	2014
2015	-	1.355.717,11
2016	7.369.494,57	2.542.396,37
2017	7.894.051,52	2.495.521,37
2018 (a)	17.924.493,29	12.495.566,29
2019 e seguintes	41.827.415,54	14.287.557,49
	<u>75.015.454,92</u>	<u>33.176.758,63</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

- (a) Em 31 de dezembro de 2014, este montante inclui 10.000.000,00 Euros, referentes a empréstimo por obrigações não convertíveis subscrito pelo MG com vencimento em outubro de 2018 e vence juros à taxa anual de 5,27% e 5,64%, respetivamente. Para o empréstimo obrigacionista subscrito pelo MG a Empresa assumiu *Covenants* associados, nomeadamente, o *negative pledge* e *cross default*.

Para o empréstimo com o BPI a Empresa subscreveu uma livrança em branco e apresenta garantias autónomas das Sociedades de Garantias Mútuas (Garval e Lisgarante).

Para os empréstimos com MG, Banco Popular, Barclays e Caja de Ahorros de Salamanca Y Soria, a Empresa subscreveu uma livrança em branco.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as contas-correntes caucionadas vencem juros no intervalo de taxas entre 2,9% e 4,4% e 3,5% e 5,5%, respetivamente e são passíveis de ser renovadas por períodos sucessivos de três, seis meses e doze meses até denúncia por uma das partes. Adicionalmente, como garantia do integral cumprimento destes financiamentos, a Empresa subscreveu livranças em branco.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Contrato de Abertura de Crédito por Conta Corrente contratualizado no Banco Santander foi alterado para um contrato Grupado no valor e limite global de 2.100.000,00 Euros. Neste financiamento o limite de utilização para a Empresa ascende a 2.100.000,00 Euros, sendo que naquela data foi utilizado 1.260.000,00 Euros e vence juros a taxas correntes de mercado. As empresas beneficiárias do contrato assumem de forma solidária a responsabilidade pelo cumprimento deste financiamento.

O descoberto bancário concedido pelo BPI, é um financiamento agrupado, com data de vencimento em março de 2016, possível de ser renovado automaticamente por períodos sucessivos de seis e doze meses, não tendo sido utilizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Adicionalmente, as empresas do Grupo Suma assumem, de forma solidária, a responsabilidade pelo cumprimento deste financiamento. Ao abrigo deste contrato de financiamento, as empresas obrigaram-se a manter a atual estrutura acionista.

Os restantes descobertos bancários são passíveis de serem renovados por períodos sucessivos de seis e doze meses, tendo sido dados como garante do seu integral cumprimento a subscrição de livranças em branco.

Para o papel comercial com a CDG, a Empresa assumiu *Covenants* associados aos *negative pledge*.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa tinha *plafonds* de crédito aprovados e não utilizados nos montantes de, aproximadamente, 23.972.500,00 Euros e 79.600.162,52, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os empréstimos concedidos por partes relacionadas vencem juros no intervalo de taxas entre 2,0% e 2,5%, em ambos os exercícios, estando classificados como passivo corrente.

18.2 LOCAÇÕES

Locações financeiras:

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2015			2014		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Edifícios e outras construções	156.199,00	103.302,26	52.896,74	156.199,00	95.204,81	60.994,19
Equipamento básico	210.300,00	116.144,99	94.155,01	439.171,44	286.262,93	152.908,51
Equipamento de transporte	18.641.473,72	9.556.111,53	9.085.362,19	19.006.764,77	8.083.618,80	10.923.145,97
Outros ativos tangíveis	-	-	-	22.300,00	19.285,43	3.014,57
	<u>19.007.972,72</u>	<u>9.775.558,78</u>	<u>9.232.413,94</u>	<u>19.624.435,21</u>	<u>8.484.371,97</u>	<u>11.140.063,24</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

A Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados com a aquisição, essencialmente, de viaturas de transporte, diversos equipamentos de lavagem e gruas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades da Empresa por rendas vincendas de locação financeira, incluindo capital e juros, ascendem a 4.068.906,10 Euros e 6.181.062,63 Euros, respetivamente, e vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	1.492.575,52	136.243,68	1.628.819,20	1.986.755,95	207.736,23	2.194.492,18
Entre 1 ano e 5 anos	2.324.907,42	115.179,48	2.440.086,90	3.732.356,90	254.213,55	3.986.570,45
	<u>3.817.482,94</u>	<u>251.423,16</u>	<u>4.068.906,10</u>	<u>5.719.112,85</u>	<u>461.949,78</u>	<u>6.181.062,63</u>

Locações operacionais:

A Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com aquisição, essencialmente, de viaturas ligeiras.

Os contratos de locação operacional em vigor não possuem rendas contingentes. As rendas de contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	2015	2014
Até 1 ano	301.417,55	288.089,91
Entre 1 e 5 anos	375.726,71	350.572,28
	<u>677.144,26</u>	<u>638.662,19</u>

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outras contas a pagar" tem a seguinte composição:

	2015	2014
Fornecedores de investimento	92.759,60	106.736,48
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	2.259.789,23	2.336.144,00
Fornecimentos e serviços externos	650.003,55	615.288,59
Juros a liquidar	523.295,51	296.259,07
Gratificações de balanço (Nota 16)	240.000,00	240.000,00
Partes relacionadas (Nota 21)	356.145,31	71.052,69
Outros	686.023,60	94.828,77
Outras contas a pagar:		
Pessoal	157.703,19	171.775,30
Partes relacionadas (Nota 21)	168.278,46	167.340,20
Prestações suplementares a serem realizadas (Nota 21) (a)	224.830,13	224.830,13
Outros	165.289,72	112.100,67
	<u>5.524.118,30</u>	<u>4.436.355,90</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica corresponde às prestações suplementares a serem realizadas na participada Vista Waste.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)20. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de "Fornecedores" tem a seguinte composição:

	2015	2014
Fornecedores, conta corrente:		
Gerais	5.915.854,31	6.524.239,77
Partes relacionadas (Nota 21)	2.340.122,01	4.382.903,49
Faturas em recepção e conferência	212.118,11	226.699,98
	<u>8.468.094,43</u>	<u>11.133.843,24</u>

21. PARTES RELACIONADASAcionistas:

Conforme mencionado na Nota 15, a Empresa é detida em 61,5% pela MEAS e em 38,5% pela Urbaser.

Pessoal-chave da gestão

Atendendo à estrutura de governação da Empresa e ao processo de tomada de decisão, a Empresa apenas considera "pessoal-chave da gestão" o Conselho de Administração. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Conselho de Administração auferiu a remuneração de 250.963,32 Euros e 253.856,45 Euros, respetivamente (Nota 25).

Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2015									
	Compra de Ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Outros gastos (Nota 27)	Juros suportados (Nota 30)	Vendas (Nota 23)	Serviços prestados (Nota 23)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 28)	Juros de suprimentos (Nota 29)	Juros de mora clientes (Nota 26)	Alienações Ativos fixos tangíveis (Nota 26)
Partes relacionadas:										
Agrir					4.016,47	-	968,14	4.078,01		
Ambilital						(5.066,25)		-		
Algar		11,03				17.115,30		-		
Amersul			-			14.302,85		-		
Citruve			-			5.376,55		73.069,64		
Citrus						11.066,31		-		
Correia e Correia		67.876,18			1.503,12	30.867,86	89.808,51			
Consila							162.096,53			
Ecolezria						22.031,70				
Ecolife					11.608,50	6.726,20	2.853,65			
EGF							80.829,72			
Enviroil II							3.007,00			
Ersuc					4.473,00					
Indaqua Matosinhos		7.091,42								
Martifer	48.903,95	-								
Manva		19.503,36								
MESP		293.019,78								
Mota-Engil - Ambiente e Serviços		90.000,00								
MOTA-ENGIL II		390.000,00								
								99.389,25		
Mota-Engil Środowisko Spółka z o.o.										
Mota-Engil, Engenharia e Construção		58.696,41	25.046,50			-				
Mota-Engil, SGPS		450.000,00				-				
Mota-Engil África		400,00				-				
Novabeira						68,57				
Novaflex		279.675,97		455,80		873.906,39	1.323,00			
Prometro				-		136.978,47				
Real Verde						95.712,08	563,44			
Resilife		37,51		28.507,67		2.160,00				
Rima		71.718,90				302.875,87	1.577,97			
Siga						52.503,49	6.761,40			3.138,96
SRI		-					183,00			
SUMA (Douro)						13.900,62	-			
SUMA (Espôsenda)						423.382,62	2.319,32			
SUMA (Matosinhos)		1.336,02				3.003.513,08	27.551,13			
SUMA (Porto)						3.462.091,99	21.723,79			
Suma Tratamento							304.993,77	1.412.748,08		
Transilux		76.503,79	628,50							
Tratofoz						19.305,27	7.578,90			
Tru		82.184,55			100,00	48.525,87	107.834,89			
Urbaser (Sucursal)		300.000,00				-	100,00			
Valotris						17.117,50	23.695,00			
Vibeiras		9.450,00								
Vista Waste		-	-	-	1.103.293,56	-	2.345.944,07	-	159.604,49	-
Vortal		1.730,00								
	48.903,95	2.199.238,94	25.677,00	28.963,47	1.124.994,65	8.554.444,34	3.191.813,23	1.599.264,98	159.604,49	3.138,96

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Partes relacionadas	2014									
	Compra de Ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Outros gastos (Nota 27)	Juros suportados (Nota 30)	Vendas (Nota 23)	Serviços prestados (Nota 23)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 26)	Juros de suprimentos (Nota 29)	Juros de mora clientes (Nota 26)	Alienações Ativos fixos tangíveis (Nota 26)
Agir	-	-	-	-	7.776,81	3.816,89	928,30	4.284,01	-	-
Citave	-	-	-	-	-	7.828,99	-	74.722,55	-	-
Citup	-	-	-	-	-	17.059,76	-	-	-	-
Correia e Correia	-	53.598,49	-	-	848,11	30.122,67	86.342,00	-	-	-
Ecolozila	-	1.170,96	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecolife	-	-	-	-	1.296,86	-	1.354,24	-	-	-
Enviroil	-	-	-	-	-	937,41	758,00	-	-	-
Indeiqua Matosinhos	-	10.290,01	3,17	-	-	-	-	-	-	-
Manvia	140.000,00	10.086,85	-	-	-	-	-	-	-	-
MESP	-	300.649,25	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	-	90.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
MOTA-ENGIL II	-	390.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Srodownsko Spółka z o.o.	-	-	-	-	-	-	41.654,32	107.414,32	-	-
Mota-Engil, Engenharia e	16.000,00	50.376,38	-	-	-	5.115,00	-	-	-	-
Mota-Engil, SGPS	-	459.502,99	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Moçambique	-	-	-	-	1.589,44	-	1.483,50	-	-	-
Mota-Engil, México	-	-	-	-	-	-	57.961,08	-	-	-
Novabeira	246,46	-	-	-	-	14.800,62	-	-	-	-
Novaflex	-	221.563,86	455,80	-	-	668.457,32	4.402,75	-	-	-
Prometro	-	-	-	-	-	180.951,91	-	-	-	110.000,00
Real Verde	-	14,74	-	58.788,83	-	109.934,01	455,68	-	-	-
Resilci	-	-	-	-	-	2.160,00	-	-	-	-
Rima	-	54.746,16	-	-	12.611,00	295.747,90	1.250,51	-	-	-
Siga	-	-	-	-	-	42.666,98	390,00	-	-	-
SOL-S INTERNACIONAL	-	-	38.345,67	-	-	-	-	-	-	-
SRI	-	-	-	-	-	-	79,00	-	-	-
SUMA (Douro)	-	-	-	-	-	135.761,47	272,78	-	-	-
SUMA (Espesinde)	-	-	-	-	-	438.778,89	2.111,39	-	-	-
SUMA (Matosinhos)	-	6.753,70	-	-	-	2.917.952,65	26.080,32	-	-	-
SUMA (Porto)	-	-	-	-	-	2.681.404,45	20.347,89	-	-	-
Suma Tratamento	-	-	-	-	-	-	-	102.063,10	-	-
Transilux	3.295,00	110.893,91	-	-	-	-	-	-	-	-
Triu	-	40.403,50	-	-	-	218.319,55	97.990,00	-	-	-
Urbaser	-	277.052,69	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbaser (Sucursal)	-	300.000,00	-	-	-	-	56,81	-	-	-
Vibeiras	-	5.700,00	-	-	-	44.858,10	-	-	-	-
Vista Waste	-	-	-	-	1.586.639,05	-	2.922.165,69	-	246.637,63	-
Vortal	-	1.278,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>159.541,46</u>	<u>2.384.061,49</u>	<u>36.804,64</u>	<u>58.788,83</u>	<u>1.610.761,27</u>	<u>7.789.704,57</u>	<u>3.266.084,46</u>	<u>288.483,98</u>	<u>248.837,63</u>	<u>110.000,00</u>

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2015								
	Cientes, conta corrente (Nota 13)	Empresas do Grupo	Outras contas a receber (Nota 13)	Acréscimos de rendimentos (Nota 13)	Fornecedores, conta corrente (Nota 20)	Acionistas (Nota 16)	Empréstimos obtidos (Nota 18.1)	Acréscimos de gastos (Nota 19)	Outras contas a pagar (Nota 19)
Agir	120.702,34	100.000,00	2.751,29	-	-	-	-	-	-
Amarsul	4.437,37	-	-	-	-	-	-	-	-
Ambigere	-	-	2.533,73	-	2.305,66	-	-	-	-
Citrave	249.847,47	1.071.222,58	277.124,12	-	-	-	-	-	4,31
Citrus	4.307,10	-	-	-	-	-	-	-	-
Constia	182.036,53	-	-	-	-	-	-	-	-
Constia e Constia	100.632,02	-	519.467,46	-	44.607,69	-	-	-	-
ECB - Suma Participações	-	4.659,55	39.845,71	-	-	-	-	-	-
Ecolazaria	-	-	-	-	-	-	-	-	102,33
Ecolife	23.939,45	139.470,71	-	-	-	-	-	-	-
Ecovision	-	4.110.249,38	-	-	-	-	-	-	-
EGF	97.904,33	-	-	-	-	-	-	-	-
Enviroil SGPS	15.579,78	-	2.296,47	-	-	-	-	-	-
Enviroil II	3.007,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Ersuc	1.656,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Indaqua Matosinhos	-	-	-	-	644,92	-	-	-	-
Investambiente	-	-	81,07	-	-	-	-	-	-
Largo do Paço	-	-	-	-	1.263,00	-	-	-	-
Mamvia	-	-	-	-	4.643,44	-	-	-	-
Martifer	-	-	-	-	26.777,20	-	-	-	-
Mota-Engil África	-	-	-	-	400,00	-	-	-	-
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	-	-	-	-	55.125,00	5.067.600,00	-	-	58.197,16
Mota-Engil - Cabo Verde	-	-	-	-	0,01	-	-	-	711,92
MOTA-ENGIL II	-	-	-	-	246.140,84	-	-	-	-
Mota-Engil Środowisko Spółka z o.o.	440.433,03	3.501.411,93	162.419,33	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Sucursal Angola	784.904,06	-	-	-	440,19	-	-	-	-
Mota-Engil Sucursal Moçambique	51.759,34	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil, Engenharia e Construção	40.773,61	-	93.656,25	-	1.010.287,23	-	-	374,86	-
Mota-Engil México	57.961,08	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Serviços Partilhados	-	-	-	-	30.361,81	-	-	3.178,13	-
Mota-Engil, SGPS	-	-	-	-	728.893,08	-	-	-	-
Novabeira	19,79	-	-	-	-	-	-	-	-
Novalex	132.127,85	-	15.806,91	-	20.532,11	-	-	-	-
Prometrio	64.235,50	-	-	-	-	-	-	-	-
Real Verde	4.133,68	-	136.718,21	-	-	-	-	-	-
Resigés	-	-	8,84	-	-	-	-	-	-
Resitel	664,20	-	-	-	21.558,97	-	1.500.000,00	-	-
Rima	173.916,69	-	-	-	13.576,90	-	-	-	119,70
Siga	39.779,28	-	-	-	-	-	-	-	-
Sonauto	57.362,65	-	-	-	-	-	-	-	-
SRI	183,00	-	50.790,98	-	-	-	-	-	-
SUMA (Douro)	-	-	4.322,84	-	-	-	-	-	706,76
SUMA (Espesinde)	78.274,28	-	-	-	-	-	-	-	-
SUMA (Matosinhos)	242.066,40	-	247.412,78	-	-	-	-	-	-
SUMA (Porto)	930.360,45	-	23.989,38	-	-	-	-	-	-
Suma Macau	-	-	1.213.932,65	-	-	-	-	-	-
Suma Tratamento	8.966.149,12	62.273.388,23	-	368.433,34	-	-	-	-	129,17
Suma Brasil Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	407,29
Traficor	31.324,38	-	-	-	-	-	-	-	-
Tekargo	-	-	26.655,05	-	-	-	-	-	-
Transilux	-	-	-	-	3.802,63	-	-	-	-
Tritu	231.447,84	-	131.953,55	-	14.222,02	-	-	-	107.899,82
Urbaser	-	-	-	-	50.000,00	3.172.400,00	-	280.000,00	-
Urbaser (Sucursal)	1.589,61	-	1.313,29	-	61.500,00	-	-	-	-
Valoraul	-	-	-	-	6,00	-	-	-	-
Valoris	1.599,00	-	-	23.695,00	-	-	-	-	-
Viberas	27.171,19	-	-	-	1.476,00	-	-	-	-
Viste Wete	9.492.235,20	2.402.278,62	772.980,13	-	1.557,31	-	-	72.582,30	224.830,13
	20.634.500,90	73.602.681,00	3.750.186,19	382.128,34	2.340.122,01	8.240.000,00	1.500.000,00	356.145,31	393.106,59

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os saldos devedores da rubrica “Empresas do Grupo” compreendem 2.362.432,91 Euros da empresa Vista Waste relativos a lucros disponíveis, ainda não distribuídos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os restantes saldos são, essencialmente, relativos a empréstimos concedidos pela Empresa sem prazo de vencimento, que vencem juros a taxas de mercado.

O saldo a pagar registado na rubrica “Acionistas” corresponde aos dividendos distribuídos pela Empresa aos seus acionistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram pagos os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2013, no montante de 7.573.000,00 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Partes relacionadas	2014						Empréstimos obtidos (Nota 18.1)	Acréscimos de gastos (Nota 19)	Outras contas a pagar (Nota 19)
	Cientes, conta corrente (Nota 13)	Empresas do Grupo	Outras contas a receber (Nota 13)	Acréscimos de rendimentos (Nota 13)	Fornecedores, conta corrente (Nota 20)	Acionistas (Nota 16)			
Agir	111.639,72	100.000,00	2.751,29	-	-	-	-	-	-
Ambilial	5.066,25	-	-	-	-	-	-	-	-
Ambigere	-	-	2.533,73	-	-	-	-	-	-
CITRAVE	170.164,67	1.071.222,59	277.124,12	-	-	-	-	-	4,31
CITRUP	14.727,54	189.601,24	-	-	-	-	-	-	-
Correia & Correia	177.985,58	-	569.108,62	-	71.619,56	-	-	-	-
ECB - Suma Participações	-	4.659,55	-	-	-	-	-	-	-
ECOLEZIRIA	12.874,09	54.683,88	-	-	-	-	-	-	-
Ecolife	2.651,10	139.470,71	-	-	-	-	-	-	-
Enviroil	15.579,78	-	914,72	-	-	-	-	-	-
Indaqua Matosinhos	-	-	-	-	1.391,78	-	-	-	-
INVESTAMBIENTE	-	-	81,07	-	-	-	-	-	-
Largo do Paço	-	-	-	-	1.263,00	-	-	-	-
Manvia	-	-	-	-	6.407,10	-	-	-	-
Marilifer	-	-	-	-	140.000,00	-	-	-	-
MESP	-	-	-	-	35.654,65	-	-	-	-
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	-	-	-	-	133.531,37	4.657.395,00	-	-	56.197,16
Mota-Engil - Cabo Verde	-	-	-	-	181,38	-	-	-	711,92
Mota-Engil - México	57.981,08	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil - SGPS	-	-	-	-	1.696.598,04	-	-	-	-
Mota-Engil - Moçambique	51.759,34	-	-	-	-	-	-	-	-
MOTA-ENGIL II	-	-	-	-	301.490,84	-	-	-	-
Mota-Engil Środowisko Spółka z o.o.	341.043,76	3.501.411,93	162.419,33	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Sucursal Angola	784.904,06	-	-	-	440,19	-	-	-	-
Mota-Engil Engenharia e Construção	40.773,61	-	93.656,25	-	793.409,19	-	-	-	-
NOVA BEIRA	196,58	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVAFLEX	157.285,79	-	21.989,91	1.758,74	20.118,86	-	-	-	-
Prometro	256.120,30	-	-	-	-	-	-	-	-
REAL VERDE	27.915,17	-	6.969,59	-	-	-	-	-	-
RESIGÉS	-	-	8,64	-	-	-	-	-	-
RESILEI	664,20	-	-	-	26.236,14	-	1.500.000,00	32.562,69	-
RIMA	56.857,41	-	-	4.755,85	1.331,62	-	-	38.500,00	119,70
SIGA	9.199,31	-	-	-	-	-	-	-	-
Sonaula	57.362,95	-	-	-	-	-	-	-	-
SRI	79,00	-	33.703,11	-	-	-	-	-	-
Suma Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	407,28
SUMA (Douro)	1.697,47	-	53.751,73	78.581,41	-	-	-	-	-
SUMA (Esposende)	69.416,68	-	21.308,84	2.684,17	-	-	-	-	-
Suma Macau	-	-	613.932,66	-	-	-	-	-	-
SUMA (Matosinhos)	550.733,06	-	329.156,17	53.863,85	6.159,96	-	-	-	-
SUMA (Porto)	639.813,36	-	61.973,11	28.619,95	-	-	-	-	-
Suma Tratamento	5.147.333,11	16.990.065,15	-	102.063,10	-	-	-	-	-
Transitex	-	-	-	-	19.844,93	-	-	-	-
Triu	365.009,89	-	25.128,97	-	42.998,92	-	-	-	107.899,82
Urbaser	-	-	-	-	1.012.067,90	2.815.605,00	-	-	-
Urbaser (Suoursel)	1.489,61	-	1.313,29	-	61.500,00	-	-	-	-
Vieiras	48.090,79	-	-	-	9.040,50	-	-	-	-
Vista Wala	6.347.740,00	2.962.647,10	772.880,13	-	1.557,31	-	-	-	224.830,13
Vortal	-	-	-	-	60,27	-	-	-	-
	15.524.095,26	25.013.762,22	3.039.736,47	272.326,87	4.382.903,49	7.573.000,00	1.500.000,00	71.052,89	392.170,33

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os saldos devedores da rubrica “Empresas do Grupo” compreendem 3.206.932,30 Euros das empresas Citrup, Ecoléziria e Vista Waste relativos a lucros disponíveis, ainda não distribuídos em 31 de dezembro de 2014. Os restantes saldos são, essencialmente, relativos a empréstimos concedidos pela Empresa, que vencem juros no intervalo de taxas entre 2% e 7,2%. O saldo a receber da Suma Tratamento refere-se ao empréstimo concedido a esta entidade para posterior aquisição da EGF.

O saldo a pagar registado na rubrica “Acionistas” corresponde aos dividendos atribuídos pela Empresa aos seus acionistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram pagos os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de, 7.901.000,00 Euros.

22. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” tem a seguinte composição:

	2015	2014
Margem gerada internamente na venda de:		
Inventários	139.595,33	162.853,83
Outros	17.142,29	-
	<u>156.737,62</u>	<u>162.853,83</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

Nos últimos exercícios, a Empresa alienou ativos fixos tangíveis e inventários às empresas subsidiárias Triu e Vista Waste, tendo sido geradas margens internamente que se encontram diferidas até as mesmas se materializarem, quer pela depreciação dos ativos fixos tangíveis, quer pela venda e/ou consumo dos inventários.

23. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, têm a seguinte composição:

	2015	2014
Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	29.006.642,55	27.972.188,90
Limpeza e varredura urbana	10.407.755,13	12.680.559,55
Manutenção de contentores	4.248.425,80	4.411.483,19
Outros	6.987.245,80	5.760.252,65
	<u>50.650.069,28</u>	<u>50.824.484,29</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram prestados serviços e efetuadas vendas a partes relacionadas nos montantes de 9.679.438,99 Euros e 9.400.465,84 Euros, respetivamente (Nota 21). Adicionalmente, foi reconhecido rédito associado a prestações de serviços que estavam diferidos, no montante de 678.267,34 Euros (Nota 13).

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tem a seguinte composição:

	2015	2014
Conservação e reparação	2.116.530,65	2.193.421,57
Trabalhos especializados	2.089.476,36	1.163.546,35
Encargos de gestão	1.630.000,00	1.627.051,68
Rendas e alugueres	800.234,83	743.940,64
Combustíveis	770.354,45	802.858,30
Deslocações e estadas	700.880,28	383.700,39
Subcontratos	535.502,42	407.918,25
Aluguer de equipamento	506.011,44	541.002,50
Seguros	357.332,03	332.027,43
Comunicação	282.399,94	268.163,83
Honorários	261.071,43	187.297,62
Vigilância e segurança	232.165,40	232.893,77
Electricidade	151.528,98	154.328,43
Transportes de mercadorias	148.527,75	155.733,97
Limpeza, higiene e conforto	34.810,88	67.467,88
Outros	784.962,97	670.832,31
	<u>11.401.789,81</u>	<u>9.932.184,92</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram obtidos serviços prestados por partes relacionadas nos montantes de 2.199.238,94 Euros e 2.384.081,49 Euros, respetivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tem a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 21)	250.963,32	253.856,45
Remunerações do pessoal	17.492.498,90	17.622.609,88
Encargos sobre remunerações	3.489.806,17	3.496.831,76
Seguros	443.659,32	489.318,56
Indemnizações	232.248,93	56.756,25
Gastos de acção social	54.121,69	45.021,55
Outros	57.984,92	72.806,30
	<u>22.021.283,25</u>	<u>22.037.200,75</u>

O número médio de empregados ao serviço da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi o seguinte:

	2015	2014
Empregados	<u>1.449</u>	<u>1.492</u>
Empregados cedidos pelas câmaras municipais	<u>7</u>	<u>12</u>
	<u>1.456</u>	<u>1.504</u>

26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tem a seguinte composição:

	2015	2014
Rendimentos suplementares (a):		
Cedência pessoal e refacturação de gastos	2.785.485,67	3.024.588,54
Outros	227.331,52	322.377,86
Juros de mora a clientes (Nota 13) (b)	2.310.330,75	6.110.066,99
Atualização cambial	1.137.079,08	969.331,19
Atualização de saldos de clientes (Nota 13)	458.036,44	522.367,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	75.620,75	64.573,65
Correções relativas a exercícios anteriores	18.545,69	40.377,53
Rendimentos e ganhos em ativos fixos tangíveis (c)	12.367,11	67.670,28
Outros (a)	70.212,31	117.786,49
	<u>7.095.009,32</u>	<u>11.239.140,29</u>

(a) Estas rubricas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, incluem 3.191.813,23 Euros e 3.266.084,46 Euros, respetivamente, com partes relacionadas (Nota 21).

(b) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica inclui 159.604,49 Euros e 248.837,63 Euros, respetivamente, com partes relacionadas (Nota 21).

(c) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, existem ganhos com partes relacionadas, nos montantes de 3.138,96 Euros e 110.000,00 Euros, respetivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tem a seguinte composição:

	2015	2014
Despesas não documentadas	776.595,53	999.174,23
Penalidades contratuais (a)	684.518,71	65.431,31
Atualização cambial	388.877,85	-
Donativos e quotizações	166.765,00	136.824,55
Impostos	123.004,77	122.337,51
Perda em ativos financeiros (Nota 4)	61.409,44	-
Correções relativas a exercícios anteriores	39.450,99	176.324,64
Gastos e perdas em ativos fixos tangíveis	24.015,70	54.513,43
Dívidas incobráveis	16.600,88	-
Outros	22.449,90	9.182,69
	<u>2.303.688,77</u>	<u>1.563.788,36</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, existem outros gastos e perdas com partes relacionadas, nos montantes de 25.677,00 Euros e 36.804,64 Euros, respetivamente (Nota 21).

(a) Este montante corresponde a penalidades contratuais das prestações de serviços com o Município do Porto.

28. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tem a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	3.106.095,60	2.919.798,59
Ativos intangíveis (Nota 9)	72.694,82	132.910,70
	<u>3.178.790,42</u>	<u>3.052.709,29</u>

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, têm a seguinte composição:

	2015	2014
Juros obtidos:		
Financiamentos concedidos a subsidiárias (Nota 21)	1.589.284,98	288.483,98
Depósitos bancários	56.671,70	21.167,03
Rendimentos similares obtidos:		
Associadas e entidades conjuntamente controladas	18.190,84	18.187,43
	<u>1.664.147,52</u>	<u>327.838,44</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa obteve ganhos com juros e rendimentos similares decorrentes dos financiamentos concedidos a partes relacionadas nos montantes de 1.589.284,98 Euros e 288.483,98 Euros, respetivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

30. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, têm a seguinte composição:

	2015	2014
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	2.486.896,77	1.391.095,80
Locações financeiras	205.985,86	175.269,89
Suprimentos		58.788,83
Outros financiamentos	245.494,81	137.685,29
Gastos similares suportados:		
Imposto do Selo	613.097,01	325.391,78
Outros	333.729,58	156.312,41
	<u>3.885.204,03</u>	<u>2.244.544,00</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa suportou juros decorrentes de financiamentos com partes relacionadas nos montantes de 28.963,47 Euros e 58.788,83 Euros, respetivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)31. GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a entidades terceiras (nomeadamente a Câmaras Municipais e Associação de Municípios), por imposições contratuais da Empresa e das suas subsidiárias, como se segue:

	2015	2014
<u>BPI:</u>		
ADP		
Câmaras e Associações Municipais	1.498.952,00	8.250.323,75
Tribunal do Trabalho de Santo Tirso	966.940,78	966.940,78
Tribunal do Trabalho de Leiria - 1º Juízo	14.013,75	14.013,75
Banco Muscat (a)	8.222,33	8.222,33
	4.375.854,00	-
	6.863.982,86	9.239.500,61
<u>BCP:</u>		
Câmaras e Associações Municipais	4.799.534,18	4.906.439,04
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa	60.800,00	60.800,00
Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	2.616,37	2.616,37
Serviços de Finanças de Lisboa nº14	211.155,99	211.155,99
	5.074.106,54	5.181.011,40
<u>CGD:</u>		
ADP		
Câmaras e Associações Municipais	1.070.680,00	5.893.088,00
Banco Muscat	928.928,99	478.773,94
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa	7.618.994,96	-
Lipor	56.705,86	-
	45.000,00	-
	9.720.309,81	6.371.861,94
<u>Caja Duero:</u>		
Câmaras e Associações Municipais		
APA - Agência Portuguesa do Ambiente (RIMA)	306.967,20	843.181,83
IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.	90.913,07	136.369,60
	-	14.994,22
	397.880,27	994.545,65
<u>Banco BIC, S.A.:</u>		
Banco BIC		
ADP		2.673.520,00
Câmaras e Associações Municipais	1.498.952,00	8.250.324,00
	-	100.215,00
	1.498.952,00	11.024.059,00
<u>Novo Banco:</u>		
Câmaras e Associações Municipais		
	425.325,52	425.325,52
<u>Maifpre:</u>		
Câmaras e Associações Municipais		
	216.729,28	216.729,28
<u>Cosec:</u>		
Câmaras e Associações Municipais		
	36.817,50	-
<u>Banif:</u>		
Câmaras e Associações Municipais		
	47.439,42	47.439,42
<u>Santander Totta:</u>		
Repsol, S.A.		
	500.000,00	500.000,00

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

	2015	2014
<u>Caixa Económica Montepio Geral, S.A.:</u>		
Município da Batalha	-	121.331,31
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	95.508,78	95.508,78
ADP	1.498.952,00	8.250.324,00
Finibanco Angola	-	6.314.626,00
	<u>1.594.460,78</u>	<u>14.781.790,09</u>
<u>Caixa de Crédito Agrícola Mútuo:</u>		
ADP	<u>1.498.952,00</u>	<u>8.250.324,00</u>
<u>CaixaBI:</u>		
ADP	<u>428.272,00</u>	<u>2.999.643,00</u>
<u>Banco Muscat:</u>		
Oman Branch	<u>3.270.162,96</u>	-
Total Garantias bancárias	<u>31.573.390,94</u>	<u>59.984.790,49</u>

- (a) No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Empresa prestou contragarantias ao Banco Muscat, no âmbito da entrada em concurso para prestação de serviços à "Bee'ah" pela sucursal da Omã e do financiamento obtido pela sucursal no âmbito do contrato para a prestação destes serviços.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa solicitou a emissão de garantias bancárias a favor da ADP no montante de, aproximadamente, 7.494.760,01 Euros e 41.894.000,00 Euros, respetivamente, por conta de responsabilidades assumidas decorrente do contrato de compra e venda da EGF, concretizado pela subsidiária Suma Tratamento (Nota 18.1).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa tinha emitido cartas de conforto a empresas subsidiárias, nos montantes de 9.155.559,00 Euros em ambos os exercícios, relacionadas com financiamentos bancários obtidos por estas entidades.

A Empresa prestou avales à Triu, nos montantes de 275.000,00 Euros e 250.000,00 Euros, relativamente aos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, na CGD e no Santander, respetivamente. Adicionalmente, foi prestado conjuntamente com a Enviroil, avales à Enviroil II, nos montantes de 930.050,00 Euros relativamente a um financiamento obtido por esta participada e 1.700.000,00 Euros relativamente a Contrato Mútuo com Hipoteca e Fiança. A Empresa prestou aval à Enviroil II no montante de 500.000,00 Euros relativamente ao contrato de abertura de crédito em conta-corrente no BIC.

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa prestou garantias bancárias, nos montantes de 2.673.520,00 Euros e 6.314.626,00 Euros, aos bancos BIC e Finibanco, respetivamente, relativamente aos contratos de financiamento obtidos pela Vista Waste.

Por fim, a Empresa prestou aval à Rima, no montante de 700.000,00 Euros, relativamente ao crédito hipotecário.

32. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi determinado como segue:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	11.990.290,58	20.606.172,67
Número de ações (Nota 15)	250.000,00	250.000,00
Resultado por ação	<u>47,96</u>	<u>82,42</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

33. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Durante o período compreendido entre janeiro e abril de 2016, as linhas de crédito têm vindo a ser renovadas, sendo a sua utilização similar à verificada em 31 dezembro de 2015.

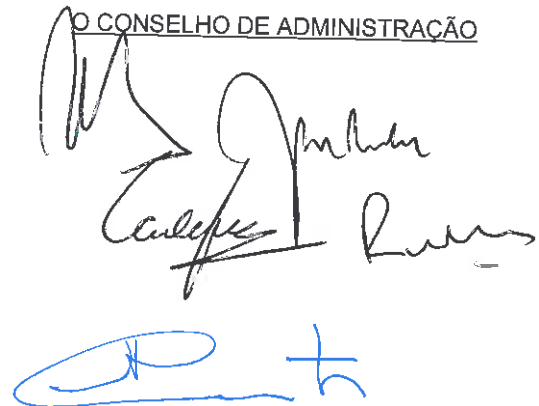
Em abril de 2016, a Empresa recebeu um comunicado do Sindicato Bancário no qual foi indicado que, apesar do incumprimento dos *covenants* no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, é renunciado o direito a reclamar antecipadamente o vencimento dos créditos (Nota 18.1).

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data do balanço e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Pareceres e Certificações

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

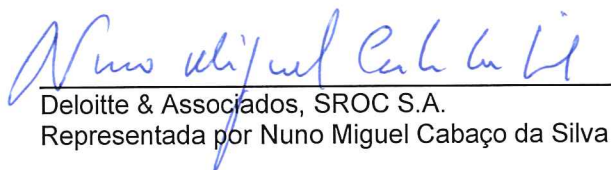
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respetivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que inclui três reservas, sendo uma por limitação de âmbito e duas por desacordo e três ênfases, que se dão aqui por integralmente reproduzidas.

Face ao exposto, somos de opinião que exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4, exceto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 5 e 6 e tendo em consideração o descrito nos parágrafos 8 a 10, todos da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de maio de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de 209.516.979 Euros e um capital próprio de 89.087.389 Euros, incluindo um resultado líquido de 11.990.291 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

4. Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa detém uma participação financeira representativa de 50% do capital da Resilei – Tratamento de Resíduos Industriais, S.A., registada pelo método da equivalência patrimonial, no montante de, aproximadamente, 1.684.000 Euros. Naquela data, o balanço desta empresa participada, inclui uma provisão para selagem e monitorização de um aterro sanitário de resíduos não perigosos, no montante de, aproximadamente, 5.875.000 Euros (5.567.000 Euros em 31 de dezembro de 2014). Até à presente data, a informação disponível não é suficiente para nos permitir concluir quanto à razoabilidade do saldo desta provisão para fazer face às obrigações presentes daquela empresa participada. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o efeito desta situação nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2015.

5. Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa detém uma participação financeira representativa de 49% no capital da Vista Waste Management, Lda. ("Vista Waste"), registada pelo método de equivalência patrimonial no montante de, aproximadamente, 14.883.000 Euros. No decurso do nosso trabalho de auditoria da rubrica de participações financeiras, verificámos que para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial a Empresa não incluiu, no resultado líquido daquela empresa participada, ajustamentos no valor de 3.500.000 Euros, relativos ao registo ao justo valor de determinados instrumentos financeiros adquiridos por aquela empresa participada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Caso a Empresa tivesse ajustado aquele montante, naquela data, o resultado líquido e o ativo vinham diminuídos em 1.715.000 Euros, respetivamente.
6. Em 31 de dezembro de 2015, o balanço da Empresa inclui no passivo não corrente empréstimos bancários no montante de, 64.194.293 Euros, incluindo um financiamento obtido junto de um sindicato bancário (Nota 18). Contudo, verificámos que a Empresa àquela data estava a incumprir um compromisso financeiro (*covenant*) estipulado nos contratos relativos àqueles empréstimos bancários, o qual permite que as entidades bancárias possam solicitar o seu reembolso antecipado. No seguimento desta situação, a Empresa obteve uma carta datada de 11 de abril de 2016 da entidade bancária que lidera o referido sindicato bancário a indicar que apesar do incumprimento daquele compromisso financeiro no exercício findo de 31 de dezembro de 2015, é renunciado o direito a reclamar antecipadamente o vencimento de créditos bancários no montante de 55.560.213 Euros, mediante a verificação de pressupostos indicados na referida carta. De acordo com o normativo contabilístico aplicável, nesta situação, aqueles empréstimos bancários deveriam ter sido classificados como passivo corrente. Consequentemente a 31 de dezembro de 2015 o passivo não corrente encontra-se sobreavaliado e o passivo corrente encontra-se subavaliado em 64.194.293 Euros.

Opinião

7. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima e exceto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 5 e 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 10 abaixo, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8. Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tem registado no balanço contas a receber da empresa participada Vista Waste no montante aproximado de 12.470.000 Euros, relativo a serviços prestados àquela empresa. A Vista Waste encontra-se localizada em Angola e face às atuais condições económicas desse país, o momento e o valor de realização daquelas contas a receber dependem da evolução da conjuntura económica angolana.

Y

9. Conforme referido na Nota introdutória do anexo às demonstrações financeiras, em julho de 2015 foi concretizado o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. ("EGF"), do qual a Empresa, através da sua participada Suma Tratamento, S.A., adquiriu a maioria do capital desta entidade, passando deste modo a controlar as suas operações e das suas subsidiárias, as quais são empresas concessionárias de sistemas multimunicipais de tratamento e valorização de resíduos urbanos em parceria com os municípios. No decurso daquela operação, foi alterado o enquadramento jurídico das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, nomeadamente, as bases da concessão da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, assim como a configuração dos respetivos contratos de concessão, os quais foram renovados até 2034. Decorrente destas alterações, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 vigorou um regime regulatório transitório. A partir de 1 de janeiro de 2016 entrará em vigor um novo regime remuneratório, o qual estabelece um novo modelo de remuneração das concessões, assim como a determinação dos ativos afetos às concessões ("Base de ativos regulados") e responsabilidade para com o concedente ("Passivo regulatório"). À presente data, a determinação destes montantes ainda não se encontra concluída, nem os consequentes impactos contabilísticos e fiscais a materializar nas demonstrações financeiras da EGF e das suas subsidiárias dos períodos subsequentes.
10. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à atividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora as participações financeiras tenham sido registadas pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados no resultado líquido e no capital próprio os efeitos de consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de ativos, passivos, gastos e rendimentos totais, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a apresentar em separado.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de maio de 2016


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva

Ata da Assembleia Geral



ACTAS

Folha 14

ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS N.º 50

Aos trinta e um dias do mês de Maio de dois mil e dezasseis, pelas dez horas, reuniu na sede social, sita na Rua do Mar do Norte, Lote 1.03.2.1B, 1º, Freguesia do Parque das Nações, Concelho de Lisboa, a Assembleia Geral da sociedade anónima denominada **SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.**, com o capital social, integralmente realizado, de doze milhões e quinhentos mil euros (€12.500.000,00), representado por duzentas e cinquenta mil acções (250.000) do valor nominal unitário de cinquenta euros (€50,00), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva quinhentos e três milhões duzentos e dez mil quinhentos e sessenta (503.210.560), com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciar, discutir e votar o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e o anexo às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único.-----

PONTO DOIS: Discutir e deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, nos termos do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais. -----

PONTO TRÊS: Apreciar, discutir e votar o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa e o anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas Consolidada e o Relatório e Parecer do Fiscal Único.-----

PONTO QUATRO: Proceder, nos termos do disposto nos artigos 376º, n.º 1, alínea c) e 455º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade. -----

Assumiu a Presidência dos trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sra. Dra. Ivone Santos Martins, secretariada pela Secretária da Mesa, Sra. Dra. Patrícia Santos. -----

Antes da abertura dos trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tendo verificado, pela lista de presenças, que estavam representadas todas as Accionistas, ou seja, a totalidade do capital social, e que os documentos comprovativos dos poderes conferidos aos seus representantes, para os efeitos da



ACTAS

Folha 15

reunião, satisfaziam o disposto no nº 3 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, e considerando que a reunião não fora precedida de quaisquer formalidades prévias de convocação, indagou expressamente dos mesmos se as suas representadas pretendiam e era sua vontade que a Assembleia Geral se constituísse e deliberasse sobre a Ordem de Trabalhos acima transcrita, independentemente do cumprimento dessas formalidades, nos termos do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, o que foi também expressamente confirmado por todos. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou então estar a Assembleia constituída e em condições de funcionar e deliberar validamente, ordenando de seguida que a referida lista de presenças fosse anexada à presente Acta. -----

Iniciados os trabalhos, pela Secretária da Mesa, Sra. Dra. Patrícia Santos, foi lida integralmente a Ordem de Trabalhos. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu que haviam sido submetidos à Assembleia e nela se encontravam patentes, o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e o anexo às Demonstrações Financeiras, quer Individuais quer Consolidados, relativos ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como as Certificações Legais de Contas e o Relatórios e Pareceres do Fiscal Único.-----

Entrados, de imediato, no **PRIMEIRO PONTO** da Ordem de Trabalhos, pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral foram postos sucessivamente à discussão e à votação, conjuntamente, na generalidade e na especialidade, o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e o anexo às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único, tendo os mesmos sido aprovados, integral e unanimemente, pelas Accionistas.-----

Entrados, de seguida, no **SEGUNDO PONTO** da Ordem de Trabalhos, foi lida pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Sra. Dra. Patrícia Santos, a proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração, com o seguinte teor: -----

"Nos termos do disposto na alínea b) do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e tendo em consideração as demonstrações financeiras do exercício, propõe-se que o resultado líquido apurado no exercício de 2015, no montante de 11.990.290,58 euros tenha a seguinte aplicação: -----



Folha 16

ACTAS

Resultados Transitados: 11.990.290,58 euros -----

O resultado líquido do exercício de 2015 já contempla a distribuição de resultados aos colaboradores no montante de 240.000,00 euros.-----

Lisboa, 27 de Maio de 2016 -----

O Conselho de Administração," -----

Após a leitura da proposta precedente, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou dos representantes das accionistas se pretendiam apresentar qualquer outra proposta referente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, não tendo as accionistas pretendido apresentar qualquer proposta.-----

Assim, foi, após análise e discussão deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.--

Entrados no **TERCEIRO PONTO** da Ordem de Trabalhos, pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral foram postos sucessivamente à discussão e à votação, conjuntamente na generalidade e na especialidade, o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa e o anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas Consolidada e o Relatório e Parecer do Fiscal Único, tendo os mesmos sido aprovados, integral e unanimemente, pelas Accionistas. -----

Passou-se, de seguida, ao **QUARTO PONTO** da Ordem de Trabalhos, tendo pedido a palavra o representante da accionista MOTA - ENGIL, AMBIENTE E SERVIÇOS, SGPS, S.A., o qual, no uso da mesma e em nome da sua representada, propôs atribuir um voto de confiança e louvor à Administração e Fiscalização da sociedade e a cada um dos seus membros, individualmente considerados, proposta esta que foi aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada, pelas dez horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral. -----

Ivone Martins



Patrícia Santos



Relatório de Contas de 2016

Grupo MOTA ENGIL - URBASER



Na Construção de Um Ambiente Melhor



Relatório & Contas
2016

Relatório e Contas 2016

SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.
Rua Mar do Norte, Lote 1,03,2,1B, 1º, 1990-148 Lisboa
www.suma.pt
Matrícula na C.R.C. de Lisboa / NIPC: 503 210 560
Capital Social: 12.500.000,00 EUR

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	5
PERFIL	6
Missão, Valores e Visão	6
Política de gestão	7
<i>Organograma</i>	<i>8</i>
<i>Percurso</i>	<i>9</i>
PRINCIPAIS INDICADORES	14
ATIVIDADE 2016	15
<i>Enquadramento conjuntural do exercício</i>	<i>15</i>
Enquadramento macroeconómico	15
Enquadramento do setor dos resíduos	16
<i>Análise da Atividade</i>	<i>17</i>
<i>Planeamento e controlo</i>	<i>23</i>
<i>Educação e sensibilização ambiental</i>	<i>24</i>
<i>Recursos humanos</i>	<i>26</i>
<i>Equipamentos e aprovisionamento</i>	<i>40</i>
<i>Qualidade, ambiente e segurança</i>	<i>41</i>
<i>Sistemas de informação</i>	<i>47</i>
<i>Imagem e comunicação institucional</i>	<i>48</i>
<i>Análise Económico-Financeira</i>	<i>49</i>
<i>Proposta de Aplicação de Resultados</i>	<i>52</i>
PERSPETIVAS	52
NOTA FINAL	54
RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	55
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	56
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	61
PARECERES E CERTIFICAÇÕES	100
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL	106

Senhores Acionistas,

Cumprindo com as disposições legais e estatutárias a que se encontra sujeito, vem o Conselho de Administração da **SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.** (“SUMA” ou “Empresa”) submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas relativas ao exercício de 2016.



Relatório de Gestão

Perfil

A SUMA, sociedade criada em 1994 para operar no mercado do ambiente em Portugal, é detentora de um perfil ímpar, consolidado em mais de duas décadas de experiência ao serviço do ambiente e das populações. Assumindo uma postura pró-ativa, centrada na procura de soluções eficazes, a SUMA procura promover a cidadania ativa e atuar numa perspetiva de mudança, desenvolvimento e responsabilidade social. A visão de liderança e aposta na constante inovação estão alinhadas com ambiciosos objetivos, assumindo-se como principal referência no mercado em que se insere, e empregues numa postura pró-ativa de otimização contínua dos serviços prestados, reconhecida pelos seus clientes e apoiada pelos alicerces sólidos dos acionistas de referência – Grupo Mota-Engil e Urbaser.

A SUMA resulta, hoje, da associação estratégica de cinco dezenas de empresas com ampla e distintiva atuação em território nacional e internacional, no domínio da gestão integrada de resíduos, permitindo reforçar e concertar competências na sua esfera de intervenção e oferecer múltiplas soluções no âmbito do ciclo de vida dos resíduos. A integração de vários operadores especializados possibilita o alargamento da sua atuação muito para além da remoção e encaminhamento de resíduos, disponibilizando serviços complementares, tais como o tratamento, a análise laboratorial e controlo de qualidade, e a educação ambiental. A articulação de sinergias entre as várias empresas favorece a gestão logística de todo o equipamento, a capacidade de resposta, a solidez, a qualidade do serviço e a competitividade.

A estratégia de crescimento da SUMA, em território nacional, passa pela diversificação e a aquisição da EGF-Empresa Geral de Fomento, S.A. (“EGF”) é um marco importante, que contribuiu para o alargamento das competências a outras etapas da cadeia de valor dos resíduos, nomeadamente, o tratamento e a valorização de resíduos sólidos urbanos (“RSU”), até então sob a alçada de entidades públicas.

O projeto de internacionalização da SUMA é outro ambicioso objetivo que a Empresa pretende transformar em caso de sucesso e enquadra-se numa estratégia de evolução que pretende ampliar a operação e o desenvolvimento da SUMA numa perspetiva globalizante, e que atualmente acumula intervenções em Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Omã.

Missão, Valores e Visão

Missão Gerir resíduos na construção de um ambiente melhor.

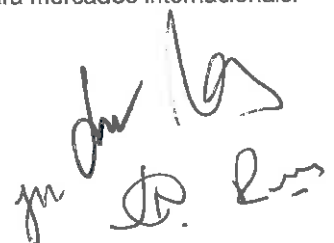
Valores Liderança de mercado.

Confiança dos clientes.

Desempenho sustentável.

Comprometimento das pessoas.

Visão Consolidação sustentada da liderança em Portugal e crescimento sustentável para mercados internacionais.



Política de gestão

Com base na missão, nos valores, na visão e nos dez princípios do United Nation Global Compact, a Administração da SUMA estabelece a política de gestão, comprometendo-se a gerir a organização, numa perspetiva de melhoria contínua, de acordo com os seguintes compromissos:

COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO

Cumprimento dos requisitos legais, normativos e contratuais aplicáveis, e dos outros requisitos que a Organização subscreva.

COMPROMISSO DE CRIAÇÃO DE VALOR

Criação de valor para os acionistas, clientes, trabalhadores, fornecedores e demais partes interessadas.

COMPROMISSO DE LIDERANÇA

Consolidação da liderança no mercado nacional, promoção da expansão internacional do negócio e melhoria da perceção do benefício por parte dos clientes e demais partes interessadas.

COMPROMISSO COM O CLIENTE

Diversificação e inovação na atividade para manutenção da vanguarda em soluções de gestão de resíduos inovadoras, integradas e eficientes, que satisfaçam os clientes.

COMPROMISSO COM AS SUAS PESSOAS E O SEU MEIO SOCIAL

Valorização profissional e pessoal dos trabalhadores, adequação das suas competências às funções que desempenham e apoio local aos trabalhadores e sua envolvente social.

COMPROMISSO COM A SAÚDE E SEGURANÇA

Prevenção dos danos para a saúde, controlo e proteção para eliminação ou redução dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e terceiros.

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

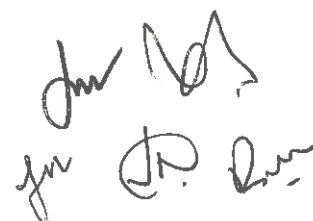
Prevenção e controlo da poluição e utilização racional/ eficiente da energia e da água entre outros aspetos do ambiente.

COMPROMISSO DE MELHORIA CONTÍNUA

Melhoria contínua, através da revisão periódica de objetivos, metas e processos, e da monitorização, medição, análise e inovação permanentes ao nível do desempenho.

COMPROMISSO DE COMUNICAÇÃO

Comunicação adequada às partes interessadas, promovendo o seu envolvimento na cultura da qualidade, ambiente, segurança, inovação e responsabilidade social.



SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

GRUPO SUMA

- SUMA (Brasil) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Ltda. (100%)
- SUMA (Espírito Santo) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Ltda. (100%)
- SUMA (Mato Grosso do Sul) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Ltda. (100%)
- SUMA (Paraná) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Ltda. (100%)
- NOVAFLUX - Técnicas do Ambiente, S.A. (100%)
- REAL VERDE - Técnicas do Ambiente, S.A. (100%)
- ECOLIFE - Gestão de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, S.A. (52%)
- RESURGE - Gestão de Resíduos Hospitalares, Ltda. (50%)
- NOVA REINA - Gestão de Resíduos, S.A. (33%)
- TRIAZA - Tratamento de Resíduos Industriais de Azambuja, S.A. (100%)
- TRIPAR - Gestão Integrada de Tratamento de Resíduos de Azambuja, S.A. (99,816%)
- TRIMA - Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. (95,129%)
- SUMA TRATAMENTO, S.A. (70,842%)
- TRU - (92%)
- TRUPAR - TRUPAR, Ltda. (70,249%)
- TRUPAR & TRUPAR - Gestão de Resíduos, Ltda. (100%)
- TRU - Gestão de Resíduos, Ltda. (100%)
- TRU - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. (100%)
- TRUPAR - TRUPAR, Ltda. (90%)
- TRUPAR - Gestão Integrada de Tratamento de Resíduos, S.A. (70%)
- TRUPAR - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. (50%)

GRUPO SUMA INTERNACIONAL

- Polónia
- MES. MOTA-ENGL. SRODOWSKO, Sp z o.o. (100%)
- EKOSRODOWSKO, Sp z o.o. (100%)
- Anicólia
- SUMAS - Sistemas de Gestão Ambiental, Ltda. (99,9%)
- Moçambique
- SUMA - Moçambique, Ltda. (99%)
- Macau
- SUMA - Macau, Ltda. (99%)
- Hong Kong
- SBE WASTE MANAGEMENT LTD. (Hong Kong) (80%)
- Brasil
- TRU - Tratamento de Resíduos, S.A. (50%)
- TRUPAR - Gestão Integrada de Tratamento de Resíduos, Ltda. (50%)
- Qatar
- SUMA (Qatar Branch) (100%)
- ECOVISION LLC (91%)

ASSOCIADAS E PARTICIPADAS NACIONAL

- AMBIENTAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, Lda. (43%)
- CITRUP - Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Lda. (30%)
- ECOLEZ/PAK - Empresa Internacional para o Tratamento de Resíduos Sólidos, Lda. (24,6%)
- RESURGE/ALMA - Gestão de Resíduos, S.A. (20%)
- TRUPAR - Gestão Integrada de Tratamento de Resíduos, S.A. (1%)

ASSOCIADAS E PARTICIPADAS INTERNACIONAL

- Anicólia
- VISTA WASTE Management, Ltda. (40%)
- Brasil
- ECB SUMA Participações, S/A (42,85%)
- CONSTA - Tratamento de Resíduos, S/A (100%)
- Moçambique
- ECOLIFE (30%)

for Mr. Brown

Percurso

1994

Constituição da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

1995

Celebração do primeiro contrato de prestação de serviços com o município da Batalha, com a adjudicação dos serviços de recolha indiferenciada, recolha de objetos de grandes dimensões e limpeza urbana.

1996

Início do primeiro contrato de recolha seletiva no município de Aveiro.

1998

A SUMA marca presença na EXPO'98, a última exposição mundial do século XX, aplicando um modelo exemplar de limpeza em espaço urbano.

1999

Expansão da empresa a Norte, com o início da prestação de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana no Vale do Sousa – Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira.

2000

Reforço de posição no Centro do País, com um contrato de longa duração com a Câmara Municipal de Alcobaça.

Gestão da recolha seletiva e limpeza da sede da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia – PORTUGAL 2000.

2001

Novo polo de desenvolvimento da SUMA, com os contratos com as Câmaras Municipais de Vila Nova de Gaia e de Santa Maria da Feira e surge a primeira prestação de serviços no Algarve, nomeadamente em Faro.

A SUMA ultrapassa 1 milhão de habitantes servidos.

Lançamento de um projeto pioneiro no domínio da Educação e Sensibilização Ambiental, a LIXOTECA® Itinerante.

O Município de Aveiro é distinguido com o 1º lugar do prémio Cidades Limpas, cujo âmbito é extensível ao trabalho desenvolvido pela SUMA.

Incorporação da SERURb, criando sinergias entre as duas maiores empresas nacionais do setor dos resíduos, ganhando dimensão e complementando valências no âmbito do Grupo SUMA.

2002

Lançamento da Unidade Móvel de Formação da SUMA.

2003

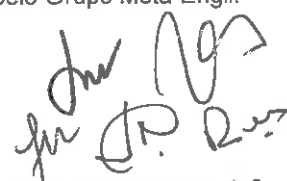
Aquisição das empresas UTIL, STL e RESILEI, reforçando competências e expandindo o âmbito geográfico de atuação do Grupo SUMA, consolidando a liderança do setor em Portugal, atingindo os 2 milhões de habitantes servidos por recolha de resíduos e limpeza urbana, a que acrescem 700.000 habitantes na vertente de tratamento.

Acreditação do Laboratório de análises pela NP EN ISO / IEC 17025.

O Município de Ílhavo recebe uma distinção ímpar na sua história: a 1ª posição do prémio Cidades Limpas, reconhecimento de mérito que abrange a atividade da STL como responsável pela limpeza urbana e recolha de resíduos no concelho.

2004

Aquisição da SERURb e das suas participadas pela SUMA, até então participadas pelo Grupo Mota-Engil.



Grupo SUMA atinge uma implantação de 60,3% no universo de população servida por operadores privados de recolha de resíduos e limpeza urbana, indicador do esforço de sinergia entre as suas várias empresas que o compõem (fonte: AEPSA, *newsletter* – n.º 13).

Atribuição do 1º lugar do Prémio Nacional de Inovação Ambiental pelo equipamento SUMA-VLE (viatura de lavagem de contentores de ecopontos e subterrâneos).

2005

Lançamento da 1ª Unidade Móvel Solidária – REUTILÂNDIA®, que conjuga os princípios ambientais da reutilização e sustentabilidade e da solidariedade.

Acreditação do Centro Integrado de Tratamento de Resíduos Últimos do Porto (CITRUP) pelos sistemas de gestão de qualidade NP EN ISO 9001:2000, gestão ambiental NP EN ISO 14001:2004, e gestão de segurança e saúde no trabalho NP 4397:2001 / OHSAS 18001:1999.

Atribuição de 23 Bandeiras Azuis em praias de intervenção do Grupo SUMA.

Certificação da estação de tratamento de resíduos sólidos urbanos (ETRSU) segundo o referencial NP EN ISO 9001:2000.

2006

Aquisição de uma posição minoritária na ERSUC, concessionária de um sistema multimunicipal dos concelhos do litoral centro do país.

Constituição da AMBIGERE, participando a SUMA com 50% do capital. Esta empresa participa na TTRM, um agrupamento complementar de empresas que geriu um contrato de transferência e triagem de resíduos na Região Autónoma da Madeira.

Certificação da Sede da SUMA e do centro de serviços de Aveiro/ Oliveira do Bairro, no âmbito da NP EN ISO 9001:2000, tornando-se a única empresa privada na sua área de atuação a deter este reconhecimento.

Acreditação da SUMA pelo Instituto para a Qualidade na Formação nos domínios do planeamento, conceção, organização e desenvolvimento/ execução de intervenções formativas, e da conceção de programas, instrumentos e suportes.

2007

Conclusão do processo de fusão por incorporação das empresas SERURb, UTIL e STL na SUMA.

Transferência da sede da SUMA para o Parque das Nações (área de realização da EXPO'98).

Aquisição da NOVAFLEX, a qual detém participações maioritárias nas empresas REAL VERDE, NOVA BEIRA, INVESTAMBIENTE E RESIGÉS.

Adesão da SUMA à rede portuguesa *Global Compact*, iniciativa internacional lançada pelas Nações Unidas para a promoção de uma economia global mais sustentável e inclusiva.

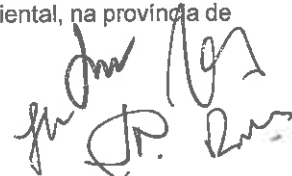
Alargamento da certificação da CITRUP à vertente da responsabilidade social – Norma SA 8000.

Atribuição à CITRUP do prémio EcoPME, galardão que distingue a política de ecoeficiência e sustentabilidade das empresas.

Extensão da acreditação do Laboratório a 27 novos parâmetros – NP EN ISO / IEC 17025.

2008

A SUMA inicia o projeto de internacionalização com a celebração de contratos nas áreas de recolha de RSU, limpeza urbana e educação ambiental, na província de Luanda, em Angola.



Criação da AGIR, empresa participada pela SUMA e vocacionada para a gestão global de resíduos, em Cabo Verde.

Constituição da AMBIBATALHA, empresa que pretende desenvolver o sistema de tratamento de resíduos para o município da Batalha, participando a SUMA com 20% no seu capital, em parceria com a Câmara Municipal da Batalha e outros agentes privados.

Lançamento do CIDADÓMETRO®, uma unidade móvel de sensibilização vocacionada para os núcleos familiares.

Atribuição à sede da SUMA e centro de serviços de Aveiro/ Oliveira do Bairro da tripla certificação em qualidade, ambiente e segurança – NP EN ISO 14001:2004 e NP 4397:2001/ OHSAS 18001:1999.

O município de Sintra obtém o galardão “Cidades Limpas 2008”, concelho com uma década de intervenção da SUMA.

Aquisição da TRIU, alargando o âmbito de intervenção da SUMA no mercado de resíduos industriais.

Constituição da SIGA, empresa vocacionada para a gestão global de resíduos para o mercado Açoriano, em parceria estratégica com o Grupo Marques.

Constituição da SUMA Porto, cujo objeto de intervenção é a gestão do contrato de concessão para a prestação de serviços de recolha de RSU e limpeza pública do município do Porto.

2009

A SUMA comemora 15 anos de atividade, um projeto de sucesso que ganhou raízes sólidas e assumiu uma posição de referência na sua área de atuação.

Aquisição das primeiras frotas de recolha de carga lateral para os municípios de Aveiro e Sintra.

Implantação do GiSUMA – sistema integrado de consulta e edição de informação geográfica (georeferenciação nacional da atividade de contentorização e circuitos).

Início de atividade do aterro de resíduos industriais não perigosos (RNP) de Lustosa, concelho de Lousada, gerido pela RIMA.

Inauguração do centro de educação ambiental em Luanda, promovido pela VISTA Waste, e lançamento da LIXOMACHIMBA® em Angola.

Extensão dos serviços prestados em Angola, pela VISTA Waste, à província de Benguela.

Aquisição da ENVIROIL, que integra as empresas Correia & Correia e SRI, estendendo a sua atuação desde a área dos óleos usados e da sua valorização à gestão global de resíduos industriais.

Aquisição da TRANSPORLIXOS por parte da TRIU, a operar no mercado dos resíduos industriais.

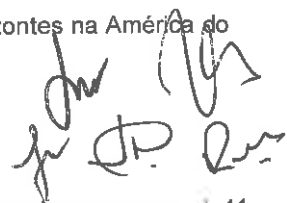
Constituição da CITRAVE, assente num projeto para a construção e exploração de um aterro de resíduos não perigosos em Aveiro.

Aquisição da EKOŚRODOWISKO, que presta serviços de recolha e limpeza urbana, limpeza de neve, limpeza de interiores, e manutenção de espaços verdes, na Polónia.

Reconhecimento da SUMA como “Empresa de Gestão Exemplar” – suplemento publicado no Diário de Notícias, em novembro de 2009, sobre “As 1000 Maiores Empresas de 2008”.

2010

Aquisição de 50% da empresa GEO VISION, vocacionada para a gestão global de resíduos no Brasil, expandindo os seus horizontes na América do Sul.



Lançamento do ECOSCÓPIO®, novo formato de unidade móvel de sensibilização, vocacionada para jovens.

Lançamento da ECOMACHIMBA em Angola – unidade móvel de sensibilização vocacionada para jovens e população adulta.

Expansão da implantação geográfica aos concelhos de Valongo, Palmela e Évora e regresso ao concelho de Oliveira de Azeméis, com contratos com duração superior a um ano, reforçando a liderança nacional.

Inauguração de instalações em Alcobaça, reunindo as melhores condições infraestruturais para elevar o padrão de qualidade à imagem e posição da SUMA no mercado.

2011

Celebração do primeiro contrato para prestação de serviços na Cidade da Praia – Cabo Verde.

Reconhecimento da VISTA Waste como “Melhor Participação Internacional” na 1ª Feira Internacional de Ambiente, em Angola.

Conclusão da construção das novas instalações do centro de serviços de Vila Nova de Gaia, consumando um projeto que visa disponibilizar as melhores infraestruturas para o desenvolvimento da atividade nesta área geográfica.

2012

Início de operações de recolha de RSU pela AGIR na Cidade da Praia – Cabo Verde.

Licenciamento e conclusão da segunda célula do aterro de RNP da RIMA.

Alargamento da prestação de serviços da VISTA Waste em Luanda, desenvolvendo serviços de limpeza e recolha indiferenciada de RSU na renovada Baía de Luanda, ex-líbris da cidade.

A SUMA cancela o investimento realizado no Brasil – GEO VISION, por incompatibilidade com os parceiros locais nas políticas de gestão e divergência estrutural da orientação para o negócio.

2013

Início de operações de recolha de RSU e limpeza Urbana no Sumbe, capital da província do Kwanza Sul, em Angola.

Reconhecimento da SUMA na área da gestão de risco com a atribuição do galardão “Especial Confiança” da iniciativa “Prémios Açoreana Risk Management Diário Económico”.

Adjudicação dos serviços de recolha de RSU na cidade de Maputo, a desenvolver através da Ecolife, criada para o mercado moçambicano.

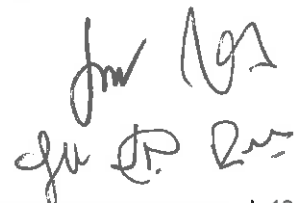
2014

A SUMA celebra 20 anos de atividade e reafirma-se como líder continuado do setor da Gestão de Resíduos em Portugal e expande a sua atuação a novas geografias.

A SUMA vence o concurso de compra da Empresa Geral de Fomento (“EGF”), sub-holding do Grupo Águas de Portugal (“AdP”), a qual gere as empresas concessionárias de 11 sistemas multimunicipais para o tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos em território nacional. Aguarda-se a conclusão do processo em 2015.

Investimentos comerciais no mercado do médio oriente resultam na adjudicação do encerramento de seis lixeiras na província de Al Dakhiliyah, no norte de Omã.

Regresso da SUMA ao Brasil, através de uma parceria com a Empresa Construtora Brasil (Grupo Mota-Engil) na aquisição da sociedade CONSITA.



Inauguração da primeira unidade de regeneração de óleos usados em Portugal, através da sua participada ENVIROIL II.

Apresentação da nova frota do Centro de Serviços de Vila Nova de Gaia (CS VNG), que corresponde a mais de 40 veículos adstritos às mais variadas funções de recolha e de limpeza urbana.

Lançamento do *site* do Laboratório SUMA e da marca SUMALAB.

Criação de uma área customizada de sensibilização para o exercício da cidadania ativa e do ambiente na plataforma MEO Kids.

2015

Conclusão da aquisição das ações da EGF, com a sua efetiva transmissão, que estende a atuação da SUMA no mercado de tratamento de resíduos urbanos, servindo 60% da população em Portugal.

Adjudicação ao consórcio formado pela SUMA e pela Tanzifco de um contrato para recolha de resíduos, operação e manutenção de cinco estações de transferência e exploração de dois aterros sanitários em Al Sharqiya Sul, Omã, por um período de sete anos.

Extensão da atividade da CONSITA ao estado de Rio Grande do Sul, ultrapassando, assim, a fasquia do milhão de habitantes servidos no Brasil.

Lançamento do ECO KIOSKO - estrutura inovadora concebida para disseminar boas práticas de cidadania em contexto comercial e cultural.

Instalação da plataforma interativa SUMAKids - espaço *online* de disponibilização de conteúdos de educação ambiental.

2016

Regresso ao Parque das Nações, onde a SUMA teve um desempenho exemplar durante a realização da EXPO'98, com a adjudicação dos serviços de limpeza urbana e recolha de resíduos.

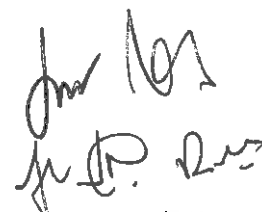
Lançamento da plataforma interativa *online* de disponibilização de conteúdos e jogos de sensibilização ambiental, "Animais da Cidade".

Renovação dos contratos da Batalha, Alcobaça e Ourém, ultrapassando mais de duas décadas de serviço continuado nestes municípios.

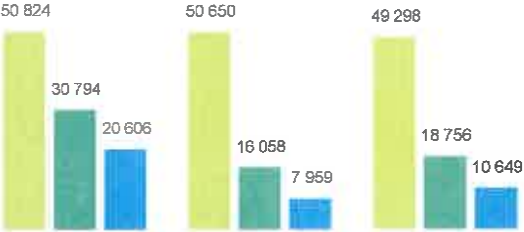
Aquisição da sociedade CZAR, no Brasil, através da participada CONSITA, expandindo a atividade na área do Tratamento.

Construção do centro de tratamento de resíduos não perigosos de Azambuja, gerido pela empresa TRIAZA.

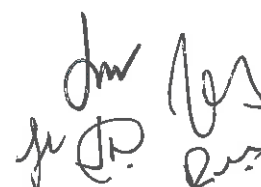
A ECO VISION, em Omã, obteve a certificação do seu sistema integrado de gestão nas três principais normas: ISO 9001:2015, ISO 14001: 2015, e OHSAS 18001:2007.



Principais Indicadores

				(milhares de EUR)
	2014	2015	2016	Varição 15/16
Volume de negócios (■)	50.824.484	50.650.069	49.298.037	(2,67%)
EBITDA (■)	30.794.295	16.058.448	18.756.459	16,80%
Margem EBITDA	60,59%	31,70%	38,05%	6,34 pp
EBIT	27.741.585	12.879.658	14.818.703	15,06%
Rentabilidade operacional das vendas	54,58%	25,43%	30,06%	4,63 pp
Resultado antes de impostos	25.824.880	10.658.601	12.803.289	20,12%
Margem RAI	50,81%	21,04%	25,97%	4,93 pp
Resultado líquido (■)	20.606.173	7.958.642	10.649.402	33,81%
Rentabilidade líquida das vendas	40,54%	15,71%	21,60%	5,89 pp
ROE	24,08%	9,22%	11,45%	2,23 pp
Endividamento	42,58%	56,85%	53,27%	(3,58 pp)
Autonomia financeira	52,07%	41,52%	43,84%	2,32 pp
Liquidez geral	176,70%	147,32%	143,51%	(3,81 pp)

	2014	2015	2016	Varição 15/16
Municípios servidos	41	42	52	23,81%
– Recolha RSU e limpeza urbana				
Habitantes servidos	2.152.414	2.019.689	1.935.239	(4,18%)
– Recolha RSU e limpeza urbana				
Média de colaboradores	1.492	1.449	1.612	11,25%
Viaturas pesadas	691	647	817	26,28%
Viaturas ligeiras	392	402	484	20,40%
Toneladas – Recolha RSU indiferenciada	558.072	587.824	545.897	(7,13%)
Toneladas – Recolha RSU seletiva	17.925	16.185	12.034	(25,65%)
Toneladas – Recolha de resíduos industriais	50	345	596	72,80%



Atividade 2016

A economia mundial em 2016 apresentou diversas debilidades, que se vêm propagando ao longo dos últimos anos e que têm impedido o aumento dos níveis de crescimento global. A instabilidade e incerteza tomaram proporções que dificilmente serão debeladas num curto espaço de tempo e os indicadores já divulgados apontam para um crescimento próximo do registado em 2015, inferior às estimativas iniciais e demonstrativo das enormes vulnerabilidades de algumas das maiores economias mundiais. Em Portugal, os indicadores da economia recuperam lentamente da crise e retomam uma tendência de crescimento, depois dos elevados encargos sentidos com a aplicação das reformas estruturais e consolidação orçamental, mas apresentam-se ainda muitos desafios para que possam atingir os níveis de crescimento preconizados pelo governo e almejados pelos mercados e instâncias internacionais.

Durante o ano de 2016, o setor dos resíduos em Portugal, no mercado em alta esteve focado na regulação de alguns dossiers importantes, como a definição do tarifário dos sistemas multimunicipais de gestão de resíduos, que já no final deste ano fixou as tarifas para o triénio 2016-2018, como também na redefinição da atribuição das novas licenças para a gestão das embalagens, no âmbito do novo SIGRE – Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens, temas que são considerados fundamentais para a estabilização das estratégias governamentais, visando o cumprimento dos objetivos delineados no PERSU 2020.

Enquadramento conjuntural do exercício

Enquadramento macroeconómico

O crescimento da economia mundial voltou a ficar abaixo dos valores previstos devido a um fraco crescimento dos mercados emergentes e do comércio mundial, ainda que se tenha assistido a um aumento da produção industrial no último trimestre do ano, com consequências positivas no crescimento das trocas comerciais dos países em desenvolvimento. Destaque, pela negativa, para o Japão, cujo crescimento do PIB se revelou inferior ao esperado, ainda que acima do verificado em 2015, e para os Estados Unidos da América, que registaram um crescimento do PIB de 1,6% em 2016, bastante abaixo dos 2,7% previstos e dos 2,5% registados em 2015.

A economia europeia demonstrou, em 2016, ser capaz de manter o seu curso de crescimento e de combate à elevada taxa de desemprego, mesmo enfrentando diversos desafios económicos. De acordo com dados disponibilizados pela Comissão Europeia, a evolução foi mais acentuada no final do ano, beneficiando do apoio da política monetária, de uma baixa taxa de câmbio do euro e de uma melhoria das condições do mercado de trabalho, não sendo, no entanto, de descurar os riscos associados a um enfraquecimento do investimento, que poderá colocar em causa este equilíbrio e a ter, como consequência, um impacto negativo na sustentabilidade futura da recuperação.

Em Portugal, assistiu-se a uma retoma das exportações e do consumo privado, sobretudo no segundo semestre de 2016, embora tenha-se verificado uma diminuição no investimento devido a uma alteração do período do programa de co-financiamento europeu ao investimento e uma contração na política de concessão de crédito pelas entidades bancárias. De acordo com dados disponibilizados pela Comissão Europeia, estima-se que o PIB tenha crescido 1,3% em 2016, ligeiramente abaixo dos 1,6% previstos, sendo esperada uma evolução positiva com um crescimento de 1,6% em 2017 e 1,5% em 2018. São, no entanto, apontados riscos decorrentes de problemas não resolvidos no setor bancário que podem colocar em causa a recuperação do investimento. De acordo com os dados do Ministério da Economia, o indicador de clima económico voltou a apresentar sinais de recuperação face aos valores registados em 2015 ainda que tenha apresentado uma ligeira redução no 4º trimestre, invertendo a tendência de subida registada ao longo do ano. De igual forma, o indicador de confiança dos consumidores recuperou face aos valores registados em

2015, tendo neste caso atingido o valor mais elevado no último trimestre do ano. O índice de preços no consumidor apresentou uma variação homóloga de 0,6% em 2016 (0,5% em 2015) influenciada pelo aumento de 1,5 p.p. nos serviços. Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (“INE”), o indicador quantitativo do consumo privado apresentou um crescimento homólogo inferior ao registado em 2015 sendo os valores mais elevados observados no último trimestre de 2016, resultando de um contributo positivo mais expressivo da componente de bens duradouros e de um contributo menos intenso da componente de consumo corrente. O indicador de Formação Bruta de Capital Fixo registou uma variação homóloga negativa de 0,2 p.p. (5,2 p.p. em 2015), influenciado pelo contributo negativo do setor da construção, apenas compensado em parte pelo contributo positivo do material de transporte. Contrariamente ao verificado em 2015, observou-se um agravamento da balança comercial com as exportações a registarem uma variação homóloga de 0,9%, valor abaixo dos 1,2% registados nas importações, tendo sido registado um maior dinamismo de ambas no último trimestre do ano. A taxa de desemprego apresentou uma evolução positiva fixando-se nos 11,1%, 1,3 p.p. abaixo dos valores de 2015 (12,4%). Uma vez mais o crescimento da economia é posto em causa apesar da evolução positiva de diversos indicadores, ficando condicionado o seu crescimento a um conjunto de fatores dos quais se destacam o reequilíbrio da balança comercial, o aumento do consumo privado, a redução da taxa de desemprego e um maior dinamismo do investimento.

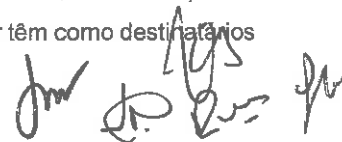
Enquadramento do setor dos resíduos

O ano de 2016 termina com a publicação da edição de 2016 do Relatório do Estado do Ambiente em Portugal, pela Agência Portuguesa do Ambiente, documento que apresenta informação relevante para a análise do setor dos resíduos no nosso País e que permite uma análise cada vez mais abrangente deste setor.

Avaliando um dos dados significativos desse relatório, verificou-se um aumento de 1% nas toneladas produzidas de resíduos urbanos no ano de 2015, sendo produzidas cerca 4,765 milhões de toneladas de resíduos urbanos em Portugal, das quais 4,52 milhões de toneladas no continente, o que corresponde a uma produção diária de 1,26 kg por habitante. Verifica-se, no entanto, a estabilização da fração recolhida seletivamente para valorização material face ao total de resíduos, o que vai em sentido contrário à estratégia comunitária e nacional para os resíduos, concluindo-se que os esforços e investimentos realizados tendo em vista a deposição seletiva, não tem sortido os efeitos esperados no comportamento da população. É por isso necessário analisar alternativas a implementar tendo em vista atingir os objetivos ambiciosos definidos no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (“PERSU”) 2020, nomeadamente no que diz respeito à preparação para reutilização e reciclagem e as retomas de recolha seletiva.

O pacote da economia circular adotado pela União Europeia em dezembro de 2015, vai obrigar a rever o PERSU 2020 e esta medida terá implicações no sector dos resíduos, em grande parte porque o estado membro (Holanda), que detêm a presidência europeia, está a exercer pressão para que o composto apenas seja considerado para as metas de reciclagem dos países da União Europeia quando resultar de recolha seletiva. Dado que Portugal tinha previsto investimentos no valor de 618 milhões de EUR, sendo parte desses investimentos destinados a estações de tratamento mecânico biológico (TMB), se o composto proveniente da recolha indiferenciada não puder contar para a reciclagem, como defende a Holanda, a lógica destes investimentos irá ser posta em causa e as metas a atingir para 2020 estarão comprometidas. No entanto as metas a atingir, estão também dependentes do reforço da recolha seletiva e do aumento de eficiência da triagem e recuperação de recicláveis em instalações de tratamento mecânico.

O programa-quadro de investigação e inovação Horizonte 2020, irá disponibilizar cerca de 70 milhões de EUR, entre 2016 e 2017, para projetos dedicados em exclusivo à economia circular. Os apoios a conceder têm como destinatários



os grandes projetos de demonstração nas áreas dos serviços sistémicos para a economia circular e da nova geração de serviços de água.

Em novembro de 2016, o Governo atribuiu duas licenças para operadores de resíduos de embalagens, alargando o número de entidades gestoras de uma para duas, surgindo no mercado a “Novo Verde”. A licença atribuída engloba os resíduos de embalagem de origem urbana, quer da recolha seletiva quer da recolha indiferenciada, estando as entidades gestoras compelidas a retomar todos os materiais de embalagem que cumpram as especificações técnicas. No mesmo mês foi também aprovado, o diploma que determina o valor de contrapartida financeira a pagar pelas entidades gestoras, a partir de 1 de janeiro de 2017, tendo em vista suportar os acréscimos de custo com a recolha seletiva e triagem de resíduos de embalagens, bem como a triagem dos resíduos de embalagens nas estações de tratamento mecânico e de tratamento mecânico e biológico, a valorização orgânica de resíduos de embalagens e o tratamento das escórias metálicas resultantes da incineração dos resíduos urbanos e demais frações consideradas reciclagem.

Análise da Atividade

A SUMA tem vindo a alcançar os objetivos de desempenho e crescimento preconizados pelos seus acionistas e é hoje um Grupo com uma estrutura sólida e sustentada, difundido internacionalmente por 6 países, em 4 continentes.

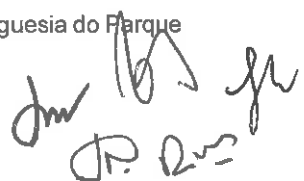
Durante o ano de 2016, a atividade da SUMA pautou-se pela consolidação do seu percurso e dos investimentos realizados, na procura de garantir a manutenção da sustentabilidade internacional do grupo e da liderança nacional no setor da gestão de resíduos, posição que preserva há duas décadas. A aquisição da EGF foi fulcral na estratégia de desenvolvimento para o mercado doméstico, dotando o Grupo SUMA de novos argumentos e abrangência na valorização de resíduos, acrescendo à manutenção da liderança nacional nas vertentes da recolha e limpeza urbana, a posição cimeira no tratamento de resíduos.

A SUMA continua a ter como atividade principal a prestação de serviços de recolha e limpeza urbana, com a qual marca presença em 52 municípios do nosso país, servindo perto de 2 milhões de habitantes.

Durante o ano de 2016 foram elaboradas 209 propostas no mercado nacional, que correspondem a um valor total de cerca de 114,2 milhões de EUR. À semelhança dos anos anteriores, ficaram pendentes de decisão, no final deste exercício, 12 propostas no valor de aproximadamente 81,8 milhões de EUR, uma importância muito significativa de propostas que, tendo sido elaboradas em 2016, só serão adjudicadas em 2017. Para analisarmos o desempenho comercial da Empresa, apresentamos as principais propostas cuja adjudicação ocorreu em 2016, incluindo algumas propostas que tendo sido elaboradas e apresentadas em 2015, apenas foram adjudicadas em 2016.

As adjudicações ao Grupo SUMA, no ano de 2016, atingiram os 22,9 milhões de EUR de carteira, um valor superior ao ano anterior em 7,5 milhões de EUR. Contribuindo para este valor global, merecem especial menção as seguintes adjudicações:

- Câmara Municipal de Torres Novas - Aquisição de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana no concelho de Torres Novas;
- Junta de Freguesia do Parque das Nações - Aquisição de serviços de limpeza urbana da freguesia do Parque das Nações;
- Câmara Municipal de Espinho - Serviços de recolha e transporte a destino final de RSU;

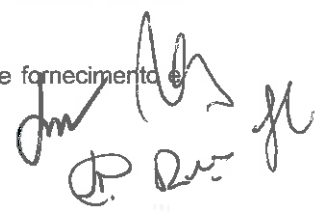


- Câmara Municipal de Vale de Cambra - Prestação de serviços de recolha de RSU e limpeza pública no município de Vale de Cambra;
- Câmara Municipal da Marinha Grande - Recolha e transporte de RSU produzidos no concelho da Marinha Grande;
- ALGAR - Recolha e transporte de resíduos urbanos embalagem – pequeno comércio e serviços;
- Câmara Municipal de Sintra - Aquisição de serviços de limpeza pública na cidade Agualva Cacém e Monte Abraão - Lote 2;
- Câmara Municipal de Matosinhos - Prestação de serviços para recolha de RSU e varredura do concelho - zona a poente da IC1/A28;
- Câmara Municipal de Lisboa - Aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos na área do Parque das Nações (zona de intervenção da EXPO' 98).

No ano de 2016, as prestações de serviços com duração igual ou superior a um ano totalizam 80,8% do total das adjudicações e são maioritariamente no âmbito dos serviços prestados a autarquias.

Os novos contratos com clientes com historial de relações comerciais no Grupo SUMA, com duração superior a um ano, representam um valor de carteira de cerca de 6,3 milhões de EUR:

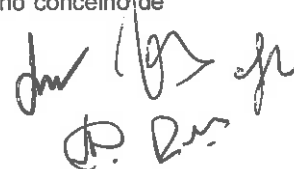
- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira - Contratação de serviços de lavagem e higienização de equipamentos para deposição de resíduos urbanos no concelho de Vila Franca de Xira;
- Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova - Aquisição de serviços de limpeza urbana e recolha de óleos alimentares usados no município de Condeixa-a-Nova;
- Câmara Municipal de Alijó - Prestação de serviços de limpeza urbana da vila de Alijó;
- Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto - Prestação de serviços para lavagem de contentores de RSU para o ano de 2016;
- Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto - Aluguer de viatura de recolha de RSU para o ano de 2016;
- Câmara Municipal do Porto - Aluguer operacional de veículos de limpeza urbana - Lote 1: Veículos automóveis pesados;
- Câmara Municipal da Figueira da Foz - Contratação de serviços de manutenção e limpeza das praias do concelho da Figueira da Foz;
- Câmara Municipal de Ovar - Aquisição de serviços para aplicação de herbicida;
- Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas - Aluguer de viaturas de recolha de resíduos;
- Câmara Municipal da Marinha Grande - Recolha e transporte de RSU produzidos no concelho da Marinha Grande;
- Câmara Municipal de Palmela - Prestação de serviços de varredura mecânica urbana;
- ALGAR - Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos embalagem nos equipamentos de deposição seletiva e limpeza de envolventes por um período de 2 meses, por ano - Lote A – concelho de Loulé;
- ALGAR - Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos embalagem nos equipamentos de deposição seletiva e limpeza de envolventes por um período de 2 meses, por ano - Lote B – concelho de Vila Real de Santo António;
- Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos - Aquisição de serviços de limpeza, desinfeção e fornecimento e colocação de autocolantes nos contentores de RSU;



- Câmara Municipal de Constância - Prestação de serviços de recolha e transporte a destino final, de RSU e lavagem e desinfecção de contentores no concelho de Constância;
- Câmara Municipal de Sintra - CT-2016/16001711_12 - Aquisição de serviços de limpeza pública na cidade Aqualva Cacém e Monte Abraão - Lote 2;
- ALGAR - Recolha e transporte de resíduos urbanos embalagem – pequeno comércio e serviços;
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Prestação de serviços de recolha de RSU e lavagem de equipamento no município de Vila do Conde;
- Câmara Municipal de Sines - Aquisição de serviços para lavagem e desinfecção dos equipamentos de deposição de resíduos urbanos do concelho de Sines;
- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho - Aquisição de serviços para o sistema de gestão de resíduos urbanos no município, em 2017.

Ainda considerando os clientes com recorrência de adjudicações ao Grupo SUMA, foram firmados contratos de duração inferior a um ano que representam, em 2016, uma carteira de aproximadamente 2,7 milhões de EUR, dos quais destacamos:

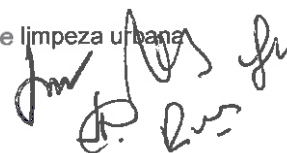
- Câmara Municipal do Montijo - Aquisição de serviços de colocação e recolha de contentores de grande dimensão nas freguesias do concelho do Montijo;
- Promotorres - Aquisição de serviços de limpeza Carnaval 2016;
- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho - Recolha e transporte de resíduos urbanos do município de Montemor-o-Velho; Aluguer de varredora mecânica compacta com condutor;
- Câmara Municipal do Porto - Aluguer operacional de veículos automóveis pesados, dividido em 2 lotes (CP/2/2016/DMC) - Lote n.º 1 - Veículos automóveis pesados;
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Prestação de serviços de limpeza de praias de Vila do Conde 2016;
- Câmara Municipal de Loulé - Serviços de recolha de contentores semi-enterrados, tipo *molok*, durante a época alta, e transporte a destino final de resíduos urbanos, no concelho de Loulé;
- Ponto Verde Serviços - Prestação de serviços de limpeza do recinto do festival NOS ALIVE 2016;
- Câmara Municipal de Montalegre - Concurso público urgente para aquisição de serviços de recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos;
- Autoestrada do Algarve – Via do Infante - Sociedade Concessionária – AAVI - Varredura mecanizada da A22 e nós da Via Infante de Sagres;
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Prestação de serviços de limpeza urbana no município de Vila do Conde;
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Prestação de serviços de recolha de RSU e lavagem de equipamento no município de Vila do Conde;
- Câmara Municipal de Peniche - Aquisição do serviço de limpeza de praias e de limpeza urbana costeira do concelho - Lote A: Praia da Consolação e área envolvente; Lote B: Baleal, Cova de Alfarroba-Gamboa, Quebrado, Papôa e Porto de Areia Sul; Lote C: Praias e zonas costeiras afetas ao evento *Rip Curl Pro Portugal* – prova do Circuito Mundial de Surf da WSL;
- Câmara Municipal de Vagos - Aquisição de prestação de serviços de limpeza do areal nas praias da Vagueira, do Labrego e do Areão e limpeza de arruamentos na praia da Vagueira;
- Câmara Municipal de Constância - Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU no concelho de Constância;



- Câmara Municipal de Aljezur - Aquisição de serviços de recolha e transporte de RSU e de lavagem de contentores;
- Câmara Municipal da Mealhada - Procedimento de ajuste direto para aquisição de serviços de desincrustação, limpeza, lavagem e desinfeção de contentores para recolha de RSU;
- Câmara Municipal de Amarante - Varredura mecânica de ruas;
- Câmara Municipal Seixal - Lavagem e desinfeção de contentores;
- Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. - Aquisição de serviços de gestão de ecocentros e recolha de ecopontos na Terra Quente Transmontana e no Douro Superior;
- Música no Coração - Limpeza do recinto do *Super Bock Super Rock*;
- Câmara Municipal do Redondo - Prestação de serviços de lavagem de contentores;
- Câmara Municipal do Alandroal - Prestação de serviços de lavagem de contentores;
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Prestação de serviços de recolha de RSU e lavagem de equipamento no município de Vila do Conde; Prestação de serviços de limpeza urbana no município de Vila do Conde;
- Câmara Municipal de Ourique - Prestação de serviços de lavagem e desinfeção de contentores;
- Câmara Municipal de Palmela - Serviço de remoção de RSU para o período de 10 de agosto a 18 de setembro de 2016;
- Câmara Municipal de Almeirim - Aquisição de serviços de desincrustação, limpeza, lavagem e desinfeção de contentores de recolha de RSU;
- Câmara Municipal de Almada - Prestação de serviços de eliminação de infestantes nos espaços públicos no concelho de Almada;
- Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova - Aquisição de serviço de lavagem de contentores de RSU de 800 litros de capacidade;
- Câmara Municipal de Amarante - Aluguer de viatura, com condutor, por um período de sete dias, para recolha de contentores enterrados e semienterrados (*molok*), equipada com grua, com caixa de recolha de 15 a 20 m³ de capacidade;
- Câmara Municipal de Matosinhos - Prestação de serviços para recolha de resíduos sólidos e varredura do concelho - Zona a poente da IC1/A28;
- Câmara Municipal de Palmela - Prestação de serviços de recolha de resíduos no concelho de Palmela - de novembro/2016 a abril/2017;
- Câmara Municipal de Sines - Aquisição do serviço de demonstração e equipamentos de varredura e de lavagem de pavimentos;
- Câmara Municipal do Seixal - Serviços de recolha de resíduos;
- Câmara Municipal do Seixal - Serviços de recolha de monos domésticos;

Para além destas adjudicações, a SUMA aumentou a sua carteira de clientes através da assinatura de contratos em novos concelhos, que representam uma carteira de 13,9 milhões de EUR:

- Câmara Municipal de Vale de Cambra - Prestação de serviços de recolha de RSU e limpeza pública no município de Vale de Cambra;
- Junta de Freguesia do Parque das Nações - Aquisição de serviços de limpeza urbana da freguesia do Parque das Nações;
- Câmara Municipal de Espinho - Serviços de recolha e transporte a destino final de RSU;
- Câmara Municipal de Torres Novas - Aquisição de serviços de recolha, transporte de RSU e limpeza urbana no concelho de Torres Novas;



- Águas da Covilhã - Prestação de serviço da recolha de resíduos urbanos e lavagem de contentores em freguesias e locais do concelho da Covilhã;
- Câmara Municipal de Lisboa - Aquisição de serviços de recolha e transporte de RSU na área do Parque das Nações (Zona de intervenção da EXPO' 98);
- Freguesia de Mina de Água (Amadora) - Aquisição de serviços de limpeza pública na freguesia de Mina de Água;
- Câmara Municipal de Viseu - Aluguer de 3 máquinas varredoras;
- Águas do Norte, S.A. - Aquisição de serviços de destino final de areias e gradados produzidos no Centro Operacional do Ave;
- Câmara Municipal de Évora - Aquisição de serviços de limpeza urbana;
- Junta de Freguesia de Avenidas Novas (Lisboa) - Serviços de higiene e limpeza urbana da freguesia de Avenidas Novas;

Foram também renovados alguns contratos durante este ano, dos quais destacamos os seguintes:

- Câmara Municipal de Almada - Prestação de serviços de lavagem e varredura dos passeios e vias públicas na União de Freguesias de Caparica e Trafaria e União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas;
- Universidade de Lisboa - Aquisição de serviços de recolha de resíduos;
- Câmara Municipal de Monção - Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU e equiparados produzidos no concelho e limpeza pública no centro urbano da vila de Monção;
- Câmara Municipal de Ourém - Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha de RSU e seu transporte ao aterro final (Alvega);
- Câmara Municipal de Terras do Bouro - Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU ao destino final e higienização dos pontos de recolha, no município de Terras de Bouro;
- Câmara Municipal de Valpaços - Serviços de recolha de RSU;
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - Conceção e prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de RSU e limpeza urbana no concelho de Vila Nova de Gaia nas freguesias de Avintes, Crestuma, Lever, Olival, Pedroso, Sandim, Sermonde, Seixezelo, Grijó, S. Félix da Marinha, Arcozelo, Gulpilhares, Valadares, Madalena, Canidelo e Afurada (contrato nº CT23/01);
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - Conceção e prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de RSU e limpeza urbana no concelho de Vila Nova de Gaia nas freguesias de Stª Marinha, Mafamude, Oliveira do Douro, Vilar de Andorinho, Vilar do Paraíso, Caleças, Perosinho de Serzedo (contrato Nº CT24/01);
- Câmara Municipal de Alcobaça - Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU a destino final;
- Câmara Municipal de Ílhavo - Prestação de serviços de limpeza dos areais das praias da Barra e Costa Nova, limpeza de zonas marginais da Ria e limpeza de vias e zonas de lazer;
- Câmara Municipal de Ílhavo - Prestação de serviços de limpeza urbana e de gestão do ecocentro no município de Ílhavo;
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures - Aluguer de viaturas de recolha de resíduos de carga lateral;
- Serviços Municipalizados de Sintra - Prestação de serviços de recolha e transporte de RSU produzidos nas áreas das freguesias de Aqualva Cacém e Queluz;
- Câmara Municipal de Vila do Conde - Prestação de serviços de limpeza urbana em Vila do Conde;

- Câmara Municipal de Vila do Conde - Prestação de serviços de recolha de RSU e lavagem de equipamento no município de Vila do Conde.

Perspetiva-se o lançamento de diversos concursos públicos durante o ano de 2017, pelos seguintes municípios e entidades: Vila do Conde, Montalegre, Resíduos do Nordeste, Ílhavo, Almada, Odívetas, Leiria, Grândola, Santarém, Benavente, Loulé, Castelo Branco, Belmonte, Almeida, S. João da Madeira, Arouca, Ferreira do Alentejo, Vila do Bispo, Vila Real, Inframoura, Vila Franca de Xira, Coimbra, Montemor-o-Velho, Lagos, Alcanena, Lagoa (Açores), Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Tarouca, Águeda e Estarreja.

A ação da área comercial da SUMA, dos vários responsáveis da produção, bem como da própria administração, no que diz respeito, quer aos contactos permanentes com os atuais clientes, quer a contactos com potenciais clientes, é essencial para se atingir este objetivo, nomeadamente, os resultados pretendidos ao nível da quota de mercado.

Ao avaliar a atividade da Empresa pela quantidade de resíduos geridos em 2016, constata-se uma diminuição dos serviços de recolha de RSU, que recolheram menos 7,58% de resíduos do que no ano anterior.

Toneladas de resíduos	2014	2015	2016	Varição 15/16
Recolha Indiferenciada	558.072	587.824	545.897	(7,13%)
Recolha Seletiva	17.925	16.185	12.034	(25,65%)
Recolha de resíduos industriais	50	345	596	72,80%
Total	576.048	604.354	558.527	(7,58%)

A diminuição verificada ao nível da quantidade de resíduos recolhidos foi determinante para a quebra registada no valor do volume de negócios no ano 2016. Apesar disso, foi possível aumentar o volume de negócios nas atividades relacionadas com o tratamento de RSU e com os resíduos industriais.

Volume de negócios por atividade (milhares de euros)	2014	2015	2016	Varição 15/16
Recolha RSU e limpeza urbana	49.901.573	49.650.998	47.510.804	(4,31%)
Tratamento RSU	522.080	489.351	918.121	87,62%
Resíduos industriais	400.831	509.720	869.113	70,51%
Total	50.824.484	50.650.069	49.298.037	(2,67%)

A análise dos proveitos por atividade da SUMA confirma que a Empresa mantém o seu *core business* na prestação de serviços de recolha de RSU e limpeza urbana. Esta opção estratégica, que distribui as áreas de atuação pelas diversas empresas do Grupo SUMA, assente na especialização de cada uma delas, aponta para objetivos ambiciosos e otimistas e tem a SUMA como base de um Grupo que se pretende afirmar, desde o primeiro dia, como principal operador nas suas áreas de atuação.

A já mencionada aposta no mercado internacional é o projeto mais ambicioso da SUMA e o percurso de crescimento realizado pelas suas participadas no estrangeiro chega, em 2016, a 5 países em 3 continentes, onde são servidos mais de 3,5 milhões de habitantes.



Planeamento e controlo

Para a área de planeamento e controlo da SUMA, o ano de 2016 foi de intensa atividade, mantendo como principais propósitos o apoio à administração e direções de produção no acompanhamento da operação, apoio aos centros de serviço ("CS") no planeamento funcional e económico das diversas atividades, recolha de dados para planificação operacional, gestão da base de dados de indicadores de produção e apoio à área comercial nos estudos necessários à preparação de propostas comerciais.

Dando seguimento ao trabalho desenvolvido na componente de sistemas de informação geográfica ("GIS"- *Geographic Information System*), 2016 foi maioritariamente destinado ao apoio ao departamento comercial, na preparação dos planos de trabalho para anexar às propostas, quer para os concursos a nível nacional quer a nível internacional, tendo sido relegado para segundo plano o apoio à produção nacional. No apoio aos estudos e propostas destacam-se, pela duração do trabalho realizado, os trabalhos realizados para os concursos do Porto, Sintra, Óbidos, Vila Real de Santo António e Vila do conde, entre outros de menor dimensão. A nível internacional, colaborámos ativamente nas várias propostas apresentadas, quer para Omã, quer para Angola. A nível da produção nacional, destacam-se como maiores trabalhos realizados o apoio prestado a Montalegre, Vila Nova de Gaia, Algarlinha, Montemor-o-Velho, Valpaços e Marinha Grande, entre outros.

A área de planeamento e controlo da SUMA continua também a desenvolver e a disponibilizar várias aplicações para apoio operacional, com as quais procuramos aligeirar o trabalho efetuado pela produção, assim como obter informação mais fiável e online com a realização do serviço efetuado no terreno.

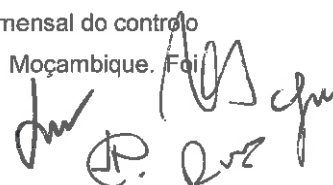
Em 2016, deu-se continuidade ao GiSUMA, um *site* onde é registado e disponibilizado o planeamento dos centros de serviço e no qual devem ser assinaladas as alterações introduzidas no terreno para que os planos de trabalho realizados se mantenham atualizados, estando neste momento disponível em praticamente todos os centros de serviço, possibilitando assim que estes centros possam manter atualizada a informação relativa aos serviços que efetuam, nomeadamente a relativa à contentorização.

Ainda a nível nacional, o Registo Recolha de Ecopontos ("RRE"), teve finalmente o impulso esperado, com a introdução de algumas novas especificidades na aplicação, que permitiram melhorar significativamente o seu desempenho e, consequentemente, também melhorar o desempenho operacional da Empresa.

Foi também desenvolvida uma nova aplicação para o novo contrato com a "Algarlinha", aplicação que permite o registo das recolhas seletivas efetuadas, permitindo fazer o cruzamento das recolhas por produtor.

Dadas as particularidades dos serviços em Omã, foram desenvolvidas várias aplicações específicas e com a componente móvel, aplicações para registo e controlo de toda a atividade desenvolvida, e que estão igualmente disponíveis para consulta pelo nosso cliente. Entre outras, destacam-se a aplicação para registo e controlo do aterro e estações de transferência, registo e controlo das lavagens de contentorização, assim como o portal com todas as aplicações existentes nesse território.

Na componente orçamental e de controlo da produção, deu-se continuidade ao acompanhamento mensal do controlo orçamental e sua execução, de todos os centros de serviço nacionais e também em Angola e Moçambique. Foi



igualmente, a exemplo dos anos anteriores, prestado todo o auxílio aos centros de serviço na elaboração do orçamento para 2017 e posterior elaboração dos vários relatórios para a administração.

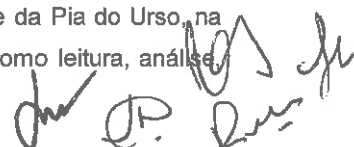
Educação e sensibilização ambiental

Na senda da otimização dos serviços de Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana da SUMA por via da elevação dos níveis de maturação cívica das populações servidas, foram intervencionados 166 mil alvos em ações qualitativas de Educação e Sensibilização Ambiental, no âmbito dos Planos Estratégicos de Intervenção 2015/2016 e em ações extra contratadas, sendo que mais de 40% destes alvos foram abordados diferenciadamente em contexto escolar, laboral ou de lazer, num somatório de quase 5 mil horas de contactos pró-ativos, estando os restantes alvos associados a distribuições passivas, em rede ou indiretas.

A população em geral e a comunidade educativa foram os grandes grupos-alvo destas intervenções, somando-se 101 mil (61%) utentes, consumidores, educadores, moradores, utilizadores de espaços públicos e de animação noturna e frequentadores de festas temáticas, e 53 mil (33%) discentes, docentes e auxiliares de ação educativa da educação pré-escolar, primeiro e segundo ciclos do ensino básico e secundário da rede pública do Ministério da Educação ou da rede privada. Os restantes 12 mil alvos intervencionados, essencialmente públicos específicos, agrupam-se em 10 mil banhistas (6%), mil automobilistas (0,5%), mil gerentes e trabalhadores de estabelecimentos comerciais (0,5%). Estes planos e ações ocorreram em 21 municípios clientes - Alcobaça, Aveiro, Batalha, Caminha, Celorico de Basto, Condeixa-a-Nova, Felgueiras, Figueira da Foz, Ílhavo, Lousada, Oliveira do Bairro, Ourém, Paços de Ferreira, Porto, Porto de Mós, Rio Maior, Terras de Bouro, Trancoso, Santa Maria da Feira, Valença e Vila Nova de Gaia -, e numa empresa cliente - MARL, Mercado Abastecedor da Região de Lisboa -, a que se juntaram mais municípios e empresas que efetuaram aquisição de serviços específicos de Educação Ambiental (o Município de Sever do Vouga e as empresas VALORSUL - concretização em 15 municípios da área de influência desta -, TRIAZA e OGMA, através da TRIU, e, além-fronteiras, a empresa ECO VISION - a operar no Sultanato de Omã).

Somam-se, assim, quase 1 centena de campanhas, 98 concretizadas em território nacional, mais 31% do que o previsto, sendo 46 reportantes a temáticas transversais (recolha, limpeza e cidadania) sob formatos variados - Ações (efetuadas em 16 locais), Estruturas Fixas de Sensibilização (disponibilizadas em 14 municípios), Unidades Móveis de Sensibilização (realizadas junto de 9 clientes) e Plataformas Web de Sensibilização (inseridas em 7 locais) -, 18 campanhas incidiram sobre a valorização, 16 campanhas sobre a redução, e igual número sobre o acondicionamento e deposição, e, ainda, 2 campanhas específicas sobre a recolha de resíduos de grandes dimensões e a reutilização de bens prestáveis. De referir, numa análise micro, a "popularidade" de campanhas como "Também foi Pago" (efetuada em 15 locais), "A Tradição" (efetuada em 9 locais), "Respeitar os Sinais" e "EKOPÁTEO" (ambos efetuados em 6 locais), "Esquecidos e Achados - Extraviados" e "Da loja ao Lixo" (efetuados, cada um deles, em 5 locais) e projetos como o ECOKIOSKO® (concretizado em 11 locais) e a plataforma SUMAKIDS® (inserida em 5 locais).

A adesão a projetos como Estruturas Fixas de Sensibilização e Plataformas Web de Sensibilização, e a aposta contínua em estratégias de educação diferenciadas, justificaram a criação de 4 novos projetos - o ECOSPOT®, a Toca do Urso®, os ANIMAIS DA CIDADE e a ZOOURBANIDADE -, que tiveram honras de sessões de teatro e inauguração específicas. O ECOSPOT® e a Toca do Urso® são Estruturas Fixas de Sensibilização que se consubstanciam, respetivamente, numa tenda-auditório amovível com zona de projeção de vídeo destinada a redescobrir a História dos Resíduos, e num projeto de mobiliário urbano lúdico, criado especificamente para o Ecoparque da Pia do Urso, na Batalha, aliando a atividades de motricidade - como escalada e espaldares -, e cognitivas - como leitura, análise,



rotação e registo fotográfico – a conceitos e rotinas ambientais, num total de 13 atividades ao ar livre. Este último projeto assume também o formato de plataforma interativa – com o mesmo nome Toca do Urso® –, com contos, vídeos e fichas temáticas, pré e pós-visita à estrutura da estação de educação ambiental, tendo já sido visitado por mais de 700 internautas, desde a sua criação no início de dezembro de 2016.

Outro projeto que toma a forma de espaço web interativo é a nova plataforma ANIMAIS DA CIDADE, criada no segundo semestre do ano, e que disponibiliza 6 jogos *online*, 10 fichas descarregáveis e 15 curtas ambientais destinadas a trabalhar as questões da urbanidade, através das metáforas dos comportamentos animais (contando, atualmente, com mais de 1.300 visitantes). É também a temática dos comportamentos irracionais dos humanos, no que concerne a gestão correta dos resíduos, que está presente na viatura de grandes dimensões reconvertida em espaço de sensibilização - ZOOURBANIDADE, com previsão de inauguração oficial no início de 2017, mas que marcou, em género de antestreia, presença em dois eventos no último trimestre de 2016. Esta nova Unidade Móvel de Sensibilização junta-se aos restantes 16 projetos itinerantes existentes – LIXOTECA® (6 projetos), CIDADÓMETRO®, ECOSCÓPIO®, ECOMACHIMBA, LIXOMACHIMBA (5 projetos), REUTILÂNDIA® (2 equipamentos, tendo um deles conhecido uma atualização de imagem e estratégia no ano em referência) -, e disponibiliza, num espaço seccionado, a bancada da cidadania (com o preenchimento de postais endereçados aos altos responsáveis pela gestão ambiental nacional), o beco da sabedoria (com 6 videojogos sobre acondicionamento e deposição de RU e limpeza urbana) e o coreto dos animais (com 17 eco curtas), para os visitantes aprenderem a respeitar os sinais de urbanidade.

A educação sobre rodas tomou, também, à semelhança do ano anterior, o formato de painéis de sensibilização nos carrinhos de varrição, em 21 municípios clientes, numa clara associação entre o serviço executado de limpeza urbana e os procedimentos dos municípios para a sua manutenção. Carrinhos decorados que se juntaram ao desfile em duas grandes ações de sensibilização, ocorridas em Santa Maria da Feira e na Figueira da Foz, e que mobilizaram mais de 2 milhares de manifestantes pacíficos, e outros tantos transeuntes curiosos, exigindo a manutenção da higiene urbana por todos.

Se as manifestações fazem parte de uma democracia viva, também a partilha de rotinas sustentáveis se enquadram numa política de prevenção da produção de resíduos e combate ao desperdício, com a aposta numa ação resiliente e propagada nas redes sociais, que recorre aos suportes *Facebook* e *YouTube* enquanto canais privilegiados para disseminar vídeos temáticos e conteúdos ambientais e de cidadania - contando a página oficial de *Facebook* de Educação Ambiental da SUMA, no final do ano, com mais de 5.000 seguidores; o canal *Youtube* da SUMA com cerca de 7.000 visualizações (só considerando os 21 vídeos criados em 2016); e, tendo sido concebidos selos temáticos, associando posturas de cidadania aos animais dos signos chineses, para aposição nas assinaturas eletrónicas dos Trabalhadores. A continuidade e reforço do projeto AmbiSUMA Jr.®, em parceria com a MEO Kids – Portugal Telecom, aumentou ainda mais esta abrangência e operacionalizou dinamicamente a responsabilidade social da empresa. Dinâmica operacional também presente no projeto RIMA'rte® que, no ano analisado, iniciou a criação das fundações da loja *online* e concebeu vários materiais – como estojos, porta-chaves, bolsas e cadernos -, produzidos a partir de “lixo”, para dar resposta a projetos corporativos e a planos de sensibilização. Estas ações de educação de grande abrangência, que extravasam os limites da própria empresa, usaram, para além da via digital, o suporte físico, com a distribuição de volantes ecológicos em meios não convencionais, como o encartamento com o AmbiSUMA do conjunto de fascículos “Mezinhas Caseiras”; o envio de correio endereçado, com os calendários “Sabedoria Popular”, substituindo o tradicional postal de boas festas aos Estabelecimentos de Ensino e, em alguns casos, também a clientes / parceiros locais; e as entregas diretas, em contactos mais ou menos comerciais, destes ou outros suportes funcionais

ou lúdicos de cariz ambiental. De referir, que muitas destas ações foram igualmente desenvolvidas “dentro de portas” para o cliente interno – os Trabalhadores –, em rubricas como o “Ambiente à Sexta” (com 9 ações específicas desenvolvidas em 2016), o “Ambiente em Festa”, entre outras.

Todas estas atividades resultaram em medidas de eficácia representativas da concretização de alguns dos objetivos a que a Educação Ambiental da SUMA se propõe para a construção, conjunta, de um ambiente melhor - um aumento de mais de 17,6% na quantidade total de Óleos Alimentares Usados recolhidos (OAU) e 33,7% na quantidade recolhida junto da comunidade escolar, em Condeixa-a-Nova; um aumento médio do rácio de resíduos valorizáveis encaminhados face à totalidade dos resíduos produzidos, pré e pós planos de intervenção local, de 2,28%; um desvio de aterro de 80.000 utilidades, através de rotinas de reutilização e reencaminhamento de bens prestáveis, no âmbito do projeto REUTILÂNDIA®, junto da população Gaiense (com mais de um centena de visitantes diários a esta Unidade Móvel Solidária); a difusão e publicação de cerca de 2 centenas de artigos e notícias sobre as ações de Educação Ambiental com valor de AAV (*Automatic Advertising Value*), no ano em questão, de 131.346 EUR, para uma média de ROI de mais de meio milhão de euros.

Recursos humanos

A SUMA enquadra, na sua estratégia de desenvolvimento, uma aposta concreta no envolvimento e comprometimento dos trabalhadores com a cultura empresarial e investe na gestão de recursos humanos com objetivo de promover a valorização e motivação dos trabalhadores, formação e segurança, qualidade e melhoria das condições de trabalho, na certeza que os colaboradores desempenham um papel crucial para o sucesso da Empresa.

Durante o ano de 2016, a SUMA contou com um número médio de 1.612 trabalhadores, aos quais se juntam 7 trabalhadores cedidos pelas câmaras municipais, tendo decorrido uma adaptação do número de colaboradores à evolução do negócio da Empresa, que se traduziu num aumento de 163 colaboradores em relação ao ano anterior.

Para fazer o enquadramento dos serviços de gestão de recursos humanos (“GRH”) da SUMA, é importante clarificar que estes centralizam a gestão de várias empresas do Grupo SUMA, pelo que o relato seguinte agrega as atividades desenvolvidas relativamente a esse conjunto de empresas, nomeadamente: SUMA, SUMA Matosinhos, SUMA Esposende, SUMA Porto, NOVAFLEX, REAL VERDE, RIMA, SIGA, TRIU, Correia & Correia, SRI, ENVIROIL SGPS, ENVIROIL II, sendo que no final do ano 2016 já se iniciou a preparação da inclusão de mais uma empresa, a TRIAZA.

Durante o ano de 2016, este conjunto de empresas teve uma média de 2.064 trabalhadores, com uma média de idades de 44 anos, dos quais 87% são do género masculino. A maior parte dos trabalhadores têm habilitações literárias ao nível do 1º ciclo do ensino básico (30%) e são maioritariamente de nacionalidade portuguesa. Salienta-se que 79% dos trabalhadores pertencem à área operacional, sendo que os restantes 21% pertencem à estrutura e oficinas.

Estas empresas apresentam, em conjunto e durante o ano de 2016, um absentismo de 5%, sendo as ausências, na sua maioria, devido a baixas por doença. Houve uma rotatividade anual de 33%, porque em 2016 verificou-se o início de vários serviços e também ao encerramento de alguns contratos de prestação de serviços.

Em termos de gestão disciplinar, verificou-se que foram realizados 38 processos disciplinares, dos quais 8 terminaram em despedimento com justa causa.



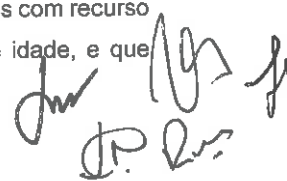
Em 2016, a atividade relacionada com o Recrutamento e Seleção ("R&S") sofreu algumas alterações na sua abrangência. Normalmente associados aos processos dos serviços de apoio, nomeadamente na identificação de perfis administrativos e técnicos, este ano, e dadas as dificuldades de contratação de motoristas de pesados e mecânicos, perfis tipicamente associados aos serviços de produção, os serviços de GRH foram solicitados para o recrutamento destes profissionais. Desta forma, foram efetuados 39 processos de recrutamento, dos quais 24 referem-se a perfis de produção, concretamente de cantoneiros, motoristas, mecânicos e trabalhadores para o armazém. Este incremento na atividade R&S levou ao ajuste dos processos de identificação de candidatos, tendo-se procurado reforçar as parcerias com entidades públicas (Centros de Emprego e Gabinetes de Inserção Profissional), bem como com escolas e instituições de ensino profissional, cujos alunos se enquadrassem nos perfis definidos. De referir, também, os processos de recrutamento de cantoneiros para os dois festivais musicais de verão, "NOS ALIVE" e "SUPER BOCK SUPER ROCK", de carácter pontual, tendo-se realizado o recrutamento de 120 trabalhadores para o primeiro evento e 30 trabalhadores para o segundo.

A aplicação de uma política de Saúde, transversal a toda a organização, resulta no compromisso de integrar a saúde dos colaboradores em todos os processos da empresa e por esta via reforçar o valor da vida e do bem-estar, e o seu impacto na sustentabilidade da atividade. A promoção da saúde e a prevenção de riscos ocupacionais exigem o desenvolvimento de locais de trabalho saudáveis e uma aposta determinada para a prossecução deste objetivo. Neste âmbito, o Grupo SUMA operacionaliza a política de promoção da saúde, com base em protocolos de monitorização definidos de acordo com diferentes fatores, tais como a idade e a atividade profissional de cada colaborador. Um dos principais veículos desta política é o programa de vigilância da saúde, em articulação permanente com o nosso prestador de serviços de saúde e que resultou, em 2016, na efetivação de 1.664 consultas de medicina do trabalho (exames de admissão, periódicos e ocasionais). Para além da realização dos exames de medicina no trabalho, em 2016, realizamos um plano ambicioso de vacinação contra a gripe, campanhas de sensibilização específicas e melhorámos vários processos, projetos que se encontram em consolidação e são uma base sólida para avançarmos com novas iniciativas e alargar as atividades de promoção da saúde no Grupo SUMA.

A análise ao último triénio revela um número relativamente estável de exames periódicos e ocasionais e, em 2016, um incremento acentuado dos exames de admissão. No ano de 2016 foram realizados 974 Exames Periódicos e 126 Ocasionais. Os indicadores relativos aos exames de admissão evidenciam um aumento em 2016, foram efetivados 564 exames, um incremento de 37% em comparação com 2015.

Empresa	Admissão	Ocasional	Periódicos	Total Geral
SUMA	533	107	851	1.491
SUMA MATOSINHOS	12	13	66	91
NOVAFLEX	17	5	16	38
SUMA PORTO	2	1	21	21
SUMA ESPOSENDE	2	1	10	13
RIMA	2	1	6	6
REAL VERDE	2	1	4	4
Total	564	126	974	1.664

Os resultados dos exames de medicina do trabalho confirmaram a aptidão de 1.610 colaboradores, 49 foram considerados Aptos Condicionados e 5 Inaptos Temporariamente. Estes exames médicos são realizados com recurso a uma bateria de exames complementares, definidos em função da atividade profissional, género e idade, e que permitem acompanhar e avaliar o nível de saúde de cada colaborador e a sua aptidão para o trabalho.



Iniciamos, em 2016, a definição e teste de alguns indicadores para apoio da gestão deste processo e foram recolhidos dados relativos a cada uma das fases. Os testes realizados foram positivos e irão permitir no próximo ano consolidar a monitorização dos tempos médios de cada etapa, recolhendo dados relativos à fase identificação da necessidade, pedido de marcação, encaminhamento do pedido para o prestador e conclusão do processo. Destacamos aqueles que se revelaram mais consistentes e que nos apoiaram na monitorização da eficiência e conformidade legal do processo:

- Tempo médio de marcação: 1,6 dias
- Tempo médio de envio do pedido ao prestador: 2,5 dias
- Tempo médio para efetivação da marcação por parte do prestador: 3,8 dias
- Tempo médio para conclusão do processo (Exames de Admissão e Ocasionais): 10,5 dias

Esta monitorização de prazos irá permitir um melhor controlo do desempenho do procedimento, deteção de melhorias e acompanhamento da conformidade legal.

No ano de 2016, a gestão dos cerca de 1.000 exames periódicos anuais foi integrada num ciclo mensal. Cada fase do ciclo foi calendarizada, de acordo com um plano sequencial divulgado a todos os envolvidos e que se fecha mensalmente com agendamento e comunicação dos locais, datas e horários de todos os exames a todos os colaboradores convocados. Neste processo são ainda identificadas as situações que estejam em atraso tais como a emissão de fichas de aptidão ou outros aspetos relacionados com a gestão dos exames periódicos. Para monitorizar o processo foram desenvolvidos instrumentos de monitorização, onde é efetuado o acompanhamento de cada etapa. Esta metodologia de trabalho refletiu-se de forma positiva na eficiência da gestão dos exames periódicos, permitindo planejar o processo, harmonizar procedimentos, melhorar o cumprimento dos prazos, concentrar num período definido a gestão dos exames periódicos e contribuir para uma diminuição significativa das remarcações de exames de medicina do trabalho. A atribuição de um ID a cada processo veio também contribuir para uma melhoria da eficiência do componente administrativa e no acompanhamento de cada pedido. Por outro lado, permitiu reduzir de forma significativa o fluxo de documentos em suporte físico e desmaterializar o arquivo associado a este processo.

O acompanhamento dos resultados dos exames médicos foi revisto de forma a promover uma resposta mais atempada e em simultâneo monitorizar a aplicação das recomendações médicas. Para este efeito foi definido um circuito interno de análise, decisão e efetivação das recomendações médicas, com a participação das áreas de recursos humanos, qualidade, ambiente e segurança, gestão de equipamentos e área produtiva. Nos casos em que é necessária a adaptação da atividade profissional, é efetuado um acompanhamento ao processo com a recolha de informação e registo. Por outro lado, está em curso, em articulação com o prestador de serviços de medicina do trabalho, um conjunto de medidas que visam facilitar os esclarecimentos necessários à implementação das recomendações médicas, nomeadamente nos casos em que surjam dúvidas na sua implementação.

Foi definido um modelo para todas as comunicações eletrónicas, internas e externas relacionadas com a marcação de exames de admissão, periódicos e ocasionais. Nestas comunicações foram incluídas mensagem de alerta e de reforço das boas práticas. Estas mensagens são alteradas de acordo com necessidades específicas ou com o intuito de reforçar uma determinada prática ou método de trabalho.

Considerando a exposição às condições climáticas e a idade de muitos dos nossos colaboradores, e tal como tem vindo a ser promovido em anos anteriores, o Grupo SUMA, promoveu uma campanha de vacinação contra a gripe que abrangeu todos os colaboradores que indicaram essa pretensão. Durante o ano de 2016, a campanha decorreu

entre novembro e dezembro, em todas as unidades do Grupo. Para este efeito, foi efetuado um levantamento prévio, para confirmar os colaboradores que pretenderam integrar a campanha, e este levantamento identificou os 21 locais para aplicação das vacinas. Durante esses dois meses, uma equipa de 4 enfermeiros deslocou-se à maioria das instalações do Grupo SUMA e executou o protocolo de vacinação contra a gripe, que incluiu o despiste e informação, efetuado pelo enfermeiro, de eventuais contraindicações e precauções a considerar, a todos os colaboradores, e a aplicação de 989 vacinas.

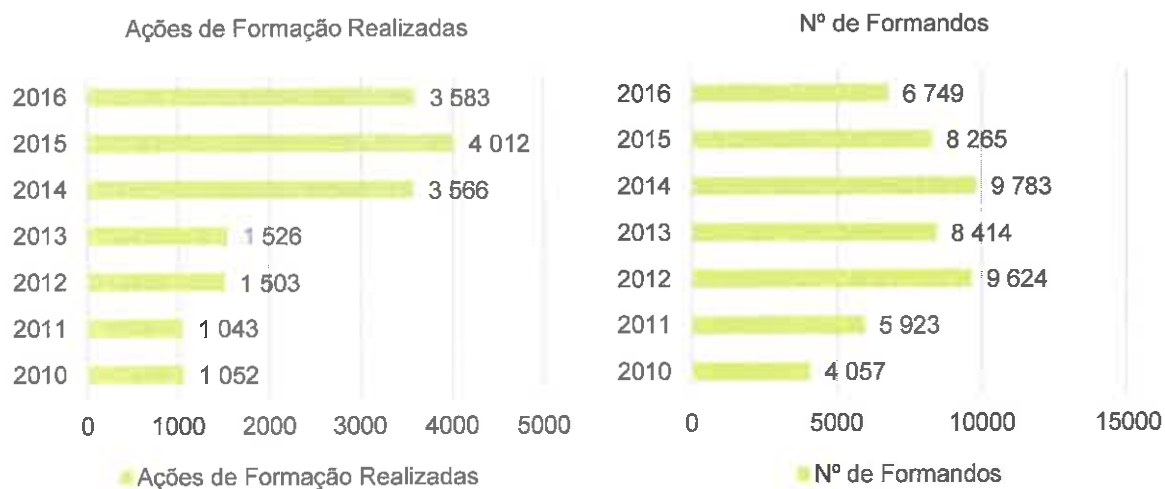
Com o intuito de promover melhores práticas ergonómicas e prevenir os problemas de saúde relacionados com os postos de trabalho informatizados, nomeadamente as lesões músculo esqueléticas, foram promovidas 2 sessões de sensibilização com um técnico, especialista em ergonomia. Esta campanha foi dirigida aos trabalhadores que se encontram na Sede da SUMA. Esta iniciativa incluiu um enquadramento dos riscos e impactos na saúde do trabalho realizado à secretária, seguido de uma avaliação individual do posto de trabalho de cada colaborador e indicação de melhorias concretas. Foi ainda realizada uma sessão de ginástica laboral e distribuído material de apoio. Posteriormente foi realizada uma sessão de *follow up*, com um foco muito prático, para reforço dos princípios ergonómicos e boas práticas de organização do espaço de trabalho de cada participante.

Foram realizadas 2 reuniões da comissão local de segurança da Sede, em maio e dezembro de 2016. No âmbito dos trabalhos da Comissão Local de Segurança da Sede de 2016, foi definido a realização de um questionário para avaliação do perfil de saúde dos colaboradores, aplicado no princípio de dezembro de 2016. O questionário utilizado abordou diferentes dimensões, com incidência no estado geral de saúde, tipo de doenças e atividade física. Os resultados recolhidos indicam que 25,8% dos participantes considera o seu estado de saúde muito bom, 64,5% perceciona um nível de saúde bom, 10% considera o estado de saúde razoável. Os principais problemas de saúde identificados foram: alergias (50%), problemas crónicos nas costas, dores cervicais ou outros problemas no pescoço (30%), foram também identificados problemas respiratórios ou asma (10%) e outros problemas (20%). Relativamente às respostas recolhidas com foco na atividade física, estas evidenciam que a maioria dos colaboradores se desloca a pé ou de bicicleta, pelo menos 5 dias (por período não inferiores a 10m), 58% desloca-se a pé mais de 30 minutos por dia. Por outro lado, mais de 60% dos colaboradores praticam exercício físico mais de 3 dias por semana, cerca de 13% prática exercício físico 1 a 2 vezes por semana e 25% não realiza qualquer atividade física semanal.

No que respeita à área de formação, tendo em conta que o ano de 2015 foi um ano dedicado à formação de âmbito comportamental por parte do departamento de formação, em 2016 o planeamento da atividade formativa centrou-se, essencialmente nas áreas de formação ligadas às temáticas de Higiene e Segurança no Trabalho. Numa fase em que projetos como os "10 Minutos de Segurança" ("10 MDS") e os "Tutores" estão já consolidados, o departamento procurou apostar este ano na formação em sala como reforço do trabalho desenvolvido ao longo do ano pelas chefias de produção. Neste sentido, o departamento de formação planeou para o ano de 2016 a realização de 142 ações de formação e a integração de 1.726 formandos em ações de formação interna. Paralelamente, projetou-se a realização das campanhas de Combate a Incêndios, Primeiros Socorros e Operação de Gruas, a iniciar em 2016 com continuidade pelo próximo ano. Também o Programa de Formação dirigido às chefias de produção, projeto iniciado em 2015, teve continuidade neste presente ano, com a abertura de mais dois cursos: Qualidade, Ambiente e Segurança e Tecnologias de Informação. De realçar que o curso Gestão de Risco e Seguros ficou concluído no presente ano, com a integração de 61 das 69 chefias de produção planeadas para este curso. No que diz respeito ao plano de formação a realizar pelos Tutores, e visto que este já é um projeto bastante sólido, em 2016 apostou-se na realização de apenas uma fase de formação, em que todos os trabalhadores deveriam participar numa ação de formação na temática de Segurança e outra na temática de Operação de Equipamentos. A riqueza dos dados

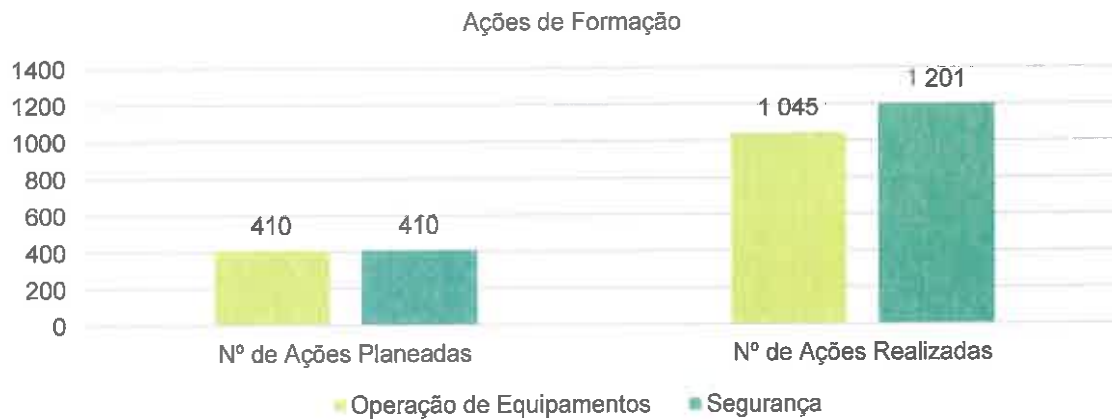
recolhidos, no ano anterior, possibilitou que se direcionasse a formação para aqueles que são os comportamentos que cada trabalhador necessita melhorar, em ambas as temáticas, dispensando assim a realização das duas fases de formação, de âmbito comparativo, e permitindo a aposta na realização de apenas uma fase, mais sólida. Assim para este projeto foram definidos os seguintes objetivos:

- Objetivo 1 - Realizar 820 ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos;
- Objetivo 2 - Cumprimento de 2.416 presenças em ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos;
- Objetivo 3 - Cumprimento de 7.248 volume de horas em ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos.



Conforme podemos observar nos gráficos acima, tem-se verificado uma tendência positiva tanto no número de ações de formação realizadas como no número de formandos presentes nas ações, ainda que 2016 tenha ficado um pouco abaixo dos valores realizados nos anos anteriores. No entanto, esta é uma situação justificável com o facto de se ter apostado num maior acompanhamento da realização dos serviços. Este trabalho de campo tornou-se fundamental, não só para a atualização dos conteúdos formativos que se levou a cabo durante o ano, como para poder acompanhar de perto o projeto de formação dos Tutores e dos 10 MDS. Desta forma pretendeu-se dar um maior apoio e criar proximidade na concretização, em terreno, destes dois projetos que se têm revelado cruciais para a empresa.

Em relação ao objetivo de realização de 820 ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos, em 2016, os Tutores realizaram 2.246 ações de formação em Segurança e Operação de Equipamentos, ultrapassado em larga escala o planeamento efetuado. Ao contrário do que tem acontecido, este ano formativo contou apenas com uma única fase de formação, como forma de direcionar as ações para os comportamentos a melhorar identificados no ano anterior, e não com o carácter comparativo que se tem realizado em anos anteriores. O gráfico seguinte mostra os resultados alcançados no desenvolvimento do plano de formação executado pelos tutores, relativamente a ações de formação.



Relativamente ao cumprimento de 2.416 presenças em ações de formação, em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos, foram registadas 3.563 presenças. Conforme apresentado no gráfico abaixo, quer na área de segurança, quer na área de operação de equipamentos o objetivo proposto foi ultrapassado.

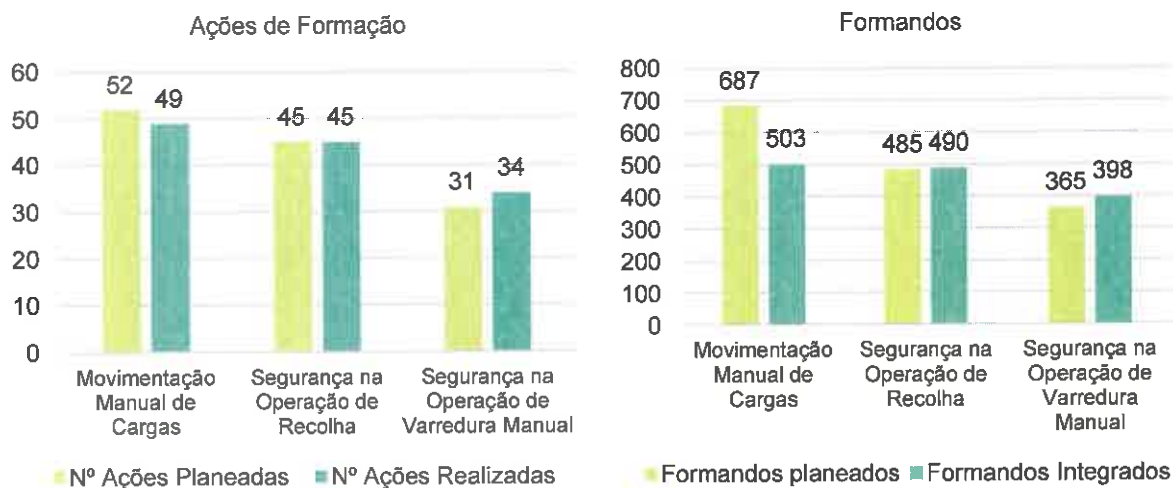


Para o objetivo de cumprimento de 7.248 volume de horas em ações de formação em contexto real de trabalho, nas áreas de segurança e operação de equipamentos, registou-se um total de 17.554 volume de horas de formação, tendo assim sido cumprido o objetivo proposto. Conforme o gráfico demonstra, em ambas as áreas se ultrapassou largamente o volume de horas planeado.



Handwritten signatures and initials:
 dm 102
 P. R. - ju

Conforme já referido, no ano de 2016 o departamento de formação centrou a sua atuação nas áreas ligadas às temáticas de Higiene e Segurança no Trabalho, desenvolvendo três grandes campanhas: Movimentação Manual de Cargas, Segurança na Operação de Recolha e Segurança na Operação de Varredura Manual. Nos gráficos seguintes podemos ver os resultados obtidos nestas campanhas, relativamente a ações de formação e formandos integrados.



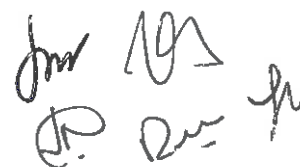
Como referido anteriormente foram, também, desenvolvidas algumas campanhas que têm continuidade no próximo ano. Na tabela abaixo estão apresentados os resultados das ações realizadas e dos formandos integrados ainda durante o ano de 2016, relativamente a essas mesmas campanhas.

Curso	Ações Planeadas	Ações Realizadas	Formandos Planeados	Formandos Integrados
Movimentação Manual de Cargas	52	49	687	503
Segurança na Operação de Recolha	45	45	485	490
Segurança na Operação de Varredura Manual	31	34	365	398
Imagem Institucional e Relação com o Cliente	-	2	-	35
Primeiros Socorros	7	20	105	240
Programa Formação Chefias de Produção	7	18	84	180
Total	142	168	1.726	1.846

Desta forma, e considerando todas as campanhas e formação ministradas pelo departamento de formação, verifica-se o cumprimento dos objetivos propostos, nomeadamente com a realização de 168 ações de formação ministradas pelo departamento de formação (mais 18% do objetivo), e a integração de 1.846 formandos (106% do objetivo), tendo-se alcançado um volume de horas de 3.794 horas de formação.

Assim, consideraram-se para o apuramento destes resultados, as campanhas e ações de formação em:

- Segurança na Operação de Recolha;
- Segurança na Operação de Varredura Manual;
- Movimentação Manual de Cargas;
- Imagem Institucional e Relação com o Cliente;
- Primeiros Socorros;
- Programa de Formação de Chefias de Produção.



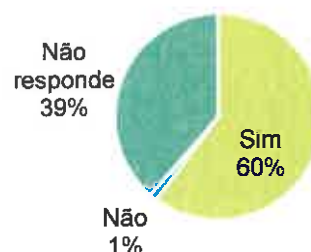
Adicionalmente ao plano de formação foram ainda realizadas as seguintes ações de formação:

Curso	Ações Realizadas	Formandos Integrados
10º Fórum Nacional de Resíduos	3	4
A Gestão Fiscal dos Encargos com o Pessoal	1	3
Acolhimento de Novos Trabalhadores	1	1
Acordo de Formação	18	20
Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos	6	9
Base de Dados de Produção	2	11
CAM - Certificado de Aptidão de Motorista	1	1
Carta por Pontos	3	22
Cockpit de Faturação a Clientes	3	25
COF - Controlo e Otimização de Frotas	1	6
Combate a Incêndios e Evacuação de Edifícios para Brigadas de Incêndio	1	1
Contabilidade e Gestão Administrativa	1	1
Contencioso Tributário	1	1
Curso de Formação em Sistemas Candy	1	2
Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores	1	1
Curso de Inglês	11	12
Desempenho Geral de Motoristas	4	22
Deveres na Utilização de Equipamentos	1	2
Encerramento de Contas 2016	1	1
Enquadramento Técnico - Produção	15	98
Equipamentos de Proteção Individual	1	20
ERP SAP - Formação Iniciação Processo Compras	1	3
ERP SAP - Formação Inicial	3	9
ERP SAP - Formação Responsável Centro de Custo	1	2
ERP SAP - Processo de Compra / MRP	1	7
ERP SAP - Utilização do Interface de Faturação ZSDGLIF	2	8
ERP SAP - Formação Comprador	1	1
Estatuto de Trabalhador Estudante	1	2
Formação Corporativa	1	12
Gestão de Tesouraria	1	7
Habilitação para a Realização de Testes de Alcoolémia	1	16
HST - Aterros	2	9
Identificação dos Perigos e Avaliação dos Riscos	1	1
Impacto da Revisão ISO 17025 na Atividade dos Laboratórios	1	2
Iniciação à Utilização de Ferramentas Informáticas	1	1
Integração da NP EN ISO 14001:2012 E NP 4397:2008	1	14
Interface Base de Dados de Produção - SAP	1	45
IVA Revisão do Código	1	1
Landfill Mining	2	3
Manual ATEX	1	15
Manutenção de Equipamentos	1	8
O Ruído no Local de Trabalho - Importância de Proteção Auditiva	1	13
Operação com Equipamento Osmose Inversa	1	4
Prevenção de Riscos Biológicos	1	13
Prevenção e Gestão de Resíduos	1	13
Processo de Contabilização de Caixas em SAP	1	2
Programa de Acolhimento e Reciclagem	488	702
Programa de Reintegração de Mobilizados Suma	3	3
PSI - Plano de Segurança Interno	1	16
Reunião de Encerramento - Tutores	6	87
Reunião Inicial Tutores	6	93
Riscos Químicos	1	13
SAP - Módulo de Gestão E Manutenção de Equipamentos	1	2
SAP - Módulo MM (Armazém/Compras)	1	2
Sensibilização de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos	1	7
Simulacro	1	10
Técnicas de Voz e Comunicação	1	9
Transição ISO 14001:2015	2	2
Triagem de Plástico	1	7
Vibrações no Local de Trabalho	1	13
Word	3	21
Total	624	1.461

Fazendo a avaliação do impacto da atividade formativa na organização, no que toca à formação interna, apresentam-se os dados apurados no tratamento dos resultados da aplicação dos Questionários de Avaliação da Formação (participantes) e dos Questionários de Avaliação da Eficácia (Chefias) para a modalidade de Formação Interna.

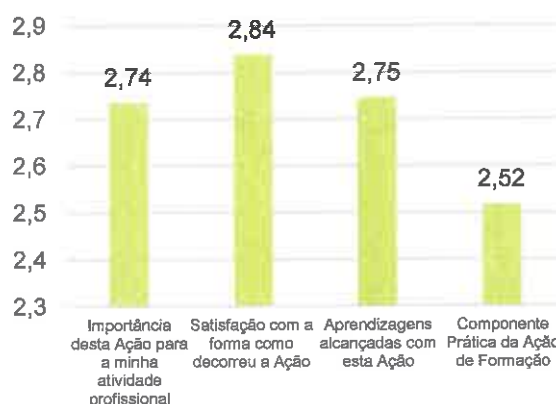
Com base nos dados recolhidos no Questionário de Avaliação à Formação, verificou-se que a maioria dos formandos (60%) teve conhecimento do tema e objetivos da ação antes da sua realização, registando-se uma percentagem de apenas 1% que refere não ter tido conhecimento. Os restantes 39% não se manifestaram relativamente ao conhecimento específico dos temas a abordar.

Foi previamente informado do Tema e Objetivos da Ação



Os resultados de avaliação à formação revelam um conjunto de dados positivos no que diz respeito à avaliação do impacto da formação no desempenho das funções. Numa escala de 1 a 3, os participantes avaliam em 2,84 o item "Satisfação com a forma como decorreu a ação de Formação" e em 2,74 o item "Importância desta ação para a minha atividade profissional. Ainda de realçar, e como se observa no Gráfico 7, o item "Aprendizagens alcançadas com esta ação", que numa escala de 1 a 3, é avaliado em 2,75.

Satisfação Pessoal

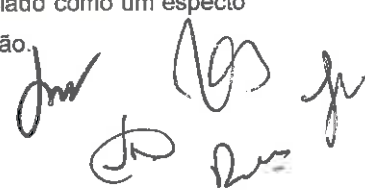


Relativamente ao desempenho dos Formadores e outros trabalhadores envolvidos, o grupo de itens que avalia a ação de formação reflete níveis elevados de satisfação, o que permite inferir um bom desempenho dos Formadores.

Organização da Ação

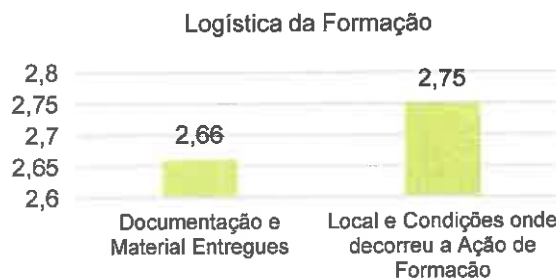


Os dados recolhidos pelo mesmo instrumento indicam que a avaliação à equipa técnica é bastante positiva. Os formandos manifestam que as ações são bem organizadas (item avaliado em 2,80, numa escala de 1 a 3), que a informação técnica disponibilizada é adequada (2,77, numa escala de 1 a 3), que os objetivos das ações foram alcançados (2,75 numa escala de 1 a 3) e que a sua duração foi satisfatória (2,68 numa escala de 1 a 3). Apesar de alguns formandos mencionarem que a duração das ações é "curta", e de o facto ser referenciado como um aspecto negativo, este indicador reforça a motivação dos participantes para próximas ações de formação.



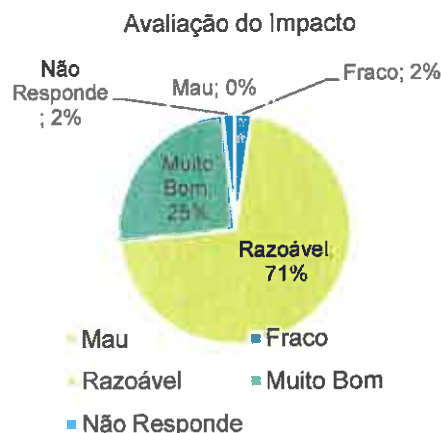
Conclui-se, através dos dados recolhidos pelos Questionários de Avaliação à Formação, que os Formadores são positivamente avaliados. Os formandos manifestam que estes possuem boa postura pedagógica, conhecimentos técnicos adequados, disposição e disponibilidade nas ações de formação realizadas.

Os dados recolhidos, indicam que os formandos estão satisfeitos com a organização das ações de formação e que a informação disponibilizada foi considerada adequada pelos participantes. Quanto à logística da ação, constata-se que a documentação fornecida é útil, assim como o local e condições onde decorreu a formação são apropriados.



A conceção dos Recursos Técnico-Pedagógicos gerou bons níveis de satisfação por parte dos formandos (numa escala de 1 a 3, a média de resposta ronda os 2,66 relativamente à Documentação e Material entregues). O material preparado, conjugado com o uso de metodologias pedagógicas alinhadas com o perfil sócio profissional dos formandos, é uma estratégia que tem demonstrado resultados positivos.

Com base nos dados recolhidos relativamente à avaliação das ações de formação por parte das Chefias, verifica-se o impacto que as ações de formação em análise tiveram no desempenho profissional dos trabalhadores que nelas participaram. Como é observável no gráfico seguinte, 25 % das Chefias avaliaram o impacto das ações de formação como muito bom e 71% afirmaram que as ações de formação tiveram um impacto razoável. Estes resultados evidenciam a utilidade da formação executada e o impacto positivo no desempenho profissional dos participantes.



Verificando agora os objetivos traçados para cada uma das ações de formação ministradas pelo Departamento de Formação, podemos observar os indicadores de eficácia definidos:

Temática	Avaliação Eficácia	Indicadores Eficácia	Observações
Segurança na Operação de Varredura Manual	Diminuição dos comportamentos a melhorar em 2%	Nº percentual de incidências "a melhorar" nas grelhas comparativamente a 2015	
Segurança na Operação de Recolha	Diminuição comportamentos a melhorar em 2%	Nº percentual de incidências "a melhorar" nas grelhas comparativamente a 2015	
Combate a Incêndios	Sabe utilizar o respetivo meio extintor para cada tipo de incêndio	Ficha de avaliação	2017
Movimentação Manual de Cargas	Diminuição dos comportamentos a melhorar em 2%	Nº percentual de incidências "a melhorar" nas grelhas comparativamente a 2015	
Segurança na Operação de Gruas	Diminuição dos comportamentos a melhorar em 2%	Nº percentual de incidências "a melhorar" nas grelhas comparativamente a 2015	2017
Primeiros Socorros	N/A	N/A	2016 e 2017
Programa de Formação de Chefias de Produção	Aquisição de conhecimentos e competências para a Função, mensuráveis por avaliação de desempenho, com valor superior a 5%	Avaliação de Desempenho	2017

Desta forma, e excetuando as temáticas de Combate a incêndios, Primeiros Socorros e Segurança na Operação de Gruas, cuja sua realização será concluída em 2017 e os resultados só serão possíveis de serem observados no final deste ano, as restantes temáticas apresentaram os resultados indicados na seguinte.

Temática	Resultados	Concretização	Observações
Segurança na Operação de Varredura Manual	Diminuição de incidências "a melhorar", em 1%	Não eficaz	
Segurança na Operação de Recolha	Diminuição de incidências "a melhorar", em 1%	Não eficaz	
Movimentação Manual de Cargas	Diminuição de incidências "a melhorar", em 2%	Eficaz	
Programa de Formação de Chefias de Produção	Avaliação de desempenho diminuiu em 0,31% face a 2015	Não eficaz	Resultados apurados passíveis de alteração, dada a avaliação de desempenho 2016 não estar encerrada

Relativamente à Campanha de Formação em "Segurança na Operação de Varredura Manual", os resultados, apesar de positivos, ficaram aquém do objetivo definido. Da análise comparativa sobre as incidências "A Melhorar", nos comportamentos mais críticos identificados em 2015, e após concretização da Formação, verificou-se que, em 2016, estas incidências diminuíram a sua frequência em 1%, valor abaixo dos 2% planeados. Estes dados sugerem que os conteúdos formativos ministrados deverão ser alvo de revisão, de forma a espelharem melhorias na realização deste serviço. O grau de evolução, nos últimos anos, tem permitido alcançar valores cada vez maiores, e mais difíceis de concretizar, razão pela qual deverão ser equacionados outros métodos e abordagens de forma a conseguir-se alcançar melhores resultados.

Tal como na Campanha de Varredura Manual, a Campanha de Formação em "Segurança na Operação de Recolha", os resultados, apesar de positivos, ficaram aquém do objetivo definido. Da análise comparativa sobre as incidências "A Melhorar", nos comportamentos mais críticos identificados em 2015, e após concretização da Formação, verificou-se que, em 2016, estas incidências diminuíram a sua frequência em 1%, valor abaixo dos 2% planeados. Estes dados sugerem que os conteúdos formativos ministrados deverão ser alvo de revisão, de forma a espelharem melhorias na realização deste serviço. O grau de evolução, nos últimos anos, tem permitido alcançar valores cada vez maiores, e mais difíceis de concretizar, razão pela qual deverão ser equacionados outros métodos e abordagens de forma a conseguir-se alcançar melhores resultados.

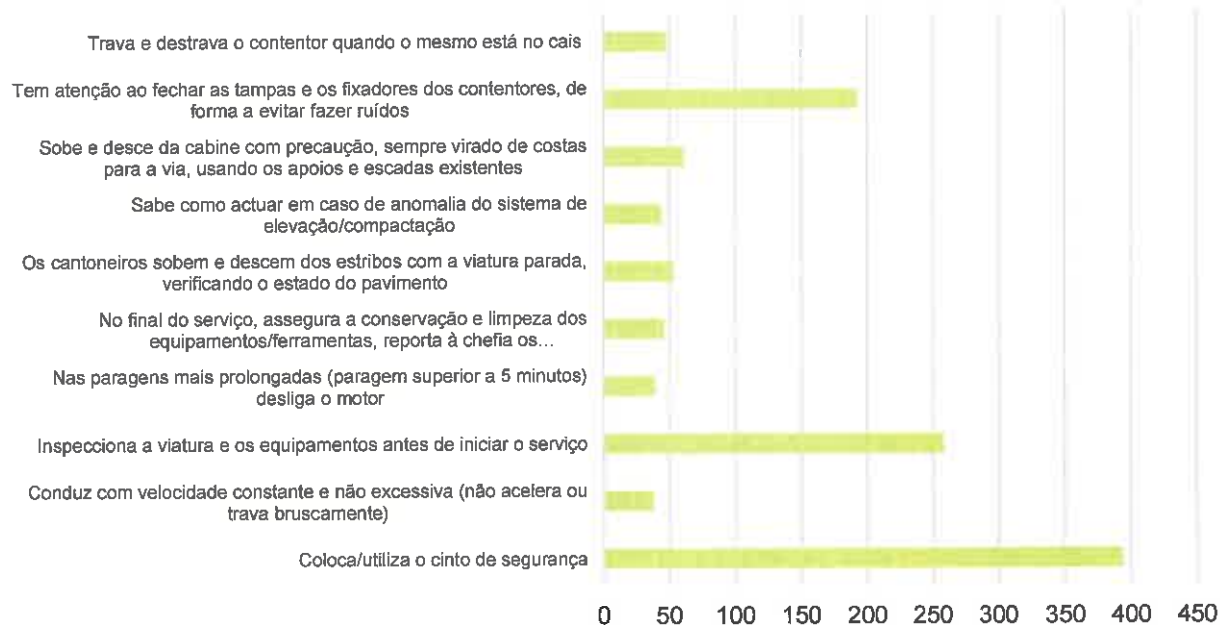
Relativamente à Campanha de Formação em "Movimentação Manual de Cargas", foram alcançados os objetivos definidos, nomeadamente, de 2% de melhoria nas incidências "A Melhorar", nos comportamentos críticos identificados em 2015, em comparação a 2016.

No que concerne ao Programa de Formação para Chefias da Produção, o objetivo definido não foi alcançado. Inclusive, os valores decorrentes do Processo de Avaliação de Desempenho desta população baixaram em 0.31%. Apesar dos resultados apurados serem ainda passíveis de alteração, dada a avaliação de desempenho 2016 não estar encerrada, verificou-se que o Programa de Formação carecia de alterações, dada a sua difícil implementação, tendo levando à interrupção do mesmo, para reavaliação e ajustamentos. Este será retomado em 2017, com outros moldes.

À semelhança do que se realizou em 2015, através da análise resultante da implementação e aplicação das grelhas de observação, verificaram-se quais os comportamentos que apresentam índices mais baixos de cumprimento, e consequentemente, necessitados de maior intervenção. Conforme anteriormente referido, este ano apostou-se na

realização de apenas uma fase de formação e confirmamos os comportamentos que os Tutores identificaram, na Recolha, com maior necessidade de intervenção.

PD - A Melhorar



Conforme se pode observar no quadro, e à semelhança do que já acontecia em 2015, a colocação do cinto de segurança continua a ser o comportamento com maior necessidade de correção. Existe, também, uma grande incidência no comportamento relativo à verificação das viaturas no início do serviço, comportamento também destacado em 2015. Verifica-se, ainda, o cuidado ao fechar as tampas e os fixadores de forma a evitar fazer ruídos como outro dos comportamentos mais identificados para correção por parte dos trabalhadores.

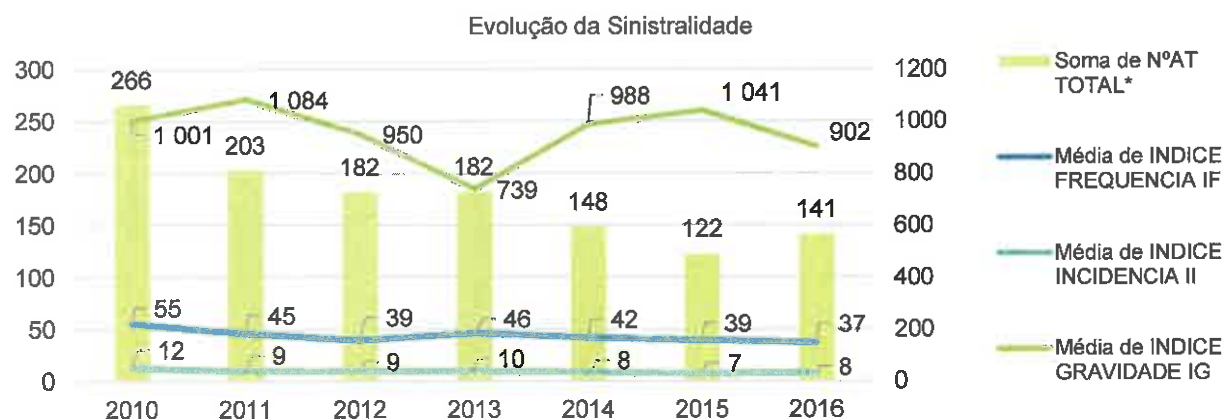
Relativamente à Limpeza Urbana, o comportamento mais destacado com maior necessidade de correção é a transvase da pá para o carrinho, evitando a torção do pulso, à semelhança dos dados apurados em 2015.

LU - A Melhorar

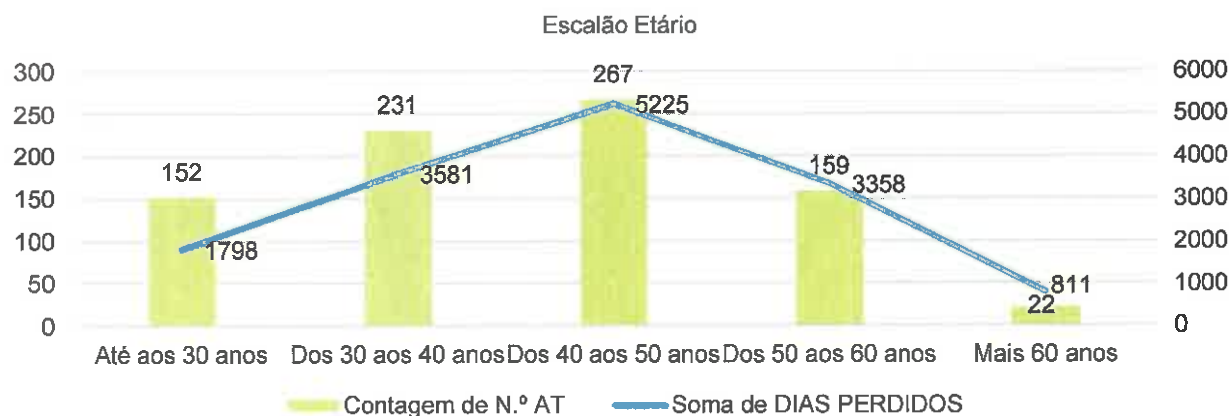


De destacar, também, o comportamento relativo à vigilância do carrinho de varredura, que se apresenta este ano como um dos mais identificados com necessidade de melhoria, a par com a atenção em não parar o carrinho em locais que perturbem a circulação de pessoas.

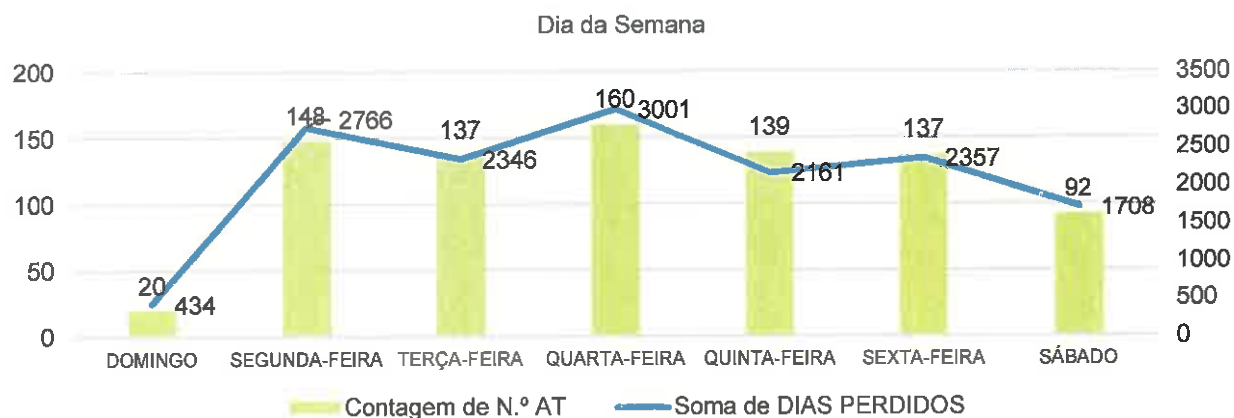
Tal como em anos anteriores, a análise à sinistralidade tem-se constituído uma ferramenta valiosa na ajuda à construção do plano de formação. A análise realizada resulta do somatório de dados obtidos desde 2010 até final de 2016 relativamente ao desempenho de toda a Organização.



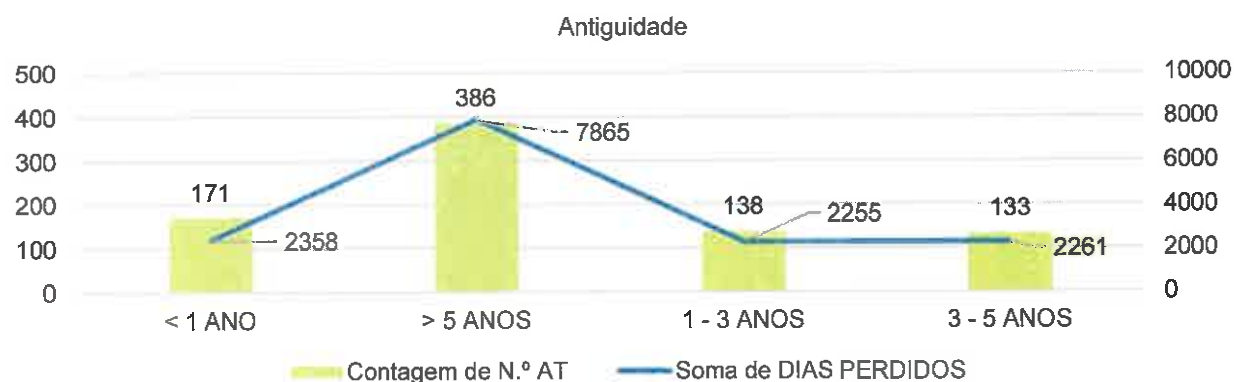
O nº de acidentes de trabalho aumentou relativamente ao ano passado, no entanto o índice de gravidade baixou relativamente aos dois últimos anos, o que significa que os acidentes são menos graves em relação a 2014 e 2015.



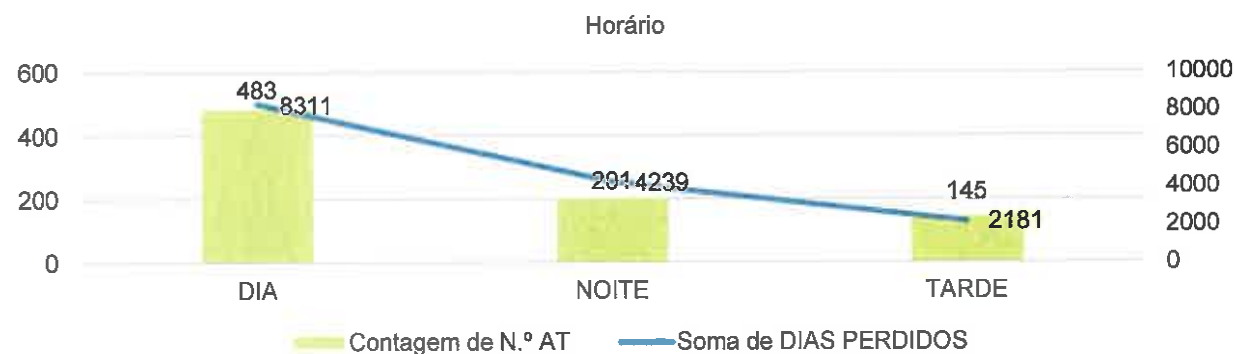
A população compreendida entre os 40 e 50 anos é a que apresenta maior nº de acidentes, bem como é a faixa etária onde os acidentes são mais graves.



Analisando a sinistralidade por dia da semana, verifica-se uma tendência maior de acidentes à Quarta-feira e à segunda-feira.



Quando se analisam os dados em relativamente à antiguidade dos trabalhadores, verifica-se que quanto maior a antiguidade dos mesmos, maior a tendência para o acidente, demonstrando claramente que os trabalhadores mais antigos terão que ser alvo prioritário da Formação.



Relativamente aos horários, dividimos o dia em 3 partes iguais, sendo o horário de Dia das 06h às 14h, o de Tarde, das 14h às 22h, e o da Noite, entre as 22h e as 06h. Observando os resultados desde 2010, constata-se que o horário de dia é alvo de maior sinistralidade, e é igualmente o horário que apresenta os índices mais graves. Desta forma, os serviços a realizar nestes períodos serão alvo de maior intervenção por parte dos Tutores.

Após uma análise transversal aos resultados das observações dos Tutores, através do tratamento das grelhas de observação e da evolução da sinistralidade desde 2010 até final de 2016, constata-se algumas indicações que no seu todo, apontam o caminho a seguir no que concerne ao direcionar dos esforços formativos e dos Planos de Formação quer Interno, quer Tutores, relativamente ao próximo ano:

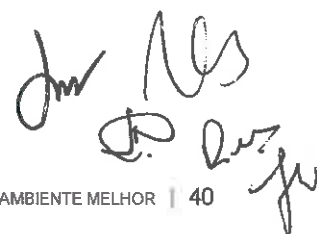
- O número de acidentes aumentou, mas os que temos são menos graves;
- Os trabalhadores mais antigos e com mais de 40 anos continuam a ser os que têm mais acidentes;
- Às segundas, quartas e quintas-feiras há mais acidentes;
- Entre as 08h e as 11h há mais acidentes;
- A recolha é a atividade que tem mais acidentes e de maior gravidade;
- Há mais acidentes de dia e mais graves;
- Os acidentes da noite diminuíram a gravidade;
- Há mais acidentes que lesionam as Costas, Coluna, Dedos da mão e Tornozelo;
- Serviços que impliquem subidas e descidas, movimentação de cargas, objetos e partes de equipamento móveis, originam mais acidentes.

Equipamentos e aprovisionamento

No ano de 2016 foi elaborado e submetido à Direção Geral de Energia e Geologia ("DGEG") um novo plano de racionalização energética para o triénio 2016-2018. Na comparação de performance energética dos equipamentos em 2016, versus 2015, voltou a observar-se uma melhoria da eficiência energética uma vez que o incremento de utilização de equipamento, na ordem dos 5%, se traduziu num incremento de consumo global de energia de 4%. No entanto, e como resultado das medidas de sensibilização implementadas em anos anteriores, a magnitude das reduções tem vindo a diminuir, não tendo sido atingidos na totalidade os *targets* de redução para 2016. Permanece ainda como oportunidade neste âmbito o melhor controlo do estado dos pneus.

Relativamente a controlo de pneus, e após as análises efetuadas revelarem que o principal problema se deve à deficiente pressão, estão a estudar-se formas de anular este problema. O equipamento de controlo da "Continental", apesar de apresentar um bom nível de precisão, revelou-se inadequado às necessidades da frota dada a complexidade da sua manutenção. Desde outubro de 2016, um segundo tipo de equipamento para controlo de pressões tem vindo a ser testado. Este novo equipamento permite a verificação visual da falta de pressão nos pneumáticos bem como a comunicação com o Controlo e Otimização de Frotas ("COF").

O COF é um sistema desenvolvido pela SUMA, que recebe dados provenientes de três fontes: de um GPS instalado nas viaturas, do aplicativo interno de Base de Dados da Produção ("BD Produção") e de dados do Planeamento. Tem como principais valências a verificação gráfica e analítica dos itinerários efetuados e respetiva quantificação dos desvios face ao que é planeado, permitindo também uma monitorização nos equipamentos de diversos eventos como excessos de velocidade, acelerações, desacelerações bruscas e excessos de rotação, proporcionando deste modo um melhor controlo, análise e otimização dos diversos serviços efetuados. Em 2016, a implementação do COF, iniciada em 2012, prosseguiu com a instalação do sistema nos equipamentos dos centros de Matosinhos e Vila do Conde. O ano encerrou com o COF implementado em 272 viaturas, das quais 60% são pesados, 39% ligeiros e 1% especiais. Para o ano de 2017, estão previstas instalações do sistema em outros seis centros de serviço rumo à universalização do sistema nos centros SUMA.



No que toca a instalações, é de destacar o licenciamento junto da Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (“DGAV”) de três armazéns de fitofarmacêuticos localizados na Maia, Valença e Vale de Sousa.

Em relação à gestão de armazéns e após demonstrada a agilidade do processo de contagens físicas, foram realizados ajustes ao processo nos armazéns com maior rotatividade, passando a Classe A (70% valor de stock) para fase trimestral – Sintra e Matosinhos. Os restantes centros de serviço mantêm o esquema previsto de contagens – A (mensal); B (Trimestral) e C (Semestral). Foram realizadas visitas a 55% dos Armazéns, que representam 73% em termos do valor de inventário, a fim de se fazer a segregação física dos materiais sem rotatividade há mais de dois anos. Realizada a inspeção e marcação própria, pretende-se elaborar uma estratégia para estes materiais.

Na área de gestão da manutenção foi desenvolvida uma interface para ligação da Base de Dados de Produção ao módulo de Manutenção de SAP. Em linhas gerais, esta interface permite a replicação automática de todas as avarias reportadas pela produção no sistema de gestão da manutenção – SAP PM. Em sentido contrário, quando ocorre a reparação da avaria e esta é dada como concluída pela oficina em SAP PM a informação de conclusão é transferida para o sistema de produção. Passa assim a existir uma relação unívoca entre as avarias reportadas pela produção e as avarias resolvidas pela manutenção o que permite maior fiabilidade na contabilização de tempos e pendências de reparação corretiva. Esta interface está operacional para todos os centros de serviço desde janeiro de 2017.

Na gestão de armazéns, visando reduzir o valor de *stocks* foi testada uma rotina para verificar, no momento da nota de encomenda, se o material que está a ser encomendado já existe e não está a ser utilizado em algum outro armazém. Ainda durante 2016, foram feitos os primeiros testes utilizando MRP com ponto de encomenda, como forma de automatizar o processo de compras para consumíveis. Estas duas funcionalidades serão exploradas durante 2017.

Em resumo, 2016 foi mais um ano em que, tendo sido mantido o foco no controle de custos, consolidação de processos e adequação a novos requisitos legais, foram dados passos importantes no sentido do controlo e automação de processos que permitirá libertar recursos para que estes se possam focar em novas atividades de otimização que permitam continuar a contruir valor para a organização.

Qualidade, ambiente e segurança

A SUMA coloca o sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho (“SIG-QAS”) no topo das prioridades, por forma a cumprir com os padrões de excelência que são seu apanágio e cujo reconhecimento está patente nas certificações dos diversos sistemas integrados de gestão implementados. O departamento de qualidade, ambiente e segurança (“QAS”) desempenha um papel fundamental nesta área, monitorizando o desempenho do SIG-QAS para assegurar que se mantém apropriado, adequado e eficaz, e para verificar o cumprimento da política de gestão, e dos objetivos e metas, para apoio na tomada de decisão sobre objetivos e ações relativos à melhoria do SIG-QAS e dos seus processos e atividades, dos serviços prestados pela organização e da adequação dos recursos.

Em matéria de ambiente, qualidade e segurança, higiene e saúde no trabalho, a SUMA mantém uma análise de toda a legislação, identificando os requisitos legais aplicáveis e assegurando o seu cumprimento. São elaborados todos os relatórios e comunicações às autoridades competentes, cumprindo com o regulamentado. Durante o ano de 2016, para além destas incumbências, o QAS desenvolveu ações nos capítulos da certificação, campanhas de sensibilização em ambiente e segurança, consulta aos trabalhadores no âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho (“SHST”).

avaliação da satisfação dos clientes, auditorias internas, atualização da documentação interna, elaboração de documentação para clientes e potenciais clientes e base de dados para a gestão da sinistralidade.

Certificação

Em maio de 2016, foi realizada a auditoria externa à Sede e ao centro de serviços de Aveiro da SUMA, sendo que se tratou de uma auditoria integrada de acompanhamento aos Sistemas de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2008), do Ambiente (NP EN ISO 14001:2012) e da Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008). A Associação Portuguesa de Certificação ("APCER") considerou estarem reunidas as condições necessárias para a SUMA manter as certificações do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, que está implementado para conceção, desenvolvimento, planeamento e comercialização de atividades de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos Não Perigosos, Gestão da Contendorização, Gestão de Ecocentros, Educação e Sensibilização Ambiental no edifício Sede e execução e operacionalização das atividades mencionadas no centro de serviços de Aveiro.

Sensibilização em ambiente e segurança

Durante o ano de 2016, o QAS manteve o projeto, iniciado em 2010, das campanhas de sensibilização/informação para as temáticas do Ambiente e da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho ("SHST"), que visam todos os trabalhadores da Organização.

Em 2016, foi promovida uma campanha sobre Ambiente – Redução de Consumos de Energia e Água. Lançada em dezembro, a campanha destinou-se a todos os Trabalhadores da Organização e teve como ferramenta principal um cartaz, que foi afixado nos vários centros de serviços e na Sede ("SED"). Pretendeu-se reforçar a informação acerca do impacto que cada um dos Trabalhadores tem no desempenho ambiental da SUMA, e da necessidade de controlar os aspetos ambientais significativos. O cartaz sensibilizava para as seguintes questões:

- Para melhorar o seu desempenho ambiental, a SUMA precisa reduzir os consumos de gasóleo, eletricidade e água, já que os mesmos representam os seus aspetos ambientais significativos;
- Todos os consumos têm de ser monitorizados e, para isso, é essencial que os respetivos registos se façam e que a informação recolhida seja válida/fiável;
- É preciso envolver as pessoas para perceberem que o desempenho da SUMA depende do desempenho de cada um. Para isso, os Trabalhadores devem estar informados sobre os consumos que são feitos nos seus CS para perceberem de que forma contribuem para melhorar ou não o desempenho ambiental da SUMA.

Tendo em conta que os principais consumos estão associados aos CS, nomeadamente, aos serviços prestados, a campanha contou, também, com a discussão do tema nas sessões dos 10 MDS, realizadas nos vários CS, já que estas sessões, apesar do nome, servem para formação/informação de temas vários relacionados com o desempenho da Organização.

No que diz respeito à sensibilização/informação sobre SHST – Redução da Sinistralidade, em 2016 foram promovidas as seguintes campanhas:

- Em abril, aproveitando para assinalar o Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, foi lançado um cartaz sobre as principais responsabilidades no âmbito da SHST – porque a prevenção é um direito, mas tem de ser também uma obrigação. O cartaz incluiu, também, os principais resultados da sinistralidade registada em 2015. Esta campanha destinou-se a todos os trabalhadores da SUMA, tendo o cartaz sido afixado nos vários CS e na SED. Tendo em conta que a maioria dos acidentes de trabalho ("AT") acontecem nos CS,

nomeadamente, durante os serviços prestados, o tema foi trabalhado nas sessões dos 10 MDS, realizadas nos vários CS;

- Em dezembro, tendo em conta a sinistralidade verificada durante o ano, foi lançado um cartaz sobre a prevenção de AT por entalamentos no sistema de elevação de contentores, existentes nas viaturas de recolha e nas viaturas lava-contentores. Esta campanha destinava-se a todos os cantoneiros e motoristas que operam com este tipo de equipamentos. O cartaz foi afixado em todos os CS da SUMA e o tema foi trabalhado nas sessões dos 10 MDS.

Em 2016, para além das campanhas de sensibilização/informação sobre Ambiente (Redução de Consumos de Energia e Água) e SHST (Redução da Sinistralidade), o QAS promoveu mais duas campanhas informativas:

- Em maio, uma campanha relativa ao sistema da Carta por Pontos, que entrava em vigor no mês seguinte. Esta campanha destinou-se a todos os trabalhadores com carta de condução, independentemente de conduzirem ou não veículos da empresa. Em todas as instalações foi afixado um cartaz que resumia as principais regras do sistema e cada trabalhador recebeu um folheto informativo, com informações mais pormenorizadas sobre o tema. Este tema foi, também, abordado nas sessões dos 10 MDS realizadas nos vários CS;
- Em dezembro, uma campanha sobre a consulta aos trabalhadores no âmbito da SHST. Esta campanha serviu para informar todos os trabalhadores acerca das alterações ao procedimento de consulta aos trabalhadores no âmbito da SHST, tendo em conta que se estava a introduzir uma nova campanha anual específica sobre Equipamentos de Trabalhos – prescrições mínimas de segurança e de saúde para a sua utilização pelos trabalhadores. Nas várias instalações foi afixado um cartaz informativo e o tema foi trabalhado nas sessões dos 10 MDS realizadas nos vários CS.

Consulta aos trabalhadores no âmbito da SHST

No âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, a SUMA estava a consultar os seus trabalhadores uma vez por ano, através da aplicação do questionário que consta do “MD220 – Consulta aos Trabalhadores”, que abrange todos os temas previstos na legislação (os aplicáveis à SUMA), e que era distribuído a todos os trabalhadores, independentemente das suas funções. Acontece que, relativamente ao tema Equipamentos de Trabalhos (prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho), a legislação obriga a que a periodicidade mínima obrigatória de consulta seja de duas vezes por ano. Deste modo, em 2016, foi necessário rever o processo, para implementar as duas consultas obrigatórias por lei. Além disso, tentou-se melhorar/simplificar as ferramentas que já existiam e que teriam de ser mantidas. Foi, assim, revista a “IO078 - Comissão Local de SHST e Consulta aos Trabalhadores no âmbito da SHST”. O MD220, também, sofreu alterações, no sentido de simplificar as questões e dar orientações claras sobre quem tem que responder a cada pergunta. Foram também criadas as ferramentas necessárias para a campanha de consulta sobre equipamentos de trabalho. Aproveitou-se a revisão da IO078, por causa da Consulta aos Trabalhadores, para rever também a parte relativa à Comissão Local de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (CL-SHST), de modo a clarificar algumas regras relativas à sua gestão e a melhorar os registos associados.

A campanha de consulta baseada na aplicação do MD220, foi lançada pelo QAS em setembro. A consulta foi implementada em todos os CS e na Sede, para abranger todos os Trabalhadores da Organização.

Em dezembro, o QAS lançou a campanha de consulta sobre prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho. Esta campanha foi implementada nos vários CS e visou

apenas os utilizadores de equipamentos de trabalho, nomeadamente, viaturas da produção, ferramentas, máquinas, e/ou outros equipamentos manuais e/ou mecânicos/ elétricos (rebarbadora, esmeril, máquina de soldar, máquina de limpeza de praias, máquina lavadora de alta pressão, soprador, roçadora, empilhador, etc.).

Avaliação da satisfação dos clientes

De acordo com o procedimento documentado “PR035 – Gestão de Inquéritos à Satisfação de Clientes”, com uma periodicidade mínima anual, é enviado aos Clientes, um inquérito de avaliação da sua satisfação. Esta ferramenta de medição/monitorização incide sobre as seguintes áreas de interface entre o cliente e a Organização:

- Avaliação dos Serviços prestados (Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos, Gestão da Contorização, Sensibilização e Educação Ambiental, Tratamento de Resíduos, Outros Serviços);
- Avaliação das competências técnicas e imagem da Organização (Capacidade para trabalhar em parceria com o Cliente; Cumprimento das boas práticas Ambientais, das regras de Segurança e dos Prazos; Adaptabilidade dos Meios Humanos e dos Materiais/Equipamentos; Tratamento de sugestões e/ou reclamações; Clareza da informação disponibilizada; Dinamismo e Capacidade de Inovação; Imagem no Mercado; Relação Custo-eficácia dos Serviços);
- Avaliação Global (avaliação global da prestação da Organização e potencial recomendação dos serviços a outros Clientes);
- Opiniões e sugestões (indicação de melhorias a contemplar nos serviços prestados, indicação de potenciais serviços a prestar).

A campanha 2016 foi lançada pelo QAS em meados de outubro, com o envio de um Inquérito personalizado aos vários Clientes da SUMA, SUMA Matosinhos, SUMA Porto, SUMA Esposende e Real Verde. O encerramento da campanha aconteceu já em janeiro de 2017 e dos 52 inquéritos enviados foram recebidas 43 respostas, o que equivale a uma taxa de adesão de 83%. Posteriormente o QAS procedeu ao tratamento estatístico das respostas recebidas e envio dos resultados para os vários responsáveis.

Auditorias internas

A função do QAS assenta, principalmente, na gestão dos requisitos legais e normativos, para a manutenção, monitorização e controlo do SIG-QAS mas, também, para a melhoria contínua da própria Organização. Nesse âmbito, durante o ano de 2016, o QAS realizou auditorias nos vários centros de serviços da SUMA, bem como aos serviços prestados pelos mesmos.

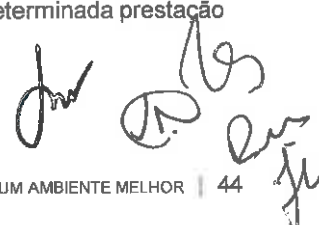
Atualização da documentação interna

Ao longo do ano de 2016, e de modo a assegurar que a documentação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho se mantém adequada às necessidades da Organização, o QAS procedeu à revisão de vários documentos, bem como à elaboração de novos documentos.

Elaboração de documentação para clientes e potenciais clientes

Em 2016, o QAS continuou a colaborar no planeamento e conceção da Produção:

- Na elaboração de propostas comerciais, principalmente na definição/elaboração de Planos de Ambiente e de Segurança, no âmbito das prestações de serviços em concurso;
- Na definição desses planos já depois da Organização ganhar um concurso para uma determinada prestação de serviços.



Com a implementação destes planos pretende-se garantir que os serviços prestados são baseados nos requisitos do Cliente, respeitam a legislação vigente, são realizados em condições de segurança para Trabalhadores e Terceiros e que respeitam o Ambiente.

Base de dados para a gestão da sinistralidade

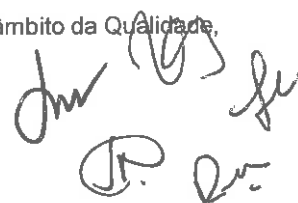
Em 2016, foi retomado o projeto de desenvolver, internamente, uma aplicação informática para a Gestão Integrada da Sinistralidade do Grupo SUMA, nomeadamente:

- Acidentes Trabalho ("AT");
- Acidentes com Equipamentos ("AU");
- Outros Danos Próprios (Multi-riscos);
- Outros Danos contra Terceiros (Responsabilidade Civil).

A equipa de projeto conta com elementos de diversos departamentos da SUMA, desde o QAS, a gestão de recursos humanos e a gestão de materiais e os departamentos ligados aos sistemas de informação. Os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano de 2016 foram no sentido de desenvolver na aplicação informática todo o processo relativo à gestão dos AT, cuja entrada em produção se prevê que aconteça no 1º semestre de 2017. No 2º semestre de 2016 foi, também, iniciado o processo relativo à integração da gestão dos AU na aplicação informática, cuja entrada em produção se pretende que aconteça no 2º semestre de 2017.

Para além das atividades descritas, durante o ano de 2016, destacamos as seguintes atividades desenvolvidas pelo QAS:

- Reportar à Administração todas as informações relativas à Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho (SHST);
- Garantir os Serviços de Segurança e Higiene do Trabalho (HST), de acordo com a legislação em vigor, para prevenção e redução dos riscos profissionais e promoção da SHST de todos os Trabalhadores da SUMA, SUMA Matosinhos, SUMA Porto, SUMA Esposende e NOVAFLEX (empresas onde os serviços de HST são internos, prestados pelo QAS);
- Analisar toda a legislação vigente no âmbito da Qualidade, Ambiente e SHST, identificar os requisitos legais aplicáveis à Organização e assegurar o seu cumprimento;
- Realizar a análise de todos os acidentes de trabalho ocorridos, para identificar as respetivas causas e definir ações que as eliminem (para redução efetiva da sinistralidade);
- Fazer os relatórios às Autoridades Competentes, na área do Ambiente e da SHST, dando cumprimento à legislação em vigor;
- Garantir que são realizadas as monitorizações periódicas de SHST, obrigatórias perante a lei, para se avaliar as condições nos vários postos de trabalho (ruído ocupacional, vibrações mecânicas, agentes biológicos, conforto térmico, iluminância, etc.) e que são definidas e implementadas as medidas adequadas de prevenção e controlo, tendo em conta os resultados obtidos;
- Colaborar com os serviços de Gestão de Recursos Humanos na formação dos Trabalhadores, no âmbito da Qualidade, Ambiente e SHST;
- Colaborar com os vários no tratamento das reclamações recebidas;
- Acompanhar as Auditorias e Inspeções Externas, a que a Organização seja sujeita, no âmbito da Qualidade, Ambiente e SHST;



- Tratar/analisar as não conformidades (“NC”) detetadas, para identificar as respetivas causas e obter dados/informações que permitam definir ações para as eliminar, evitando que as NC voltem a ocorrer e/ou ações para eliminar a causa de uma potencial NC ou de outra potencial situação indesejável;
- Participar nas Comissões Locais de SHST (CL-SHST), nos vários CS e na Sede da Organização. As CL-SHST servem para promover o levantamento e análise/avaliação dos assuntos relacionados com SHST, de modo a que se obtenham melhorias nas condições de trabalho.

Em Maio de 2017, será realizada a Auditoria Externa APCER – auditoria de acompanhamento ao Sistema de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2008) e auditoria de renovação para os Sistemas de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2012) e da Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008), implementados para conceção, desenvolvimento, planeamento e comercialização de atividades de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos Não Perigosos, Gestão da Contenção, Gestão de Ecocentros, Educação e Sensibilização Ambiental no edifício Sede e execução e operacionalização das atividades mencionadas no centro de serviços de Aveiro.

Em setembro de 2015 foram publicadas as normas ISO 9001:2015 (SGQ - Sistemas de Gestão da Qualidade) e ISO 14001:2015 (SGA - Sistemas de Gestão Ambiental), como resultado da revisão da ISO 9001:2008 e da ISO 14001:2004, respetivamente. As organizações que pretendem manter a certificação dos seus SGQ e/ou SGA, devem rever o(s) sistema(s) de acordo com a(s) norma(s) ISO 9001:2015 e/ou ISO 14001:2015 e realizar uma auditoria de transição, até setembro de 2018. A SUMA tem um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho (SIG-QAS) implementado de acordo com os requisitos das normas NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2012 e NP 4397:2008/ OHSAS 18001:2007, pelo que, em 2017, será necessário rever o SIG-QAS, para ir ao encontro dos requisitos normativos da ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015. Só após rever o SIG-QAS, a SUMA estará em condições de fazer a necessária auditoria de transição. Prevê-se que os trabalhos de revisão do SIG-QAS, onde o QAS tem um papel de destaque, tenham início no 2º semestre de 2017, de modo a que a SUMA possa fazer a auditoria de transição, para os novos referenciais normativos, em abril de 2018.

Em 2017, o QAS vai manter as Campanhas internas de Sensibilização/Informação sobre Ambiente e Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, para todos os Trabalhadores da Organização, com a introdução de novos temas e/ou novas ferramentas de comunicação, de acordo com as necessidades detetadas.

Dando cumprimento à legislação vigente, durante o ano de 2017, o QAS vai promover a realização de, pelo menos, duas Campanhas de Consulta aos Trabalhadores, no âmbito de Segurança e Saúde no Trabalho (SHST). Assim, serão lançadas as seguintes consultas:

- Campanha baseada na aplicação do questionário que consta do “MD220 – Consulta aos Trabalhadores”, que abrange todos os temas previstos na legislação (os aplicáveis à SUMA), sendo aplicável a todos os Trabalhadores, independentemente das suas funções;
- Campanha sobre Equipamentos de Trabalho (prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho), aplicável apenas aos utilizadores desses equipamentos.

No último trimestre de 2017, o QAS vai realizar a Campanha de Avaliação da Satisfação de Clientes 2017, com o envio dos Inquéritos aos vários Clientes da Organização e tratamento estatístico das respostas recebidas. O QAS vai continuar a realizar auditorias nos vários centros de serviços, incluindo aos serviços prestados pelos mesmos, para monitorizar e controlar os requisitos aplicáveis – legais, normativos, dos Clientes e da própria Organização, no âmbito

do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, e vai também continuar a participar no projeto de desenvolvimento interno da aplicação informática de Gestão Integrada da Sinistralidade do Grupo SUMA. A entrada em produção deve acontecer ainda no 1º semestre de 2017, após a equipa de projeto ministrar a formação necessária aos utilizadores dos vários centros de serviços e da Sede. É expectável que no final de 2017 a aplicação já esteja a funcionar em pleno no que diz respeito à gestão de AT e AU.

Sistemas de informação

É crescente a preocupação das organizações em assegurar a qualidade e quantidade de informação, necessária para o bom funcionamento de todas as áreas de uma empresa. A SUMA não foge à regra e investe todos os anos nos seus serviços de informação na procura dos melhores recursos disponíveis e que garantam a segurança e qualidade da informação.

Durante o ano de 2016, o departamento de sistemas de informação da SUMA centrou parte da sua atenção no Centro de Dados da Empresa, concretamente nos temas: capacidade de *storage* e solução de “*Disaster Recovery*”.

O projeto de “*Disaster Recovery*”, que tem como objetivo dotar a empresa de uma solução que permita manter os seus Sistemas de Informação e de Telecomunicações em funcionamento no caso de ocorrência de situação de catástrofe que afete, por período prolongado, o seu Centro de Dados, sofreu algumas reformulações, tendo sido o desenho da solução finalizado na segunda metade de 2016. A aquisição do material necessário para a sua implementação será realizada já em 2017, estando o projeto em execução e com previsão de conclusão durante o primeiro semestre de 2017. No âmbito deste projeto, irá igualmente ocorrer um reforço da capacidade de processamento da estrutura de servidores virtualizados do Centro de Dados.

Durante o ano de 2016 foi adquirido um novo *storage* para ser utilizado pela infra-estrutura de servidores virtualizados do Centro de Dados. Este *storage* substituiu os anteriores, que se encontravam saturados, quer na sua capacidade quer no seu desempenho. Para além do aumento de capacidade de armazenamento, esta alteração permitiu também uma melhoria muito assinalável nos tempos de resposta dos sistemas envolvidos.

Um dos temas que é abordado diariamente, a Segurança Informática, foi também uma das principais preocupações desta área, que alterou alguns dos procedimentos na perspetiva de melhoria continua. O acesso controlado à rede interna da empresa (NAC) foi testada, configurada e está em fase de aplicação. Esta tecnologia reconhece o tipo de dispositivos ligados fisicamente à rede e apenas permite o acesso total aos que estão autorizados. Para permitir uma melhor visibilidade e controlo de eventuais ameaças à segurança da rede da empresa, foram analisadas alternativas ao sistema de *firewalls* em utilização na SUMA. Foi selecionada uma solução do fabricante “Checkpoint”, que permite um incremento muito significativo na capacidade do departamento de Sistemas de Informação de prevenir ataques informáticos de proveniência externa ou interna e cuja aquisição e implementação está prevista para 2017.

Em meados de 2016, foi concretizado um novo contrato de comunicações móveis e a Empresa manteve o mesmo operador – MEO –, mas com condições económicas francamente mais favoráveis para a SUMA.

Para permitir a partilha de conhecimentos e discussão de ideias entre colaboradores da empresa dispersos geograficamente, bem como consolidar informações relacionadas com um determinado assunto ou projeto, deu-se

início à utilização, em regime de avaliação, da utilização da plataforma *Yammer*. Nesta fase está a ser utilizada pelos departamentos de recursos humanos e educação e sensibilização ambiental.

Para reforço da área de Desenvolvimento Aplicacional, foi incorporado um novo técnico no departamento de Sistemas de Informação e Telecomunicações, que estará dedicado ao desenvolvimento da aplicação "BD de Sinistralidade", até à conclusão do projeto. As aplicações "BD Produção", "Avaliação de Desempenho", "Formação" e outras continuam também a ser alvo de melhorias constantes, procurando dota-las das capacidades de resposta necessárias ao seu bom funcionamento.

Durante o ano de 2017 prosseguirá a implementação da solução de "*Disaster Recovery*" para os Sistemas de Informação da SUMA. Nesse âmbito serão igualmente criados procedimentos que explicitarão o que fazer no caso de necessidade de ativação do *site* de "*Disaster Recovery*". Os procedimentos deverão depois ser testados para permitir a deteção de possíveis falhas na sua conceção. Está também previsto realizar testes de resiliência/intrusão aos Sistemas de Informação e Comunicações da SUMA.

Acerca da regulamentação da União Europeia relativamente à Proteção de Dados Pessoais, previmos que durante o ano de 2017 se possam tomar as ações necessárias para adequar os procedimentos, atuação e sistemas para responderem aos imperativos do "Regulamento U.E. 2016/679 – Proteção de Dados Pessoais". No âmbito desse projeto, será espectável que os Sistemas de Informação e Telecomunicações implementem a norma ISO/IEC 27001, padrão e referência internacional para a gestão da segurança da informação.

Imagem e comunicação institucional

Com atuação na organização há mais de uma década, o trabalho do departamento de Imagem e Comunicação Institucional foca-se, sobretudo, na melhoria e consolidação dos processos contínuos, e nos esforços de investimento em iniciativas e formatos dinamizadores, com vista à promoção do universo SUMA e à divulgação dos seus valores. Em 2016, o setor manteve a sua atividade nos canais de comunicação estabelecidos com as partes interessadas, nomeadamente, através da *newsletter* AmbiSUMA, "Ambiente à Sexta" (ação de comunicação interna, em estreita ligação com a área de Educação Ambiental), comunicações empáticas, catálogos, assessoria de imprensa, anúncios institucionais - rádio e imprensa -, conceção de marcas de novas empresas e reformulação de logotipos de empresas detidas, respetivos estudos de aplicação em equipamentos, consumíveis e estacionários, suportes de vinculação ao cliente externo e interno (postais e presentes de aniversário e de felicitações) e da gestão de eventos (conferências, congressos, visitas de acionistas e visitantes externos, comemorações para cliente externos, inaugurações, entre outros).

Relativamente às metodologias de comunicação digital, tanto o canal de *YouTube* SUMA como a sua página de *Facebook* conheceram um reforço, quer em termos de quantidade, quer no que concerne à criação de formatos especialmente dedicados ao apelo da propagação em rede. No *YouTube*, foram publicadas duas dezenas de novos vídeos de produção própria e, no *Facebook*, com o desígnio de chegar cada vez a mais e diferentes públicos para gerar benefícios individuais e coletivos de sustentabilidade financeira, operacional e ambiental, foi difundido cerca de um milhar de novas publicações e criadas mais de três dezenas de rubricas, como "Dar uso à ganga", "Receitas de poupança", "Ter lata", "Alerta ambiental", "Hortelão urbano", "Antes & Depois" e "Praias de eleição", para transmitir saber e comprometer a veiculação do internauta com as temáticas. No período em análise, este formato quase duplicou o seu número de seguidores, apresentando-se, no final de 2016, com cinco mil.

Ainda no campo da internet, começou a ser desenvolvida a loja *online* da RIMA'RTE, para comercialização e auto suporte deste projeto de reutilização e reconversão de desperdícios provenientes de sectores industriais e entregues nos aterros industriais não perigosos do grupo. A manufatura dos produtos de artesanato é entregue pela SUMA a associações de proteção social, integrando a política de desenvolvimento e de responsabilidade social da organização, nomeadamente em termos da inclusão profissional e da dignificação humana.

Respondendo à necessidade de suporte aos investimentos comerciais além-fronteiras, foram criados dois catálogos institucionais em língua inglesa, de divulgação dos serviços da SUMA e de grandeza dos indicadores financeiros e das várias áreas de atividade - abrangência internacional, recursos humanos, equipamentos e infraestruturas.

No que concerne à aposta de fortalecimento e partilha de laços profissionais e valores corporativos, marcou presença, em maio, no Encontro de Quadros 2016, no Casino da Figueira da Foz, mais de uma centena de trabalhadores. Aos sons da conjugação entre flamenco e fado, alegoria das raízes ibéricas que constituem o corpo acionista da empresa, adicionou-se a disseminação da fórmula de sucesso que tem vindo a nortear a atuação da SUMA, expressa, entre outros, por um novo vídeo motivacional de produção interna e inspiração afro-caribenha, protagonizado por trabalhadores de todas as geografias onde a organização marca presença (Portugal continental e Açores, Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Omã).

Também em horário pós-laboral, os convívios SUMA Fora D'Horas conheceram, no ano em revista, duas novas edições. Em julho, num registo competitivo e de adrenalina, em Fátima, numa corrida de *karts*, a que se seguiu, em setembro, um programa de kayak, que juntou trabalhadores, cônjuges e filhos numa descida de 9 km pelo rio Tejo, entre Constância e Vila Nova da Barquinha, com passagem pelo belo e enigmático Castelo de Almourol, um dos monumentos militares medievais mais emblemáticos da Reconquista. A estes eventos somaram-se duas edições especiais de Fora d'Horas Sede, a primeira no verão, em convívio e jantar informal, com vista sobre o castelo de São Jorge, em Lisboa, e a segunda, também na capital, em dezembro, num alinhamento de celebração de final de ciclo e de início de um novo ano de sucessos, que culminou ao som de ritmos africanos, no 21.º aniversário do espaço B'leza. Como se vem já constituindo norma, e tirando partido da dinâmica criada e do potencial de distribuição, o postal de boas festas para clientes e fornecedores foi em formato vídeo, com animação de resíduos cantantes de grandes dimensões e mensagem associada aos valores da partilha, da solidariedade e do aproveitamento de recursos, que refletem a política de sustentabilidade que norteia a atividade da SUMA.

Análise Económico-Financeira

Em 2016, a SUMA volta a recuperar a tendência de crescimento que lhe é característica e com a qual tem vindo a pautar o seu percurso. Os resultados deste ano demonstram a capacidade da empresa em recuperar, ainda que em ambiente de crise económica em Portugal, face ao esforço financeiro suportado na aquisição do grupo EGF.

De referir que os valores de 2015 foram reexpressos no exercício de 2016, fazendo variar os resultados de 2015 no valor de -4.031.648,16 EUR, consequência de ajustamentos nas empresas SUMA Tratamento, Enviroil e Vista Waste. A análise apresentada está enquadrada nos resultados de 2016 face aos valores reexpressos de 2015.

O volume de negócios no ano de 2016 foi de 49.298.036,75 EUR, inferior ao período homólogo em 2,67%, fruto essencialmente da redução da quantidade de toneladas recolhidas de resíduos face a 2015.

Apesar da redução verificada em vendas e prestação de serviços, a SUMA consegue aumentar a rentabilidade líquida das vendas em 5,89% relativamente a 2015, fruto de estratégias adotadas para combater a queda ao nível de quantidade de resíduos recolhida, apontando esforços para manter o nível de confiança depositado pelos nossos parceiros comerciais e financeiros.

Em 2016, o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos ("EBITDA") aumentou 16,8%, situando-se em 18.756.458,52 EUR, com uma margem EBITDA de 38,05% (6,34 pontos percentuais acima de 2015 com valores reexpressos). Esta recuperação de resultado é influenciada pela reexpressão dos resultados de 2015 e pelos ganhos imputados de subsidiárias e associadas, que este ano foram superiores em 4.435.751,91 EUR face a período homólogo.

O resultado operacional atingiu os 14.818.702,93 EUR, superior a 2015 em 1.939.045,16 EUR (15,06%) e com uma rentabilidade operacional das vendas que se fixou em 30,06%. A variação em resultado antes de impostos ("RAI") foi positiva em 2.144.687,70 EUR, pelo que em 2016 atingiu os 12.803.288,96 EUR, gerando uma margem RAI de 25,97%.

Após a reexpressão dos valores de 2015, o resultado líquido da SUMA apresenta uma variação positiva de 33,81%, traduzido numa valorização de 2.690.759,39 EUR, influenciada pelos melhores resultados das empresas subsidiárias, associadas e participadas em 2016. A SUMA termina o ano de 2016 com um resultado líquido de 10.649.401,81 EUR.

Como já referido anteriormente, o esforço da empresa em manter os padrões pelos quais é valorizada no mercado resultou numa recuperação dos principais indicadores económicos e financeiros, nomeadamente, o nível de autonomia financeira que se situou em 2016 em 43,84% (2,32 pontos percentuais acima do registado em 2015).

A empresa demonstra a sua capacidade em cumprir com as suas responsabilidades financeiras ao ter recuperado o nível de endividamento 3,58 pontos percentuais face a 2015, situando-se em 53,27%, apesar de se assistir a uma redução do rácio de liquidez geral para 143,51% (-3,81 pontos percentuais face a período homólogo).

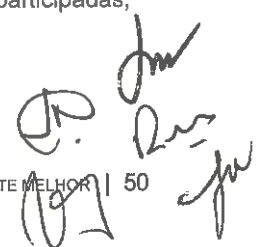
Por sua vez, a rentabilidade dos capitais próprios ("ROE") aumentou 2,23 pontos percentuais, atingindo os 11,45%, fruto da melhoria em resultado líquido.

O valor acrescentado bruto ("VAB") atingiu em 2016 os 35.522.260,05 EUR, sendo que o valor *per capita* diminuiu 11% face a 2015, representando -2.714,84 EUR e situando-se nos 22.036,14 EUR.

A estrutura societária da SUMA mantém-se com participações de 61,5% pela Mota-Engil - Ambiente e Serviços, SGPS e 38,5% pela URBASER, S.A.

A empresa URBASER, S.A., detida até 7 de dezembro de 2016, pelo Grupo ACS, com origem espanhola, foi adquirida, nessa data, pela chinesa Firion Investments.

A SUMA mantém um capital subscrito de 12,5 milhões de EUR, sendo que o valor de capital próprio varia pelos ajustamentos em ativos financeiros pela aplicação do método de equivalência patrimonial nas empresas participadas, que apresentam melhores resultados face a 2015 e pela aplicação dos resultados de 2015.



De referir que os valores apresentados são baseados nas demonstrações financeiras elaboradas segundo o normativo em vigor e voltar a mencionar que os valores de 2015 apresentados nas mesmas demonstrações financeiras encontram-se reexpressos.

Gestão de riscos

A Empresa encontra-se sujeita a diversos riscos e incertezas, subjacentes ao desenvolvimento da sua atividade, e promove internamente uma cultura de gestão de riscos, assegurada pelas estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo do negócio, através da identificação e avaliação das ameaças e oportunidades envolvidas em cada decisão.

A exposição da SUMA aos riscos financeiros, designadamente a) riscos de mercado, b) riscos de crédito e c) riscos de liquidez, que advêm da sua atividade e da imprevisibilidade dos mercados financeiros, é analisada continuamente em conformidade com a política de gestão de riscos do Grupo, de forma a minimizar impactos e efeitos adversos na performance financeira da Empresa.

a) Riscos de mercado

Os principais riscos a que a Empresa está sujeita ao nível do mercado serão o risco de taxa de juro e risco de câmbio. A política de gestão de risco de taxa de juro da SUMA está orientada para uma redução dos encargos financeiros e redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados. A política de gestão de risco de taxa de câmbio tem como objetivo a redução da volatilidade em investimentos e operações em moeda externa, contribuindo para minimizar o reflexo das flutuações cambiais nos resultados.

b) Riscos de crédito

A exposição da SUMA ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber, depósitos bancários e aplicações financeiras. A Empresa procura garantir o efetivo recebimento dos créditos sobre terceiros nos prazos definidos, apesar dos esforços de cobrança serem condicionados pelo facto dos principais clientes serem de âmbito autárquico, que reconhecidamente enfrentam grandes dificuldades de tesouraria. A SUMA procura continuamente promover a regularização destas situações, avançando, quando possível, com a celebração de acordos de pagamento que reduzam significativamente as situações de incumprimento. O risco de crédito associado aos depósitos bancários e aplicações financeiras é mitigado pela seleção criteriosa das entidades, conjuntamente com o histórico do relacionamento comercial entre as partes.

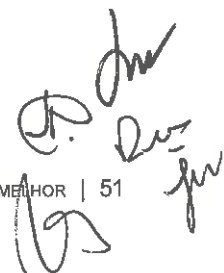
c) Riscos de liquidez

A Empresa procura garantir que dispõe, a cada momento, de capacidade para cumprir com os compromissos financeiros assumidos. A política de gestão de risco de liquidez tem como objetivo a definição dos critérios de utilização eficiente de fundos disponíveis e garantir o acesso permanente à disponibilidade desses fundos, promovendo o estabelecimento de relações de parceria com entidades financiadoras, que assegurem o seu apoio financeiro numa perspetiva sustentável e de longo prazo.

Notas Diversas

Não existem dívidas de mora à Segurança Social, Estado e Trabalhadores.

Não existem factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.



Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto na alínea b) do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e tendo em consideração as demonstrações financeiras do exercício, propõe-se que o resultado líquido apurado no exercício de 2016, no montante de 10.649.401,81 EUR tenha a seguinte aplicação:

Resultados transitados: 10.649.401,81 EUR

O resultado líquido do exercício de 2016 já contempla a distribuição de resultados aos colaboradores no montante de 240.000,00 EUR.

Perspetivas

A evolução da economia mundial é hoje um tema de elevada indeterminação. O cenário macroeconómico aponta para uma modesta recuperação da economia global, assente na capacidade das maiores economias de gerar fluxos comerciais e no crescimento mais dinâmico de algumas economias emergentes, mas as incertezas nas relações políticas internacionais, aliadas à escassez de investimento, são fatores proeminentes nos condicionalismos ao crescimento global. Uma vez mais a economia europeia mostra resistência a um conjunto de desafios económicos, políticos e de segurança que poderiam ter colocado em causa o processo de recuperação económica, dos quais se destacam as preocupações com o crescimento dos mercados emergentes, os valores excecionalmente fracos do comércio mundial, os ataques terroristas em alguns estados membros e países vizinhos, o voto do Reino Unido para a saída da União Europeia e a incerteza causada durante a campanha para a eleição do presidente dos Estados Unidos da América. De acordo com dados disponibilizados pela Comissão Europeia, na sua previsão de inverno, a expectativa de crescimento deverá manter-se em 2017 ainda que a um ritmo mais lento, atingindo valores de 1,6% na área do Euro (1,7% em 2016), sendo esperadas taxas de crescimento de 1,8% em 2018. Esta expectativa de evolução é potenciada, sobretudo, pela procura interna, ainda que subsistam riscos associados a uma elevada taxa de desemprego e a uma contínua diminuição do investimento, sendo, este último, consequência da redução na capacidade de financiamento dos bancos devido à redução nas margens e taxas de juro. Fora da União Europeia, mantém-se a expectativa de crescimento do PIB, sendo esperados 3,4% em 2017 e 3,6% em 2018. Este crescimento é, em grande parte, sustentado por países como a China, que deverá manter uma taxa de crescimento acima dos 6%, e os Estados Unidos que apresentam um crescimento ligeiramente acima dos 2%.

Em Portugal, apesar deste contexto adverso, é importante o foco no crescimento económico, promovendo mais estímulos à economia e incentivos ao investimento, que criem a sustentabilidade necessária para uma retoma efetiva da atividade económica. A projeção do Banco de Portugal, para o período 2016-2019, aponta para uma trajetória de recuperação moderada da economia portuguesa, em linha com os valores verificados nos últimos anos. Destaque para a evolução do PIB que deverá apresentar um crescimento de 1,4% em 2017, prevendo-se a estabilização do seu crescimento nos 1,5% nos dois anos seguintes. No final deste período, o PIB nacional tenderá a aproximar-se gradualmente do valor projetado para a área do Euro, atingindo níveis idênticos aos registados em 2008. No entanto, a ausência de convergência real face à área do Euro é reflexo da persistência de estrangulamentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, no qual assumem especial relevância os elevados níveis de endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica desfavorável e a persistência de ineficiências no mercado de trabalho que requerem a continuação do processo de reformas estruturais. Ao longo do horizonte de projeção estima-

se ainda que a procura externa acelere, mantendo-se, ainda assim, abaixo dos valores observados no período anterior à crise financeira internacional. Apesar de ser expectável uma desaceleração do consumo privado, a economia nacional deverá beneficiar de um enquadramento globalmente favorável onde se destaca uma redução dos preços das matérias-primas e um conjunto de condições monetárias e financeiras favoráveis que deverão contribuir para o fomento das exportações e para a recuperação do investimento empresarial com consequências positivas no crescimento do emprego.

O setor dos resíduos em Portugal tem vindo a sofrer grandes transformações e os desafios que apresenta são de enorme complexidade, quer pelas ambiciosas metas fixadas, quer pelas opções estratégicas que têm sido tomadas para a prossecução dos objetivos. Com o aumento da produção total de resíduos que se verificou nos últimos anos, coloca-se em risco o cumprimento de algumas metas do PERSU 2020, pois serão exigidos maiores esforços para encontrar soluções eficazes quer no capítulo da prevenção quer na valorização dos resíduos uma vez que estas metas estão indexadas à produção total de resíduos. A Estratégia Nacional para a Educação Ambiental (“ENEA”), que irá entrar em consulta pública em 2017, irá assentar em 3 eixos – tornar a economia circular, descarbonizar a sociedade e valorizar o território. A tutela identifica margem para melhoria e entre diversas propostas incluem-se a definição anual de um ou dois temas estratégicos como mote para o desenvolvimento de projetos, bem como a promoção anual de um concurso de ideias e de um congresso nacional. Para alavancar estes objetivos estarão disponíveis, até 2020, cerca de 15 milhões de EUR. Na agenda do Governo está também, para 2017, a matéria dos Combustíveis Derivados de Resíduos (“CDR”), uma vez que, tal como são atualmente produzidos, continuaram a ter imensa dificuldade em serem encaminhados para valorização, sendo o objetivo colocar o CDR numa situação competitiva em termos de resíduo valorizado energeticamente.

A SUMA manterá o foco na consolidação do seu percurso e na maximização de eficiência de processos, procedimentos fundamentais para assegurar a manutenção da sustentabilidade internacional do grupo e da liderança nacional no setor da gestão de resíduos, posição mantida há duas décadas. A determinação e envolvimento da organização na prossecução dos objetivos serão determinantes para o bom desempenho e para que sejam aproveitadas todas as oportunidades de melhoria, valorizando o trabalho desenvolvido, transversalmente, no universo de empresas do Grupo SUMA.

A capacidade de crescimento será tanto maior quanto a demonstração de competências nas diversas áreas de atuação e passará pela inovação e diversificação nas atividades desenvolvidas, pela expansão geográfica em Portugal e no estrangeiro, bem como pelo comprometimento para com a qualidade dos serviços prestados, que promovam as relações comerciais e fomentem as parcerias de negócios, garantindo a sua sustentabilidade.

Utilizando a experiência acumulada, as tecnologias inovadoras e processos cada vez mais evoluídos, a SUMA procurará expandir a sua atuação, garantindo que manterá no futuro a mesma capacidade de resposta positiva a todos os desafios, alinhando estratégias que promovam o crescimento do Grupo, **Na Construção de Um Ambiente Melhor.**

Nota Final

O Conselho de Administração da SUMA expressa o seu agradecimento a todos os que colaboraram no desenvolvimento da atividade durante o ano 2016, contribuindo para o bom desempenho e obtenção dos objetivos propostos.

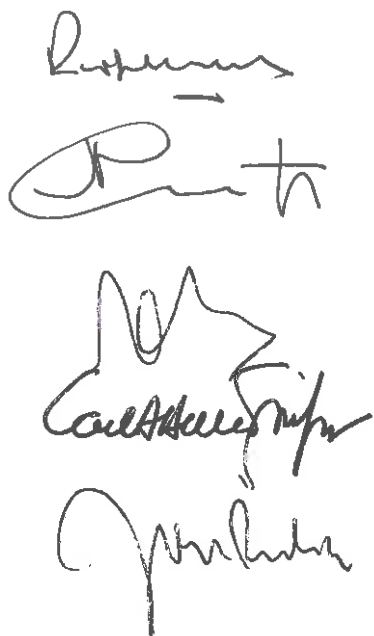
Aos Acionistas e restantes membros dos Órgãos Sociais, agradecemos pela confiança manifestada e por toda a disponibilidade e apoio demonstrados, que promovem o crescimento da Empresa.

Aos clientes, fornecedores e demais parceiros de negócio, agradecemos a cooperação e manutenção das boas relações comerciais estabelecidas.

Não podemos deixar de agradecer especialmente aos Trabalhadores, cuja competência, determinação e dedicação no desempenho do seu trabalho, são essenciais para o sucesso desta Empresa.

Lisboa, 31 de maio de 2017.

O Conselho de Administração,





Relatório de Prestação de Contas



Demonstrações Financeiras

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Reexpresso)

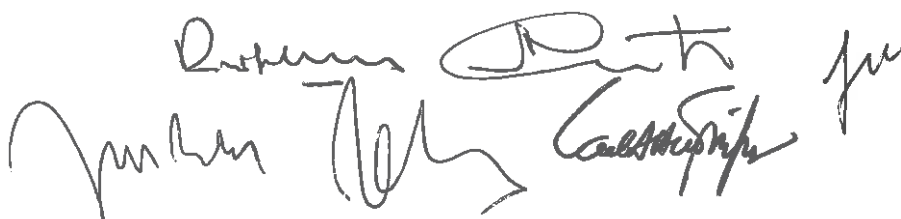
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2016	2015 (reexpresso)
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	12 471 085,89	13 799 470,15
Propriedades de investimento	7	2 154 536,18	2 154 536,18
Goodwill	8	13 687 961,64	14 644 897,28
Ativos intangíveis	9	13 017,05	15 237,80
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	54 862 887,47	49 002 891,63
Participações financeiras - outros métodos	10	13 061,37	13 112,85
Créditos a receber	13	62 273 388,23	62 277 679,23
Ativos por impostos diferidos	11	560 733,97	545 315,81
Total do ativo não corrente		146 036 671,80	142 453 140,93
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	12	1 195 413,49	1 360 120,64
Clientes	13	41 229 684,71	40 918 988,69
Estado e outros entes públicos	14	1 278 482,92	3 116 138,17
Outros créditos a receber	13	16 105 807,02	15 965 942,65
Diferimentos		240 045,01	321 415,90
Outros ativos financeiros	4	76 039,34	119 206,56
Caixa e depósitos bancários	4	6 057 070,61	3 606 830,34
Total do ativo corrente		66 182 543,10	65 408 642,95
Total do ativo		212 219 214,90	207 861 783,88
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	15	12 500 000,00	12 500 000,00
Prémios de emissão	16	1 410 000,00	1 410 000,00
Reserva legal	16	2 500 000,00	2 500 000,00
Outras reservas	16	59 135 784,20	59 135 784,20
Resultados transitados		(16 135 920,84)	(16 964 348,89)
Ajustamentos em ativos financeiros	16	24 756 103,07	21 533 985,30
Outras variações no capital próprio	16	(1 776 747,20)	(1 776 747,20)
Resultado líquido do exercício		10 649 401,81	7 958 642,42
Total do capital próprio		93 038 621,04	86 297 315,83
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	17	11 520 348,69	7 195 588,32
Financiamentos obtidos	18	61 543 633,67	69 970 867,77
Total do passivo não corrente		73 063 982,36	77 166 456,09
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	20	7 007 713,10	8 468 094,43
Estado e outros entes públicos	14	1 385 795,05	519 491,52
Financiamentos obtidos	18	23 780 257,80	21 489 570,09
Outras dívidas a pagar	19	13 732 530,52	13 764 118,30
Diferimentos	22	210 315,03	156 737,62
Total do passivo corrente		46 116 611,50	44 398 011,96
Total do passivo		119 180 593,86	121 564 468,05
Total do capital próprio e do passivo		212 219 214,90	207 861 783,88

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)

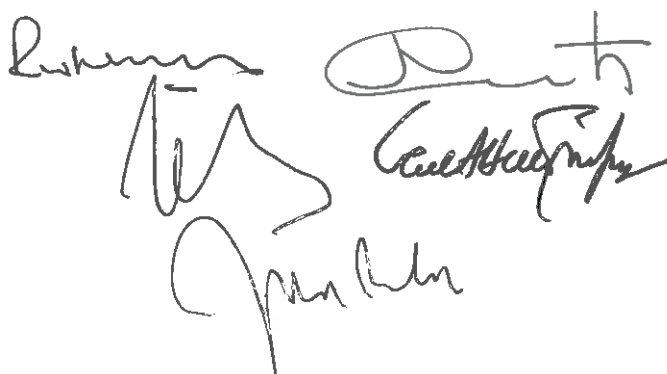
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados	23	49 298 036,75	50 650 069,28
Subsídios à exploração			13 657,13
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias e associadas	10	7 420 217,09	2 984 465,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(7 675 710,66)	(8 175 423,60)
Fornecimentos e serviços externos	24	(11 590 273,92)	(11 401 789,81)
Gastos com o pessoal	25	(23 934 825,06)	(22 021 283,25)
Imparidade de dívidas a receber	13	(105 607,54)	16 946,87
Provisões	17	(145 586,02)	(466 279,41)
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis		-	(333 234,75)
Outros rendimentos	26	6 740 509,58	7 095 009,32
Outros gastos	27	(1 250 301,70)	(2 303 688,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18 756 458,52	16 058 448,19
Gastos de depreciação e de amortização	28	(2 980 819,95)	(3 178 790,42)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis	8 e 28	(956 935,64)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14 818 702,93	12 879 657,77
Juros e rendimentos similares obtidos	29	2 887 904,87	1 664 147,52
Juros e gastos similares suportados	30	(4 903 318,84)	(3 885 204,03)
Resultado antes de impostos		12 803 288,96	10 658 601,26
Impostos sobre o rendimento do exercício	11	(2 153 887,15)	(2 699 958,84)
Resultado líquido do exercício		10 649 401,81	7 958 642,42
Resultado por ação	32	42,80	31,83

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)

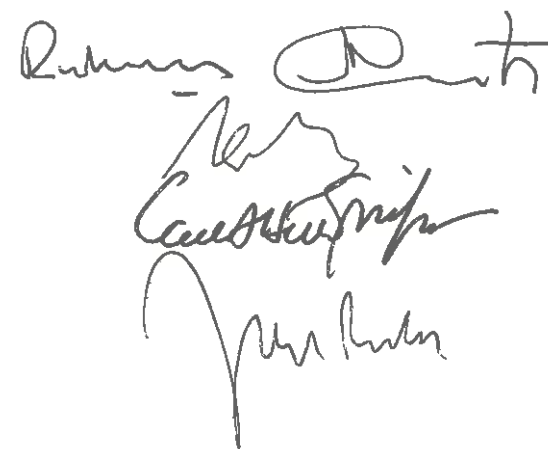
	Notas	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2015		12 500 000,00	1 410 000,00	2 500 000,00	46 769 611,53	1 444 926,19	2 129 248,42	(1 780 309,72)	20 606 172,67	85 579 649,09
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	16				12 366 172,67		-		(20 606 172,67)	(8 240 000,00)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015			-						7 958 642,42	7 958 642,42
Efeito cambial da aplicação do método da equivalência patrimonial	10				-		(2 540 131,05)			(2 540 131,05)
Efeito dos ajustamentos das participadas decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial	10			-			3 535 592,84			3 535 592,84
Lucros não atribuídos	11 e 21			-		(18 409 275,08)	18 409 275,08			
Outros	16		-	-			0,01	3 562,52	-	3 562,53
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reexpresso)		12 500 000,00	1 410 000,00	2 500 000,00	59 135 784,20	(16 964 348,89)	21 533 985,30	(1 776 747,20)	7 958 642,42	86 297 315,83
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (reexp)	16			-		7 958 642,42			(7 958 642,42)	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016				-					10 649 401,81	10 649 401,81
Efeito cambial da aplicação do método da equivalência patrimonial	10			-			(2 954 474,22)			(2 954 474,22)
Efeito dos ajustamentos das participadas decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial	10			-			(796 341,52)			(796 341,52)
Lucros não atribuídos	16			-		(6 972 933,51)	6 972 933,51			
Outros		-	-	-		(157 280,86)		-	-	(157 280,86)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		12 500 000,00	1 410 000,00	2 500 000,00	59 135 784,20	(16 135 920,84)	24 756 103,07	(1 776 747,20)	10 649 401,81	93 038 621,04

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

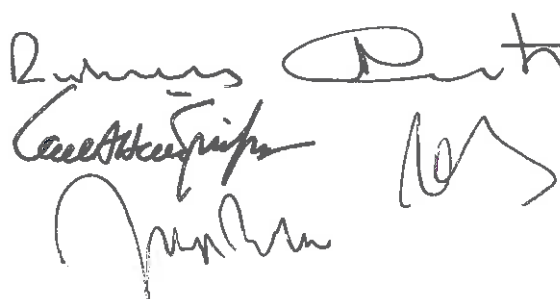
	Notas	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		57 776 595,73	55 994 548,22
Pagamentos a fornecedores		(24 919 481,25)	(26 612 609,33)
Pagamentos ao pessoal		(22 433 135,35)	(21 590 277,24)
Fluxos gerados pelas operações		10 423 979,13	7 791 661,65
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(996 264,05)	(6 343 862,36)
Outros recebimentos		2 783 169,96	1 958 684,22
Fluxos das atividades operacionais (1)		12 210 885,04	3 406 483,51
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(407 188,47)	(405 570,24)
Ativos intangíveis		(8 070,09)	(6 437,28)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(400 000,00)	(45 283 323,08)
Participações financeiras	10	(330 233,80)	(601 975,27)
Outros pagamentos	4	(7 763,51)	(2 414 763,49)
		(1 153 255,87)	(48 712 069,36)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		20 120,88	173 292,75
Realizações de outros instrumentos de capital próprio	10	-	1 300 000,00
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		400 000,00	-
Juros e rendimentos similares		1 314,01	349 972,43
Dividendos	10	2 323 490,01	2 782 866,95
Outros recebimentos	4	2 414 763,49	-
		5 159 688,39	4 606 132,13
Fluxos das atividades de investimento (2)		4 006 432,52	(44 105 937,23)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3 852 754,17	47 984 735,73
		3 852 754,17	47 984 735,73
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(10 506 798,84)	(4 416 006,83)
Juros e gastos similares		(4 790 886,21)	(3 618 288,24)
Dividendos	16	-	(7 573 000,00)
		(15 297 685,05)	(15 607 295,07)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(11 444 930,88)	32 377 440,66
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		4 772 386,68	(8 322 013,06)
Efeito das diferenças de câmbio		84 853,57	27 529,95
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1 192 066,85	9 486 549,96
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	6 049 307,10	1 192 066,85

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Anexo às Demonstrações Financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (“Empresa” ou “SUMA”) tem sede social em Lisboa, foi constituída em junho de 1994 e tem como atividade principal a prestação de serviços de caráter urbano, tanto público como privado, incluindo, quando for o caso, a execução das obras, estudos ou projetos que para tal fim sejam necessários, quer no regime de concessão administrativa, arrendamento, contrato de exploração ou contrato de gestão, quer em quaisquer outras modalidades (compreendendo a constituição de empresas mistas, de sociedades de todo o tipo, cooperativas ou outras fórmulas admitidas na legislação aplicável), nomeadamente: (i) recolha e transporte de resíduos sólidos e urbanos; (ii) recolha e transporte de resíduos tóxicos e perigosos; (iii) recolha e transporte de resíduos industriais; (iv) recolha e transporte de resíduos hospitalares; (v) centrais de transferência de resíduos sólidos, urbanos e industriais; (vi) limpeza de escritórios, aeroportos, metropolitanos, portos, jardins, instalações industriais, matadouros, mercados e todo o tipo de instalações, sejam públicas ou privadas; (vii) limpeza urbana; (viii) tratamento e eliminação de resíduos sólidos e urbanos, industriais, hospitalares, tóxicos e perigosos; (ix) aterros sanitários; (x) centrais de tratamento, reciclagem, compostagem e incineração, com ou sem recuperação de energia; (xi) manutenção de ETA e ETAR; (xii) mobiliário urbano; (xiii) parques e jardins; e (xiv) transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem.

A Empresa é detida em 61,5% pelo Grupo Mota-Engil, e em 38,5% pela Urbaser (entidade sedeada em Espanha e inserida no Grupo ACS) e, consequentemente, as operações e transações são influenciadas pelas decisões destes dois grupos empresariais (Nota 15). Adicionalmente, a Empresa é a empresa-mãe de um conjunto de empresas, conforme evidenciado na Nota 10.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a atividade tem estado, essencialmente, relacionada com a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpezas de espaço, nomeadamente, prestadas a municípios e a outras entidades públicas.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Empresa constituiu a Triaza – Tratamento de Resíduos Industriais de Azambuja, S.A. (“Triaza”) para gestão e exploração do aterro na Azambuja e, bem assim, procedeu à dissolução e encerramento da TCR – Tratamento Complementar de Resíduos, Lda. (“TCR”) com efeitos em 31 de outubro de 2015.

Por forma a incrementar a atividade a nível internacional, foram efetuados investimentos em dezembro de 2015 em Omã, através da constituição da Ecovision LLC, na qual a Empresa detém 51% e da SUMA (Oman Branch), sucursal integrada nas contas da Empresa.

Em novembro de 2014 a participada Suma Tratamento, S.A. (“Suma Tratamento”), na qual a Empresa detém 79,98% do seu capital, na sequência do processo de reprivatização da EGF, realizado através de um concurso público, celebrou um contrato com a ADP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (“ADP”) para a aquisição daquela entidade. Este contrato permitiria a aquisição de 100% do capital da EGF, incluindo suprimentos realizados pela ADP. O preço naquela data para a aquisição de 95% do capital da EGF ascendia a, aproximadamente, 142.200.000,00 Euros, o qual seria acrescido pelos montantes necessários para a aquisição dos restantes 5% e dos suprimentos concedidos pela ADP que apenas seriam fixados na data do fecho da operação, uma vez que a sua realização, depende da concretização de um conjunto de ações, nomeadamente, da decisão pelas Autoridades de Concorrência competentes da não oposição à efetiva transmissão das ações da Empresa Geral de Fomento (“EGF”) (condição suspensiva). Em julho de 2015, efetivou-se a compra dos 95% da EGF, pelo montante de, aproximadamente, 161.916.000,00 Euros, incrementado desta forma o ativo e passivo da Empresa, seja através da incorporação indireta da EGF nas participações financeiras da Empresa, seja através do financiamento obtido para a aquisição da mesma.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Suma Tratamento concluiu o exercício de alocação do preço de compra (“PPA”) decorrente da aquisição da EGF, em virtude do registo efetuado em 2015 ter sido efetuado provisoriamente. Deste modo, tendo em conta as decisões finais do Regulador da atividade concessionada às empresas controladas pela EGF, as estimativas efetuadas em 2015 foram revistas, relativamente às principais diferenças entre o justo valor dos ativos e passivos adquiridos. Assim, o exercício de PPA anteriormente efetuado, foi revisto, o qual, em função das alterações / clarificações verificadas durante o exercício de 2016, apresenta um valor diferente do efetuado anteriormente, motivo pelo qual as demonstrações financeiras foram reexpressas (Nota 5).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

As principais alterações / clarificações verificadas em 2016 são:

- Definição do modelo de remuneração das concessões;
- Definição da base de ativos regulados e respetivas vidas úteis;
- Registo do passivo regulatório;
- Definição das tarifas a aplicar durante o período 2016-18.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

A Empresa preparou igualmente demonstrações financeiras consolidadas, as quais são apresentadas em separado e apresentam de uma forma mais apropriada a posição financeira consolidada, o resultado consolidado das operações e os fluxos de caixa do Grupo.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, republicadas nos avisos 8254/2015, 8255/2015, 8256/2015, 8257/2015, 8258/2015 e 8259/2015, de 29 de julho, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as NCRF.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição de participações registadas pelo método da equivalência patrimonial face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como *goodwill*, sendo este apresentado numa linha separada do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

A vida útil estimada do *goodwill* para os vários investimentos é como segue:

Investimento	Anos
Citrave - Centro Integrado de Tratamento de Resíduos de Aveiro, S.A. ("Citrave")	10
Ecoatlântica (a)	19
Enviroil, SGPS, Lda. ("Enviroil")	19
Resilei - Tratamento de resíduos industriais, S.A. ("Resilei")	10
STL	6
Triu - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. ("Triu")	14

(a) Empresa fundida posteriormente na Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro S.A. ("Ersuc"). *Goodwill* amortizado no período da concessão da atividade.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou da associada, excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária ou associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se, posteriormente, a subsidiária ou a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

As prestações acessórias e suplementares concedidas pela Empresa a empresas subsidiárias e associadas são registadas pelo respetivo valor nominal e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Estas prestações são adicionadas ao valor dos investimentos em empresas subsidiárias e associadas devido ao seu carácter permanente, não vencendo juros e de acordo com a legislação comercial aplicável, só podem ser restituídas à Empresa desde que o capital próprio dessas empresas não fique inferior à soma do capital e das reservas não distribuíveis após a restituição.

Os dividendos atribuídos pelas empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição ao valor de participação financeira naquela empresa subsidiária.

Os investimentos financeiros em empresas participadas são registados ao custo de aquisição e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os investimentos financeiros em subsidiárias estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço. A quota-parte dos resultados dessas subsidiárias apropriadas pela Empresa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante da conversão é registada no capital próprio na rubrica "Ajustamentos em ativo financeiros".

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a reserva de conversão cambial acumulada no capital próprio é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda da alienação.

Adicionalmente, sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela SUMA.

Concentrações de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo da concentração é determinado como o agregado, na data da aquisição, de: (a) justo valor dos ativos entregues ou a entregar; (b) justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas; (c) justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos em troca da obtenção de controlo sobre aquelas entidades; e (d) custos diretamente atribuíveis à aquisição. O excesso do custo da concentração relativamente ao justo valor da participação nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo da concentração for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados ou imputados os ativos líquidos adquiridos, consoante as circunstâncias económicas que estiveram subjacentes à concentração empresarial.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 20
Equipamento básico	3 - 5
Equipamento de transporte	2 - 10
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	5 - 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos detidos para arrendamento, valorização do capital investido através da venda e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

3.5 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As locações financeiras são repartidas entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

As locações operacionais são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.6 Ativos intangíveis

Os intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para o desenvolvimento dos mesmos.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante um período de três anos.

3.7 Imparidade de ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade e se os mesmos devem ser sujeitos a teste de imparidade.

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

3.8 Inventários

As mercadorias, bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor do custo é superior ao valor líquido de realização são registadas perdas por imparidade pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica "Imparidade de inventários".

3.9 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação bem como aos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e créditos fiscais não utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Adicionalmente, a Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") cujo perímetro inclui todas as empresas em que a SUMA participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do capital social e que cumprem, simultaneamente, com as restantes condições definidas naquele regime.

3.10 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

a) Clientes e outros créditos de terceiros

Os saldos de clientes e de outros créditos de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes e de outros créditos de terceiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante e que são imediatamente convertíveis em numerário. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado.

c) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são incluídas a deduzir na quantia escriturada dos financiamentos obtidos.

d) Fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado.

3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram utilizadas, as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, assim para o registo das transações ocorridas nos exercícios findos naquelas datas:

Moeda	Câmbio de fecho		Câmbio médio	
	2016	2015	2016	2015
Dólar americano	1,0541	1,0887	1,1032	1,1046
Kwanza	184,4750	147,8315	182,3243	133,1825
Zloti	4,4103	4,2639	4,3744	4,1841
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	110,2650	110,2650
Metical de Moçambique	74,5400	49,2900	69,8233	43,5342
Real Omanense	0,40583	0,4192	0,4247	0,4253
Real do Brasil	3,4305	4,3117	3,8193	3,7426
Pataca de Macau	8,4204	8,6907	8,8195	8,8191

3.12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota, nem provável.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.14 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Outras dívidas a pagar, Outros créditos a receber e Diferimentos.

3.15 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Adicionalmente, os trabalhos adicionais e as revisões de preços são reconhecidos como rédito, quando são acordados e aceites pelos clientes.

Os juros de mora debitados aos clientes são reconhecidos como rédito, quando são pagos pelos clientes.

3.16 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estiveram relacionados com o registo de provisões, das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, goodwill e de perdas por imparidade de créditos a receber e dos ativos fixos tangíveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

3.17 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), sendo que os descobertos bancários foram classificados como atividade de financiamento, decorrente do seu caráter permanente na estrutura de financiamento da Empresa. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	2016	2015
Caixa	95.541,13	70.726,98
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5.953.765,97	1.121.339,87
Caixa e seus equivalentes	6.049.307,10	1.192.066,85
Depósitos cativos	7.763,51	2.414.763,49
	6.057.070,61	3.606.830,34

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de depósitos cativos respeita a um depósito de segurança de 2.424,66 Euros e a *Cash Margin* de uma garantia bancária de 5.338,85 Euros. Em dezembro de 2015, correspondia a um depósito no montante de 864.006,00 Euros, apenas disponível para utilização em junho de 2016, bem como um depósito garantia da *Oman Branch*, no montante de 1.550.757,49 Euros (650.000 reais omanenses). De referir que ambos os itens não qualificam como caixa e seus equivalentes face às restrições definidas para os mesmos. Este valor foi classificado como um pagamento de atividade de investimento.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Outros ativos financeiros nos montantes de 76.039,34 Euros e 119.206,56 Euros, respetivamente, correspondem ao justo valor de 200.000 unidades de participação subscritas no fundo de participação da Caixa Económica Montepio Geral, por 200.000,00 Euros. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as unidades de participação sofreram desvalorizações nos montantes de 43.167,22 Euros e 61.409, 44 Euros, respetivamente (Nota 27).

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorreu qualquer alteração de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas. Em 31 de dezembro de 2016, foram efetuadas um conjunto de correções de situações originadas no exercício anterior, relativas a empresas participadas, essencialmente decorrentes dos seguintes efeitos: (i) apuramento final e efeito da concentração de atividades empresariais pela Suma Tratamento, S.A. ("Suma Tratamento"), na sequência da aquisição do Grupo EGF em 2015; (ii) correção do registo do subsídio ao investimento recebido em 2015 pela subsidiária Enviroil SGPS, S.A. ("Enviroil"), o qual foi integralmente reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e (iii) correção do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da participada Vista Waste Management, Lda. ("Vista Waste"), decorrente da mensuração ao justo valor de determinados instrumentos financeiros adquiridos por aquela participada durante o exercício findo naquela data. Decorrente destas correções, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Os efeitos da reexpressão no balanço, em 31 de dezembro de 2015, foram os seguintes:

ATIVO	31-12-2015	Ajustamentos e reclassificações	31-12-2015 (Reexpresso)
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	13.799.470,15	-	13.799.470,15
Propriedades de investimento	2.154.536,18	-	2.154.536,18
Goodwill	625.782,62	14.019.114,66	14.644.897,28
Ativos intangíveis	15.237,80	-	15.237,80
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	64.677.201,08	(15.674.309,45)	49.002.891,63
Participações financeiras - outros métodos	13.112,85	-	13.112,85
Empresas do Grupo	62.277.679,23	-	62.277.679,23
Ativos por impostos diferidos	545.315,81	-	545.315,81
Total do ativo não corrente	144.108.335,72	(1.655.194,79)	142.453.140,93
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	1.360.120,64	-	1.360.120,64
Clientes	40.918.988,69	-	40.918.988,69
Adiantamentos a fornecedores	22.200,31	(22.200,31)	-
Estado e outros entes públicos	3.116.138,17	-	3.116.138,17
Empresas do Grupo	11.325.001,77	-	11.325.001,77
Outros créditos a receber	4.618.740,57	22.200,31	4.640.940,88
Diferimentos	321.415,90	-	321.415,90
Outros ativos financeiros	119.206,56	-	119.206,56
Caixa e depósitos bancários	3.606.830,34	-	3.606.830,34
Total do ativo corrente	65.408.642,95	-	65.408.642,95
Total do ativo	209.516.978,67	(1.655.194,79)	207.861.783,88
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12.500.000,00	-	12.500.000,00
Prémios de emissão	1.410.000,00	-	1.410.000,00
Reserva legal	2.500.000,00	-	2.500.000,00
Outras reservas	59.135.784,20	-	59.135.784,20
Resultados transitados	(16.964.348,89)	-	(16.964.348,89)
Ajustamentos em ativos financeiros	20.292.410,00	1.241.575,30	21.533.985,30
Outras variações no capital próprio	(1.776.747,20)	-	(1.776.747,20)
Resultado líquido do exercício	11.990.290,58	(4.031.648,16)	7.958.642,42
Total do capital próprio	89.087.388,69	(2.790.072,86)	86.297.315,83
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	6.060.710,25	1.134.878,07	7.195.588,32
Financiamentos obtidos	69.970.867,77	-	69.970.867,77
Total do passivo não corrente	76.031.578,02	1.134.878,07	77.166.456,09
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	8.468.094,43	-	8.468.094,43
Estado e outros entes públicos	519.491,52	-	519.491,52
Acionistas	8.240.000,00	(8.240.000,00)	-
Financiamentos obtidos	21.489.570,09	-	21.489.570,09
Outras dívidas a pagar	5.524.118,30	8.240.000,00	13.764.118,30
Diferimentos	156.737,62	-	156.737,62
Total do passivo corrente	44.398.011,96	-	44.398.011,96
Total do passivo	120.429.589,98	1.134.878,07	121.564.468,05
Total do capital próprio e do passivo	209.516.978,67	(1.655.194,79)	207.861.783,88

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

O efeito da reexpressão na demonstração de resultados, em 31 de dezembro de 2015, foi o seguinte:

RENDIMENTOS E GASTOS	31-12-2015	Ajustamentos e reclassificações	31-12-2015 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	50.650.069,28	-	50.650.069,28
Subsídios à exploração	13.657,13	-	13.657,13
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias e associadas	6.992.858,19	(4.008.393,01)	2.984.465,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(8.175.423,60)	-	(8.175.423,60)
Fornecimentos e serviços externos	(11.401.789,81)	-	(11.401.789,81)
Gastos com o pessoal	(22.021.283,25)	-	(22.021.283,25)
Imparidade de dívidas a receber	16.946,87	-	16.946,87
Provisões	(466.279,41)	-	(466.279,41)
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis	(309.979,60)	(23.255,15)	(333.234,75)
Outros rendimentos e ganhos	7.095.009,32	-	7.095.009,32
Outros gastos e perdas	(2.303.688,77)	-	(2.303.688,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	20.090.096,35	(4.031.648,16)	16.058.448,19
Gastos de depreciação e de amortização	(3.178.790,42)	-	(3.178.790,42)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	16.911.305,93	(4.031.648,16)	12.879.657,77
Juros e rendimentos similares obtidos	1.664.147,52	-	1.664.147,52
Juros e gastos similares suportados	(3.885.204,03)	-	(3.885.204,03)
Resultado antes de impostos	14.690.249,42	(4.031.648,16)	10.658.601,26
Impostos sobre o rendimento do exercício	(2.699.958,84)	-	(2.699.958,84)
Resultado líquido consolidado do exercício	11.990.290,58	(4.031.648,16)	7.958.642,42

O efeito da reexpressão no capital próprio reportado a 31 de dezembro de 2015, foi o seguinte:

Capital próprio em 31 de dezembro de 2015	89.087.388,69
Ajustamentos no capital próprio:	
Correção do registo da concentração de atividades empresariais e outros efeitos - Suma Tratamento:	
Impacto em resultados	(1.790.602,19)
Impacto em capital próprio	426.145,74
Correção do registo afeto ao subsídio ao investimento - Enviroil:	
Impacto em resultados	(315.555,69)
Impacto em capital próprio	624.627,82
Correção do justo valor dos ativos financeiros - Vista Waste:	
Impacto em resultados	(1.925.490,28)
Impacto em capital próprio	190.801,74
Capital próprio em 31 de dezembro de 2015 (reexpresso)	86.297.315,83

Em resultado das alterações ao SNC, as normas contabilísticas e de relato financeiro foram republicadas através do Aviso nº 8256/2015 de 29 de julho. Esta republicação introduziu uma nova política contabilística relativa à mensuração subsequente do *goodwill*, o qual passou a ser amortizado durante a sua vida útil remanescente, conforme referido na nota 3.2. Em resultado da aplicação da nova política contabilística, foram registadas no período findo em 31 de dezembro de 2016 amortizações no montante de 956.935,64 Euros. Adicionalmente, foram efetuadas diversas reclassificações decorrentes das alterações ocorridas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2016						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
Ativo bruto:							
Saldo inicial	926.585,15	6.386.857,03	6.440.891,83	40.548.732,75	2.241.709,79	5.736.409,93	313.262,34
Aquisições	-	27.787,02	122.902,46	772.809,70	46.255,55	339.362,31	336.003,92
Alienações	-	-	-	(243.350,51)	(934,00)	-	-
Abates	-	(1.060,52)	(131.061,83)	(612,75)	(3.362,89)	(17.238,89)	-
Saldo final	926.585,15	6.413.593,53	6.432.532,46	41.075.379,19	2.283.648,65	6.060.552,36	649.266,26
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	-	3.585.929,33	6.118.714,66	31.261.875,34	2.083.646,25	5.461.248,75	283.362,34
Depreciações do exercício (Nota 28)	-	568.898,44	137.540,80	2.034.364,67	93.204,11	135.686,08	-
Alienações	-	-	-	(243.350,51)	(700,49)	-	-
Abates	-	(919,96)	(127.577,09)	(612,75)	(3.300,19)	(17.238,89)	-
Saldo final	-	4.153.907,81	6.128.378,18	33.052.276,75	2.172.651,68	5.579.694,95	283.362,34
Ativo líquido	926.585,15	2.259.685,72	304.154,28	8.023.102,44	110.996,97	480.857,41	365.903,92

	2015						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
Ativo bruto:							
Saldo inicial	926.585,15	6.302.820,70	6.876.140,51	40.373.112,31	2.162.386,36	5.653.407,84	436.784,11
Aquisições	-	84.658,55	78.450,61	166.432,40	81.188,43	150.073,27	8.820,00
Alienações	-	-	(18.408,88)	(90.478,11)	-	(3.138,96)	-
Transferências	-	15.010,42	-	117.311,35	-	-	(132.321,77)
Abates	-	(15.632,64)	(293.490,41)	(19.845,20)	(1.865,00)	(61.932,22)	-
Saldo final	926.585,15	6.386.857,03	6.440.891,83	40.548.732,75	2.241.709,79	5.736.409,93	313.262,34
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	-	3.023.203,92	6.228.540,54	29.320.270,91	1.933.293,71	5.379.424,24	283.362,34
Depreciações do exercício (Nota 28)	-	568.978,45	197.595,98	2.050.061,78	152.219,54	137.239,85	-
Alienações	-	-	(18.408,88)	(89.719,30)	-	(163,13)	-
Abates	-	(6.253,04)	(287.013,08)	(18.738,05)	(1.885,00)	(55.252,21)	-
Saldo final	-	3.585.929,33	6.118.714,66	31.261.875,34	2.083.646,25	5.461.248,75	283.362,34
Ativo líquido	926.585,15	2.800.927,70	321.977,17	9.284.857,41	158.061,54	277.161,18	29.900,00

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as principais aquisições ocorridas de ativos fixos tangíveis, estão relacionadas com a aquisição de equipamentos de transporte e contentores, necessários para a atividade operacional da Empresa.

Os equipamentos de transporte, compreendem todo o tipo de viaturas e equipamentos utilizados nos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente, viaturas varredoras e aspiradoras, lava contentores, viaturas com grua e compactador, recolhedoras compactadoras, entre outros. Este tipo de equipamento é, essencialmente, adquirido através de contratos de locação financeira, conforme evidenciado na Nota 18.

As alienações correspondem, essencialmente, à venda de diversos tipos de viaturas usadas que se encontravam maioritariamente depreciadas.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as propriedades de investimento incluem os terrenos localizados em Cascais, Maceira, Escandarão, Várzea e Lousada. Estes terrenos não estão afetos à produção ou fornecimento de bens e serviços, encontram-se registados ao custo histórico, nos montantes de 1.647.000,00 Euros, 176.778,52 Euros, 14.863,96 Euros, 35.490,72 Euros e 280.402,98 Euros, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram movimentos nesta rubrica.

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa solicitou a uma entidade independente uma avaliação dos imóveis registados em propriedades de investimento, segundo a qual o valor de mercado é superior ao seu valor contabilístico, ascendendo a, aproximadamente, 2.312.500 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

8. GOODWILL

O detalhe do *goodwill* respeita à diferença de compra registada em exercícios anteriores, na aquisição de empresas subsidiárias e participadas. Em 31 de dezembro de 2016, o detalhe do *goodwill* é como segue:

Entidade ou unidade geradora de caixa	Ano Aquisição	Quantia escriturada 2015	Amortizações do exercício (Nota 28)	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada 2016
STL	2003	625.782,82	(111.746,90)	(111.746,90)	514.035,72
Ecolatantica	2006	122.565,48	(8.558,89)	(8.558,89)	118.006,77
Resilei	2007	205.868,73	(21.007,01)	(21.007,01)	184.861,72
Triu	2008	3.871.718,06	(280.599,36)	(280.599,36)	3.591.118,70
Enviroil	2009	9.547.027,87	(509.830,23)	(509.830,23)	9.037.197,64
Citrave	2009	271.934,54	(27.193,45)	(27.193,45)	244.741,09
		<u>14.644.897,28</u>	<u>(956.935,64)</u>	<u>(956.935,64)</u>	<u>13.687.961,64</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no *goodwill*, foi como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	14.644.897,28	14.978.132,03
Perdas por imparidade	-	(333.234,75)
Amortização	(956.935,64)	-
Saldo final	<u>13.687.961,64</u>	<u>14.644.897,28</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa procedeu à avaliação do valor recuperável das suas participações financeiras que incluem *goodwill*, considerando as projeções dos fluxos de caixa de acordo com as projeções financeiras de cada unidade geradora de caixa para um período de cinco anos, utilizando uma taxa de desconto de entre 6,47% e 7,26% em 2016 e 7,43% em 2015, e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 2%. Para a participada Resilei, foi utilizada a mesma taxa de desconto, mas sem taxa de crescimento na perpetuidade e considerando projeções dos fluxos de caixa até 2029, uma vez que o aterro tem uma vida útil finita. Assim em 2015, a Empresa identificou e registou perdas por imparidade nos investimentos sobre a participação no capital da Resilei, nos montantes de 23.255,15 Euros.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa procedeu à avaliação do valor recuperável do *goodwill*, tendo identificado perdas por imparidade na STL em 2015, no montante de 309.979,60 Euros.

Para efeito do teste de imparidade, o *goodwill* foi imputado às unidades geradoras de caixa em função dos contratos associados e carteiras de clientes existentes, sendo que aquelas entidades jurídicas já não existem, uma vez que foram fundidas na Empresa em exercícios anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2016	2015
	Programas de computador	Programas de computador
Ativo bruto:		
Saldo inicial	882.570,55	876.289,05
Aquisições	8.905,30	6.881,38
Abates	-	(599,88)
Saldo final	891.475,85	882.570,55
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	867.332,75	795.237,81
Amortizações do exercício (Nota 28)	11.126,05	72.694,82
Abates	-	(599,88)
Saldo final	878.458,80	867.332,75
Ativo líquido	13.017,05	15.237,80

Os ativos intangíveis correspondem, essencialmente, ao *software* contabilístico que a Empresa utiliza atualmente, o SAP.

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa detém as seguintes participações financeiras:

	2016									Provisão para perdas em participações financeiras (Nota 17)
	Sede	% de detida	Ativo	Capital próprio	Receita	Resultado líquido	Valor de participação	Participações acessórias e suplementares	Total da participação no ativo	
Empresas subsidiárias:										
RIMA - Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("RIMA")	Lucena	99,13%	4.890.583,44	1.750.389,92	1.834.439,96	352.212,41	1.721.083,93	-	1.721.083,93	-
SUMA (Metalhúria) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Metalhúria") (a)	Metalhúria	100,00%	3.961.280,80	1.303.113,85	8.186.462,80	985.031,15	1.273.113,85	30.000,00	1.303.113,85	-
NOVAFLEX - Técnicas do Meio Ambiente, S.A. ("Novaflex") (a) e (b)	Urbos	100,00%	5.080.246,76	4.583.347,51	1.526.757,78	850.310,61	4.139.347,51	450.000,00	4.583.347,51	-
SUMA (Ouro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Ouro") (a)	Manga	100,00%	1.223.266,83	188.662,57	366,75	312,89	-	974.604,40	974.604,40	775.921,83
SUMA (Espaço) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Espaço") (a)	Espasende	100,00%	285.207,97	161.305,08	848.958,38	103.033,45	111.355,08	50.000,00	161.355,08	-
SIKA - Sistema Integrado de Gestão Ambiental, S.A. ("Siga")	Porto Delgado	70,00%	318.767,99	61.480,24	612.381,37	(6.751,51)	36.022,17	-	36.022,17	-
SUMA (PORTO) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Porto")	Porto	100,00%	1.803.950,31	813.873,63	4.502.377,48	531.896,28	813.873,63	-	813.873,63	-
CITRAVE - Centro Integrado de Tratamento Resíduos, S.A. ("Citrawe")	Urbos	99,85%	1.798.448,20	175.462,97	-	(23.608,47)	175.192,78	-	175.192,78	-
Enrol	Serfil	78,35%	16.655.698,00	16.610.435,78	1.259.468,58	1.225.263,29	13.013.944,20	-	13.013.944,20	-
MES Meta - Engil Stodowleiro sp. z o.o. ("Brodowski") (c) (d)	Cracóvia	100,00%	3.447.689,85	(802.957,30)	-	(62.102,97)	-	-	-	3.678.205,32
SUMA Mocambique, Lda. ("Suma Mocambique") (f)	Prata	99,00%	855,75	655,75	-	-	855,75	-	855,75	-
Suma Tratamento	Laibon	79,85%	177.047.105,59	(4.189.572,83)	-	(3.183.335,33)	-	-	-	3.950.820,35
Suma Mecau (g)	Urbos	99,00%	480.270,89	(759.522,83)	-	(153.504,78)	-	-	-	751.927,51
Trilera	Azambuja	100,00%	1.850.654,00	258.515,85	-	(31.831,88)	258.515,85	-	258.515,85	-
AGIR - Ambiente e Gestão, Lda. ("Agir") (e)	Cabo Verde	50,00%	373.180,38	57,613,85	179.366,78	(57.814,78)	28.805,92	-	28.805,92	-
Resilix - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. ("Resilix")	Lafite	50,00%	9.772.847,36	3.285.808,58	1.177.100,41	329.800,37	1.843.454,79	-	1.843.454,79	-
Equilix LLC (h)	Ond	51,00%	12.898.341,67	(2.980.289,32)	8.376.150,11	(3.446.053,88)	-	-	-	1.525.034,84
SBE Waste Management Limited	Hong Kong	60,00%	-	-	-	-	33.644,58	-	33.644,58	-
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. ("ERSUC") (a)	Coimbra	5,88%	94.385.674,00	51.989.552,00	24.208.904,55	205.896,00	3.107.779,21	-	3.107.779,21	-
			335.675.034,33	72.719.245,91	50.464.757,65	(2.295.355,12)	26.350.989,66	1.504.604,40	27.855.594,06	10.079.909,85
Empresas associadas:										
Vista Waste Management, Lda. ("Vista Waste") (a) e (d)	Lucena	49,00%	105.318.235,01	35.737.522,30	40.657.098,02	15.219.236,67	17.511.365,92	1.340.027,89	18.851.413,81	-
ECB SUMA Participações (i)	Belo Horizonte	42,85%	11.421.280,77	3.223.186,04	-	880.388,10	1.381.139,48	-	1.381.139,48	-
AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM ("Ambilital")	Santiago do Cacém	49,00%	17.250.750,98	12.848.324,28	3.663.357,45	362.952,63	6.294.686,89	-	6.294.686,89	-
CITRUP - Centro Integrado de Tratamento de Resíduos, Lda. ("Citrap")	Maia	30,00%	446.087,51	201.570,33	792.628,27	180.427,12	60.471,10	-	60.471,10	-
ECOLEZIRIA - Empresa Inter municipal, EIM ("Ecoleziria") (f)	Almeirim	24,50%	6.348.746,87	1.285.898,59	2.526.238,88	239.553,94	317.480,82	-	317.480,82	-
AMBIBATALHA - Gestão de Resíduos, S.A. ("Ambibatalha")	Sabugal	20,00%	253.109,70	204.115,42	-	-	40.823,08	-	40.823,08	-
Ecolife (g)	Mitupo	30,00%	944.501,40	204.223,77	1.253.699,72	172.184,39	81.298,23	-	81.298,23	-
			141.980.522,02	83.712.765,81	46.893.021,34	17.063.758,85	25.887.285,32	1.340.027,89	27.007.283,21	-
			477.655.895,36	126.432.034,72	99.367.778,89	14.766.361,74	52.018.295,18	2.844.632,29	54.862.927,47	10.079.909,85

(a) O capital próprio destas empresas incluem prestações acessórias ou suplementares concedidas pela Empresa.

(b) O valor da participação da Novaflex inclui *goodwill*, no montante de 296.021,94 Euros, que foi ajustado na sua totalidade em exercícios anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

- (c) Esta empresa está sediada na Polónia, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o *goodwill* desta participação foi ajustado na sua totalidade em exercícios anteriores.
- (d) Estas empresas estão sediadas fora de Portugal e apresentam uma divisa diferente do Euro, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF.
- (e) Esta empresa tem associado um *goodwill* 116.006,77 Euros (Nota 8). A Empresa aplica o método de equivalência patrimonial para efeitos de valorização deste investimento, porque o restante capital é detido em 51,46% pela EGF e esta em 95% pela participada Suma Tratamento.
- (f) Informação financeira não disponível.

2015									
Sede	% detida	Ativo	Capital próprio	Recita	Resultado líquido	Valor da participação	Prestações acessórias e suplementares	Total da participação no ativo	Provisão para perdas em participações financeiras (Nota 17)
Empresas subsidiárias:									
RBA - Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("Rima")	95,13%	4.922.427,89	1.438.177,81	1.389.293,42	(27.853,89)	1.382.505,66	-	1.382.505,66	-
SUMA (Matozinhos) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Matozinhos") (a)	100,00%	2.380.824,86	1.010.895,04	8.111.675,73	675.812,53	980.895,04	30.000,00	1.010.895,04	-
NOVAFLEX - Técnicas de Meio Ambiente, S.A. ("Novaflex") (a) e (b)	100,00%	4.693.999,05	4.183.912,50	1.573.384,36	991.313,43	3.733.912,50	450.000,00	4.183.912,50	-
SUMA (Douro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Douro") (a)	100,00%	1.357.866,60	186.389,68	2.110,74	38.981,23	-	974.804,40	974.804,40	778.234,72
SUMA (Espouende) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Espouende") (a)	100,00%	292.838,13	151.034,20	815.081,22	32.656,51	101.034,20	50.000,00	151.034,20	-
SISA - Sistema Integrado de Gestão Ambiental, S.A. ("Siga")	70,00%	255.726,35	58.211,85	584.816,78	(21.225,85)	40.748,30	-	40.748,30	-
SUMA (PORTO) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Porto")	100,00%	1.428.905,81	363.174,54	4.417.523,67	81.237,17	363.174,54	-	363.174,54	-
CITRAVE - Centro Integrado de Tratamento Resíduos, S.A. ("Citrove")	99,85%	1.807.157,04	198.071,44	-	(84.549,68)	198.784,87	-	198.784,87	-
Enviroil	78,35%	16.787.282,42	16.687.141,07	-	1.232.988,29	13.074.354,81	-	13.074.354,81	-
MES Mota - Enfil Srodowisko sp. z o.o. ("Srodowisko") (c) e (d)	100,00%	3.393.658,04	(3.421.804,87)	-	(161.437,80)	-	-	-	3.421.804,87
SUMA Mozambique, Lda. ("Suma Mozambique") (f)	89,80%	855,75	855,75	-	-	855,75	-	855,75	-
Suma Tratamento	79,88%	190.088.252,10	(1.418.652,33)	-	(1.508.973,18)	-	-	-	1.134.878,07
Suma Macau (d)	99,00%	891.884,97	(958.728,69)	-	(16.236,76)	-	-	-	583.041,38
Tizna	100,00%	293.789,80	290.447,64	-	(9.552,36)	290.447,64	-	290.447,64	-
AGIR - Ambiente e Gestão, Lda. ("Agir") (d)	90,00%	385.378,91	117.292,09	178.909,88	13.640,16	58.628,05	-	58.628,05	-
Leiria - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. ("Trasilir")	50,00%	8.008.783,48	2.857.109,21	1.035.528,39	324.896,21	1.478.554,81	-	1.478.554,81	-
Ecovital LLC (d)	51,00%	(7)	(7)	(7)	(7)	301.975,27	-	301.975,27	-
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. ("ERSUC") (e)	5,98%	118.190.483,00	81.941.844,00	22.288.170,00	2.010.199,00	3.705.367,09	-	3.705.367,09	-
		355.861.045,92	84.187.810,95	38.081.574,17	3.635.085,88	25.711.016,32	1.804.804,40	27.215.620,73	5.888.059,15
Empresas associadas:									
Vista Waste Management, Lda. ("Vista Waste") (a) e (d)	49,00%	76.446.285,93	26.832.087,24	17.372.888,58	5.773.051,27	13.147.712,85	1.340.027,89	14.487.740,84	-
ECB SUMA Participações (d)	42,85%	2.471.572,85	954.919,84	-	381.531,82	408.189,09	-	408.189,09	-
AMBIENTAL - Investimentos Ambientais na Atenejo, EIM ("Ambital")	48,00%	17.895.093,95	13.065.248,24	3.383.185,04	440.894,08	5.411.770,88	-	5.411.770,88	-
CITRUP - Centro Integrado de Tratamento de Resíduos, Lda. ("Citup")	30,00%	588.802,45	314.888,48	1.060.905,91	293.498,27	94.379,84	-	94.379,84	-
ECOLEXIA - Empresa Intermunicipal, EIM ("Ecolexia")	24,50%	8.348.748,87	1.255.639,63	2.028.238,88	238.559,94	317.460,82	-	317.460,82	-
AMBIENTALIA - Gestão de Resíduos, S.A. ("Ambientalia")	20,00%	253.109,72	226.192,48	-	(988,90)	47.238,50	-	47.238,50	-
Ecotife (d)	30,00%	28.078,09	64.924,61	31.572,14	(7.347,80)	19.477,35	-	19.477,35	-
		103.719.307,75	42.783.788,36	24.374.570,56	7.130.570,63	20.447.243,01	1.340.027,89	21.787.270,80	-
		458.580.354,69	129.971.599,83	83.095.144,73	10.765.659,56	48.159.269,34	2.844.632,29	49.002.901,63	5.888.059,15

- (a) O capital próprio destas empresas incluem prestações acessórias ou suplementares concedidas pela Empresa.
- (b) O valor da participação da Novaflex inclui *goodwill*, no montante de 296.021,94 Euros, que foi ajustado na sua totalidade em exercícios anteriores.
- (c) Esta empresa está sediada na Polónia, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o *goodwill* desta participação foi ajustado na sua totalidade em exercícios anteriores.
- (d) Estas empresas estão sediadas fora de Portugal e apresentam uma divisa diferente do Euro, sendo as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros e transpostas para as NCRF.
- (e) Esta empresa tem associado um *goodwill* 122.565,46 Euros.
- (f) Informação financeira não disponível.

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa detém os seguintes investimentos em outras empresas:

2016						
Sede	% deida	Ativo	Capital próprio	Receita	Resultado líquido	Valor da participação
Outras participações:						
Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A. ("Tratofoz")	1,00%	1.047.909,75	561.285,00	-	(5.148,00)	5.561,37
Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. ("Lisgarante")	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. ("Garval")	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
		<u>1.047.909,75</u>	<u>561.285,00</u>	<u>-</u>	<u>(5.148,00)</u>	<u>13.061,37</u>

2015						
Sede	% deida	Ativo	Capital próprio	Receita	Resultado líquido	Valor da participação
Outras participações:						
Tratofoz	1,00%	1.047.909,75	561.285,00	-	(38.959,14)	5.612,85
Lisgarante	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
Garval	0,01%	(a)	(a)	(a)	(a)	3.750,00
		<u>1.047.909,75</u>	<u>561.285,00</u>	<u>-</u>	<u>(38.959,14)</u>	<u>13.112,85</u>

(a) Informação financeira não disponível.

Estas participações estão registadas ao custo de aquisição (Nota 3.2).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido nas rubricas "Participações financeiras" foi o seguinte:

2016				
Participações em empresas subsidiárias e associadas				
Valor da participação	Prestações acessórias e suplementares	Total	Outras participações	
Saldo inicial	46.158.259,34	2.844.632,29	49.002.891,63	13.112,85
Aumentos	330.233,80	-	330.233,80	-
Diminuições	-	-	-	(51,48)
Dividendos atribuídos	(2.323.490,01)	-	(2.323.490,01)	-
Método de equivalência patrimonial	7.853.252,05	-	7.853.252,05	-
Saldo final	<u>52.018.255,18</u>	<u>2.844.632,29</u>	<u>54.862.887,47</u>	<u>13.061,37</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Empresa constituiu a SBE Waste Management Limited, sediada em Hong Kong.

O aumento ocorrido nas rubricas "Valor da participação" é conforme segue:

2016			
Empresas	Data	Percentagem de participação	Valor de subscrição/aumento de capital
SBE	05-05-2016	60,00%	33.644,58
ECB	03-05-2016	42,85%	296.589,22
			<u>330.233,80</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram recebidos dividendos no montante de 2.323.490,01 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Os movimentos referentes à aplicação do método da equivalência patrimonial são como segue:

	2016			
	Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	Ajustamentos em ativos financeiros	Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 17)	Participações financeiras
Rima	338.578,27	-	-	338.578,27
Suma Matosinhos	968.031,15	-	-	968.031,15
Novaflex	950.310,61	(550.875,60)	-	399.435,01
Suma Douro	312,89	-	(312,89)	-
Suma Esposende	103.033,45	(129,33)	-	102.904,12
Síga	(4.726,13)	-	-	(4.726,13)
Suma Porto	531.936,26	-	-	531.936,26
Citrave	(23.572,11)	-	-	(23.572,11)
Enviroil	959.969,28	(1.855,91)	-	958.113,37
Srodowisko	(179.406,48)	(74.893,87)	254.300,35	-
Suma Tratamento	(2.546.031,60)	330.089,32	2.215.942,28	-
Suma Macau, Lda	(151.969,39)	(36.916,73)	188.886,12	-
Ecovision	(1.757.463,24)	(69.546,87)	1.525.034,84	(301.975,27)
Vista Waste	7.457.429,48	(3.093.756,51)	-	4.363.672,97
ECB Suma Participações	381.111,67	254.409,84	-	635.521,51
Resilei	164.900,18	-	-	164.900,18
Ambital	177.846,79	(187.164,72)	-	(9.317,93)
Cittrup	54.128,14	-	-	54.128,14
Agir	(29.819,13)	-	-	(29.819,13)
Ambibatalha	(6.415,42)	-	-	(6.415,42)
Ecolife	51.655,29	(9.866,44)	-	41.788,85
Triaza	(31.931,98)	-	-	(31.931,98)
Ersuc	12.309,11	(310.308,92)	-	(297.999,81)
Total participações financeiras	7.420.217,09	(3.750.815,74)	4.183.850,70	7.853.252,05

A rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" corresponde, essencialmente, ao registo do efeito cambial decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial de participadas em moeda estrangeira e ao registo de subsídios do Governo recebidos pelas participadas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido nas rubricas "Participações financeiras" foi o seguinte:

	2015 (Reexpresso)			
	Participações em empresas subsidiárias e associadas			
	Valor da participação	Prestações acessórias e suplementares	Total	Outras participações
Saldo inicial	42.492.942,26	4.144.632,29	46.637.574,55	567.863,41
Aumentos	601.975,27	-	601.975,27	-
Alteração para método da equivalência patrimonial	554.380,97	-	554.380,97	(554.380,97)
Diminuições	(26.655,08)	(1.300.000,00)	(1.326.655,08)	(369,59)
Dividendos atribuídos	(2.556.757,43)	-	(2.556.757,43)	-
Método de equivalência patrimonial (reexpresso)	5.092.373,35	-	5.092.373,35	-
Saldo final	46.158.259,34	2.844.632,29	49.002.891,63	13.112,85

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

O aumento ocorrido nas rubricas "Valor da participação" é conforme segue:

2015			
Empresas	Data	Percentagem de participação	Valor de subscrição/aumento de capital
Triaza	05-08-2015	100,00%	300.000,00
EcoVision	09-07-2015	51,00%	301.975,27
			<u>601.975,27</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Empresa constituiu a Triaza, sediada em Portugal, e a Ecovision, sediada em Omã.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram recebidos dividendos no montante de 2.782.866,95 Euros, encontrando-se registado o diferencial para os montantes aprovados a distribuir, em contas a receber das respetivas participadas.

A diminuição da rubrica "Prestações acessórias e suplementares" inclui devoluções nos montantes de 750.000,00 Euros, 400.000,00 Euros e 150.000,00 Euros, das empresas, Novaflex, Suma Douro e Suma Esposende, respetivamente.

Os movimentos referentes à aplicação do método da equivalência patrimonial são como segue:

2015 (Reexpresso)				
	Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	Ajustamentos em ativos financeiros	Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 17)	Participações financeiras
Rima	(26.775,66)	-	-	(26.775,66)
Suma Matosinhos	675.612,53	(4.635,55)	-	670.976,98
Novaflex	991.313,43	(133.883,35)	-	857.430,08
Suma Douro	39.991,23	-	(39.991,23)	-
Suma Esposende	92.656,51	(29,30)	-	92.627,21
Siga	(14.858,09)	-	-	(14.858,09)
Suma Porto	81.237,17	-	-	81.237,17
Citrave	(84.419,48)	-	-	(84.419,48)
Enviroil	965.559,40	609.794,25	-	1.575.353,65
Srodowisko	(161.437,90)	94.884,41	66.553,49	-
Suma Tratamento	(1.204.477,36)	191.787,74	1.012.689,62	-
Suma Macau, Lda	(16.096,17)	(57.098,31)	73.194,48	-
TCR	(113,57)	-	-	(113,57)
Vista Waste	903.304,84	(2.329.384,20)	-	(1.426.079,36)
ECB Suma Participações	167.771,39	(114.829,51)	-	52.941,88
Resilei	162.444,61	-	-	162.444,61
Ambilital	216.038,10	(345.736,75)	-	(129.698,65)
Citrop	88.036,87	-	-	88.036,87
Ecoleziria	58.690,72	(5.631,13)	-	53.059,59
Agir	6.820,08	-	-	6.820,08
Ambibatalha	(113,78)	-	-	(113,78)
Ecolife	(2.204,34)	(5.725,61)	-	(7.929,95)
Triaza	(9.552,36)	-	-	(9.552,36)
Ersuc (a)	55.037,01	3.095.949,12	-	3.150.986,13
Total participações financeiras	<u>2.984.465,18</u>	<u>995.461,81</u>	<u>1.112.446,36</u>	<u>5.092.373,35</u>

(a) O valor registado em ajustamentos em ativos financeiros resulta da alteração do método de valorização da participação financeira na Ersuc (5,98% para 45,09%), em virtude da sua aquisição via a aquisição do grupo EGF e corresponde essencialmente a resultados acumulados registados pela Ersuc à data da sua aquisição (30 de junho de 2015).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

A rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” corresponde, essencialmente, ao registo do efeito cambial decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial de participadas em moeda estrangeira e ao registo de subsídios do Governo recebidos pelas participadas.

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Grupo estimou o imposto sobre o rendimento do exercício relativo às empresas em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75%, considerando os requisitos previstos no artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”).

A Empresa encontra-se sujeita a IRC à taxa de 21% para a matéria coletável, acrescida de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,5%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º- A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

No exercício de 2016 a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável foi condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 40% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Adicionalmente, para o exercício de 2016, a dedução dos referidos gastos é condicionada em cada ano, progressivamente até 2017, ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% em 2017 do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 12 anos (5 anos para os incorridos em 2012 e 2013) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, com um limite ao montante da dedução em cada exercício, o qual não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, aplicável também aos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa não tinha prejuízos fiscais reportáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)a) Impostos diferidos:

Os ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, têm a seguinte composição:

	Ativos por impostos diferidos	
	2016	2015
Provisões para outros riscos e encargos	218.125,64	186.903,42
Atualização financeira das contas a receber	198.729,30	214.533,36
Diferimento de margens geradas internamente	35.596,82	35.596,82
Ativos fixos tangíveis	33.430,13	33.430,13
Perdas por imparidade de inventários	74.852,09	74.852,09
	<u>560.733,97</u>	<u>545.315,81</u>

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi como o seguinte:

Ativos por impostos diferidos	Provisões para despedimentos	Atualização financeira das contas a receber	Diferimento de margens geradas internamente	Ativos fixos tangíveis	Inventários	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	138.138,51	331.332,65	41.527,73	33.430,13	74.852,09	619.281,11
Constituição / (reversão)	48.764,91	(116.799,29)	(5.930,91)	-	-	(73.965,29)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>186.903,42</u>	<u>214.533,36</u>	<u>35.596,82</u>	<u>33.430,13</u>	<u>74.852,09</u>	<u>545.315,81</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2016	186.903,42	214.533,36	35.596,82	33.430,13	74.852,09	545.315,81
Constituição / (reversão)	31.222,22	(15.804,06)	-	-	-	15.418,16
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>218.125,64</u>	<u>198.729,30</u>	<u>35.596,82</u>	<u>33.430,13</u>	<u>74.852,09</u>	<u>560.733,97</u>

b) Reconciliação da taxa de imposto:

	2016	2015
Resultado antes de impostos	12.803.288,96	10.658.601,26
Taxa nominal de imposto	25,50%	25,50%
	<u>3.264.838,68</u>	<u>2.717.943,32</u>
Efeito da aplicação da derrama estadual	(45.000,00)	(45.000,00)
Imposto esperado	<u>3.219.838,68</u>	<u>2.672.943,32</u>
Diferenças permanentes (i)	(1.414.740,42)	(451.385,68)
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	-	110,00
Dupla Tributação Internacional	-	(23.490,48)
Excesso de estimativa imposto	(216.369,35)	(63.444,60)
Imposto incorrido pela sucursal	-	23.490,48
Juros compensatórios	-	41,90
Tributação autónoma (ii)	<u>565.158,23</u>	<u>541.693,90</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>2.153.887,15</u>	<u>2.699.958,84</u>
Imposto corrente (Nota 14)	2.385.674,66	2.665.947,67
Imposto incorrido pela sucursal	-	23.490,48
Excesso de estimativa imposto	(216.369,35)	(63.444,60)
Imposto diferido gerado no exercício	<u>(15.418,16)</u>	<u>73.965,29</u>
	<u>2.153.887,15</u>	<u>2.699.958,84</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

(i) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias e associadas	(7.420.217,09)	(2.961.210,03)
Criação líquida de emprego	(128.128,09)	(119.463,51)
Mais-valias contabilísticas	(17.838,90)	(11.795,50)
Correções relativas a exercícios anteriores	64.455,61	39.450,99
Multas e outras penalidades	-	3.767,19
Mais-valias fiscais com /sem intenção de reinvestir	8.802,65	7.939,36
Créditos incobráveis não aceites como gastos	4.239,49	16.600,88
Imparidade/Amortização do Goodwill	956.935,64	309.979,60
Depreciações não aceites como gasto	19.814,12	32.470,34
Despesas não documentadas	793.557,35	776.595,53
Outros líquidos	170.377,59	135.525,24
	(5.548.001,63)	(1.770.139,92)
Taxa nominal de imposto	25,50%	25,50%
Diferenças permanentes	(1.414.740,42)	(451.385,68)

(ii) Este montante é constituído pela parcela de IRC tributada autonomamente.

12. INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os inventários têm a seguinte composição:

	2016			2015		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
Mercadorias	165,95	-	165,95	170.881,33	-	170.881,33
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.488.785,13	(293.537,59)	1.195.247,54	1.482.778,90	(293.537,59)	1.189.239,31
	1.488.951,08	(293.537,59)	1.195.413,49	1.653.658,23	(293.537,59)	1.360.120,64

Perdas por imparidade:

Não ocorreram movimentos nas perdas por imparidade de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. De acordo com a análise de imparidade efetuada não existem itens obsoletos ou sem rotação, que não estejam devidamente ajustados.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	2016			2015		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	170.881,33	1.482.778,90	1.653.658,23	376.126,18	1.593.990,21	1.970.116,39
Compras	280.521,02	7.230.644,45	7.511.165,47	674.594,97	7.183.498,72	7.858.093,69
Regularizações	-	(161,96)	(161,96)	(0,88)	872,63	871,75
Saldo final	(165,95)	(1.488.785,13)	(1.488.951,08)	(170.881,33)	(1.482.778,90)	(1.653.658,23)
	451.236,40	7.224.474,26	7.675.710,66	879.838,94	7.295.584,66	8.175.423,60

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)13. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas “Clientes” e “Outros créditos a receber” têm a seguinte composição:

	2016				Valor líquido
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Atualização financeira das contas a receber de clientes	Rendimentos a reconhecer	
Créditos a receber, não corrente:					
Partes relacionadas (Nota 21)	62.273.388,23	-	-	-	62.273.388,23
Clientes, conta corrente:					
Gerais	20.538.297,47	(300.947,92)	(779.330,59)	(4.957.647,27)	14.500.371,69
Partes relacionadas (Nota 21)	26.729.313,02	-	-	-	26.729.313,02
	47.267.610,49	(300.947,92)	(779.330,59)	(4.957.647,27)	41.229.684,71
Outros créditos a receber:					
Gerais	6.840.470,68	-	-	(5.339.652,01)	1.500.818,67
Partes relacionadas (Nota 21)	13.509.014,46	-	-	-	13.509.014,46
Devedores por acréscimos de rendimentos:					
Partes relacionadas (Nota 21)	997.885,17	-	-	-	997.885,17
Outros	98.088,72	-	-	-	98.088,72
	21.445.459,03	-	-	(5.339.652,01)	16.105.807,02
	130.986.457,75	(300.947,92)	(779.330,59)	(10.297.299,28)	119.608.879,96
	2015				Valor líquido
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Atualização financeira das contas a receber de clientes	Rendimentos a reconhecer	
Créditos a receber, não corrente:					
Partes relacionadas (Nota 21)	62.277.679,23	-	-	-	62.277.679,23
Clientes, conta corrente:					
Gerais	26.534.839,25	(199.579,87)	(841.307,28)	(5.209.464,31)	20.284.487,79
Partes relacionadas (Nota 21)	20.634.500,90	-	-	-	20.634.500,90
	47.169.340,15	(199.579,87)	(841.307,28)	(5.209.464,31)	40.918.988,69
Outros créditos a receber:					
Adiantamentos a fornecedores	22.200,31	-	-	-	22.200,31
Gerais	6.734.546,56	-	-	(6.287.575,81)	446.970,75
Partes relacionadas (Nota 21)	15.075.187,96	-	-	-	15.075.187,96
Devedores por acréscimos de rendimentos:					
Partes relacionadas (Nota 21)	392.128,34	-	-	-	392.128,34
Outros	29.455,29	-	-	-	29.455,29
	22.253.518,46	-	-	(6.287.575,81)	15.965.942,65
	131.700.537,84	(199.579,87)	(841.307,28)	(11.497.040,12)	119.162.610,57

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as perdas por imparidade em dívidas a receber, apresentavam o seguinte movimento:

	2016	2015
Saldo inicial	199.579,87	216.526,74
Constituição de perdas por imparidade em contas a receber	115.936,24	-
Reversões de perdas por imparidade em contas a receber	(10.328,70)	(16.946,87)
Utilizações	(4.239,49)	-
Saldo final	300.947,92	199.579,87

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de atualização financeira das contas a receber de clientes:

	2016	2015
Saldo inicial	841.307,28	1.299.343,72
Reversão (Nota 26)	(61.976,69)	(458.036,44)
Saldo final	779.330,59	841.307,28

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de rendimentos a reconhecer das contas a receber de clientes e de outras contas a receber:

	2016	2015
Saldo inicial	11.497.040,12	12.758.583,72
Aumentos / (anulações)	707.171,87	1.727.054,49
Reconhecimento em resultados (a):		
Juros de mora (Nota 26)	(1.508.662,04)	(2.310.330,75)
Prestação de serviços (Nota 23)	(398.250,67)	(678.267,34)
Saldo final	10.297.299,28	11.497.040,12

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, este montante corresponde, por um lado ao reconhecimento em resultados dos juros de mora de clientes no montante de 1.508.662,04 Euros (Nota 26) e, por outro, à regularização de saldos decorrente da conclusão de um processo judicial com um cliente, iniciado em exercícios anteriores, para o qual foi celebrado um acordo de regularização de dívida no decurso do exercício, tendo sido reconhecido na rubrica de prestações de serviço o montante de 398.250,67 Euros (Nota 23).

Os aumentos/(anulações) dos rendimentos a reconhecer correspondem a juros de mora debitados/creditados a clientes pelos atrasos ocorridos na liquidação dos montantes anteriormente faturados por serviços prestados. O reconhecimento em resultados daqueles montantes ocorre no momento em que são pagos pelos clientes (Nota 3.15).

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" têm a seguinte composição:

	2016		2015	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
IRC:				
Pagamentos por conta	-	(2.633.236,58)	5.173.772,00	-
Estimativa de imposto (Nota 11)	-	2.385.674,66	(2.665.947,67)	-
Estimativa de imposto no âmbito do RETGS (a)	-	1.098.466,16	(1.097.107,96)	-
Retenções na fonte	-	(9.873,64)	14.167,90	-
Outros	46.500,15	-	46.500,15	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	114.132,00	-	108.329,01
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.231.982,77	-	1.644.753,75	-
Contribuições para a Segurança Social	-	430.032,45	-	388.652,37
Outros impostos	-	600,00	-	24.510,14
	1.278.482,92	1.385.795,06	3.116.138,17	519.491,52

- (a) Este montante corresponde aos pagamentos por conta e retenções na fonte, deduzidas das estimativas de imposto das restantes empresas do RETGS da Suma.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

15. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital era composto por duzentas e cinquenta mil ações (Nota 32) com o valor nominal de cinquenta Euros cada, totalmente realizado. O capital subscrito é detido por:

Empresas	%	Montante
Mota-Engil Ambiente e Serviços, S.G.P.S., S.A. ("MEAS")	61,5%	7.687.500,00
Urbaser (entidade sedeadada em Espanha e inserida no Grupo ACS)	38,5%	4.812.500,00
		<u>12.500.000,00</u>

16. OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

A informação relevante das rubricas do capital próprio, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

Prémios de emissão de ações: O valor registado nesta rubrica, resulta do ágio obtido no aumento de capital ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2004. Segundo a legislação em vigor, a utilização do valor incluído nesta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal, ou seja, não pode ser distribuído aos acionistas, podendo ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Estas reservas constituem-se como reservas livres, disponíveis para distribuição.

Ajustamentos em ativos financeiros: Esta rubrica corresponde, essencialmente, ao efeito dos ajustamentos de conversão cambial decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial das participadas detidas em moeda estrangeira, e ao registo de subsídios do governo pelas participadas. Adicionalmente, inclui ainda a reclassificação dos lucros não distribuídos.

Lucros não distribuídos: De acordo com a legislação vigente em Portugal, os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa reconheceu rendimentos e outras variações patrimoniais positivas não realizados, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial e, consequentemente, não distribuíveis no montante de 18.409.275,08 Euros. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o montante total acumulado de rendimentos e outras variações patrimoniais positivas desta natureza reconhecidos não distribuíveis, e reclassificados de Resultados transitados ascendia a 25.382.208,59 Euros e 18.409.275,08 Euros respetivamente, registados na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros. O incremento em capital próprio de lucros não distribuídos no exercício de 2016 foi de 6.972.933,51 Euros.

A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reserva legal.

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica resultada dos ajustamentos de conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para o SNC, correspondendo, essencialmente, ao efeito do reconhecimento das contas a receber de clientes ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva, denominado por "atualização financeira das contas a receber" (Nota 13).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Aplicação de resultados de 2015: Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de maio de 2016, foi decidida a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Resultados transitados	<u>11.990.290,58</u>
------------------------	----------------------

Adicionalmente, a aplicação do resultado líquido do exercício inclui a distribuição de 240.000 Euros aos colaboradores da Empresa.

Conforme referido na Nota 5, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, antes da reexpressão, ascendeu a 11.990.290,58 Euros.

Aplicação de resultados de 2014: Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de abril de 2015, foi decidida a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Reservas livres	12.366.172,67
Distribuição aos acionistas (Nota 21)	<u>8.240.000,00</u>
	<u>20.606.172,67</u>

Adicionalmente, a aplicação do resultado líquido do exercício inclui a distribuição de 240.000 Euros aos colaboradores da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi liquidado o montante de 7.573.000 Euros a título de dividendos referentes ao exercício de 2013.

17. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi como segue:

	2016				Equivalência patrimonial	Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações		
Processos judiciais em curso	566.574,59	20.469,59	-	(2.000,00)	-	585.044,18
Provisões para outros riscos e encargos	732.954,58	224.462,91	(99.346,48)	(2.676,35)	-	855.394,66
Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 10)	5.896.059,15	-	-	-	4.183.850,70	10.079.909,85
	<u>7.195.588,32</u>	<u>244.932,50</u>	<u>(99.346,48)</u>	<u>(4.676,35)</u>	<u>4.183.850,70</u>	<u>11.520.348,69</u>

	2015 Reexpresso				Equivalência patrimonial	Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações		
Processos judiciais em curso	564.574,59	2.000,00	-	-	-	566.574,59
Provisões para outros riscos e encargos	541.719,66	544.947,52	(80.668,11)	(273.044,49)	-	732.954,58
Provisões para perdas em participações financeiras (Nota 10)	4.783.612,79	-	-	-	1.112.446,36	5.896.059,15
	<u>5.889.907,04</u>	<u>546.947,52</u>	<u>(80.668,11)</u>	<u>(273.044,49)</u>	<u>1.112.446,36</u>	<u>7.195.588,32</u>

As provisões registadas na rubrica "Processos judiciais em curso" destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra a Empresa, essencialmente, de natureza laboral e fiscal, constituídas com base na opinião dos advogados e na experiência histórica desses tipos de litígios.

Os montantes registados na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" correspondem a provisões registadas para fazer face a rescisões de contratos de trabalho, decorrente da obrigação legal em indemnizar, no final dos contratos de prestações de serviços celebrados com os diversos Municípios, os colaboradores que se encontram a exercer funções no âmbito desses contratos, por força da extinção do seu posto de trabalho. As reversões registadas prendem-se com a renovação e extensão de contratos de prestação de serviços.

A rubrica "Provisões para perdas em participações financeiras" decorre da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração, relativamente à existência de responsabilidades construtivas assumidas pela Empresa decorrentes da participação detida no capital de empresas subsidiárias (Nota 10).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	2016		2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos	59.756.415,86	22.461.499,98	67.645.960,35	19.996.994,57
Locações financeiras	1.787.217,81	1.318.757,82	2.324.907,42	1.492.575,52
	<u>61.543.633,67</u>	<u>23.780.257,80</u>	<u>69.970.867,77</u>	<u>21.489.570,09</u>

18.1 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	2016			2015			Data de vencimento	Tipo de amortização
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado			
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente		
Empréstimos obrigacionista:								
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("MG")	10.000.000,00	10.000.000,00	-	10.000.000,00	10.000.000,00	-	24-10-18	Única
	10.000.000,00	10.000.000,00	-	10.000.000,00	10.000.000,00	-		
Empréstimos bancários:								
Banco Português de Investimento, S.A. ("BPI")	750.000,00	-	-	750.000,00	-	48.875,00	23-02-18	Trimestral
Banco Popular Portugal, S.A.	4.000.000,00	2.329.522,53	1.121.062,46	4.000.000,00	3.451.867,05	548.332,95	15-09-19	Trimestral
Sindicato de Bancos (Agente BPI)	62.505.239,99	47.426.893,33	6.775.183,35	70.000.000,00	54.194.293,30	6.774.266,62	15-11-24	Semestral
	67.255.239,99	49.756.415,86	7.896.245,81	74.750.000,00	57.645.960,35	7.369.494,57		
Contas correntes caucionadas:								
Banco BIC Português, S.A.	5.500.000,00	-	-	5.500.000,00	-	2.700.000,00	25-05-17	
Santander Totta de Negócios Portugal, S.A. ("Santander Totta")	3.100.000,00	-	1.580.000,00	2.100.000,00	-	1.280.000,00	01-03-17	
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD")	2.500.000,00	-	-	2.500.000,00	-	-	23-10-17	
MG	3.600.000,00	-	-	3.600.000,00	-	2.130.000,00	10-03-17	
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. ("BBVA")	2.000.000,00	-	1.860.000,00	2.000.000,00	-	-	05-12-17	
Banco Internacional do Funchal ("BANIF")	3.600.000,00	-	-	3.600.000,00	-	-	28-01-17	
CAXA AGRICOLA	1.000.000,00	-	972.500,00	1.000.000,00	-	37.500,00	04-02-17	
	21.100.000,00	-	4.212.500,00	20.100.000,00	-	6.127.500,00		
Descobertos Bancários:								
BPI	3.250.000,00	-	-	3.000.000,00	-	-	01-04-17	
BNP Paribas	5.000.000,00	-	1.326.880,77	3.000.000,00	-	-	01-03-17	
Banco Popular Portugal, S.A.	3.000.000,00	-	2.626.873,40	-	-	-	30-01-17	
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP")	4.000.000,00	-	-	4.000.000,00	-	-	23-10-17	
	12.250.000,00	-	3.862.754,17	10.000.000,00	-	-		
Papel comercial:								
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD")	5.000.000,00	-	5.000.000,00	5.000.000,00	-	5.000.000,00	27-01-17	Semestral
Empréstimos de partes relacionadas (Nota 21):								
Resil	1.500.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00		Anual
	1.500.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00		
	117.105.239,99	59.756.415,86	22.461.498,98	121.350.000,00	67.645.960,35	19.996.994,57		

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os empréstimos bancários vencem juros no intervalo de taxas entre 2,53% a 3,53% e 2,77% a 3,77%, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa contraiu um financiamento junto de um Sindicato liderado pelo BPI, contratado no âmbito da aquisição da EGF, e no total de 70.000.000,00 Euros, tendo sido desembolsado até 31 dezembro 2016 o valor de 62.505.239,99 Euros a título de crédito inicial e um parcial do subsequente, estando pendente o desembolso final de 7.494.760,01 Euros em virtude do fecho da operação. O empréstimo teve como objetivo apoiar a Suma Tratamento (empresa subsidiária) na aquisição da EGF e tem amortização semestral desde maio de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa subscreveu garantias bancárias a favor da ADP, nos montantes de 7.494.760,01 Euros (Nota 31). Adicionalmente, assumiu compromissos financeiros (*Covenants*) associados, nomeadamente, a dívida financeira líquida/EBITDA, rácio de cobertura do serviço da dívida e, bem assim, procedeu-se à emissão de cartas de conforto. A dívida a este Sindicato encontra-se líquida dos encargos financeiros pagos à data de celebração do contrato.

Acresce referir que em virtude da Empresa não ter vindo a cumprir com o *covenant* relativo ao rácio de cobertura do serviço da dívida, em dezembro de 2016, a Empresa obteve uma carta do BPI referente à renúncia ao direito de os bancos do sindicato declararem antecipadamente vencidos os créditos emergentes do contrato. Os restantes *covenants* estão em cumpridos em 31 de dezembro de 2016.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

De acordo com os contratos de financiamento celebrados, os empréstimos obrigacionista e bancários têm o seguinte plano de reembolso:

	2016	2015
2016		7.369.494,57
2017	7.896.245,81	7.894.051,52
2018 (a)	17.925.253,21	17.924.493,29
2019 e seguintes	41.831.162,65	41.827.415,54
	<u>67.652.661,67</u>	<u>75.015.454,92</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, este montante inclui 10.000.000,00 Euros, referentes a empréstimo por obrigações não convertíveis subscrito pelo MG com vencimento em outubro de 2018 e vence juros à taxa anual de 5,03% e 5,27%, respetivamente. Para o empréstimo obrigacionista subscrito pelo MG a Empresa assumiu *Covenants* associados, nomeadamente, o *negative pledge* e *cross default*.

Para o empréstimo com o BPI a Empresa subscreveu uma livrança em branco e apresenta garantias autónomas das Sociedades de Garantias Mútuas (Garval e Lisgarante).

Para os empréstimos com MG, Banco Popular, Barclays e Caja de Ahorros de Salamanca Y Soria, a Empresa subscreveu uma livrança em branco.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as contas-correntes caucionadas vencem juros no intervalo de taxas entre 1,92% e 4,18% e 2,9% e 4,4%, respetivamente e são passíveis de ser renovadas por períodos sucessivos de três, seis meses e doze meses até denúncia por uma das partes. Adicionalmente, como garantia do integral cumprimento destes financiamentos, a Empresa subscreveu livranças em branco.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Contrato de Abertura de Crédito por Conta Corrente contratualizado no Banco Santander foi alterado para um contrato Grupado no valor e limite global de 3.100.000,00 Euros. Neste financiamento o limite de utilização para a Empresa ascende a 3.100.000,00 Euros, sendo que naquela data foi utilizado 1.580.000,00 Euros e vence juros a taxas correntes de mercado. As empresas beneficiárias do contrato assumem de forma solidária a responsabilidade pelo cumprimento deste financiamento. Adicionalmente em 6 de janeiro de 2017 a Empresa assinou um aditamento ao contrato onde o limite global passou para 9.100.000,00 Euros com entrada em vigor a partir de 18 de janeiro de 2017.

O descoberto bancário concedido pelo BPI, é um financiamento agrupado, com data de vencimento em março de 2017, possível de ser renovado automaticamente por períodos sucessivos de seis e doze meses, não tendo sido utilizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Adicionalmente, as empresas do Grupo Suma assumem, de forma solidária, a responsabilidade pelo cumprimento deste financiamento. Ao abrigo deste contrato de financiamento, as empresas obrigaram-se a manter a atual estrutura acionista.

Os restantes descobertos bancários são passíveis de serem renovados por períodos sucessivos de seis e doze meses, tendo sido dados como garante do seu integral cumprimento a subscrição de livranças em branco.

Para o papel comercial com a CDG, a Empresa assumiu *Covenants* associados aos *negative pledge*.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa tinha *plafonds* de crédito aprovados e não utilizados nos montantes de, aproximadamente, 28.284.745,83 Euros e 23.972.500,00, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o empréstimo concedido por partes relacionadas vence juros no intervalo de taxas entre 1,49% e 2,0%, em ambos os exercícios, estando classificados como passivo corrente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

18.2 LOCAÇÕES

Locações financeiras:

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2016			2015		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Edifícios e outras construções	150.449,00	105.314,30	45.134,70	156.199,00	103.302,26	52.896,74
Equipamento básico	175.900,00	113.459,99	62.440,01	210.300,00	116.144,99	94.155,01
Equipamento de transporte	17.897.028,16	10.618.273,41	7.278.754,75	18.641.473,72	9.556.111,53	9.085.362,19
	<u>18.223.377,16</u>	<u>10.837.047,70</u>	<u>7.386.329,46</u>	<u>19.007.972,72</u>	<u>9.775.558,78</u>	<u>9.232.413,94</u>

A Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados com a aquisição, essencialmente, de viaturas de transporte, diversos equipamentos de lavagem e gruas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades da Empresa por rendas vincendas de locação financeira, incluindo capital e juros, ascendem a 3.243.673,85 Euros e 4.068.906,10 Euros, respetivamente, e vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

	2016			2015		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	1.318.757,82	88.964,96	1.407.722,78	1.492.575,52	136.243,68	1.628.819,20
Entre 1 ano e 5 anos	1.787.217,81	48.733,26	1.835.951,07	2.324.907,42	115.179,48	2.440.086,90
	<u>3.105.975,63</u>	<u>137.698,22</u>	<u>3.243.673,85</u>	<u>3.817.482,94</u>	<u>251.423,16</u>	<u>4.068.906,10</u>

Locações operacionais:

A Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com aquisição, essencialmente, de viaturas ligeiras.

Os contratos de locação operacional em vigor não possuem rendas contingentes. As rendas de contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	2016	2015
Até 1 ano	379.253,44	301.417,55
Entre 1 e 5 anos	566.221,43	375.726,71
	<u>945.474,87</u>	<u>677.144,26</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

19. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outras dívidas a pagar” tem a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecedores de investimento	198.007,50	92.759,60
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	2.564.317,42	2.259.789,23
Fornecimentos e serviços externos	476.381,55	650.003,55
Juros a liquidar	457.274,16	523.295,51
Gratificações de balanço (Nota 16)	240.000,00	240.000,00
Partes relacionadas (Nota 21)	279.422,19	356.145,31
Outros	698.920,20	686.023,60
Outras dívidas a pagar:		
Acionistas (Nota 21)	8.240.000,00	8.240.000,00
Pessoal	153.004,78	157.703,19
Partes relacionadas (Nota 21)	121,91	168.278,46
Prestações suplementares a serem realizadas (Nota 21) (a)	224.830,13	224.830,13
Outros	200.250,68	165.289,72
	<u>13.732.530,52</u>	<u>13.764.118,30</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica corresponde às prestações suplementares a serem realizadas na participada Vista Waste.

20. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Fornecedores” tem a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecedores, conta corrente:		
Gerais	5.635.275,86	5.915.854,31
Partes relacionadas (Nota 21)	1.128.455,72	2.340.122,01
Faturas em recepção e conferência	243.981,52	212.118,11
	<u>7.007.713,10</u>	<u>8.468.094,43</u>

21. PARTES RELACIONADASAcionistas:

Conforme mencionado na Nota 15, a Empresa é detida em 61,5% pela MEAS e em 38,5% pela Urbaser.

Pessoal-chave da gestão

Atendendo à estrutura de governação da Empresa e ao processo de tomada de decisão, a Empresa apenas considera “pessoal-chave da gestão” o Conselho de Administração. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Conselho de Administração auferiu a remuneração de 255.434,00 Euros e 250.963,32 Euros, respetivamente (Nota 25).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Montantes expressos em Euros)

Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2016											
Partes relacionadas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Compra de Imovizáveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Outros gastos (Nota 27)	Juros suportados (Nota 30)	Vendas (Nota 23)	Serviços prestados (Nota 23)	Outros rendimentos (Nota 26)	Juros de empréstimos (Nota 29)	Juros de mora clientes (Nota 26)	Alienações Ativos fixos tangíveis (Nota 26)
Agir	-	-	-	-	-	11.964,70	9.775,00	35.783,71	3.879,80	-	-
Ambilital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Algar	-	-	4,65	-	-	-	36.951,20	-	-	-	-
Amansul	-	-	20,00	-	-	-	483,39	-	-	-	-
Altrave	-	-	-	-	-	-	5.735,91	-	14.704,92	-	-
Citrus	-	-	53.368,00	-	-	-	6.886,32	-	-	-	-
Correia e Correia	-	-	81.230,35	-	-	237,23	53.218,78	86.860,00	-	-	-
Correia	-	-	-	-	-	-	4.085,00	47.787,65	-	-	-
Eco Vision LLC	-	-	-	-	-	-	63.430,04	2.377.302,23	347.220,72	-	-
Ecolife	-	-	-	-	-	1.954,57	-	23.975,50	-	-	-
EGF	-	-	-	-	-	-	4.700,00	18.811,26	-	-	-
Enviroil	-	-	-	-	-	-	12.000,00	1.841,00	-	-	-
Enviroil II	-	-	23,00	-	-	10.828,00	-	-	-	-	-
Enviroil	-	-	6.282,15	-	-	-	-	-	-	-	-
Indaqua Metaisinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Martifer	-	-	25.195,85	365,05	-	-	-	-	-	-	-
Mervia	839,00	-	309.734,91	-	-	-	-	35.900,51	-	-	-
MESF	-	-	60.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	-	-	360.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
MOTA-ENGIL II	-	-	-	-	-	-	-	-	91.307,83	-	-
Mota-Engil Érodowski Spółka z o.o.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Engenharia e Construção	-	-	54.883,86	135,80	-	-	-	185.452,81	38.180,55	-	-
Mota-Engil SGPS	-	-	148.803,54	-	-	-	-	440,16	-	-	-
Mota-Engil África	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Europa	-	-	450.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil Moçambique	-	-	-	-	-	-	3.542,24	-	-	-	-
Mota-Engil Imob. e Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engil México	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novaleis	-	-	210.408,05	455,80	-	-	89,08	1.065,00	-	-	-
Novaflex	-	-	-	-	-	-	1.116.812,04	-	-	-	-
Promat	-	-	2.078,62	-	-	-	125.337,60	565,00	-	-	-
Real Verde	-	-	-	-	-	-	187.867,65	400,00	-	-	-
Real Verde	-	-	3.823,21	-	24.149,44	-	2.310,00	3.727,83	-	-	233,51
Real Verde	-	-	58,00	-	-	-	428.676,19	1.289,30	-	-	-
Real Verde	-	-	78.377,71	-	-	-	63.379,89	31,88	-	-	-
Real Verde	-	-	-	-	-	-	-	121,00	-	-	-
Real Verde	-	-	-	-	-	-	50.752,50	-	-	-	-
Real Verde	-	-	-	-	-	-	450.879,42	2.170,32	-	-	-
SUMA (Douro)	-	-	-	694,10	-	-	2.802.035,94	25.973,78	-	-	-
SUMA (Espooenda)	-	-	1.564,18	-	-	-	3.029.000,28	20.075,82	-	-	-
SUMA (Metosinhos)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.365.314,59	-	-
SUMA (Porto)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suma Tratamento	-	-	18.119,33	358,83	-	-	1.242,46	-	-	-	1.807,05
Transilux	-	-	-	-	-	-	83.714,96	61.037,05	-	-	-
Tru	-	-	34.004,00	-	-	-	-	-	23.840,06	-	-
Urbaner	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbaner (Bucuras)	-	-	300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Valorita	-	-	-	-	-	3.943,78	13.044,00	61.240,00	-	-	-
Valorita	-	-	-	-	-	-	26.088,00	-	-	-	-
Valorita	-	-	1.800,00	-	-	-	-	-	-	221.432,84	-
Valorita	-	-	-	-	-	486.087,77	-	1.444.571,28	-	-	-
Valorita	-	-	2.848,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Valorita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	838,08	56,00	2.248.287,41	1.743,68	24.854,24	485.144,02	8.850.845,70	4.498.189,39	2.888.580,86	221.432,84	1.740,58

2015											
Partes relacionadas	Compra de Ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Outros gastos (Nota 27)	Juros suportados (Nota 30)	Vendas (Nota 23)	Serviços prestados (Nota 23)	Outros rendimentos (Nota 26)	Juros de empréstimos (Nota 29)	Juros de mora clientes (Nota 26)	Alienações Ativos fixos tangíveis (Nota 26)	
Agir	-	-	-	-	4.016,47	-	968,14	4.078,01	-	-	
Ambilital	-	-	-	-	-	(5.086,25)	-	-	-	-	
Algar	-	11,03	-	-	-	17.115,30	-	-	-	-	
Amansul	-	-	-	-	-	14.302,85	-	-	-	-	
Altrave	-	-	-	-	-	5.376,55	-	73.089,54	-	-	
Citrus	-	-	-	-	-	11.068,31	-	-	-	-	
Correia e Correia	-	67.878,18	-	-	1.503,12	30.867,86	89.808,51	-	-	-	
Correia	-	-	-	-	-	-	162.096,53	-	-	-	
Ecolife	-	-	-	-	-	22.031,70	-	-	-	-	
Ecolife	-	-	-	-	11.608,50	6.726,20	2.853,85	-	-	-	
EGF	-	-	-	-	-	-	80.828,72	-	-	-	
Enviroil	-	-	-	-	-	-	3.007,00	-	-	-	
Enviroil II	-	-	-	-	4.473,00	-	-	-	-	-	
Enviroil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Indaqua Metaisinhos	-	7.091,42	-	-	-	-	-	-	-	-	
Martifer	48.903,95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Martifer	-	19.503,38	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mervia	-	283.019,78	-	-	-	-	-	-	-	-	
MESF	-	90.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mota-Engil - Ambiente e Serviços	-	380.000,00	-	-	-	-	-	99.389,25	-	-	
MOTA-ENGIL II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mota-Engil Érodowski Spółka z o.o.	-	58.698,41	25.048,50	-	-	-	-	-	-	-	
Mota-Engil Engenharia e Construção	-	450.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mota-Engil SGPS	-	400,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mota-Engil África	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mota-Engil Moçambique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mota-Engil México	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Novaleis	-	279.675,87	455,80	-	-	873.908,39	1.323,00	-	-	-	
Novaflex	-	-	-	-	-	136.978,47	-	-	-	-	
Promat	-	-	-	-	-	85.712,08	563,44	-	-	-	
Real Verde	-	37,51	26.507,67	-	-	2.160,00	-	-	-	-	
Real Verde	-	71.718,90	-	-	-	302.875,87	1.677,87	-	-	-	
Real Verde	-	-	-	-	-	52.503,49	8.761,40	-	-	3.138,86	
Real Verde	-	-	-	-	-	-	183,00	-	-	-	
Real Verde	-	-	-	-	-	13.900,62	-	-	-	-	
SUMA (Douro)	-	-	-	-	-	423.382,52	2.319,32	-	-	-	
SUMA (Espooenda)	-	1.338,02	-	-	-	3.003.513,09	27.551,13	-	-	-	
SUMA (Metosinhos)	-	-	-	-	-	3.482.081,88	21.723,79	-	-	-	
SUMA (Porto)	-	-	-	-	-	-	304.983,77	1.412.749,09	-	-	
Suma Tratamento	-	78.508,78	628,50	-	-	-	-	-	-	-	
Transilux	-	82.184,55	-	-	100,00	48.525,87	107.834,89	-	-	-	
Tru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Urbaner	-	300.000,00	-	-	-	-	100,00	-	-	-	
Urbaner (Bucuras)	-	-	-	-	-	17.117,50	23.685,00	-	-	-	
Valorita	-	9.450,00	-	-	1.103.293,55	-	2.345.944,07	-	159.604,49	-	
Valorita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valorita	-	1.730,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valorita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	48.873,95	2.199.238,94	25.677,00	26.953,47	1.124.994,85	8.554.444,34	3.191.813,23	1.589.284,98	159.604,49	3.138,86	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2016							
	Clientes, conta corrente (Nota 13)	Créditos a receber (Nota 13)	Outros créditos a receber (Nota 13)	Acréscimos de rendimentos (Nota 13)	Fornecedores, conta corrente (Nota 20)	Acionistas (Nota 19)	Empréstimos obtidos (Nota 18.1)	Outras dívidas a pagar (Nota 19)
Agir	182.115,35	-	102.751,29	-	-	-	-	-
Ambibatina	35.770,82	-	-	-	-	-	-	29.082,05
Ambigere	-	-	2.533,73	-	2.305,88	-	-	-
Aqualvele	-	-	-	-	-	-	-	1.773,56
Citrave	270.546,02	-	1.348.346,70	863,05	-	-	-	42,33
Citrip	1.611,30	-	28.036,88	-	85.687,27	-	-	-
Conesta	213.989,48	-	-	-	-	-	-	-
Correla e Correla	94.418,30	-	363.426,79	-	528.360,71	-	-	504,65
ECB - Suma Participações	-	-	8.930,33	-	-	-	-	-
Ecolozita	-	-	-	-	102,33	-	-	-
Ecolife	49.768,52	-	139.470,71	-	-	-	-	-
Eco Vision LLC	2.486.313,41	-	3.004.516,46	-	-	-	-	-
EGF	33.000,00	-	-	-	-	-	-	-
Enviroil II	19.608,00	-	-	-	-	-	-	-
Eruac	2.131,00	-	-	-	24,38	-	-	-
Indeque Matosinhos	-	-	-	-	474,90	-	-	-
Investambiente	81,07	-	-	-	-	-	-	-
Largo do Paço	-	-	-	-	1.283,00	-	-	-
Lokemark	-	-	-	-	-	-	-	1.120,00
Manvia	-	-	-	-	16.531,69	-	-	305,80
Martifer	-	-	-	-	-	-	-	32,50
Mota-Engl - Ambiente e Serviços	44.157,63	-	-	-	9.225,00	5.067.800,00	-	-
MOTA-ENGIL II	-	-	-	-	9.225,00	-	-	30.760,00
Mota-Engl Srodowisko Spółka z o.o.	531.740,95	-	3.663.831,26	-	-	-	-	-
Mota-Engl Engenharia e Construção	-	-	31.387,24	-	24.837,17	-	-	43.228,47
Mota-Engl Serviços Partilhados	-	-	8.667,85	-	37.384,33	-	-	36.687,38
Mota-Engl Imob. e Turismo	4.366,96	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engl, SGPS	271.401,83	-	-	-	-	-	-	-
Novabeira	7,32	-	-	5,94	-	-	-	-
Novaflex	73.405,38	-	-	113.203,75	12.525,78	-	-	10.391,73
Prometro	38.541,30	-	-	-	-	-	-	-
Real Verde	26.678,38	-	157.614,78	18.683,60	-	-	-	-
Rentaco	-	-	-	-	-	-	-	700,00
Resilini	5.160,50	-	-	-	20.647,92	-	1.500.000,00	-
Rima	52.401,30	-	64.558,95	24.598,75	1.584,91	-	-	122.619,70
Siga	17.556,02	-	-	5.395,50	-	-	-	-
Sonauto	57.362,95	-	-	-	-	-	-	-
SRI	121,00	-	11.139,84	-	-	-	-	-
Suldouro	16.854,00	-	-	-	-	-	-	-
SUMA (Douro)	819,74	-	-	11,03	-	-	-	-
SUMA (Espesinde)	38.249,16	-	27.462,37	30.017,60	-	-	-	-
SUMA (Matosinhos)	768.300,84	-	292.484,80	218.356,32	44.417,16	-	-	152,17
SUMA (Porto)	333.700,50	-	154.482,25	218.417,51	-	-	-	-
Suma Maceu	-	-	1.213.932,65	-	-	-	-	-
Suma Tratamento	8.331.961,92	62.273.388,23	-	368.335,12	-	-	-	129,17
Suma Brasil Participações	-	-	-	-	-	-	-	407,29
Triaiza	5.177,77	-	-	-	-	-	-	-
Transitex	-	-	-	-	588,50	-	-	-
Titu	107.746,43	-	25.365,60	-	158.786,50	-	-	1.538,72
Urbaner	23.640,08	-	-	-	130.000,00	3.172.400,00	-	-
Urbaner (Sucursal)	-	-	-	-	61.500,00	-	-	-
Valorsul	4.566,67	-	-	-	-	-	-	-
Valoris	17.483,70	-	-	-	-	-	-	-
Vibeiras	-	-	-	-	1.476,00	-	-	-
Vista Wate	-	-	-	-	1.557,31	-	-	-
	11.557.785,22	-	2.661.075,88	-	-	-	-	224.830,13
	26.729.313,02	62.273.388,23	13.508.014,46	997.885,17	1.128.455,72	8.240.000,00	1.500.000,00	279.422,19
								224.852,04

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Partes relacionadas	2015								
	Clientes, conta corrente (Nota 13)	Créditos a receber (Nota 13)	Outros créditos a receber (Nota 13)	Acréscimos de rendimentos (Nota 13)	Fornecedores, conta corrente (Nota 20)	Acionistas (Nota 19)	Empréstimos obtidos (Nota 18.1)	Acréscimos de gastos (Nota 19)	Outras dívidas a pagar (Nota 19)
Agir	120.702,34	100.000,00	2.751,29	-	-	-	-	-	-
Amansul	4.437,37	-	-	-	-	-	-	-	-
Ambigere	-	-	2.533,73	-	2.305,65	-	-	-	-
Citrave	249.847,47	1.071.222,58	277.124,12	-	-	-	-	-	4,31
Citrus	4.307,10	-	-	-	-	-	-	-	-
Conslita	162.096,53	-	-	-	-	-	-	-	-
Correia e Correia	100.632,02	-	518.487,48	-	44.607,69	-	-	-	-
ECB - Suma Participações	-	4.658,55	38.845,71	-	-	-	-	-	-
Ecolatira	-	-	-	-	-	-	-	-	102,33
Ecolife	23.839,45	139.470,71	-	-	-	-	-	-	-
Ecovelan	-	4.110.248,38	-	-	-	-	-	-	-
EGF	87.904,33	-	-	-	-	-	-	-	-
Enviroil SGPS	15.579,78	-	2.286,47	-	-	-	-	-	-
Enviroil II	3.007,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Ersuc	1.656,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Indaqua Matosinhos	-	-	-	-	644,82	-	-	-	-
Investambiente	-	-	81,07	-	-	-	-	-	-
Largo do Paço	-	-	-	-	1.283,00	-	-	-	-
Mamília	-	-	-	-	4.643,44	-	-	-	-
Martifer	-	-	-	-	26.777,20	-	-	-	-
Mota-Engl África	-	-	-	-	400,00	-	-	-	-
Mota-Engl - Ambiente e Serviços	-	-	-	-	55.125,00	5.067.800,00	-	-	58.197,16
Mota-Engl - Cabo Verde	-	-	-	-	0,01	-	-	-	711,82
MDTA-ENGIL II	-	-	-	-	248.140,84	-	-	-	-
Mota-Engl Środowisko Spółka z o.o.	440.433,03	3.501.411,93	162.418,33	-	-	-	-	-	-
Mota-Engl Sucursal Angola	784.804,06	-	-	-	440,19	-	-	-	-
Mota-Engl Sucursal Moçambique	51.759,34	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engl Engenharia e Construção	40.773,61	-	83.658,25	-	1.010.287,23	-	-	374,88	-
Mota-Engl México	57.961,08	-	-	-	-	-	-	-	-
Mota-Engl Serviços Partilhados	-	-	-	-	30.361,61	-	-	3.178,13	-
Mota-Engl, SGPS	-	-	-	-	728.883,08	-	-	-	-
Novabeta	19,79	-	-	-	-	-	-	-	-
Novaflex	132.127,85	-	15.808,91	-	20.532,11	-	-	-	-
Prometro	64.235,50	-	-	-	-	-	-	-	-
Real Verde	4.133,68	-	138.718,21	-	-	-	-	-	-
Resigés	-	-	8,84	-	-	-	-	-	-
Resilal	654,20	-	-	-	21.558,97	-	1.500.000,00	-	-
Rima	173.918,69	-	-	-	13.576,90	-	-	-	119,70
Siga	39.779,26	-	-	-	-	-	-	-	-
Sonauto	57.362,95	-	-	-	-	-	-	-	-
SRI	183,00	-	50.790,88	-	-	-	-	-	-
SUMA (Douro)	-	-	4.322,84	-	-	-	-	-	706,76
SUMA (Espooenda)	78.274,28	-	24.248,35	-	-	-	-	-	-
SUMA (Porto)	930.380,45	-	23.998,38	-	-	-	-	-	-
Suma Macau	-	-	1.213.832,85	-	-	-	-	-	-
Suma Tratamento	6.996.148,12	62.273.388,23	-	368.433,34	-	-	-	-	129,17
Suma Brasil Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	407,29
Trafaloz	31.324,38	-	-	-	-	-	-	-	-
Takargo	-	-	28.655,05	-	-	-	-	-	-
TCR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transilux	-	-	-	-	3.802,63	-	-	-	-
Triu	231.447,84	-	131.953,55	-	14.222,02	-	-	-	107.889,82
Urbaser	-	-	-	-	50.000,00	3.172.400,00	-	280.000,00	-
Urbaser (Sucursal)	1.589,61	-	1.313,29	-	61.500,00	-	-	-	-
Valorsul	-	-	-	-	6,00	-	-	-	-
Valoris	1.589,00	-	-	23.895,00	-	-	-	-	-
Vibetris	27.171,19	-	-	-	1.476,00	-	-	-	-
Vista Waste	9.492.235,20	2.402.278,62	772.880,13	-	1.557,31	-	-	72.592,30	224.830,13
	20.634.500,90	73.602.681,00	3.750.186,19	362.128,34	2.340.122,01	8.240.000,00	1.500.000,00	358.145,31	393.108,59

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os saldos devedores da rubrica “Empresas do Grupo” compreendem 2.362.432,91 Euros da empresa Vista Waste relativos a lucros disponíveis, ainda não distribuídos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os restantes saldos são, essencialmente, relativos a empréstimos concedidos pela Empresa sem prazo de vencimento, que vencem juros a taxas de mercado.

O saldo a pagar registado na rubrica “Acionistas” corresponde aos dividendos distribuídos pela Empresa aos seus acionistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram pagos os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2013, no montante de 7.573.000,00 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

22. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" tem a seguinte composição:

	2016	2015
Margem gerada internamente na venda de:		
Inventários	139.595,33	139.595,33
Outros	70.719,70	17.142,29
	<u>210.315,03</u>	<u>156.737,62</u>

Nos últimos exercícios, a Empresa alienou ativos fixos tangíveis e inventários às empresas subsidiárias Triu e Vista Waste, tendo sido geradas margens internamente que se encontram diferidas até as mesmas se materializarem, quer pela depreciação dos ativos fixos tangíveis, quer pela venda e/ou consumo dos inventários.

23. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	2016	2015
Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos	28.209.805,18	29.006.642,55
Limpeza e varredura urbana	11.428.815,98	10.407.755,13
Manutenção de contentores	3.735.050,89	4.248.425,80
Outros	5.924.364,70	6.987.245,80
	<u>49.298.036,75</u>	<u>50.650.069,28</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram prestados serviços e efetuadas vendas a partes relacionadas nos montantes de 9.096.092,72 Euros e 9.679.438,99 Euros, respetivamente (Nota 21). Adicionalmente, foi reconhecido rédito associado a prestações de serviços que estavam diferidos, nos montantes de 398.250,67 Euros e 678.267,34 Euros, respetivamente (Nota 13).

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	2016	2015
Conservação e reparação	2.464.435,64	2.116.530,65
Encargos de gestão	1.779.603,54	1.630.000,00
Trabalhos especializados	1.677.541,48	2.089.476,36
Combustíveis	1.173.846,08	770.354,45
Rendas e alugueres	779.985,53	800.234,83
Deslocações e estadas	682.089,61	700.880,28
Aluguer de equipamento	583.271,20	506.011,44
Subcontratos	394.112,88	535.502,42
Seguros	377.300,32	357.332,03
Honorários	367.694,07	261.071,43
Vigilância e segurança	244.943,96	232.165,40
Comunicação	196.552,33	282.399,94
Electricidade	149.188,21	151.528,98
Transportes de mercadorias	70.587,46	148.527,75
Limpeza, higiene e conforto	31.485,59	34.810,88
Outros	617.636,02	784.962,97
	<u>11.590.273,92</u>	<u>11.401.789,81</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram obtidos serviços prestados por partes relacionadas nos montantes de 2.246.297,41 Euros e 2.199.238,94 Euros, respetivamente (Nota 21).

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 21)	255.434,00	250.963,32
Remunerações do pessoal	19.042.681,45	17.492.498,90
Encargos sobre remunerações	3.830.920,62	3.489.806,17
Seguros	644.035,25	443.659,32
Indemnizações	58.119,13	232.248,93
Gastos de acção social	35.377,38	54.121,69
Outros	68.257,23	57.984,92
	<u>23.934.825,06</u>	<u>22.021.283,25</u>

O número médio de empregados ao serviço da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi o seguinte:

	2016	2015
Empregados	1.612	1.449
Empregados cedidos pelas câmaras municipais	7	7
	<u>1.619</u>	<u>1.456</u>

26. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	2016	2015
Rendimentos suplementares (a):		
Cedência pessoal e refaturação de gastos	4.119.889,47	2.785.485,67
Outros	226.372,78	227.331,52
Juros de mora a clientes (Nota 13) (b)	1.508.662,04	2.310.330,75
Correções relativas a exercícios anteriores	197.306,65	18.545,69
Descontos de pronto pagamento obtidos	66.412,28	75.620,75
Atualização de saldos de clientes (Nota 13)	61.976,89	458.036,44
Rendimentos e ganhos em ativos fixos tangíveis (c)	22.147,62	12.367,11
Atualização cambial		1.137.079,08
Outros (a)	537.742,05	70.212,31
	<u>6.740.509,58</u>	<u>7.095.009,32</u>

- (a) Estas rubricas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, incluem 4.456.169,59 Euros e 3.191.813,23 Euros, respetivamente, com partes relacionadas (Nota 21).
- (b) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica inclui 221.432,64 Euros e 159.604,49 Euros, respetivamente, com partes relacionadas (Nota 21).
- (c) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, existem ganhos com partes relacionadas, nos montantes de 1.740,56 Euros e 3.138,96 Euros, respetivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)27. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	2016	2015
Despesas não documentadas	793.557,35	776.595,53
Donativos e quotizações	140.550,00	166.765,00
Impostos	133.967,90	123.004,77
Atualização cambial	39.958,24	388.877,85
Correções relativas a exercícios anteriores	64.455,61	39.450,99
Perda em ativos financeiros (Nota 4)	43.167,22	61.409,44
Penalidades contratuais (a)	5.028,64	684.518,71
Gastos e perdas em ativos fixos tangíveis	3.407,81	24.015,70
Dívidas incobráveis	175,34	16.600,88
Outros	26.033,59	22.449,90
	<u>1.250.301,70</u>	<u>2.303.688,77</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2015, este montante corresponde a penalidades contratuais das prestações de serviços com o Município do Porto.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, existem outros gastos e perdas com partes relacionadas, nos montantes de 1.743,68 Euros e 25.677,00 Euros, respetivamente (Nota 21).

28. GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	2016	2015
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	2.969.693,90	3.106.095,60
Ativos intangíveis (Nota 9)	11.126,05	72.694,82
Goodwill (Nota 8)	956.935,64	-
	<u>3.937.755,59</u>	<u>3.178.790,42</u>

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	2016	2015
Juros obtidos:		
Financiamentos concedidos a subsidiárias (Nota 21)	2.886.590,86	1.589.284,98
Depósitos bancários	1.314,01	56.671,70
Rendimentos similares obtidos:		
Associadas e entidades conjuntamente controladas	-	18.190,84
	<u>2.887.904,87</u>	<u>1.664.147,52</u>

A variação ocorrida entre os exercícios, está relacionada com o facto de o empréstimo ter sido concedido em maio de 2015.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)30. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	2016	2015
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	3.564.255,68	2.486.896,77
Locações financeiras	138.883,58	205.985,86
Outros financiamentos	425.171,74	245.494,81
Gastos similares suportados:		
Imposto do Selo	375.479,98	613.097,01
Outros	399.527,86	333.729,58
	<u>4.903.318,84</u>	<u>3.885.204,03</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa suportou juros decorrentes de financiamentos com partes relacionadas nos montantes de 24.604,24 Euros e 28.963,47 Euros, respetivamente (Nota 21).

A variação ocorrida entre os exercícios, está relacionada com o facto de o empréstimo ter sido obtido em maio de 2015.

31. GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a entidades terceiras (nomeadamente a Câmaras Municipais e Associação de Municípios), por imposições contratuais da Empresa e das suas subsidiárias, como se segue:

	2016	2015
<u>BPI:</u>		
ADP		
Câmaras e Associações Municipais		1.498.952,00
Tribunal do Trabalho de Santo Tirso	966.357,19	966.940,78
Tribunal de Trabalho de Leiria - 1º Juízo	14.013,75	14.013,75
Banco Muscat (a)	8.222,33	8.222,33
	<u>4.375.854,00</u>	<u>4.375.854,00</u>
	<u>5.364.447,27</u>	<u>6.863.982,86</u>
<u>BCP:</u>		
Câmaras e Associações Municipais	4.718.432,60	4.799.534,18
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa	-	60.800,00
Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.		2.616,37
Serviços de Finanças de Lisboa nº14	211.155,99	211.155,99
	<u>4.929.588,59</u>	<u>5.074.106,54</u>
<u>CGD:</u>		
ADP		
ADC - Águas de Covilhã, EM		1.070.680,00
Câmaras e Associações Municipais	22.245,60	
Banco Muscat	1.241.399,87	928.928,99
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa	7.618.994,96	7.618.994,96
Musami, EIM	56.705,86	56.705,86
Lipor	50.400,00	
Resíduos do Nordeste	45.000,00	45.000,00
	<u>90.261,00</u>	
	<u>9.125.007,29</u>	<u>9.720.309,81</u>
<u>Caja Duero:</u>		
Câmaras e Associações Municipais	145.665,93	306.967,20
APA - Agência Portuguesa do Ambiente (RIMA)	90.913,07	90.913,07
	<u>236.579,00</u>	<u>397.880,27</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em Euros)

	2016	2015
<u>Banco BIC, S.A.:</u>		
ADP	-	1.498.952,00
<u>Novo Banco:</u>	-	1.498.952,00
Câmaras e Associações Municipais	408.853,19	425.325,52
<u>Mafpre:</u>		
Câmaras e Associações Municipais	216.729,28	216.729,28
<u>Cosec:</u>		
Câmaras e Associações Municipais	57.526,65	36.817,50
<u>Santander Totta:</u>		
Câmaras e Associações Municipais	387.386,05	47.439,42
Repsol, S.A.	500.000,00	500.000,00
	887.386,05	547.439,42
<u>Caixa Económica Montepio Geral, S.A.:</u>		
Finipredial - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	95.508,78	95.508,78
ADP	-	1.498.952,00
	95.508,78	1.594.460,78
<u>Caixa de Crédito Agrícola Mútuo:</u>		
ADP	-	1.498.952,00
<u>CaixaBI:</u>		
ADP	-	428.272,00
<u>Banco Muscat:</u>		
Oman Branch	1.784.522,96	3.270.162,96
Total Garantias bancárias	23.106.149,06	31.573.390,94

- (a) No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Empresa prestou contragarantias ao Banco Muscat, no âmbito da entrada em concurso para prestação de serviços à "Bee'ah" pela sucursal da Omã e do financiamento obtido pela sucursal no âmbito do contrato para a prestação destes serviços.

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa solicitou a emissão de garantias bancárias a favor da ADP no montante de 7.494.760,01 Euros, por conta de responsabilidades assumidas decorrente do contrato de compra e venda da EGF, concretizado pela subsidiária Suma Tratamento (Nota 18.1).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa tinha emitido cartas de conforto a empresas subsidiárias, nos montantes de 1.594.069,00 Euros e 9.155.559,00 Euros respetivamente, relacionadas com financiamentos bancários obtidos por estas entidades.

A Empresa prestou avales à Triu, nos montantes de 250.000,00 Euros e 500.000,00 Euros, relativamente aos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, no Millennium BCP e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, respetivamente. Adicionalmente, foi prestado conjuntamente com a Enviroil, avales à Enviroil II, nos montantes de 930.050,00 Euros relativamente a um financiamento obtido por esta participada e 1.700.000,00 Euros relativamente a Contrato Mútuo com Hipoteca e Fiança. A Empresa prestou aval à Enviroil II no montante de 1.000.000,00 Euros relativamente ao contrato de abertura de crédito em conta-corrente no BIC. A Empresa prestou aval à Novaflex, no montante de 1.000.000,00 Euros, relativamente ao contrato de abertura de crédito em conta-corrente, no Millennium BCP.

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa prestou aval à Novaflex e à Correia e Correia, nos montantes de 257.527,00 Euros e 49.880,00 Euros, respetivamente, referente a uma garantia bancária a favor do Município da Figueira da Foz e do Complexo Medio Ambiental de Andalucia.

Por fim, a Empresa prestou aval à Rima, no montante de 700.000,00 Euros, relativamente ao crédito hipotecário.

32. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi determinado como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015 Reexpresso</u>
Resultado líquido do exercício	10.649.401,81	7.958.642,42
Número de ações (Nota 15)	250.000,00	250.000,00
Resultado por ação	<u>42,60</u>	<u>31,83</u>

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

33. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

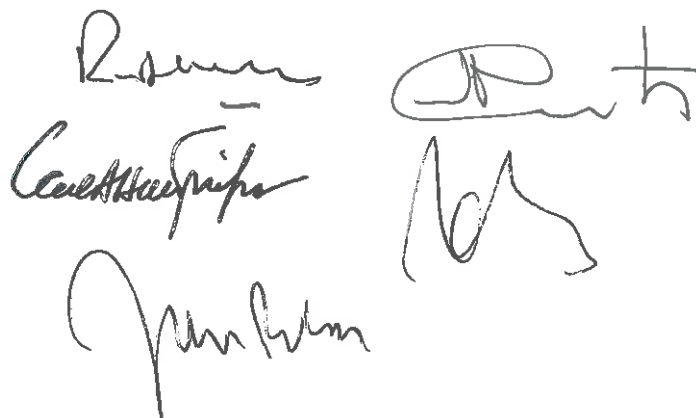
Durante o período compreendido entre janeiro e abril de 2017, as linhas de crédito têm vindo a ser renovadas, sendo a sua utilização similar à verificada em 31 dezembro de 2016.

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data do balanço e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Pareceres e Certificações

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 212.219.215 Euros e um total de capital próprio de 93.038.621 Euros, incluindo um resultado líquido de 10.649.402 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa detém uma participação financeira representativa de 50% do capital da Resilei – Tratamento de Resíduos Industriais, S.A., registada pelo método da equivalência patrimonial, no montante de, aproximadamente, 1.643.000 Euros. Naquela data, o balanço desta empresa participada, inclui uma provisão para selagem e monitorização de um aterro sanitário de resíduos não perigosos, no montante de, aproximadamente, 6.204.000 Euros (5.875.000 Euros em 31 de dezembro de 2015). Até à presente data, a informação disponível não é suficiente para nos permitir concluir quanto à razoabilidade do saldo desta provisão para fazer face às obrigações presentes daquela empresa participada. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o efeito desta situação nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2016.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Conforme mencionado na Nota 5 do anexo, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Empresa procedeu à correção de situações originadas no exercício anterior, relativas a empresas participadas, essencialmente decorrentes dos seguintes efeitos: (i) conclusão pela Suma Tratamento, S.A., do processo de alocação do preço de compra, na sequência da aquisição do Grupo EGF em 2015; (ii) correção do registo de um subsídio ao investimento recebido em 2015, o qual foi integralmente reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e (iii) correção do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da participada Vista Waste Management, Lda. ("Vista Waste"), decorrente da mensuração ao justo valor de determinados instrumentos financeiros adquiridos por aquela participada durante o exercício findo naquela data. Decorrente desta correção as demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2015 foram reexpressas e os respetivos efeitos encontram-se devidamente divulgados na Nota 5 do anexo.

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa tem registado no balanço contas a receber da empresa participada Vista Waste no montante aproximado de 14.420.000 Euros, relativo a serviços prestados àquela empresa. A Vista Waste encontra-se localizada em Angola e face às atuais condições económicas desse país, o momento e o valor de realização daquelas contas a receber dependem da evolução da conjuntura económica angolana.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora as participações financeiras tenham sido registadas pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados no resultado líquido do exercício e no capital próprio os efeitos da consolidação das entidades participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de ativos, passivos, gastos e rendimentos totais, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2015 foram objeto da nossa Certificação Legal das Contas, datada de 30 de maio de 2016, que inclui três reservas por desacordo, uma idêntica ao assunto mencionado na secção "Bases para a opinião com reservas", uma relacionada com o não registo do justo valor de instrumentos financeiros da subsidiária Vista Waste, a qual foi resolvida através da reexpressão das demonstrações financeiras, conforme referido na secção "Ênfase", e outra relacionada com a incorreta classificação da dívida bancária no passivo da Entidade, a qual não é aplicável às demonstrações financeiras do ano findo de 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

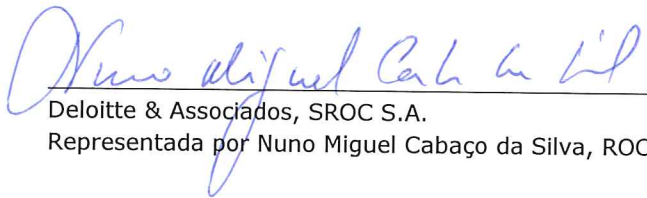
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de maio de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Entidade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

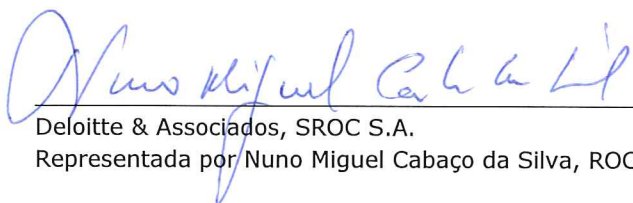
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2016, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, que inclui uma reserva e duas ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" e tendo em consideração o descrito nas secções "Ênfase" e "Outras matérias" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 31 de maio de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva, ROC



Ata da Assembleia Geral



ACTAS

ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS N.º 51

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezassete, pelas catorze horas, reuniu na sede social, sita na Rua do Mar do Norte, Lote 1.03.2.1B, 1.º, Freguesia do Parque das Nações, Concelho de Lisboa, a Assembleia Geral da sociedade anónima denominada **SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.**, com o capital social, integralmente realizado, de doze milhões e quinhentos mil euros (€12.500.000,00), representado por duzentas e cinquenta mil (250.000) acções com o valor nominal unitário de cinquenta euros (€50,00), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva quinhentos e três milhões duzentos e dez mil quinhentos e sessenta (503.210.560), com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM: -----

Apreciar, discutir e votar, nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único. -----

PONTO DOIS: -----

Discutir e deliberar, nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, sobre a Proposta de Aplicação de Resultados. -----

PONTO TRÊS: -----

Apreciar, discutir e votar, nos termos do artigo 508.º-A do Código das Sociedades Comerciais, o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas Consolidadas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre as Contas Consolidadas. -----



ACTAS

Folha 18

PONTO QUATRO:-----

Proceder, nos termos dos artigos 376.º, n. º1, alínea c) e 455.º do Código das Sociedades Comerciais, à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade. -----

Assumiu a Presidência dos Trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sra. Dra. Ivone Santos Martins, secretariada pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Sra. Dra. Patrícia Maria Fernandes dos Santos. -----

Antes da abertura dos trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tendo verificado, pela lista de presenças, que estavam representadas todas as accionistas, ou seja, a totalidade do capital social, e que os documentos comprovativos dos poderes conferidos aos seus representantes, para os efeitos da reunião, satisfaziam o disposto no n.º 3 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais e considerando que a reunião não fora precedida de quaisquer formalidades prévias de convocação, indagou expressamente dos representantes das mesmas, se as suas representadas pretendiam e era sua vontade que a Assembleia Geral se constituísse e deliberasse sobre a Ordem de Trabalhos acima transcrita, independentemente do cumprimento dessas formalidades e nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, o que foi também expressamente confirmado por todos.----

Encontravam-se ainda presentes os membros do Conselho de Administração da Sociedade. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou então estar a Assembleia em condições de funcionar e deliberar validamente, ordenando de seguida que a referida lista de presenças fosse anexada à presente Acta. -----

Iniciados os trabalhos, pela Secretária da Mesa foi lida integralmente a Ordem de Trabalhos. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral, referiu, então, que haviam sido submetidos à Assembleia e nela se encontravam patentes o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único. -----

Entrados, de imediato, no **PRIMEIRO PONTO** da Ordem de Trabalhos, pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral foram postos sucessivamente à discussão e à votação, conjuntamente na generalidade e na especialidade, o Relatório de



ACTAS

Folha 19

Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único, tendo os mesmo sido integral e unanimemente aprovados. -----

Entrou-se, de seguida, no **SEGUNDO PONTO** da Ordem de Trabalhos, tendo sido lida pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral a proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração, com o seguinte teor: -----

"Nos termos do disposto na alínea b) do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e tendo em consideração as demonstrações financeiras do exercício, propõe-se que o resultado líquido apurado no exercício de 2016, no montante de 10.649.401,81 EUR, tenha a seguinte aplicação: -----

Resultados Transitados: ----- 10.649.401,81 EUR -----

O resultado líquido do exercício de 2016 já contempla a distribuição de resultados aos colaboradores no montante de 240.000,00 EUR. -----

Lisboa, 31 de Maio de 2017. -----

O Conselho de Administração, -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral indagou, então, dos representantes das accionistas se pretendiam apresentar qualquer outra proposta referente a este ponto da Ordem de Trabalhos. Como nenhuma Accionista pretendesse apresentar qualquer outra Proposta de Aplicação de Resultados, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à discussão e à votação a proposta supra transcrita, a qual foi, após análise e discussão, aprovada, por unanimidade. -----

De seguida, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu que haviam igualmente sido submetidos, no prazo legal, à Assembleia, e nela se encontravam patentes, o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como, a Certificação Legal de Contas Consolidadas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único relativo às contas consolidadas.-----

Entrados no **TERCEIRO PONTO** da Ordem de Trabalhos, pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral foram postos sucessivamente à discussão e à votação,



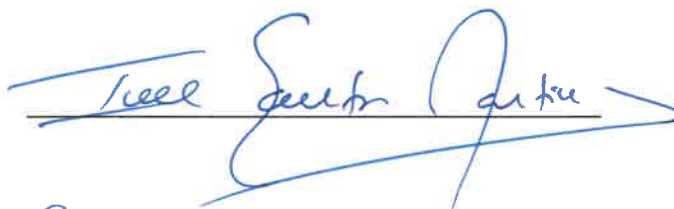
ACTAS

conjuntamente, na generalidade e na especialidade, o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas Consolidadas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre as Contas Consolidadas, tendo os mesmos sido, integral e unanimemente, aprovados.-----

Passou-se, por fim, ao **QUARTO PONTO** da Ordem de Trabalhos, tendo pedido a palavra o representante da Accionista MOTA-ENGIL, AMBIENTE E SERVIÇOS, SGPS, S.A., o qual, no uso da mesma e em nome da sua representada, propôs atribuir um voto de confiança e louvor à Administração e Fiscalização da Sociedade e a cada um dos seus membros, individualmente considerados, proposta esta que foi aprovada, por unanimidade. -----

Nada mais havendo a mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada, pelas catorze horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral. -----

Ivone Martins



Patrícia Santos



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RSU'S, LAVAGEM DE EQUIPAMENTO E LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

INDICADORES DE CAPACIDADE FINANCEIRA DE ACORDO COM ANEXO IV DO PROGRAMA DE CONCURSO

	2014	2015	2016	Média (R)
EBITDA	30 794 294,59	16 058 448,19	18 756 458,52	21 869 733,77
Liquidez Geral	176,70%	147,32%	143,51%	155,85%
Autonomia Financeira	52,07%	41,52%	43,84%	45,81%

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2018.

O Representante Legal

[Assinatura eletrónica nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, 17 de Agosto]

Nuno Jorge Sêco da Costa



NUNO
JORGE SECO
DA COSTA

Assinado de forma
digital por NUNO
JORGE SECO DA COSTA
Dados: 2018.02.19
16:58:06 Z

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RSU'S, LAVAGEM DE EQUIPAMENTO E LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Nuno Jorge Sêco da Costa, portador do Cartão do Cidadão com o número 9822949, válido até 08/06/2019, residente na Rua do Mar do Norte, Lote 1.03.2.1B, 1º, 1990-148 Lisboa, na qualidade de Representante Legal, com poderes para o ato, da **SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.**, com o número de pessoa colectiva nº 503210560 e sede na Rua do Mar do Norte, Lote 1.03.2.1B, 1º, 1990-148 Lisboa, declara, para os devidos efeitos, que os elementos de informação abaixo indicados constituem a expressão da verdade e se encontram de acordo com os relatórios e contas de exercício dos últimos 3 exercícios (2014, 2015 e 2016).

	2014	2015	2016
EBITDA	30 794 294,59	16 058 448,19	18 756 458,52
Média do EBITDA dos 3 anos (R)		21 869 733,77	
Valor Base do Concurso (V)		2 225 000,00	
Taxa de Juro EURIBOR, a seis meses, acrescida de 200 pontos base, divulgada à data de publicação do anúncio do concurso no Diário da República (29/12/2017) (t)		1,729%	
Factor (f)		1	
CAPACIDADE FINANCEIRA ($V \times t \leq R \times f$)		38 470,25 ≤ 21 869 733,77	

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2018.

O Representante Legal

[Assinatura eletrónica nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, 17 de Agosto]

Nuno Jorge Sêco da Costa



NUNO JORGE
SECO DA
COSTA

Assinado de forma
digital por NUNO
JORGE SECO DA COSTA
Dados: 2018.02.19
16:58:41 Z